

## Sumário deste número

**EDITORIAL:** Intercâmbio Cultural Internacional — CHISTOVAM LEITE DE CASTRO (pág. 1128).

**COMENTÁRIO:** Novos Fatos Geográficos — Prof. BLANCA MIERES DE BOTTO (pág. 1129).

**TRANSCRIÇÕES:** O Problema dos Sambaquis — I — Prof. SÍLVIO FRÓIS ABREU (pág. 1136).  
— Geografia Cultural do Brasil — V — Dr. B. BRANDT (pág. 1144).

**RESENHA E OPINIÕES:** A Geografia (pág. 1164). — Êxodo dos trabalhadores rurais (pág. 1166).  
— Os congressos brasileiros de Geografia (pág. 1167). — Material bibliográfico (pág. 1168).  
— A origem da palavra “gaúcho” (pág. 1168). — A pesca no Brasil (pág. 1169) — México (pág. 1172).

**CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO:** Como organizar a bibliografia de um trabalho científico — PROF. ORLANDO VALVERDE (pág. 1176).

**TERTÚLIAS GEOGRÁFICAS SEMANAIS:** Octogésima tertúlia, realizada a 3 de outubro de 1944 (pág. 1182). — Octogésima primeira tertúlia, realizada a 17 de outubro de 1944 (pág. 1189).  
— Octogésima segunda tertúlia, realizada a 24 de outubro de 1944 (pág. 1193). — Octogésima terceira tertúlia, realizada a 31 de outubro de 1944 (pág. 1198).

**NOTICIÁRIO:** CAPITAL FEDERAL — Presidência da República (pág. 1204). — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (pág. 1206). — Ministério da Aeronáutica (pág. 1207). — Ministério da Agricultura (pág. 1207). — Ministério da Educação e Saúde (pág. 1209). — Ministério da Fazenda (pág. 1210). — Ministério da Justiça e Negócios Interiores (pág. 1210). — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (pág. 1210). — Ministério da Viação e Obras Públicas (pág. 1210). — INSTITUIÇÕES PARTICULARES — Clube de Engenharia (pág. 1211). — Instituto de Arquitetos do Brasil (pág. 1215). — Instituto de Ciência Política (pág. 1216). — Instituto de Colonização Nacional (pág. 1221). — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (pág. 1223). — Instituto Oceanográfico Brasileiro (pág. 1225). — Liceu Literário Português (pág. 1226). — Sociedade dos Amigos de Ouro Preto do Rio de Janeiro (pág. 1226). — Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia (pág. 1226). — Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa (pág. 1226). — Sociedade Brasileira de Estatística (pág. 1226). — Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (pág. 1227). — CERTAME — I Congresso Econômico do Oeste (pág. 1227). — UNIDADES FEDERADAS — Alagoas (pág. 1228). — Amazonas (pág. 1228). — Bahia (pág. 1229). — Espírito Santo (pág. 1230). — Goiás (pág. 1230). — Mato Grosso (pág. 1231). — Minas Gerais (pág. 1231). — Pará (pág. 1232). — Pernambuco (pág. 1233). — Rio Grande do Sul (pág. 1233). — Rio de Janeiro (pág. 1233). — Santa Catarina (pág. 1233). — São Paulo (pág. 1233). — Sergipe (pág. 1235). — Território de Ponta Porã (pág. 1237). — MUNICÍPIOS — Alegre (pág. 1237). — Campo Maior (pág. 1237). — Corumbá (pág. 1237). — Fortaleza (pág. 1238). — Goiânia (pág. 1238). — João Pessoa (pág. 1238). — Manaus (pág. 1239). — Natividade (pág. 1239). — Olinda (pág. 1239). — Ouro Preto (pág. 1240). — Piri-piri (pág. 1240). — Pôrto Alegre (pág. 1240). — Rio Vermelho (pág. 1241). — Salvador (pág. 1241). — Santa Teresa (pág. 1241).

**BIBLIOGRAFIA:** REGISTOS E COMENTÁRIOS BIBLIOGRÁFICOS — Livros (pág. 1242) — CONTRIBUIÇÃO BIBLIOGRÁFICA ESPECIALIZADA — Achegas para uma bibliografia sobre carvão nacional — I — (pág. 1245) — RETROSPECTO GEOGRÁFICO E CARTOGRAFICO — Revista Marítima Brasileira — Relação, por autor, dos trabalhos de caráter geográfico, publicados na Revista Marítima Brasileira (1881 a 1943) (Letras A-C) (pág. 1252).

**LEIS E RESOLUÇÕES:** LEGISLAÇÃO FEDERAL — Ementário dos decretos-leis publicados no mês de outubro de 1944 (pág. 1258) — Integra da legislação de interesse geográfico — Decretos-leis (pág. 1261) — Decretos (pág. 1262) — Atos Diversos (pág. 1265) — LEGISLAÇÃO ESTADUAL — Integra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interesse geográfico (pág. 1268) — LEGISLAÇÃO MUNICIPAL — Integra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interesse geográfico (pág. 1277) — RESOLUÇÕES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Junta Executiva Central — Integra das Resoluções de interesse geográfico aprovadas em 1941 (pág. 1279) — Conselho Nacional de Geografia — Diretório Central — Integra das Resoluções ns. 136 a 140 (pág. 1282) — DIRETÓRIOS REGIONAIS — Espírito Santo — Integra das Resoluções ns. 1 a 5 (pág. 1284).

# Boletim Geográfico

Ano II

NOVEMBRO, 1944

N.º 20

## Editorial

### Intercâmbio Cultural Internacional

*Apesar da sua curta existência — o que são os seis primeiros anos para uma instituição? — o Conselho Nacional de Geografia já oferece um panorama bastante expressivo de intercâmbio internacional, através do qual se vem processando uma interessante projeção do Conselho fora das fronteiras do Brasil.*

*Esse intercâmbio se manifesta de variadas maneiras: por uma correspondência assídua e copiosa com instituições e personalidades estrangeiras sobre assuntos técnicos e científicos; pela permuta volumosa de publicações especializadas; pela adesão do Conselho a instituições internacionais de Geografia; pela participação do Conselho em certames culturais internacionais; pela vinda de técnicos especializados ao Brasil.*

*Cada um desses capítulos daria matéria para um comentário; porisso, limitar-me-ei nesta explanação a considerar os efeitos da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, recentemente realizada no nosso país, quanto à atuação do Conselho junto aos países americanos.*

*A II Reunião, promovida pela Comissão de Cartografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, foi organizada pelo Conselho Nacional de Geografia do Brasil e teve lugar no Brasil de 14 de agosto a 2 de setembro de 1944.*

*O êxito da Reunião foi dos mais evidentes: compareceram 60 delegados estrangeiros, representando 17 países americanos; o programa preestabelecido foi cumprido rigorosamente e assim, em equilibrada distribuição de atividades, houve sessões, plenárias e de Comissões para o estudo e debate de questões técnicas, houve visitas a serviços especializados e reuniões de caráter social para melhor congraçamento dos delegados; foram aprovadas 52 Resoluções sobre assuntos de Geografia e de Cartografia, de maior importância e interesse para os países das Américas.*

*Portanto, no próprio sucesso da Reunião Pan-Americana recolhe o Conselho um excepcional feito de intercâmbio internacional.*

*Vejamos agora os efeitos proveitosos dessa Reunião, através do qual o Conselho se projetou extraordinariamente no cenário inter-americano.*

*Os delegados estrangeiros visitaram minuciosamente os trabalhos do Conselho e tomaram particular interesse por conhecer, bem a sua organização sui-generis de sistema cooperativo de serviços especializados, que estabelece a centralização normativa e a descentralização executiva.*

Houve, dum modo geral, entusiasmo pela fórmula encontrada pelo Brasil para a solução do seu problema geográfico, e muitos delegados, em conversações e em plenário, manifestaram êsse entusiasmo, havendo declarado mesmo que a solução brasileira deveria ser estudada pelos demais países americanos para que cada qual adaptasse da maneira mais conveniente às peculiaridades locais a original estrutura de cooperativismo geográfico.

O fato é que foram inúmeras as solicitações de dossiers sobre o Conselho, sua organização, sua estrutura, seu mecanismo, e ainda prosseguem, em atendimento a solicitações posteriores, as remessas de outras documentações esclarecedoras da atuação da nossa instituição.

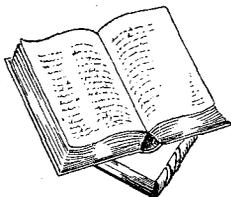
Merece menção nesse particular a atividade da delegação da República do Peru que, em estudos feitos em colaboração com a Secretaria do Conselho, revelou seu intento de propor ao Governo do seu país a instituição em lei dum organismo geográfico análogo ao brasileiro.

Uma outra iniciativa digna de registo é a atitude da delegação uruguaia que colocou sob o patrocínio do Conselho a vinda ao Brasil de dois professores de Geografia do Uruguai, para que se lhes facilite o conhecimento da Geografia do Brasil e se lhes proporcione o estudo da organização geográfica brasileira.

Entretanto, a conseqüência mais importante da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, foi sem dúvida a Resolução que determinou ao Instituto Pan-Americano de Geografia e Cartografia a criação da "Comissão de Geografia Aplicada", a qual mereceu do Governo do Brasil o oferecimento formalmente expresso na solene sessão de encerramento, de tomar sob o seu patrocínio, através do Conselho, a instalação e a movimentação da nova comissão permanente do Instituto Pan-Americano.

As demarches prosseguem e tudo indica que, em futuro mui próximo, receba o Conselho Nacional de Geografia do Brasil a elevada incumbência, de fecundos resultados e imprevisíveis, de estabelecer em tôdas as Américas uma corrente viva de intercâmbio cultural, em tôrno dos importantes e oportunos problemas de Geografia interpretativa.

**CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO.**  
Secretário Geral do Conselho Nacional  
de Geografia.



## Novos Fatos Geográficos \*

Prof.<sup>a</sup> Dra. BLANCA MIERES DE BOTTO

No amplo cenário do perturbado mundo de hoje, surgiu uma série de fatos geográficos novos, que afetam a vida dos povos. Surgiram naturalmente como consequência do contínuo e mútuo incidir do mundo físico e da biosfera e foram provocados também em parte pelo homem, provido da maravilhosa técnica que lhe proporciona a civilização dêste agitado século XX que vivemos.

Quando na mesa da paz, as democracias do mundo impuserem uma nova distribuição das riquezas da Terra e estruturarem ordens que assegurem felicidade e pão para os povos desgarrados, levar-se-ão certamente em conta as diversas condições geográficas de cada zona, aplicando as normas de economia que concedam naturais e lógicos escoadouros aos produtos respectívós.

Na reconstrução que sobrevirá no após-guerra, serão atendidos os fatos geográficos em geral e em particular aquêles novos surgidos durante a grande contenda.

### Conceito de fato geográfico

As ciências geográficas se hierarquizaram modernamente e o seu objeto de estudo, o *fato geográfico*, ampliou o seu conteúdo, apresentando assim derivações inesperadas.

O manso riacho que fecunda o vale fértil ou os inacessíveis cumes nevados constituem fatos puramente físicos. Mas sôbre a face da Terra modelada e cinzelada pelos agentes internos e erosivos, existe um tapête vivente; é a biosfera, integrada pelas plantas, pelos animais e pelo homem.

O estudo da ação recíproca do meio ambiente sôbre a esfera vital e desta sôbre aquêle, renovou a geografia, tornando-a mais científica, transformando uma disciplina que antes era puramente de localização, em uma técnica em que domina a lógica e onde se buscam causas e efeitos.

Desta maneira, as formas do relêvo são consideradas em parte consequência do sub-solo; o tapête vegetal se modela segundo causas edáficas, climáticas, etc., e existem também causas geográficas que determinam modalidades de certos grupos humanos, formas de convivência, de cultura e até de idéias.

Porém, o objeto da geografia é ainda mais amplo; dinamiza-se no tempo e estuda como evolui e se transforma a face da Terra. Os acidentes geográficos puramente físicos são essencialmente mutáveis, como todos os fenômenos da natureza, mas a sua ação é lenta e não atinge a vida humana (mesquinha e limitada comparativamente com a imensidade dos séculos), para apreçar a mudança.

As formas do relêvo estão em constante evolução...

Uma antiga lenda conta que havia um homem possuidor do atributo da eternidade, e foi assim que passou por certo lugar onde uns pescadores recolhiam as suas rêdes do mar. — Que é que vocês estão fazendo? perguntou o homem que tinha o dom da vida eterna. — Estamos pescando, responderam os outros; os nossos pais eram pescadores e os nossos avós também.

\* N.R.: A tradução para o vernáculo foi feita pelo Prof. Orlando Valverde, secretário-assistente do Conselho Nacional de Geografia.

Seguiu o seu caminho e ao cabo de vários séculos voltou ao mesmo lugar e viu uns lavradores colhendo os seus frutos. Então o homem que tinha o dom da vida eterna se assombrou, e perguntou aos lavradores: — E o mar? onde está? — Está muito longe, responderam, nós nunca o vimos; nossos pais eram lavradores e os nossos antepassados também.

Seguiu o homem o seu caminho, até que ao cabo de muitos anos voltou ao mesmo lugar e se espantou novamente ao ver uma luminosa e imensa cidade. Os cidadãos de vida febril eram comerciantes ou industriais, seus pais também haviam sido e os seus avós igualmente.

A transformação da Terra é efetiva, mas é tão lenta que até a memória dos homens se perde. A biosfera, em compensação, se transforma mais rapidamente e o fato humano em particular, provoca variações da superfície terrestre que se sucedem em lapsos infinitamente mais breves.

De tal maneira, o conceito de *fato geográfico* tem uma ressonância no tempo incidindo na história e uma ressonância no espaço, incidindo na vida presente da humanidade.

O seu conteúdo é, pois, múltiplo e pleno de importância.

Dever-se-á dar portanto, ao fato geográfico, a relevância que lhe corresponde, sem se inferir daí, que entre o fato humano e o geográfico existe um determinismo estreito.

A escola determinista que em Ratzel teve um alto expoente, supõe um nexo de causalidade indefectível entre o quadro climático-botânico e o modo de ser dos grupos humanos.

Demolins, por exemplo, concretiza a hipótese sócio-geográfica de Ratzel ao desenhar magistralmente "os caminhos da antiguidade". Supõe este autor que os homens, partindo do centro da Ásia, onde imagina o berço da humanidade, se foram dispersando, seguindo roteiros diversos. Assim, um grupo tomou o caminho da estepe; uma paisagem de pastos; de horizontes sem limites; o gênero de vida está imposto pelo valor econômico da região, isto é, pelo gado. Tem que buscar a erva verde, e assim os grupos estão em constante dispersão; são os homens transumantes; o governo é patriarcal; são povos sem história. De igual forma descreve os esquimaus, que tomaram a via do norte e, enganados pela falácia dos bosques sub-árticos, chegaram à tundra. Demolins deduz da diversidade de paisagens, a marca indelével que motivou as diversas raças humanas, os gêneros de vida, as formas de agrupamento, etc.

A teoria deduz, mas não é exata, porque os povos se movem também por tradições, por forças espirituais e por muitas outras coisas mais, que, em complexa urdidura, determinam o seu ato coletivo.

Inclino-me pelo possibilismo de Vidal de la Blache, e nesse sentido deverão tomar-se as minhas asserções.

É evidente que as manchas verdes de vegetação podem atrair os grupos humanos e que um cruzamento de caminhos provoca um centro cultural, mas não é forçoso que assim seja. "O verdadeiro problema geográfico, diz Lucien Fèbvre, consiste na utilização das possibilidades".

Na realidade, a humanidade acusa, através da sua evolução, uma curva ascendente no sentido de desligar-se cada vez mais do meio, à medida que vai dominando técnicas mais aperfeiçoadas.

É este o momento de perguntarmos, depois de ter visto na inter-guerra o homem torcer arbitrariamente as rotas naturais do comércio, parar as correntes migratórias, provocar artificialmente em solos não aptos determinadas produções à custa de ingentes sacrifícios; este é o momento de perguntarmos, repito, se não é mais conducente uma volta à natureza. Se não se procura melhorar a felicidade da comunidade estruturando um sistema econômico que respeite as diferenças assinaladas pela geografia sobre a face da Terra; uma economia que deixe de ser autárquica, que se afaste dos nacionalismos estreitos canalizados para a guerra, e compreenda que nenhuma nação pode bastar-se a si mesma e viver isolada do mundo.

Hoje, as terras temperadas são "as zonas de humanidade", as nações mais poderosas estão nelas, os povos ali são mais ativos, as culturas mais depuradas... são as terras que atualmente outorgam mais possibilidades à civilização ocidental.

Até a guerra de 1914, os princípios de uma economia liberal e clássica, que teve o seu auge no século XIX, regiam o natural desenvolvimento dos povos.

As diversas zonas geográficas ofereciam os seus produtos, que o comércio, intensificando-se e aperfeiçoando-se progressivamente, derivava para os seus respectivos escoadouros. Os preços eram regulados no mercado internacional pela lei da oferta e da procura e as nações se dividiam em protecionistas, como os Estados Unidos, e livre-cambistas, como a Inglaterra. Havia leis econômicas e moedas estáveis. A primeira guerra mundial, destruiu os velhos moldes. As enormes reparações de guerra ocasionaram os primeiros desequilíbrios no mundo financeiro; os povos famintos provocaram uma procura artificial de produtos de primeira necessidade. As fábricas, adaptadas antes à produção bélica em que o grande comprador era o Estado, tiveram que voltar à fabricação dos tempos de paz e encontraram fechados os mercados. Veio o desemprego, o descontentamento, e a miséria se generalizava. Os Estados Unidos não integraram a Sociedade das Nações e o generoso espírito internacionalista de Wilson se apaga ante a acentuada política de descaso do partido republicano.

Produziu-se então uma elevação das barreiras aduaneiras, começando uma política de porta fechada: quotas, contingentes, convênios bi-laterais... É o fato humano incidindo e torcendo a natural evolução geográfica. Ninguém se recorda já do liberalismo otimista de Bastiat; os povos estão dominados pelo temor. Este é o quadro da terceira década deste século.

Mas a estas sombras devem-se juntar algumas tintas. Nessa zona temperada que é a "zona de humanidade", a que logicamente dirige o mundo porque é a que oferece mais possibilidades ao gênero humano, surgem dois sistemas políticos fortemente nacionalistas.

Anti-econômicamente se planta trigo no pântano italiano, enquanto que em alguns países tritícolas as leis limitam as áreas semeadas. Café, borracha, frutos oleaginosos, metais e produtos manufaturados correm igual sorte do trigo, 1929 marca a grande depressão. No ano seguinte se fecha o crédito e se revertem as correntes do capital\*.

Os anos de 30 se caracterizam por uma restrição cada vez maior do comércio internacional e pela instabilidade dos preços nas praças internacionais. Até a Inglaterra se afastou do livre câmbio.

Na conferência de Otawa, os domínios concertam com a Grã Bretanha um tratamento aduaneiro preferencial para os seus produtos. Este fato acarretou uma diminuição do tráfico geral e repercutiu seriamente sobre as quotas de exportação dos frigoríficos do Prata.

Nenhuma nação nos seus convênios bilaterais, nas suas respectivas políticas e medidas econômicas, teve o propósito deliberado de prejudicar a outra; cada uma tratava da sua defesa, mas afinal o prejuízo foi comum. Todos os planos financeiros do após-guerra vieram abaixo pelas fendas abertas em virtude da queda das moedas. Curso forçado, inversão e emissão de papel. Armazena-se o ouro; é a corrida do ouro. A Liga das Nações agoniza sem um poder coercitivo que faça cumprir a justiça. Entretanto, os Estados, aumentando o mal estar, intensificam a surda guerra econômica que precedeu a ruptura desta segunda guerra mundial. Voltemos o olhar para a atualidade; vemos uma humanidade que se debate para encontrar uma saída feliz da artificial teia econômica, social e política criada pelo homem na inter-guerra.

Enquanto que nos campos de batalha se luta por conservar os iminentes princípios da civilização, os Estados estruturam os planos que assegurem no após-guerra sólidas bases à vitória.

\* Informação da Delegação das Depressões Econômicas da Liga das Nações.

Esses planos estarão animados de um forte espírito de solidariedade, a ponto de que se possam impor coercitivamente por organismos super-estatais que tenham em mira o bem da humanidade e não o interesse singular de cada Estado. E, para serem equitativos, serão levados em conta como ponto de partida os fatos novos apresentados por esta guerra aos países e os múltiplos problemas de toda ordem que afetam a vida das nações. Possivelmente se ouvirá então a voz dos técnicos, os quais, do ponto de vista de sua especialidade, observarão os fatos novos e aconselharão as medidas a adotar.

☆

Em consequência das drásticas mudanças impostas por este conflito, surgiram alguns fatos geográficos novos, variados no aspecto com a própria geografia e que afetam todas as ordens como a guerra mesma.

Restringiu-se a procura civil de alguns artigos em virtude da suspensão das produções ou das importações.

*Novas indústrias, novos produtos, novas rotas de comércio, deslocamento de grandes massas humanas: eis aqui alguns fatos geográficos novos.*

Os poderosos países industriais orientaram todas as suas energias para o esforço bélico, diminuindo as exportações de artigos manufaturados. De maneira que os povos de economia limitada, como o nosso, se viram obrigados a instalar algumas indústrias, principalmente metalúrgicas. A Argentina, imitando a Itália na pré-guerra, iniciou também uma política de recuperação do ferro velho. Também se puseram em exploração algumas minas de carvão e se intensificaram as já exploradas. A importação de matérias primas que têm por objeto construir usinas pode trazer repercussão no comércio e nos meios de pagamento de um país e, em particular, a expansão das indústrias de metais poderia favorecer o desenvolvimento da indústria em todo o mundo, segundo a informação da Delegação das Depressões Econômicas da Liga das Nações, recentemente publicada. Seria porém errôneo exagerar-se a influência da guerra no que respeita à produção em si. Manuel Chavarria, do Centro de Estudos Sociais do Colégio do México, diz que a Inglaterra necessita para nutrir a sua população importar do estrangeiro 75% dos seus alimentos. Se o bloqueio fôsse totalmente efetivo ou se fôsem deficientes os seus transportes marítimos, todas as suas indústrias iriam a uma bancarrota absoluta: essas indústrias proporcionam à Inglaterra os meios de pagamento daqueles 75% de alimentos necessários à sua subsistência.

☆

Mais profundamente variaram as correntes comerciais.

Nos países beligerantes foram estragados ou arrasados portos, terminais de estradas de ferro, pontes e caminhos.

Os países americanos e em particular o nosso, lutaram contra a escassez e falta de navios e é evidente que aumentamos as nossas relações econômicas com os Estados Unidos.

As nossas compras neste país subiram nestes últimos dois anos de 18,9% a 31% das importações totais, segundo relação apresentada pela Câmara de Comércio dos Estados Unidos ao nosso Governo, relação que foi publicada no mês passado.

Justo é consignar-se o esforço da grande nação do norte para abastecer estes países, principalmente se levarmos em conta que são poucas as nações americanas que contam com suficientes navios mercantes para transportar as suas compras, de tal maneira que os Estados Unidos tiveram que desviar certa tonelagem das suas operações militares para o efeito supramencionado; e também se levarmos em conta que os navios petroleiros devem voltar com lastro.

Consigna ademais o referido informe: "Os navios petroleiros disponíveis, a maior parte dos quais pertence a companhias petroleiras norte-americanas e britânicas, ficaram sob o contróle de um comitê inter-aliado de navios-tanques que teve a função de efetuar as distribuições o mais equitativamente possível entre vários países consumidores".

Nesta ocasião variou a rota comercial do nosso país, que antes se orientava para as Índias Holandesas e o México.

Também passaram os Estados Unidos a ser os nossos abastecedores de ferro, ao passo que antes o eram a Alemanha, a Polônia e a Bélgica.

Nas exportações mantiveram-se as nossas rotas com a Inglaterra, principalmente no que diz respeito a produtos de frigorífico.

Enquanto que no ano de 1940 a Inglaterra comprou 62,02% das nossas exportações, no ano de 1941 o índice subiu a 78,34% e desde então foi mantida e ainda elevada a alta percentagem. Sabe-se, não obstante, que as nossas safras lanares desde 40/41, foram colocadas em sua maior parte nos Estados Unidos.

☆

Passemos agora a outra ordem de fatos que interessam também às comunicações.

Pouco depois de ter estalado a primeira guerra mundial e os cartazes dos jornais da época anunciavam em grandes letreiros as batalhas e demais feitos bélicos que tantas vidas custavam à humanidade, houve um telegrama pequeno, não destacado, que pouca atenção chamou. Havia-se aberto ao comércio o canal de Panamá. Era um fato humano com projeções geográficas. Os Estados Unidos tinham aberto o canal para unir suas duas esquadras; a do Atlântico com a do Pacífico. Mas essa obra revelou a sua verdadeira importância quando veio a paz, porque a pequena boca do canal de Panamá atraiu as frotas de quase todos os mares do mundo. Também há durante esta guerra dois fatos aos quais atribuo grande importância. São eles: a construção da Rodovia Pan-Americana, que pode ter na paz inesperadas projeções políticas, sociais e econômicas, e a construção da represa de Gran Coulee, no rio Cúmbia (Estados Unidos), "sonho de engenheiros fantasistas", como se falou. A primeira Conferência Pan-Americana celebrada em Washington recomenda aos Estados Unidos a construção de uma *ferrovia internacional americana*. Na quinta Conferência Pan-Americana (1923) foram aprovadas resoluções sobre estradas interamericanas e regulamentos do tráfego.

O artigo 6.º das resoluções diz: "Recomendar aos Estados que enviem à União Pan-Americana de Washington, dentro de um prazo de seis meses a partir desta Conferência, um informe sobre as *estradas de automóveis* que possuem atualmente, assim como das que estão em construção e em projeto".

O 7.º "Recomendar a celebração de convenções relativas ao transporte por automóvel, a fim de precisar a condição jurídica internacional dos automóveis e regulamentar a circulação deles entre os diversos países".

Em 1925 constituiu-se em Buenos Aires a Confederação Pan-Americana de Educação de Trânsito.

Em *La Prensa* de 21 de janeiro de 1940, citada por Dagnino Pastore na sua obra *Geografia Econômica da Argentina*, se anuncia a próxima abertura da Rodovia Pan-Americana, com um percurso de 20 000 quilômetros assim descritos:

"Partindo de Otawa, passa por Montreal, Nova York, Filadélfia, Washington. Depois vai para oeste até Indianápolis, depois para o sul até Laredo, onde concorre a rodovia litoral que partindo de Washington passa por Jacksonville e Nova Orleans.

De Laredo vai para o sul por México, Guatemala, São Salvador, Tegucigalpa, Manágua, São José, Panamá e chega já na América do Sul em Bogotá (unida por sua vez com Caracas).

De Bogotá, pela costa do Pacífico, a rodovia passa por Quito e Lima. Em Nazca se bifurca: Uma delas segue pela costa até Santiago e por Huspallata até Buenos Aires; a outra vai a La Paz e chega a Buenos Aires por La Quiaca, até o Rio de Janeiro por Santa Cruz e Corumbá; até Assunção por Sucre e Villasumitas.

Por sua vez Assunção se vincula ao Rio de Janeiro e a rede mesopotâmica argentina se articula em Paso de los Libres (Uruguaiana) com a brasileira e esta com a do Uruguai".

Outro importante fato novo é a construção das represas de Fort Peck, Bonneville, do rio Colúmbia e Shasta. Mas a mais importante de todas é a do rio Colúmbia. Esta represa começou a dar energia em março de 1941.

O aproveitamento hidro-elétrico dos rios pode transformar, quando generalizado, o panorama econômico e social de muitas nações.

☆

Também se apresentaram nesta guerra fatos demográficos novos.

As diversas paisagens geográficas oferecem variadas possibilidades ao gênero humano, mas é o homem com o seu trabalho que realiza a grandiosa epopéia pelo domínio da natureza.

Ação das massas e dos grupos... não interessam as individualidades, mas a população pobre; interessa a massa anônima que não figura em documentos nem se destaca nos primeiros planos, interessam os grupos que utilizam o "horizonte de trabalho" que lhe provê o meio; é a massa dos pequenos a que constitui o fundo demográfico mais especialmente exposto a todas as crises. O "horizonte de trabalho", como o chama Pierre Deffontaines, é uma resultante do gênero de vida imposto pelo quadro climático-botânico, pela cultura e pela civilização de um grupo que lhe permita valorizar as suas fontes de riqueza, o seu padrão de vida, etc.. Da interferência de todos êsses fatores surge o conceito de super-população.

Em tempos normais, quando as curvas de trabalho declinam, prejudicam principalmente a essa pobre gente que forma o fundo demográfico de um povo e que vive num equilíbrio de vida instável.

Pode-se então formar uma corrente migratória que se orientará não para onde haja mais densidade de riquezas, mas para os "horizontes visíveis de trabalho".

Em tempos de guerra e especialmente durante uma guerra mundial, não só é afetada a pobre gente, mas a totalidade de uma população.

E é assim que vai desfilar pelos mares do mundo a longa caravana dos refugiados, trazendo nas suas retinas o horror da devastação e no coração a dor do desalento.

Mas são largos os caminhos da Terra e múltiplos os seus remansos de paz. O México recebeu com generosidade os espanhóis. Serão semente de liberdade e fidalguia em terra fecunda.

O Brasil, a Austrália, o Canadá podem receber muitos mais. Mas depois desta guerra notar-se-á um retrocesso nos índices de natalidade do ocidente europeu; super-população em alguns países da Europa, Ásia e América Antilhana; sub-população na América do Sul.

E o problema dos refugiados será somente um capítulo do problema demográfico geral.

Erro seria voltar às livres correntes migratórias do século XIX. As terras ermas reclamam braços que as fecundem, mas é necessário povoá-las com gente que saiba valorizar as riquezas, com núcleos humanos que espiritualmente e etnicamente se incorporem à vida da nação que os acolhe. Existe íntima relação entre a abertura de novos mercados e o movimento de populações, e, como diz o eminente Dr. Van Zeeland, ex-primeiro ministro da Bélgica, a infiltração deve ser regulada e a colonização efetuada por grupos propriamente organi-

zados. E para que a imigração obtenha maior êxito, deverão constituir-se obras públicas e inversões em grande escala, que tenham por objeto valorizar novas fontes de riqueza e prover o imigrante dos meios de trabalho que tornem eficaz o seu labor.

Os estudos geográficos sobre o meio físico, condições edáficas e quadros climato-botânicos das diversas regiões do mundo, servem para estruturar cientificamente as condições de *habitat* que a Terra naturalmente oferece ao gênero humano. Apresenta-se assim a geografia como ciência de síntese de disciplinas mais particularizadas, que, como a física, a química, a matemática, a meteorologia, etc., se aplicam ao mundo inerte, e que como a botânica, a economia, a história, a etnologia, etc., se aplicam à biosfera e, algumas delas, em particular aos grupos humanos. De tal maneira, um sentido de unidade orienta a sua investigação que conduz a conclusões de interdependência do homem com o tapete vegetal, do quadro ambiental aos núcleos organizados e destes entre si.

Portanto, o mundo atual visto através do cristal geográfico, apresenta uma série de fatos novos produzidos pela ação voluntária do homem, alguns dos quais favorecem a evolução geográfica e outros a contrariam. Todos aqueles feitos dos homens que conduzem a reconhecer e fortalecer a interdependência das distintas zonas da Terra trarão bem para a humanidade, porque assentam em bases científicas sólidas. Em compensação, serão contrários à felicidade dos homens todos aqueles fatos que artificialmente desliguem o trabalho de um povo do quadro climato-botânico em que vive, ou aqueles atos que contrariam o sentido de unidade e interdependência que anima a nossa disciplina.

Que cada país produza aquilo para que naturalmente está melhor dotado, levando em conta o seu "horizonte de trabalho".

Que se intensifiquem os meios de comunicação, porque se é certo que detrás da caravana de comércio, vai a caravana do pensamento, ganhará a solidariedade dos povos através da corrente de idéias e da simpatia do conhecimento.

É desejável que toda a dor deste tremendo conflito depure de egoísmos particularistas as nações e que assim como no seio de cada sociedade os organismos estatais regulam bem comum, às vezes, à custa do interesse do indivíduo, na comunidade internacional, organismos super-estatais propiciem as melhores soluções em bem de todos.

Esse organismo super-estatal estudará, no que diz respeito à geografia, entre outras coisas, as correntes migratórias, as órbitas de interdependência de cada produto, redistribuirá as riquezas da Terra e cada nação regerá então a sua conduta no interior, obedecendo a um vasto plano geral de coordenação.

☆

Estas expressões traduzem uma nova esperança para a convivência feliz da comunidade internacional.

Da luta incessante do homem sobre os mares e os continentes, nessa alternativa fecunda de ações e reações, surgem as correntes do progresso que impelem o curso civilizador da história.

O triunfo das tendências humanitárias fixará os perfis da sociedade futura, que hoje se está esboçando num cenário penetrado de tantas inquietudes.

*Uruguai, maio de 1944. "Primeira Semana Geográfica".*

 Se lhe interessa adquirir as publicações do Conselho Nacional de Geografia, escreva à sua Secretaria — Praça Getúlio Vargas, 14, Edifício Fco. Serrador, 5.º andar — Rio de Janeiro, D.F., que o atenderá pronta e satisfatoriamente.

# O Problema dos Sambaquis

*"Sambaquis de Imbituba e Laguna  
— Santa Catarina" — Revista da  
Sociedade de Geografia do Rio de  
Janeiro — Tomo XXXII — 1928  
(1.º semestre).*

Prof. S. FRÓIS ABREU

Da Comissão da Biblioteca Geográfica Brasileira  
e técnico do Instituto Nacional de Tecnologia

## I

Antes de entrar pròpriamente no assunto dêste capítulo, convém dizer algumas palavras sôbre certas dificuldades em estudar, aqui, qualquer ramo da História Natural.

No interior no nosso país, um naturalista é visto quase sempre com certa prevenção. Se traja mal e não dispõe de grandes recursos pecuniários, passa logo por explorador, na má acepção, capaz de pedir dinheiro emprestado, e, conseqüentemente..... um homem temível.

Se veste bem e dá gorjetas aos guias, — é um milionário que desperdiça o tempo e o dinheiro em cousas fúteis. Nós certamente, já fomos considerados desde milionário até perigoso maníaco e, recentemente, quando observamos os sambaquis em Santa Catarina, fomos promovidos a lançador do impôsto de indústrias e profissões.

Desde as primeiras visitas que fizemos aos sambaquis, percebemos, logo à primeira vista, a desconfiança dos pequenos usufrutuários dos "casqueiros". Apesar de os tratar quase com aquela brandura e suavidade que José Bonifácio aconselhava para captar a afeição dos selvagens do Brasil, notamos que havia uma certa prevenção.

Soubemos depois o conceito que faziam a nosso respeito: — um fiscal do govêrno que estava examinando as caieiras para lançar um pesado impôsto sôbre os pequenos fabricantes de cal!

A causa disso é simplesmente a falta de instrução.

Se o povo é inteiramente analfabeto, se vive completamente alheio a qualquer manifestação do saber, como pode compreender que homens do Rio de Janeiro possam ter interêsse de saber quantos sambaquis há no município de Laguna, e como estão localizados?

Certamente, enquanto não se elevar o grau de cultura do povo brasileiro, desde a litoral até o imo dos sertões, os que quiserem estudar a nossa terra hão de encontrar muitos empecilhos.

O que acabamos de relatar tem acontecido a muita gente; deu-se conosco — apagado observador das nossas cousas — e deu-se com Humboldt — o grande naturalista a quem tanto deve a América Espanhola.

Alexandre Humboldt viajou pela América em fins do século XVIII e principio do seguinte; essa grande excursão foi feita às suas próprias custas, portanto, segundo o errôneo conceito popular, Humboldt não passou dum homem rico que gastou o tempo e o dinheiro em cousas fúteis. Do Brasil, o genial naturalista só conheceu o extremo norte da Amazônia e só a noticia de que êle devia andar em território nacional fêz que o govêrno português expedisse ordens severas para que prendessem "um tal barão de Humboldt, natural de Berlim", que andava fazendo observações no intuito de corrigir os defeitos dos mapas e que pretendia ir à capitania do Maranhão "a fim de examinar Regiões dezertas e desconhecidas até agora a todos os Naturalistas". O governador da capitania do Ceará, Bernardo Manuel de Vasconcelos, a 21 de julho de 1800, transmitiu em circular, às câmaras e demais autoridades do interior,

cópia da *ordem régia*, prometendo uma gratificação de 400\$000 a quem prendesse o homem que, sob o pretexto de fazer observações geográficas, topográficas e científicas, dizia o documento, queria tentar, por meio de novas idéias e capciosos princípios, os ânimos de fiéis vassallos, sendo essas viagens pelo território de S. M. sumamente prejudiciais aos interesses da coroa.

Isso foi, certamente, a causa de não termos merecido atenções mais demoradas do grande reformador da geografia. A corte espanhola procedeu de modo bem diferente, pois, de Aranjuez, a 7 de maio de 1799, expedia-se o documento abaixo :

“Ordena S. Magestade a los capitanes generales, comandantes, gobernadores, corregidores y demás justicias, no impidan por ningun motivo la conducción de los instrumentos de Física, Química, Astronomía y Matemáticas, ni el hacer en todas las posesiones ultramarinas las observaciones y experimentos que (el Sr. de Humboldt) juzgue útiles, como tampoco el colectar libremente plantas, males, semillas y minerales; medir la altura de los montes; examinar la naturaleza de éstos y hacer observaciones astronómicas y descubrimientos útiles para el progreso de las ciencias; pués, por el contrario, quiere el Rey que todas las personas y quienes corresponda den al barón de Humboldt todo el favor, auxilio y protección que necesite”.

A razão deste confronto foi apenas justificar porque Humboldt não viajou longamente pelo Brasil, e não censurar aqui a attitude, aliás reprovável, do governo português. Terminada essa digressão, passamos precisamente ao assunto deste capítulo.

Julgamos não ser preciso distender-nos acêrca do que é um sambaqui.

Todos sabem que se dá êsse nome às acumulações de carapaças de moluscos, principalmente ostras e berbigões que se encontram no litoral, mais comumente à borda das enseadas, rios, estuários e lagunas.

Nessas acumulações de conchas encontram-se freqüentemente ossos humanos, artefatos de indígenas, espinhas e vértebras de peixes, ossos de mamíferos, carvão de madeira, etc.

Tomam nomes diversos nas diferentes regiões onde ocorrem; em Santa Catarina são chamados “casqueiros”, embora sejam também conhecidos pelo nome indígena “sambaqui”.

São “casqueiros” porque dali se tira “casca”, que vai ser queimada para produzir cal ou “cali”, consoante e prosódia naquella região.

Há sambaquis no norte e no sul do nosso país, e também os há espalhados em diversas regiões da América do Norte, da Europa, da Africa, da Asia e da Oceânia. O sambaqui não é pois, uma cousa particular ao Brasil. Cá chamamos sambaqui, na costa do Pacífico chamam “conchal” e no resto do mundo, generalizou-se a denominação dinamarquesa: *kjoekkenmødding* ou a versão inglesa *kitchenmiden*, que significa resto de cozinha.

Aqui, no Brasil, a sinonímia é variada, “casqueiro”, “ostreira”, “berbiqueira”, “sernambi”, etc.; contudo, os termos mais gerais são sambaqui para os eruditos e casqueiro para o povo sulista. No estrangeiro são muito conhecidos os *kjoekkenmøddingen* da Dinamarca estudados por Steenstrup, Worsaae e Forchhammer; os de Portugal, no vale do Tejo, estudados por Carlos Ribeiro; Pengelly e Spence Bate estudaram os do Cornwall e Devon, na Inglaterra; Gordon estudou os da Escócia, Hammy e Sauvage os da França, (Fon-San-Salvador-San-Valery sur Somme e Etaples); ainda há na Lapônia e noutros pontos da costa do Báltico.

Na Asia, Early estudou os da península Malaia; consta que há muitos por serem estudados na costa oriental e meridional da Austrália.

Na Africa, os do Egipto ficam no deserto, em situação tal que as mais altas cheias do Nilo não os atingem; foram estudados por Jacques Morgan.

Nos Estados Unidos da América do Norte, ocorrem em Massachusetts, Geórgia, Maine, Flórida, costa do Pacífico, etc.

Foram observados, entre muitos outros pelo grande geólogo Charles Lyell e mais modernamente por Harlen Smith, N. E. Nelson e outros. Darwin conheceu os da Terra do Fogo; Ameghino dedicou-se aos da Argentina, Max Uhle aos das costa do Peru; Rath aos da Guiana Holandesa; Aureliano Oyarzulm aos do Chile.

Vamos agora passar em revista os do Brasil. São conhecidos no vale do Amazonas, na costa do Pará, do Maranhão, da Bahia, do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Desde que os primeiros homens eruditos começaram a colher dados para escrever as célebres histórias que eram, a um só tempo, História Política e História Natural, tiveram a atenção despertada por aquêles montes de conchas, tão comuns em certas paragens próximas ao mar.

Quase todos êles falam dêsses montes; alguns os descrevem com muita fidelidade; são unânimes em afirmar que foram feitos pelos selvagens.

O padre Fernão Cardim figura das mais luminosas do Brasil quinhentista, e seiscentista já falava dêsses casqueiros. Em seu tempo, havia alguns perto da cidade do Salvador, pelo que se depreende de suas palavras.

“Ostras — As ostras são muitas, algumas dellas são muito grandes e teem o miolo como huma palma da mão; nestas se acham algumas perolas muito ricas, em outras mais pequenas tambem se acham perolas finas. Os Indios naturaes antigamente vinham ao mar ás ostras, e tomavam tantas que deixavam serras de cascas, e os miolos levavam de moquem para comerem entre anno, sobre estas serras pelo decurso do tempo se fizerão grandes arvoredos muito espessos, e altos, e os portuguezes descobrirão algumas, e cada dia se vão achando outras de novo e destas cascas fazem cal, e de um só monte se fez parte do Collegio da Bahia, os paços do Governador, e outros muitos edificios e ainda não he esgottado...”

Não menos interessante que a noticia do padre Cardim é a de um eminente historiador do século XVIII — o frade beneditino Gaspar da Madre de Deus.

Foi êle quem mais se distendeu sôbre sambaquis reconhecendo como Fernão Cardim, a participação dos primitivos habitantes desta terra na elevação dêsses montes, bem antes de estabelecer definitivamente essa doutrina na Europa.

Foi no ano de 1874 que três dinamarqueses, Forchhammer, Steenstrup e Worsaae; em continuação aos estudos de Thomsen e Nilsson, entregaram-se, em conjunto aos exaustivos estudos dos *kjoekkenmodding* (sambaquis) e *skovmoser* (turfeiras que têm indícios do homem pré-histórico) da Dinamarca e, por assim dizer, sistematizaram os estudos dessa natureza.

Foram de tal monta essas pesquisas, que levaram Quatrefages a dizer que êsses três dinamarqueses fizeram para a História do Homem, o que Buch, Elie de Beaumont e Cuvier fizeram para a História do Globo.

Ainda não século XVIII o erudito monge paulista (frei Gaspar da Madre de Deus nasceu em São Vicente a 9 de fevereiro de 1715) escrevia os seguintes trechos:

“Indios particulares em todo o tempo, e povos inteiros em certos mezes vinhão mariscar na costa; escolhião entre os *Mangaes* algum lugar enxuto, aonde se arranchavão, e d’alli sahião como enxames de abelhas a extrahir do lodo os testaceos maritimos, É indizível a immensidade que colhião, de ostras, berbigões, amejoas, sururús de várias castas, e outros mariscos; mas a pesca principal era de ostras e berbigões ou porque gostassém mais d’elles, ou porque os encontrassem em maior copia, e colhessem com facilidade. De tudo isto havia, e ainda hoje ha muita abundancia nos *mangaes da Capitania de São Paulo*. Com os taes mariscos se sustentavão emquanto durava a pescaria, o resto secavão, e assim beneficiado conduzião para suas Aldeias, onde lhes servia de alimento por algum tempo. As conchas lançavão a uma parte do lugar onde estavam congregados, e com ellas formavam montões tão grandes, que parecem outeiros a quem agora os vê soterrados.

Daqui nasceu escreverem alguns autores que é mineral a materia de que faz a cal em varias partes da America. Enganarão-se, mas com desculpa; por que a terra conduzida pelas aguas e ventos para cima d'aquelles montões, formou sobre elles crustas tão grossas que n'algumas partes chegam a ter capacidade para sustentarem, como sustentão, arvores bastante altas, que sobre ellas nascerão, e se conservão sempre viçosas.

Tanta é a antiguidade destas *Ostreiras* (assim lhe chamavam na Capitania de São Paulo) que a humidade pelo decurso dos tempos veiu a dissolver as conchas de algumas dellas, reduzindo-as a uma massa branda, a qual petrificando-se pouco a pouco com o calor, formou pedras tão sólidas que é necessario quebral-as com marrões ou alavancas, antes de as conduzirem para os fornos onde as resolvem em Cal. Destas conchas dos mariscos que comerão os indios, se tem feito toda a cal dos edificios desta Capitania desde o tempo da fundação até agora, e tarde se acabarão as *Ostreiras de Santos, São Vicente, Conceição, Iguape, Cananéa, etc.*, (Iguaes montinhos se encontram na praia que vae da villa de Lagunas ás Torres, na Provincia de Santa Catharina). Na maior parte dellas ainda se conservão inteiras as conchas, e n'algumas achão-se machados (os dos indios eram de seixo muito rijo) pedaços de panellas quebradas, e ossos de defuntos; pois se algum indio morria no tempo da pescaria, servia de cemitério a *Ostreira*, na qual depositavão o cadaver, e depois o cobrião de conchas".

Se pretendêssemos fazer referências a todos os que trataram do assunto, certamente tornaríamos este capítulo por demais fastidioso, porque muitos retem as mesmas idéias, quase com as mesmas palavras.

Nosso intuito não é historiar as pesquisas sôbre sambaquis no Brasil, mas apenas dar algumas explicações indispensáveis para a boa compreensão das questões que vão ser tratadas nas páginas seguintes.

Em seguida pretendemos externar os fatos observados recentemente e mostrar como julgamos se deva interpretar essa intrincada questão, dando, ao mesmo tempo, ensejo a que cada um disponha de dados concisos para formular as teorias que lhe pareçam mais racionais.

Desde o padre Fernão Cardim, provincial do colégio da Bahia, no principio do século XVII, até os pesquisadores contemporâneos, entre os quais não podemos deixar de citar, como dos mais autorizados, Heloisa Tôrres e Raimundo Lopes, ventilaram o problema os estrangeiros Carlos Frederico Hartt, Carlos Rath, Ricardo Krone, Carlos Wiener, Fritz Müller, Josef Siemiradzki, Hermann von Ihering, Prof. Karl von Kozेरitz, Oskar Canstatt, Von den Steinen, Königswald, Charles Van Lede, Alberto Loefgren, Santos Lahera, e os nacionais Roquete Pinto, Everardo Backheuser, Antenor de Moraes, Antônio Dias, Ermelindo Leão, Silva Coutinho, João Batista de Lacerda, J. Rodrigues Peixoto, Guilherme Schuch de Capanema, Benedito Calisto, J. S. Tavares, Domingos Soares Ferreira Pena, Miranda Azevedo, Simoens da Silva, Ladislau Neto, João Barbosa Rodrigues, Silvério Guimarães, Luís Gualberto e outros.

Pode-se, destarte, avaliar a extensão da bibliografia sôbre Pré-história, no que diz respeito aos sambaquis.

De tanto tempo de estudo em busca da compreensão desse enigma resultaram, em última análise, duas correntes de idéias. Uns acreditam que o sambaqui é uma formação natural, outros pensam que tem uma origem humana e representa o esforço do homem primitivo.

Por comodidade de expressão, chamemos, respectivamente, de "naturalistas" e "artificialistas" aos que abraçam a primeira e a segunda hipóteses.

Os "naturalistas" acreditam que os sambaquis são originados pelo recuo do oceano ou pela ação eólica sôbre conchas lançadas às praias, pelo movimento das águas marinhas.

Os "artificialistas" pensam que se trata apenas de restos de refeições, restos de cozinha, (*kjoekkenmødding*), ou monumentos construídos intencionalmente.

Afora essas hipóteses há ainda quem considere o sambaqui um trabalho de atêrro e há também uma teoria tão espalhada entre o povo inculto do litoral, que consiste em ver no sambaqui os vestígios do dilúvio bíblico.

Na região sul-catarinense fala-se muito nisso e a plebe vê naquelas ossadas, encontradas freqüentemente pelos fabricantes de cal, os despojos dos impios que morreram no dilúvio universal, referido na Bíblia.

Esses *Homo diluvii testis* de Santa Catarina não são elefantes como os da Bélgica, no tempo de Cuvier, ou um simples batráquio como o *Homo diluvii testis* de Scheuchzer.

São *Homo Sapiens* sem dúvida alguma, apenas julgamos que não viram dilúvios mas também não chegaram a conhecer os portugueses.

Vamos agora recordar, em traços rápidos os principais argumentos que depõem a favor de cada uma das principais teorias de origem dos sambaquis, antes de passarmos a tratar dos que observamos em Santa Catarina.

A teoria da formação natural reza assim: — o sambaqui é um amontoado de carapaças de lamelibrânquios e gastrópodos, acumulados pelos agentes naturais, correntes oceânicas, ação do vento, etc. Essa teoria foi defendida por João Batista de Lacerda, Hermann von Ihering, Carlos Rath, e, mais recentemente, pelo professor Everardo Backheuser.

Na expressão mais simples, é um monte de “cascas” de moluscos, pode ter forma alongada, ou arredondada, pode conter ou não ossos humanos e artefatos líticos. Backheuser vê no sambaqui uma prova do recuo eustático do oceano, que, ao afastar, vai deixando, ao longo do litoral, extensos depósitos de conchas. Onde hoje é terra firme e habita muita gente que vive da fabricação de cal, ontem — um ontem geológico — estava sob as águas do mar.

Realmente, a grande extensão de certos depósitos conchilióforos, mais ou menos paralelos à atual linha da costa, formados quase inteiramente de uma espécie (*Venus flexuosa*), em camadas alternadas com areia, parece atestar indubitavelmente sua origem natural.

O material retirado de casqueiros dêsse tipo como é o da pedra de Guaratiba, no Distrito Federal, apresenta-se tal qual o que se retira da lagoa Araruama, em Cabo Frio.

Bastará um movimento de regressão marinha de jeito a afastar as águas naquele trecho do Estado do Rio (lagoa Araruama) para se ter em alguns pontos casqueiros semelhantes aos da Pedra de Guaratiba e alguns de Santa Catarina.

Uma fotografia reproduz o aspecto da camada conchiliófora na Pedra de Guaratiba podendo-se notar a estratificação das conchas, que são predominantemente do gênero *Venus*.

Hermann von Ihering, reputado cientista alemão, ex-diretor do Museu Paulista e atualmente professor honorário de paleontologia na Universidade de Giessen, na Alemanha, foi o mais ardente defensor da teoria do sambaqui natural\*.

Em seus escritos percebem-se, ao lado de uma inabalável convicção do seu ponto de vista, freqüentes manifestações de intransigência e mesmo conceitos pouco polidos para todos quantos não se amoldavam às suas idéias. Gaba-se ter sido o primeiro a descobrir que o sambaqui é um fenômeno puramente natural e atribui a frei Gaspar da Madre de Deus, o “inventor” da teoria do artificialismo.

O eminente cientista estrangeiro sofria daquele mesmo mal que Sívio Romero atribuía a certos etnógrafos nacionais — o egotismo incurável.

Von Ihering convenceu-se de que o sambaqui é um fenômeno geológico e para tudo apresentava uma explicação, por mais incoerente que fôsse. Encontravam-se artefatos de pedra?

— Vinham conduzidos pelo mar, como os “seixos que os rios carregavam”. Havia esqueletos?

— Eram de índios que se afogavam...

\* Tanto Backheuser, como Roquete Pinto, que já se mostraram simpáticos à teoria da formação natural, admitem, atualmente, as duas hipóteses, como é lógico e comprovado pela observação.

Como ele próprio tivesse ocasião de ver sambaquis onde havia uma quantidade enorme de machados, ossadas de homens ou animais terrestres, limitou-se a dizer que para “esses” era preciso admitir outra explicação. Finalmente, ele próprio confessa que suas teorias não estavam livres de contestação.

Ora, justamente “esses” para os quais Ihering admitia “outra explicação” é que constituem verdadeiramente os sambaquis”; os outros são pseudo-sambaquis, como explicaremos oportunamente.

A confusão introduzida no estudo de sambaquis resulta principalmente da falta de capacidade seletiva de certos observadores que não têm sabido diferenciar o sambaqui verdadeiro do pseudo-sambaqui, que é uma mera formação natural.

Nosso segundo imperador, como homem culto, também se interessava pela questão dos sambaquis; de uma feita visitou os casqueiros de Santos, em companhia de Carlos Rath que se dedicou ao estudo dos sambaquis na costa meridional do Brasil.

Num casqueiro, em São Vicente, Rath, em companhia de Pedro II, desenterrou sete esqueletos... Seria, porventura a prova do naufrágio de uma ubá tripulada por sete indígenas?...

Carlos Rath sem dúvida alguma, foi um profundo conhecedor da pré-história do Sul do Brasil; ele próprio diz em seu folheto publicado em 1875 em São Paulo, que observou toda a costa do Brasil, desde Angra dos Reis até à lagoa dos Patos.

Para se conhecer as idéias de Rath basta transcrever algumas palavras escritas com clareza pouco vulgar nesses assuntos:

“Essas camadas de grossuras idênticas para todos os lados dêste terreno e feitas pelo dilúvio e não pelas mãos dos homens como alguns acreditam.

A evidência é bem manifesta para qualquer homem de critério, ainda falho de conhecimentos geológicos.

Em certas partes dêstes outeiros, cobertos com estas terras diluviais de vinte até trinta pés de profundidade, acham-se as sepulturas de um povo que viveu antes do dilúvio e conhecidas pelos nomes de sambagués, casqueiros, caieiras ou calheiras, ostreiras, berbigueiras, etc.”

Cumpre frisar que Rath, depois de dizer que se encontram vértebras de peixe, ossos de mamíferos, cerâmica, vestígios de fogo, etc., escreve esta frase:

“Alguns sambaquis existem que não contêm todos os objetos apontados”.

Rath era bem germânico, quem lê o seu opúsculo intitulado: *Algumas palavras etnológicas e paleontológicas a respeito da província de São Paulo*, percebe logo a profunda antipatia que ele devotava à raça negra. Tinha uma verdadeira melanofobia; o problema dos sambaquis já estaria elucidado, pensava ele, se não fôsem os negros com as suas enxadas, que quebravam os crânios e inutilizavam as peças de cerâmica.

Por diversas vezes aparece o estribilho: se não fôsem os negros... Isso é uma injustiça reconhecível por qualquer pessoa que já tenha feito escavações em sambaquis.

Em nossas próprias mãos, nos sambaquis do Distrito Federal, Estado do Rio e Santa Catarina, vimos desfazerem-se ossadas de grande número de indivíduos, apesar do interesse e do cuidado que dispensávamos a essas preciosas relíquias do homem pré-histórico.

Roquete Pinto, atual diretor do Museu Nacional, em 1906, estudou os sambaquis da costa setentrional do Rio Grande do Sul, tendo encontrado cerca de 23, desde um pouco abaixo do Tramandaí, até à vila de Tôrres.

Ele se coloca entre os ecléticos e se inclina para a hipótese de uma formação eólica influenciado pelo tipo dos casqueiros riograndenses. Para ele há “sambaquis, cuja formação não pode ser absolutamente atribuída à atividade humana, sendo talvez produto da ação eólica, verdadeiras dunas de conchas”.

Na parte superior de alguns, encontrou cerâmica, que classifica "da melhor espécie quanto à pasta e quanto à ornamentação, de valor estético muito maior do que o existente na cerâmica que se tem encontrado em algumas jazidas dessa natureza no Brasil".

Agora, algumas palavras sôbre os principais pugnadores das teorias do franco artificialismo.

Para não nos alongarmos muito, trataremos apenas de Hartt, Krone e Loefgren.

O primeiro dos três é um nome assaz conhecido e com muita justiça reputado grande cientista. Discipulo de Agassiz e precursor de Derby, nos importantes trabalhos sôbre geologia do Brasil, chegou até cá em 1865, na Thayer Expedition. O país o encantou e êle não pôde viver longe desta terra tão cheia de atrativos para os amantes das Ciências Naturais.

Ocupou em nosso país os mais altos postos a que podia aspirar; foi chefe da Comissão Geológica do Império, e professor do Museu Nacional.

Morreu prematuramente, em 1878, contando apenas 38 anos de idade.

Não obstante tão curta existência, deixou importantes trabalhos sôbre geologia, geografia física, paleontologia e etnologia do Brasil.

E' bem verdade que cometeu erros graves. Acreditava na glaciação pleistocênica, inculcada em seu espirito pelo fundador da teoria, seu mestre Luis Agassiz. Mas isso não anula sua reputação, porque foi farta a messe dos trabalhos de valor que êle produziu.

Um, dois ou três erros, anulam-se em face de centenas de fatos reais que êle descobriu.

Hartt escreveu sôbre os sambaquis fluviais da Amazônia, em suas *Contribuições para a etnologia do vale do Amazonas*, publicadas em 1885. Mostrou que havia sambaquis no vale do Amazonas, a centenas de quilômetros do oceano, e no baixo Tocantins, tal como ocorre no Egito, no vale do Nilo.

O professor Hartt, muito afeiçoado aos estudos etnológicos e conhecedor de *mounds* e *kitchenmiddens*, de sua pátria, via nos sambaquis obra do homem pré-histórico.

Referindo-se aos do vale do Amazonas, estudados por êle e pelo professor Steere, disse que não tendo encontrado ossos ou carvão, no rápido exame a que procedeu, chegou — são palavras dêle — "um tanto levanamente, à conclusão de que o depósito se formou naturalmente".

Êle salientava que nas margens do Tapajós encontravam-se pequenas acumulações naturais de conchas das mesmas espécies existentes naqueles sambaquis; daí sua inclinação para aquela hipótese.

Algum tempo depois, o professor Steere estudou melhor aquêles depósitos e encontrou artefatos humanos, dando ensejo a Hartt de escrever: "Que os animais cujas conchas formam o sambaqui, foram empregados para alimentação, é fora de dúvida porque, como mostrarei mais adiante, há em outras partes da América sambaquis de conchas fluviais, que tiveram o mesmo fim...", etc.

Ricardo Krone, é o franco partidário do artificialismo. Sua opinião reverte-se de muita autoridade porque estudou o problema durante os vinte anos de estada na zona de Iguape.

Julgamos mesmo que seus trabalhos sôbre o assunto são a melhor contribuição ao estudo dos sambaquis brasileiros.

Êle viu nos sambaquis de Iguape sômente obra do homem, e diferenciava sambaquis antigos de modernos. Aquêles — eram os mais afastados da costa atual e compostos de ostras; os mais modernos eram predominantemente de berbigões e foram sendo construídos à medida que a borda litorânea foi se aproximando da posição atual. Observava que as camadas de ostras quase só continham ostras, ao passo que as de berbigão continham muitas vezes alguns espécimes daquelas — o que nós também notamos, em Santa Catarina. Explicava a presença de algumas espécies pequenas e imprestáveis para alimentação, tais como as *Neritinas*, atribuindo sua vinda sem intenção, de mistura com os berbigões.

Para os *Bulimus*, achados no interior do depósito, invoca a possibilidade de chegarem até lá por seu próprio movimento, o que não nos pareceu curial. A grande quantidade de *Bulimus* no interior de alguns sambaquis indica que foram usados seja para alimentação humana, seja para qualquer outro destino. Não admite hábitos de antropofagia, explicando as fraturas de ossadas por pressão das camadas sobre os ossos já isentos de matéria orgânica.

Alberto Loeffgren, foi também um desses estrangeiros para quem nós vemos ter sempre um gesto de simpatia.

O tempo que passou em nosso país, gastou-o em trabalho perseverante e valioso. Foi membro da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, fazendo parte integrante daquele grupo de trabalhadores que legaram ao Estado de São Paulo um minucioso conhecimento de grande porção de sua área.

Depois foi botânico da Inspeção Federal de Obras contras as Secas, cargo que lhe proporcionou conhecer bem o Nordeste; morreu pouco depois de ter sido nomeado para o nosso Jardim Botânico.

Em São Paulo, Loeffgren dedicou-se ao estudo dos sambaquis e publicou na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* (ano de 1903) uma crítica sobre o trabalho de von Ihering.

Era um perfeito conhecedor dos casqueiros paulistas e um ardoroso defensor do artificialismo. Ilustrando um artigo de Loeffgren, publicado na revista *Chácaras e Quintais*, de 15 de junho de 1915, vê-se um sambaqui no rio Velho, em Santa Catarina.

É um belo exemplo de sambaqui cônico, de estilo peito de mulher, de onde a designação tupi *tambá-ky* — etimologia de sambaqui, segundo Batista Caetano de Almeida Nogueira.

Essa etimologia foi aceita durante muito tempo, porém, o Dr. José Geraldo Bezerra de Meneses, respondendo a uma consulta do professor Backheuser, insurge-se contra ela e após longa justificação apresenta as hipóteses etimológicas: sambaqui deriva de samanguaiá — (berbigão) e ibicui (areia) ou sambanuaiá — ibicui, isto é, de samanguaiá, ou sambanguaiáacui, isto é, samanguaiás como pó, muito samanguaiá, etc.

Loeffgren acreditava que os sambaquis, eram construções de um povo pré-histórico, gente diversa da que aqui encontraram os portugueses, não eram cemitérios, mas restos de refeições e, como os ossos estavam frequentemente quebrados, deduzia que os construtores dos sambaquis eram antropófagos.

Para Loeffgren os sambaquis eram *ante-colombianos*, mas não *ante-diluvianos*, como queria Rath.

Em seu trabalho *O homem do sambaqui*, Loeffgren deixa-se dominar por expansões idealistas e procura descrever tendências e usanças dessa raça primitiva.

Resta-nos agora escrever palavras acerca dos principais observadores que não se deixaram enlaçar pelas teorias já expostas.

Para nós, foram esses os que melhor interpretaram a questão, ou porque tivessem abordado o assunto com a mais absoluta isenção de ânimo, sem idéias preconcebidas, ou porque tivessem tido oportunidade de ver sambaquis de tipos bem diversos e em condições de ocorrência muito diferentes.

O ecletismo muitas vezes, é uma atitude pouco digna; no caso vertente, porém, reputamos a única compatível com o nosso bom senso e, certamente a que mais se aproxima da verdade.

Conta-nos von Ihering que, olhando para esses grandes montes de conchas que ocorrem com maior freqüência em torno das lagunas e enseadas sulistas, de forma tronco-cônica, elevando-se abruptamente no meio das baixadas planas e pantanosas, ouvia a voz da Criação dizer:

— *Essa obra é minha!*

Diante desses montes já meditamos muitas horas, sem nada ouvir, além do ruído das conchas que desmoronavam, numa camada a pique, açoitada pelo vento. Sempre pensamos, entretanto, que se a Natureza falasse como nós — pois também fala, mas em linguagem que poucos entendem — certamente ela diria: — *Os homens fizeram essa obra de colaboração comigo.*

# Geografia Cultural do Brasil

DR. B. BRANDT

## CAPÍTULO V\*

### OS RAMOS DE PRODUÇÃO<sup>1</sup>

#### A satisfação das necessidades vitais

Entre as necessidades vitais básicas ocupa a alimentação o primeiro lugar. Já se viu que os primeiros colonos, afastados da pátria e de todo entregues à própria sorte, deviam alimentar-se ao modo dos indígenas. Assim, recorreram ao seu “pão doméstico” (mandi = pão, oca = casa), a farinha feita com a euforbiácea indígena *Maniot utilissima*. Os tubérculos desse arbusto existente em todo o Brasil requerem, antes que possam ser consumidos, a eliminação do seu tóxico, mas desenvolvem-se rapidamente, dão grande rendimento e pouco pedem à terra e ao trabalho. Por isso a mandioca não foi desbancada pelos cereais europeus introduzidos mais tarde, mas continuou a ser um alimento indispensável, que, como ingrediente de manjares ou bebidas, não falta em casa alguma. Como tapioca, que se assemelha ao sagu, penetrou, com rapidez notável, na Europa.

Das outras tuberosas farináceas, a batata doce e — de volta da Europa — a batata sulamericana, apresenta-se a primeira, como planta tropical, em toda parte, esta, planta de montanha, só no sul, até Minas. Ambas suprem apenas o mercado interno, sendo que a batata nem ao menos consegue satisfazê-lo inteiramente.

Ao lado da farinha de mandioca, o feijão preto é o alimento diário do brasileiro. Em virtude do grande trabalho exigido pelo plantio, colheita e luta contra as pragas, sua cultura só é feita na zona da economia européia. As mesmas dificuldades condicionam também a oscilação das safras e, em certos casos, a importação supletiva do Chile. Antes desprezado pelos países europeus, a carência de viveres resultante da grande guerra passada tornou-o um produto do mercado mundial; sua área cultural, dado o estímulo da União, que se prontificou a comprar qualquer quantidade produzida, aumentou enormemente.

O primeiro cereal do Brasil é o milho, indígena na América do Sul e cultivável em todo o país. Pouco exigente, menos exposto às pragas que os cereais estrangeiros, alimento do homem, do gado vacum, suíno e das aves domésticas, fornecedor de palha e combustível, representa o milho, em suas numerosas variedades, a planta por excelência do colono que se estabelece em terra virgem. O seu pleno aproveitamento econômico só é alcançado pela grande exploração, tanto mais quanto, por alimentar numerosas indústrias, encontra sempre compradores e escapa mais à especulação das bolsas que os outros cereais. Até hoje, tem sido cultivado principalmente pelo pequeno agricultor, com o que se tem abastecido o mercado interno. Ultimamente, o Brasil passou a cultivá-lo em grande escala, colocando-se, juntamente com a Argentina e

\* N. R.: Os capítulos 1 a 4 foram publicados no B. G. ns. 16, 17, 18 e 19, ano II.

<sup>1</sup> Fontes principais deste capítulo: Mapas agrícolas do Brasil organizados pela Sociedade Nacional de Agricultura, Rio de Janeiro, 1910. — Carte politique et économique publiée par la Mission brésilienne d'expansion économique, Paris. — Annuaire du Brésil économique, Rio de Janeiro, 1913. — H. Schüler, Brasilien, ein Land der Zukunft, Stuttgart e Berlin, 1919. — Armand Ledent (Conseiller technique au Ministère de l'Agriculture à Rio de Janeiro), L'organisation agricole au Brésil, Antuérpia, 1913. — P. Walle, Au Brésil, Paris, 1912. — J. Leunis, Synopsis des Pflanzenreiches, II. Hannover, 1885. — Miller e Singerwald, The mineral deposits of South America, New York, 1919.

os Estados Unidos, na fileira dos grandes exportadores. Diante disso, os norte-americanos procuram, pela compra de grandes áreas de cultura e pelo transporte do milho em navios apropriados, alinhar a produção brasileira na economia do seu país.

Entre os cereais europeus encontra o trigo — no sul subtropical até Minas — excelentes condições de cultivo. Manifestamente sob a influência dos excelentes resultados obtidos no Prata, ele foi plantado nas terras lineiras do sul, muito antes de iniciar-se a imigração maciça não somente para o consumo interno mas também para a exportação. No século XIX, seu cultivo malogrrou-se, menos por causa das doenças epidêmicas das sementeiras do que em consequência do desenvolvimento da sua produção na Argentina e da maior rentabilidade da pecuária no sul. A produção atual cobre apenas a metade do consumo nacional; os esforços das várias instâncias administrativas e dos círculos agrícolas empregam-se, no entanto, no sentido da libertação completa da importação. O centeio, o cereal do leste e norte da Europa, que os povos do sul não apreciam, é cultivado nas colônias alemãs e polonesas. A cevada, que medra igualmente até Minas, é cultivada para a maltagem; procura-se, também no caso, dispensar a importação pelo fomento do cultivo.

O arroz, que se consome de várias maneiras, foi trazido da África para o Maranhão: muitas são as variedades cultivadas. As chamadas “indígenas” descendem, na realidade, de plantações que se tornaram silvestres. Necessitando de cerca de quatro meses de temperatura tropical para o seu amadurecimento, dá três colheitas no norte, contra duas na baixada de Iguape (São Paulo) e no Rio Grande do Sul. Na era colonial, especialmente sob o regime pombalino, chegou o Brasil a exportar arroz; mais tarde, porém, passou a importá-lo. Com o abandono da velha rotina e sua substituição por novos métodos culturais, a importação decresce e o arroz começa a aparecer de novo entre os bens de exportação.

A alimentação animal do colono era fornecida, a princípio, pelas espécies indígenas semelhantes às européias, veados e coelhos, e numerosos galináceos, pombos e patos. Além dessas havia, entre os roedores, a capivara, a paca e o aguti, o pecari, o tapir e outros animais comestíveis.

Em riqueza ictiográfica concorrem as águas costeiras, que fornecem cardumes de sardinhas, capatões, percas, umblas e outros peixes, em parte muito apreciados, com os rios, que, além das muitas espécies tropicais, também hospedam formas aparentadas da carpa, da truta e do salmão e, com o pirarucu da bacia amazônica, oferecem a base de uma indústria rendosa.

A criação dos animais domésticos europeus, pela ausência de endemias, pelo clima favorável, principalmente nas terras altas, pela abundância de bebedouros e de capões, que oferecem abrigo contra o sol e a chuva nas savanas, logo prosperou e já estava vantajosamente difundida no século XVI.

A utilização dessa rica disponibilidade em alimentos animais é, porém, limitada consideravelmente, porque, sob a umidade tropical, é grande o perigo da deterioração. O colono disperso, cuja pequena exploração não permite a matança regular e que, pela distância, não pode ser suprido de carne fresca, deve renunciar ao seu consumo diário, usual na Europa. Por esse motivo e também porque o homem é menos exigente nas terras quentes, impõe-se a carne seca, a qual, pelas manipulações que sofre, resiste mais às intempéries do clima e é vendida sob a forma de mantas. O interessante é que ela deve partilhar seu lugar no cardápio popular com o bacalhau, igualmente seco, que se importa das costas da Noruega e da Terra Nova. É menos a necessidade que a persistência de um velho hábito metropolitano, o que fez introduzir esse alimento tão do gosto português. Quanto à sobremesa, sob o clima quente do Brasil, a necessidade das frutas refrigerantes, próprias para o preparo de refrescos, é maior do que nos países temperados. Nesse sentido, a flora indígena não era muito rica. As necessidades dos índios eram satisfeitas pelas palmeiras, de tão multiforme utilidade. Ainda hoje, quando a riqueza de três faixas climáticas se derramou sobre o país, brinda a esbelta *Euterpe oleracea*, com seus frutos maduros, a matéria prima de uma bebida, também estimada pelos brancos, o tradicional açai amazônico. No geral, porém, as bebidas são fornecidas por forasteiros que se naturalizaram, a cana-de-açúcar, o ananás, a laranja, o limão, o café. A eles se juntam os frutos tropicais da mangueira índica, o

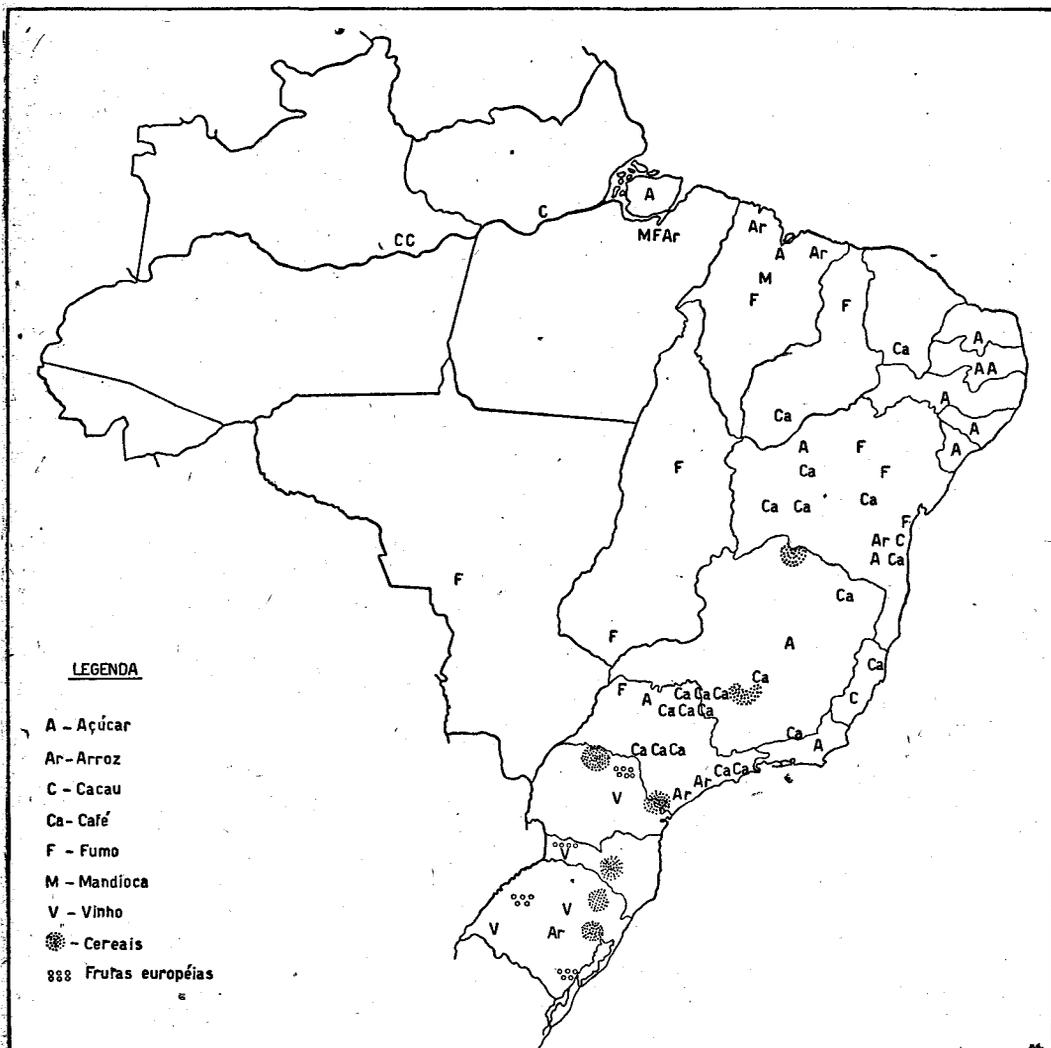


Fig. 2 — Distribuição do cultivo

No sul predominam as plantas das latitudes temperadas e sub-tropicais; no Brasil central reina a cultura tropical; no norte, especialmente no vale amazônico, ela regride fortemente diante da utilização das plantas silvestres. Em consequência, sucedem-se, de sul para norte, a exploração campesina, a fazenda colonial e a economia extrativa. Na faixa de cultivo tropical domina no sul o plantio do rústico cafeeiro; nas latitudes mais baixas se cultivam principalmente as espécies que exigem mais calor, a cana-de-açúcar, o arroz, a mandioca, o cacau, que, porém, também prosperam nas baixadas quentes e úmidas da costa montanhosa, até São Paulo. O centro da produção açucareira ainda é o território dos Estados nordestinos (Pernambuco); o arroz encontra excelentes condições de cultivo especialmente na costa de São Paulo. A cultura do cacauero, pelas suas poucas exigências de trato, expande-se no vale amazônico. A cultura do fumo está muito difundida. Em futuro próximo, de acordo com a política colonizatória do Brasil e com a situação do mercado mundial, é de contar com o descenso da cultura da cana e do café e com o aumento da produção de cacau e trigo. Simultaneamente, a difusão da grande exploração de tipo norte-americana comprimirá a exploração campesina do sul.

mamão e a sapota indígenas, esta,\* juntamente com a goiaba, tão usada no fabrico de doces, para ficar nesses poucos exemplares da riqueza dos frutos tropicais, que, pela sua rápida deterioração, não atingem a Europa. Há que acrescentar os frutos das zonas subtropical e temperada. Dessarte, a cultura da vide, que entrou na terra com os primeiros portugueses, permanecia até há pouco tanto menos importante quanto os métodos de cultura então em uso só produziam tipos inferiores.

Deixando para depois o estudo da indústria do vestuário, vejamos agora os meios com que os brasileiros satisfaziam sua necessidade de habitação. O material de construção mais à mão e de mais fácil emprego é a madeira. Ela existe não só nos territórios de floresta, mas também nas savanas marchetadas de capões. No estádio primitivo do povoamento, na cultura indígena e no começo da colonização portuguesa, a casa de madeira domina absolutamente tanto nos estabelecimentos dispersos quanto nas pequenas localidades. Estas alegram mais a vista do que as colônias construídas com sucedâneos, nas regiões pobres em materiais de construção, como as cidades de folhas de Flândres, no sul da Argentina. O emprego de outro material de fácil obtenção, os tijolos de barro não cozidos, é muito limitado pela grande umidade do ar e as chuvas tropicais que encurtam consideravelmente a duração das casas. As casas de adôbe da cor da terra, tão características de extensas regiões da América espanhola, são, por isso, pouco comuns. O tijolo cozido e a pedra exigem trabalhos que o colono não se pode permitir e, assim, só são usados na construção urbana, tanto mais quanto a exploração das pedreiras é dificultada, em comparação com os países temperados, por se acharem as pedras cobertas por grossas camadas de argila de decomposição. Não há pedra no vale do Amazonas. Quando dela se necessita, apela-se para a importação, que, antes da grande guerra, procedia de Portugal, por custar menos, então, que a importação das cidades brasileiras da costa.

#### A produção agrícola para o exterior

Pelo seu revestimento de florestas e savanas o Brasil divide-se, quanto à exploração econômica, em duas grandes regiões culturais, a de derrubada e a de campo. As áreas respectivas são calculadas em 5 000 000 e 3 500 000 quilômetros quadrados. A derrubada de uma floresta começa, na estação seca, pelo corte da vegetação miúda, das lianas e das raízes aéreas, para o que se usa o facão. Quando o ar que então circula livremente secou a vegetação abastida, passa-se ao corte das árvores. Depois de nova seca, faz-se a queimada, ficando o terreno pronto para a sementeira. É enorme a fertilidade. Não há necessidade de adubo; a fertilidade só decai no correr dos anos. Se se deixa sem cultivo o terreno, ele se cobre de mato ou floresta secundária e chama-se capoeira. Sua reconstituição em floresta densa requer um tempo com que gerações não podem contar.

Pelo exposto, pode-se bem medir a importância da economia de derrubada, com as suas vantagens e inconveniências. Exigindo duro trabalho preparatório, torna-se mais onerosa para a grande exploração, enquanto é a forma conveniente à pequena exploração, pois começa logo a produzir. Por outro lado, o colono, por dispor de poucos animais e pequeno capital, é menos capaz do que o grande agricultor de reconstituir o solo pela adubação. Tenta-o, portanto, o abandono da terra esgotada, para fazer nova queimada, com o que se multiplicam as capoeiras inúteis, numa verdadeira devastação da área econômica. Um quase-nomadismo\* e os efeitos fatais das derrubadas sobre a distribuição das chuvas são outros resultados negativos. Repete-se, portanto, a prática que reduziu a vestimenta florestal da Europa central a uma fração de sua área antiga, que, ainda hoje na Europa oriental, faz nascer imensos desertos, que deu origem à maioria de nossas "marcas estéreis" e cujas consequências aniquiladoras — erosão do solo, inundações — muitos países procuram remover com muito custo. Para poupar ao Brasil o longo caminho trilhado pela Europa até a prática racional da agricultura, esforça-se seu Ministério da Agricultura por guiar sua economia de derrubada, indispensável por motivos político-demográficos, num sentido racional, isento de efeitos danosos à comunidade.

\* O autor sacrificou-lhe injustamente o fruto do marmeleiro exótico (*Cydonia vulgaris*).

Mostraremos no capítulo sobre as colônias do Estado como o colono, sob a orientação do Ministério da Agricultura, explora seu lote conquistado à floresta e como produz, de preferência, para o próprio consumo e o do país. Agora, por se tratar da produção para o mercado externo, é a região de campo que nos interessa.

O mais antigo produto colonial do Brasil é o açúcar. A cana, originária da Índia, foi importada, já no começo da colonização, da Madeira, aonde chegou, em 1450, por intermédio dos árabes. Pernambuco, ainda o principal produtor de açúcar, foi o ponto de partida de sua expansão no Brasil do centro, onde a zona propriamente açucareira se estende entre 6° e 22° de latitude. Pelo açúcar teve o Brasil, ainda na era colonial, uma posição de destaque no mercado mundial; durante muito tempo, êle ocupou o primeiro lugar e enriqueceu o país. Mas era inevitável que um gênero tão procurado fôsse cedo elaborado pelos demais países possuidores de colônias e, assim, o Brasil perdeu gradativamente, pela produção simultânea nas Índias Ocidentais, sul dos Estados Unidos e outras regiões, sua posição hegemônica, chegando, por fim, aparentemente por não ter cuidado como devia dos métodos de cultivo e fabrico, a ser ultrapassado pelos concorrentes. Da descoberta, feita pelo químico alemão Margraf, em 1747, de conter a beterraba o mesmo açúcar que a cana — apesar de em menor quantidade — adveio, desde aproximadamente 1830, uma das mais grandiosas transmutações da economia alimentar moderna, que, com referência ao Brasil, teve o resultado que vamos registrar. Depois de ter baixado a exportação rapidamente à metade (1850-1860), conseguiu-se, pela melhoria dos antiquados métodos de trabalho, compensar a perda, mesmo um aumento da exportação (1880), que, no entanto, só resistiu passageiramente ao rápido aumento da produção beterrabeira. As providências então adotadas pelo Estado para a proteção da indústria provocaram contramedidas por parte dos países consumidores, desequilibraram a seguir todo o mercado açucareiro e, finalmente, na Convenção de Bruxelas (1902), conduziram a um armistício entre o açúcar de cana e o de beterraba. Os mercados importadores limitaram-se então à Inglaterra, cuja industrialização exclusiva não permitia uma agricultura de grande estilo, por conseguinte, o cultivo da beterraba, e que, pela sua famosa indústria de doces de frutas (jams), consumia muito açúcar, além dos Estados Unidos, que, porém, desenvolvem sua indústria beterrabeira e se suprem de açúcar de cana, em escala ascendente, nos seus novos territórios das Índias Ocidentais.

A indústria brasileira procurou enfrentar a situação mediante o aperfeiçoamento da exploração, a adubação, o barateamento do transporte, em conexão com a política ferroviária, e a limitação da produção. A constituição de um *trust* e sua tentativa de influenciar os preços cotados em Londres resultaram em novas contramedidas inglesas, às quais o Brasil não se pôde opor. A impetuosa marcha triunfal do açúcar de beterraba, na Europa e nos Estados Unidos, trouxe consigo, mau grado pequenas oscilações, o retrocesso da exportação brasileira, de modo que são agora obscuras as perspectivas dessa produção. Por isso, tratou-se mais, recentemente, da utilização dos subprodutos, o álcool, a aguardente, o rum, e do emprêgo do açúcar, tão aconselhável no Brasil, para o fabrico de conservas de frutas.

Se o Brasil foi no passado o primeiro produtor de açúcar, hoje êle tem o primado do café. Como a cana, o café é uma herança da cultura árabe; a Europa o recebeu da mão dos turcos, no fim do século XVII. Nessa época, a estrêla de Portugal já se tinha apagado no oceano Índico, no âmbito da pátria e do mais antigo cultivo do café, e assim foi que não os portugueses, mas os holandeses introduziram a preciosa planta na América do Sul, justamente em sua colônia de Surinã. Daí chegou ela, em 1730\*, ao extremo norte do Brasil.

Como o cafeeiro, em seu âmbito de adaptação de pouco mais de 0° a cerca de 34° C, prefere a temperatura mais baixa à mais alta, e como êle requer um máximo de umidade e insolação uniformes, convêm-lhe menos as baixas latitudes, com suas chuvas características e suas estiagens ocasionais, que as altas, nas quais a transição entre a estação chuvosa e a seca se processa lentamente e os dias claros são mais frequentes. Como, finalmente, êle se desenvolve mais

\* Prôpriamente em 1723.

em terras acidentadas que nas planícies e vales mais fortemente atingidos pelo resfriamento noturno<sup>2</sup>, seu *habitat* por excelência encontra-se nas regiões sulinhas do planalto, entre 400 e 700 metros de altitude, em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. De todos êles, São Paulo, apesar das geadas ocasionais, oferece-lhe, na terra roxa, nos terrenos vulcânicos conquistados à floresta virgem, portanto ricos em substâncias anorgânicas e orgânicas, condições de vida excepcionais.

O cultivo do cafeeiro requer grande trato, poda, combate às pragas, mondas e sachas freqüentes, limpeza do terreno antes da colheita, apanha cuidadosa, asseio na arrecadação; no descascamento, na separação dos tipos e no ensacamento, usam-se máquinas, em parte de alto custo. Todos êsses trabalhos são executados em melhores condições pelo trabalhador branco que pelo de côr; o que equivale a dizer que a cultura do café convém grandemente à parte setentrional da faixa do trabalho branco. Por tôdas essas razões, São Paulo tornou-se justamente o centro principal da produção cafeeira do Brasil, quantitativa e qualitativamente.

A lavoura cafeeira, para que renda, muito exige do fazendeiro. Ela requer não só conhecimentos agrícolas e técnicos, mas também, pela necessária consideração dos mais variados gastos e da situação do mercado mundial, aptidões comerciais. Como o fazendeiro médio falha sob êsse aspecto, insinua-se entre êle e o importador estrangeiro a casa exportadora, que, por adiantamentos, possibilita a continuidade da exploração e, em troca, negocia a safra por conta própria. Por isso, torna-se o comércio do café, mais que o de qualquer outro gênero, ao invés de uma simples compensação entre a oferta e a procura, um objeto da especulação bolsista. Suas conseqüências para o Brasil, monocultura, superprodução, crise e reestruturação da economia, já foram consideradas no capítulo IV, naquilo que se relaciona com a geografia.

Ao contrário do açúcar, não se pode contar com a diminuição da importância do café como fonte da riqueza nacional, pois nenhum país pode concorrer com o Brasil, nem pela qualidade, nem pela quantidade. Não é tão pouco de esperar que, dada a extensão atingida pela produção cafeeira mundial, aumente nos tempos próximos essa fonte de riqueza.

Diverso é o caso do cacau. O território de origem dessa planta abarca a América Central, as Antilhas e as Guianas, alcança, portanto, uma parte do Brasil. O cacauero é uma planta tipicamente tropical e não viceja abaixo de uma temperatura de 22° C. Êle prefere a planície de aluvião. Por conseguinte encontra ambiente favorável na bacia amazônica e, depois, no Ceará, em Pernambuco, Bahia e Espírito Santo, portanto justamente nos Estados em que a lavoura cafeeira é menos impôrtante. Nessa enorme área parece oferecer condições excepcionais Espírito Santo, pois o cacauero produz aí já no terceiro ano, ao invés de, como é normal, no quarto ano. Isso provém das chuvas abundantes nas encostas litorâneas expostas aos ventos marinhos, ainda mais abundantes que as do vale inferior do Amazonas.

Como a lavoura do cacau, em contraposição à do café, é bastante fácil — as árvores não necessitam de tratamento, o terreno ensombrado dispensa a monda; a colheita dos frutos, que, em sua maioria, aderem ao tronco, é muito simples — basta-lhe a barata força de trabalho de côr, e, como esta se encontra em abundância em sua área de expansão, ela pode desenvolver-se com plena rentabilidade.

Essas circunstâncias favoráveis tornaram possível ao Brasil, desde uma série de anos, o pôsto de primeiro fornecedor do mercado mundial, com uma quota igual a um quinto da produção mundial. Presentemente, a procura do cacau aumenta em tôda parte. É verdade que, com a única exceção da Espanha, êle ainda não se tornou uma bebida de uso comum da gente, mas está perto disso, ou, por conter as matérias básicas da alimentação humana, em forma concentrada e livre de substâncias nocivas, de constituir um alimento popular. A capacidade de absorção do mercado é, portanto, grande, e assim se depara à lavoura cacauera do Brasil um florescimento que faz lembrar o do café, há uma geração, e o do açúcar, há ainda um século.

<sup>2</sup> Daí chamar-se comumente "colina de café" um cafézal.

Depois do açúcar, o fumo é o mais antigo dos produtos de exportação. Originário da América, foi cultivado no Brasil já no século XVI e logo mandado da Bahia para Lisboa, de onde, como é sabido, foi divulgado através da Europa pelo diplomata francês Nicot (1559). A exportação para a Europa parece ter sido a princípio menor que a destinada ao continente africano, onde o fumo era muito procurado e constituía cômoda moeda no mercado de escravos.

A natureza brasileira favorece em tôda parte a lavoura do fumo; as condições para o cultivo dos tipos finos, temperatura equatorial, grande umidade e uma certa composição do solo, apresentam-se sobretudo na Bahia, que nisso se equipara a Cuba. As qualidades obtidas não ficam atrás das de Cuba ou Sumatra, mas não se fizeram apreciar devidamente enquanto o cultivo — como é comum na zona do trabalho de côr — não se libertou da rotina. Sobre tudo não era possível produzir boas fôlhas para o enrolamento dos charutos, as quais deviam então ser importadas. A alta recente vai abrindo caminho à completa equivalência entre os produtos de São Félix e os de Havana. Como a área de cultivo de Cuba não pode mais ser aumentada e a da Bahia é quase ilimitada, pode-se contar, no que se refere à quantidade da produção, com o sobrepujamento de Cuba pelo Brasil.

Sob o clima menos úmido do planalto de Minas e Goiás se cultivam variedades que se assemelham às do Oriente e apreciadas como fumo de cigarro. As espécies menos nobres, produzidas em São Paulo e nos Estados sulinos, acham, como fumo em corda, aceitação cada vez maior por parte da indústria européia.

No conjunto, a lavoura e a indústria do fumo desenvolvem-se em um sentido que assegura ao Brasil uma posição dominante no mercado mundial.

#### A utilização das plantas silvestres indígenas

A superfície florestal do Brasil é a maior em tôda a extensão da faixa de florestas tropicais da Terra e pouco se distancia das mais consideráveis áreas de florestas boreais, a russo-siberiana e a canadense. Em direção norte-sul, ela abarca 40 graus de latitude. As condições existenciais variam no imenso espaço, naturalmente, dentro de limites dilatados. A composição caracteriza-se pela mistura de duas floras. Por tudo isso, o Brasil é um dos países mais ricos em madeiras e, quanto ao número das suas espécies, o mais rico do mundo.

A distribuição das várias madeiras segue a das três faixas, de tão grande relevância sob vários outros aspectos, estendendo-se a intermédio do sul da Bahia ao norte de São Paulo. E' a mais rica, já em si, e mais ainda porque representantes das duas outras nela se encontram. Ela e a faixa setentrional contém uma mistura caprichosa de espécies tropicais; a faixa sulina, ao contrário, pelo predomínio da araucária e pela maior homogeneidade, aproxima-se das formações européias.

A qualidade das várias madeiras, sua duração, resistência à tração e pressão, à umidade e à água, etc., variam com tal amplitude, que se dispõe, em profusão, de espécimes para todos os empregos, para combustível, carpintaria civil, construção de carros, marcenaria, tanoaria, construção naval e construção submersa. As fibras de numerosas árvores prestam-se ao fabrico de cordas, o córtex de outras tantas, ao curtume. E' extraordinário o número das madeiras brasileiras que, pela sua bela coloração, pelo seu caprichoso estriamento, pela facilidade do seu polimento, são empregadas na marcenaria fina ou que, pela sua fragância, são usadas na indústria de perfumes.

Entre as madeiras de exportação mencionamos em primeiro lugar o pau-brasil. Com êsse nome se designou na Idade Média a madeira vermelha índica (*Pterocarpus santalinus*), chamada hoje "sândalo vermelho" ou "pau-brasil das Índias Orientais" e que se importava abundantemente para a tintura da lã. O nome parece derivar-se de brasa e referir-se à côr da madeira. Quando chegaram ao Brasil, os portugueses acharam na *Cesalpina echinata* um lenho igualmente rubro, que equipararam àquê já conhecido e que, seja pela valorização de então, seja pela grande abundância, lhes pareceu bastante importante para dar o nome à nova terra. Êsse lenho, depois chamado pau de



*A catedral de Belém*

Pomposa construção no luxuriante estilo barroco do começo do século XVIII, a qual ornaria qualquer cidade portuguesa. Situada sob o equador, em meio à maravilhosa vegetação tropical, que lhe invade o teto e os nichos e ousa esconder suas paredes brancas que se elevam misticamente para o sempre carregado céu tropical, a igreja de São Brandão é o mais belo símbolo da velha cultura européia transplantada para a zona tórrida. (Fotografia Alemã, Manaus e Belém).



*Rua de Manaus*

A rua, relativamente estreita e cortada perpendicularmente por outras, trai no forte abaulamento de seu esmerado calçamento a preocupação pelas fortes chuvas tropicais. As casas em forma de caixa só têm na frente compartimentos de negócio. A vida doméstica passa-se, longe da vista alheia, nos cômodos interiores que se abrem para o pátio ou o jardim, tal como nas velhas cidades romanas ou no Oriente e, com freqüência ainda hoje, nos países ibéricos. (Fotografia Alemã, Manaus e Belém).

Pernambuco, seu principal centro de embarque, foi durante muito tempo um produto cobiçado na Europa. Quando, porém, o progresso da indústria química tornou as terras européias independentes das matérias corantes naturais, o pau-brasil seguiu o destino da granza e do anil, desaparecendo das listas de exportação.

Seu lugar foi ocupado por outras madeiras: o pinho do sul e a maçaranduba impermeável da bacia amazônica são vendidos nas terras pobres em madeira do Prata e em Portugal, onde também o duro e belo acapu é procurado para soalho. O cedro (*Cedrela brasiliensis*) dos Estados sulinos, usado na fabricação de lápis e caixinhas de charutos, é exportado sobretudo para a Holanda. Entre as numerosas madeiras finas, também importadas pela Alemanha, as mais conhecidas são as variedades do mui belo palissandro ou jacarandá, que, entre outros usos, é empregado na indústria de pianos. A êle se junta o gonçalo-alves, de estrias multicores e rebrilhante, a mais bela madeira do Brasil.

A atual exportação de madeiras está longe de corresponder à enorme riqueza das florestas. A causa disso encontra-se na deficiência do sistema de transporte e na carência de processos inteligentes e ordenados do corte. Além dos troncos que se deterioram por falta de transporte e são carregados pelo Amazonas até o mar, o que representa um grande prejuízo anualmente, os processos usados são devastadores. Muitas árvores são abatidas em tempo impróprio, de modo que racham, ou, sem consideração pelo adensamento da floresta, sacrificam-se numerosas árvores vizinhas do espécime que se vai aproveitar. A situação só melhorará com o desenvolvimento da rede ferroviária, com a execução da nova legislação florestal e — o que é de utilidade discutível para o país — pela exploração das florestas por sociedades estrangeiras, americanas e inglesas, as quais, mediante a compra de grandes áreas e a instalação de serrarias e depósitos, pensam em organizar a exportação.

Produtos valiosos oferecem as florestas com a seiva de certas árvores, o bálsamo da copaíba usado na indústria farmacêutica e no preparo de verniz, a já citada cêra da carnaubeira, sobretudo, porém, a borracha.

As plantas produtoras de borracha apresentam-se em toda a faixa tropical. São três aquelas cuja exploração compensa. A primeira é a seringueira (*Hevea brasiliensis*), árvore de grande porte, que requer calor uniforme e umidade, sendo por isso muito comum nas florestas da bacia amazônica e sua orla. Segue-se a maniçoba (são muitas as variedades de *Manihot*; a maniçoba é, assim aparentada com a mandioca), planta de pequeno porte, a qual, não resistindo aos epífitos e parasitas da floresta virgem, prefere as terras abertas e vinga extraordinariamente nas clareiras; ela evita os lugares úmidos, é mais maleável sob o ponto de vista climático e, em contraposição à seringueira, é a planta da borracha das terras altas, onde, pelo pouco que exige do solo, se alastra. Aí partilha seu domínio com a mangabeira (*Hancornia speciosa*), uma apocinácea, que aparece em grupos nos lugares altos e planos e dá um fruto gostoso. Dessas três plantas que em seu conjunto povoam todo o país, a primeira é a mais valiosa, razão por que o Brasil setentrional é o território por excelência da borracha e seu produto, a borracha do Pará, granjeou fama mundial.

A extração da borracha, que se opera mediante sangramento da árvore, na alta da seiva, e pela coagulação do líquido colhido, é invenção indígena. Ela só interessou a Europa depois que, pela vulcanização, isto é, pelo tratamento com enxôfre, se conseguiu a eliminação da ação prejudicial das temperaturas extremas (Hancock, 1815), e depois que se chegou ao preparo de tecidos elásticos (Nadler, 1820) e substâncias impermeáveis (Macintosh, depois de 1820). Na medida em que a indústria da borracha se desenvolveu, cresceu a procura da borracha, até atingir proporções extraordinárias. Como nenhum outro país tropical dispõe de espécies que se equiparem à *Hevea* do Brasil e como a sua riqueza em borracha, aparentemente inesgotável, era cômodamente acessível por vias fluviais, tornou-se o Brasil o grande fornecedor da borracha no mercado mundial. Apesar de ser dominado o negócio da borracha por comerciantes estrangeiros, muito lucrou o país; os tesouros estaduais locupletaram-se com os altos impostos de exportação, o vale amazônico foi povoado, principal-

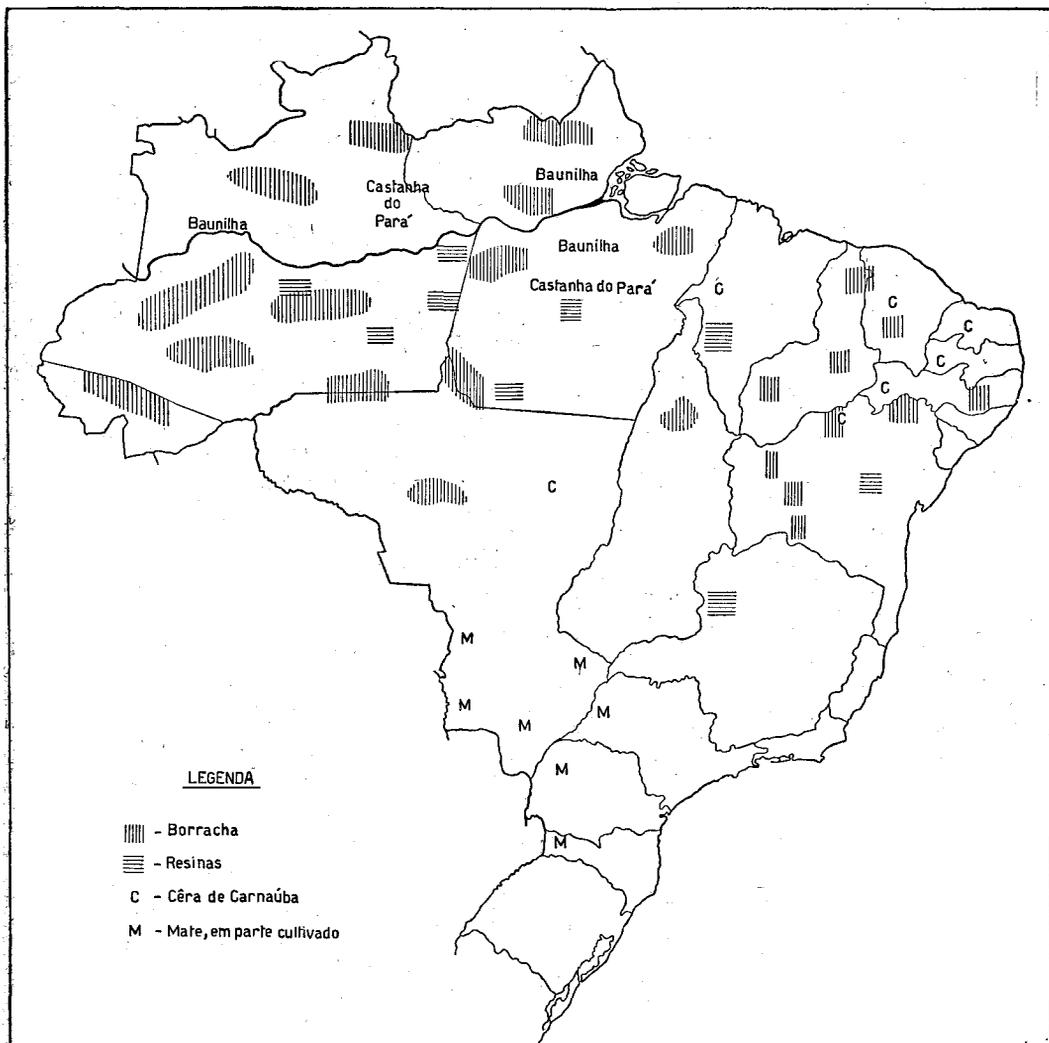


Fig. 3 — Os produtos da flora indígena

Para as florestas equatoriais da Hiléia o produto principal é a “borracha do Pará”, fornecida pela seringueira. As espécies de borracha da região montanhosa, que últimamente estão sendo em parte obtidas de plantações, provêm de outras plantas, a maniçoba e a mangabeira. Para as florestas ralas da caatinga, transição natural para a região dos campos, são características as secreções úteis de plantas que têm de resistir às sêcas, resinas — que também se apresentam em parte na Hiléia —, e a cêra da carnubeira, que se explora principalmente nos Estados nordestinos. Um espécime importante das florestas de araucária do sul do Brasil é a *Ilex paraguayensis*, que fornece o mate especialmente estimado na Argentina. As numerosas madeiras das várias faixas florestais desafiam representação cartográfica em pequena escala, dando-se o mesmo com as espécies têxteis e medicinais. Entre os frutos indígenas só a castanha do Pará, oleosa e durável, tem importância para a exportação.

mente por cearenses, as duas capitais, Belém e Manaus, desenvolveram-se extraordinariamente, a navegação aumentou e começou a construção ferroviária. Naturalmente, não tardou que os consumidores europeus procurassem servir-se de suas colônias tropicais na produção da borracha, em parte pelo aproveitamento das espécies indígenas, em parte pelo plantio da *Hevea*. Como as primeiras são comparativamente pouco valiosas, a última, porém, por não se usar o processo brasileiro — não se dispõe de certas palmeiras utilizadas na defumação — não dá um produto comparável à borracha do Pará, a produção brasileira, qualitativamente, não tem rival.

Por outro lado, a extensão progressiva da produção de borracha estrangeira devia tornar-se tanto mais sensível quanto, pelo sistema brasileiro — exploração superficial da seringueira silvestre — a área de produção diminuía proporcionalmente, como bem mostra o avanço da extração para oeste, do Pará até o Acre.

Assim, o Brasil foi despojado aos poucos do seu monopólio no mercado mundial pela borracha produzida em Ceilão, a primeira terra de plantação da seringueira (desde aproximadamente 1860), nas ilhas malaias e nas colônias africanas. Em 1910, êle só contribuiu com 50 % da safra mundial. Depois veio a guerra com seu extraordinário consumo de borracha, o qual provocou a expansão desmedida das plantações inglesas e acelerou de tal maneira a decadência da borracha brasileira, que sua quota atual para o mercado mundial não vai além de um oitavo da produção global. Os números referentes às safras anuais patenteiam de modo impressionante essa tragédia:

ANO	B O R R A C H A	
	brasileira	de plantação
	T	T
1912	42 000	48 000
1913	—	65 000
1914	40 000	260 000
1918	40 000	340 000
1920	—	—

} estimativas

Já em 1910, a rápida baixa dos preços, a adoção de medidas protetoras da produção e a iniciativa da propaganda por uma exposição, revelaram que a produção brasileira atingira um ponto crítico, como antes a do café. Depois da guerra, a situação tornou-se irremediável, porque a queda da enorme procura condicionada pelas indústrias bélicas provocou tal saturação do mercado mundial, que as próprias sociedades inglesas se viram obrigadas a restringir sua produção, pois os preços ameaçavam cair indefinidamente, os fretes, ao contrário, encareciam grandemente. Nessas condições, a tão recomendada passagem para o plantio parece inútil. Uma reconstituição parcial da situação será talvez alcançada pela manutenção da superioridade qualitativa da borracha amazonense, pelo barateamento da produção dotada de melhores transportes, pela exportação em navios brasileiros — já iniciada para a América do Norte, pela abolição do imposto de exportação e mediante o aproveitamento da borracha brasileira pela indústria do país. De qualquer modo, a época de ouro da borracha já passou, tal como se deu com o açúcar e o café.

Das numerosas outras plantas silvestres úteis que fornecem óleos, essências, tintas, das palmeiras de tão multiforme utilidade, do mate sulino, que reúne as propriedades do chá chinês e da cola peruana, da legião de plantas medicinais — basta lembrar a quinaquina e a ipecacuanha — das numerosas plantas ornamentais, entre as quais as orquídeas cobiçadas na Europa, com mais de um milhar de variedades, têm o primado em todo o mundo, mencionamos ainda uma, porque, em conexão com uma conquista revolucionária da técnica, alcançou importância imprevista, a carrapateira. Crescendo em todo o Brasil, pouco valeu até 1914. O óleo, usado apenas em medicina, era importado. Desde que, porém, ao óleo de ricino, na indústria aeronáutica extraordi-

nariamente desenvolvida durante a guerra passada, especialmente na norte-americana, se deparou um consumidor difícil de contentar, brotou no Brasil, do nada, um novo ramo agrícola, cuja ascensão só pode ser comparada com a das plantações inglesas de seringueira. A produção de sementes, estimada em 228 toneladas, em 1915, atingiu, em quatro anos, 100 000 e continuará aumentando, porque os Estados Unidos, na impossibilidade de cobrir o consumo com a produção interna, se socorrem da brasileira. Ao plantio logo se seguirá a moagem no próprio país. Em virtude da grande utilidade do óleo, que não é pegajoso e, por isso, é mais duradouro que os outros, abrem-se ao seu fabrico largas perspectivas, em que o Brasil, com respeito aos consumidores do Novo Mundo, terá considerável participação.

### A utilização do mundo animal

Quanto aos animais indígenas, a referência de sua importância para a alimentação deve ser completada pela menção do seu valor para o comércio. Cabe então registrar a exportação de animais vivos, por exemplo, papagaios, e a mais importante de peles de animais selvagens e de plumas. Entre estas são objetos procurados do comércio as penas da rica família dos ardeídeos e de tantas aves de belo colorido, inclusive os colibris.

Muito maior importância econômica têm os animais introduzidos pelos europeus. O primeiro lugar é ocupado pelo gado bovino. Já falamos das condições favoráveis à sua subsistência. Os grandes territórios de pastagem distribuem-se entre as faixas da paisagem do Brasil. Na zona florestal do norte, só interessam as savanas esparsas ao longo do baixo Amazonas e na ilha de Marajó. Segue-se a faixa da vegetação rala, a caatinga, que, não assolada pela seca, se presta ao pastoreio. Os campos, a formação dominante no interior montanhoso, oferecem extensas pastagens. As terras altas de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, ao contrário, por causa da vestimenta florestal predominante — pelo menos no estado primitivo — são menos adequadas à criação do gado gáuido, que se pratica em grande escala no extremo sul, no Rio Grande do Sul, já pertencente aos pampas do território do Prata.

Quanto ao segundo pressuposto, água para as pastagens e o gado, observa-se na montanha uma diminuição progressiva do regime das chuvas, na direção sul-norte. As precipitações são abundantes no Rio Grande do Sul (1 300 a 2 000 milímetros) e divididas em duas épocas, que são intervaladas por um curto período seco. Nos campos de Minas, elas se reduzem muitas vezes à metade (600 até 1 300 milímetros), concentrando-se em um único período. No Ceará, finalmente, a distribuição é irregularíssima; secas devastadoras, não raro de anos, repetem-se periodicamente.

Considerando essas condições e as climáticas gerais, é possível distinguir três grandes zonas de criação: as planícies do Rio Grande do Sul, que se aproximam dos territórios de criação do sul da Rússia; as pastagens de Minas, Goiás e Mato Grosso, semelhantes às estepes secas do planalto tropical da África; as pastagens do nordeste, em parte tão precárias para a criação quanto as partes secas da África do Sul e da Austrália.

A essas grandes zonas naturais se acrescentam pequenas faixas nos territórios de floresta e pastagem, e faixas que o homem conquistou à floresta. Há exemplares de ambas em Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

Os resultados do censo pecuário mostram que a criação do gado vacum no Brasil se processou de acordo com as condições naturais apontadas. A região mais bem dotada, o Rio Grande do Sul, ocupa o primeiro lugar com um quarto do total. Segue-se Minas; vêm depois os Estados sulinos e São Paulo, com os quais se encerra a série dos grandes territórios de criação. Quanto ao remoto Goiás, sua expansão como centro pecuário parece ainda reservada ao futuro.

Antes do descobrimento não possuía a América do Sul gado vacum; as reses portuguesas foram as primeiras a povoar os campos brasileiros. A criação, já generalizada no fim do século XVI, foi exercida até há pouco tão românticamente quanto na vizinha Argentina. Sob a vigilância do rude vaqueiro, do

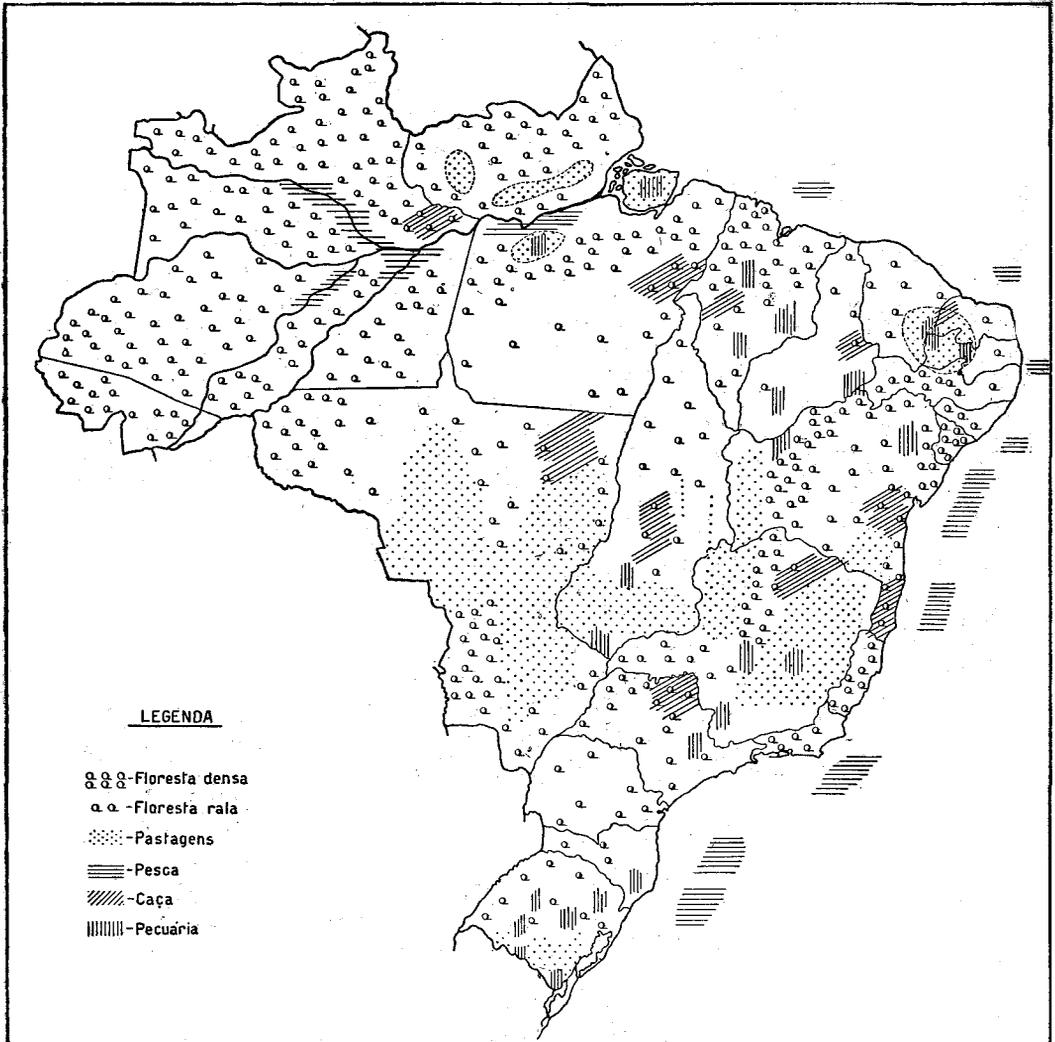


Fig. 4 — Produtos do reino animal

A caça que se exerce para obtenção de penas ornamentais (garça, colibri, etc.), também de certa importância para a exportação, é feita em escala considerável sobretudo nas florestas menos densas e mais acessíveis da região montanhosa. Ao desenvolvimento da pesca ao longo de toda a costa e em todos os rios se opõe de certo modo o clima tropical, pois torna necessários os métodos de conserva, que só são possíveis nos centros maiores, e porque não permite o dessecação. A pecuária está difundida nas três faixas de pastagens, nos pampas do Rio Grande do Sul, nos campos do planalto e nas savanas e nas áreas de pastagens em promiscuidade com a floresta, no norte. No sul subtropical e temperado cria-se um gado semelhante ao português, enquanto se emprega no norte o zebu tropical.

gaúcho brasileiro, os animais eram rastreados nos campos, onde, abandonados à intempérie e aos ataques das onças, se tornavam meio bravios, e de onde, só para inspeção, marcação, matança ou venda, eram tangidos para os rodeios nos currais. Durante séculos não se adotaram medidas de qualquer espécie, para melhoramento de raça ou da exploração. Eram dispensáveis porque o sistema tradicional satisfazia cabalmente as necessidades da época.

Diante desses fatos, as raças bovinas brasileiras devem ser consideradas como descendentes do gado português importado e adaptado ao novo meio; os caracteres raciais de origem se conservaram perfeitamente no sul, cujo clima se aproxima do ibérico; na zona tropical, porém, em virtude da adaptação a condições bem diversas, êles se perderam em maior ou menor escala e, apesar das transplantações de que se tem notícia, dentro do país, essa diferenciação é também patente. Efetivamente, os bois comuns no Rio Grande do Sul, de chifres enormes e muito esgalhados, e próprios para a tração de pesadas cargas, parecem-se muito com os bois portugueses. Uma segunda raça, chamada crioula, denominação que sugere uma antiga adaptação, raça que parece ter-se originado em Goiás, é muito diferente. Menor, de aspecto menos impressionante, mas resistente e rústica, trai no seu todo as condições ambientais das estepes do planalto tropical, sujeitas a grandes oscilações de temperatura, não raro crestadas e pobres em sustento.

Nos Estados vizinhos do equador, importou-se a raça tropical do Velho Mundo, o zebu.

Últimamente, a criação é praticada, em escala crescente, de modo racional, e, assim, povoam-se os campos com as boas raças européias, oriundas da Inglaterra, Holanda, Suíça e norte da Itália, não se devendo esquecer os novos tipos obtidos no país, tal, por exemplo, a raça de Blumenau.

O empenho de aproveitar os rebanhos bovinos para a exportação data do começo do século XVIII. A carne era então conservada pelo salgamento. Usou-se a seguir, o processo mais vantajoso da charqueação. Sobre essa indústria, que tinha acabado por servir-se dos métodos da mais completa divisão do trabalho, usuais em Chicago, assenta a importância do Rio Grande do Sul para as finanças federais. Ao novo progresso da indústria, trazido pelo preparo da carne enlatada, seguiu-se, finalmente — sob a influência da guerra passada e sob a direção de sociedades americanas — o emprêgo da técnica moderna da frigorificação.

Quanto aos demais produtos do gado bovino, o aproveitamento dos subprodutos da matança, a industrialização do couro e a do sebo, sobrepõem a indústria muito mais complexa do leite e seus derivados. Abstraindo-se dos centros fornecedores das grandes cidades, ela só é praticada sistematicamente nas pequenas explorações do município de Blumenau.

As condições não são menos favoráveis à criação do gado cavalariço. A manutenção de numerosos cavalos de sela é condicionada pelas grandes distâncias, pela existência de extensos prados e pela dificuldade da construção de estradas nas regiões montanhosas. Sua necessidade no Brasil surpreendeu os primeiros colonos, pois, na península ibérica, viajava-se sobretudo a cavalo. E' preciso acrescentar que o cavalo goza de especial estima na América do Sul e que se conserva ainda o ponto de vista, há muito abandonado na Europa, de ser humilhante viajar a pé. Por tudo isso, o cavalo, justamente o da bela raça árabe-andaluza, acompanhou os primeiros colonos. Tal como no caso do gado vacum, o cavalo, durante séculos, não recebeu cuidados especiais nem renovação de sangue, até que, há cerca de 100 anos, se iniciou a criação segundo o modelo europeu.

A duradoura negligência na criação cavalariço assenta em parte na concorrência do autêntico e comuníssimo animal de sela, carga e tiro dos países mediterrâneos, o mular, cuja utilidade é ainda maior. Como êsse híbrido do cavalo e do jumento não se reproduz, mas deve ser continuamente criado por novos cruzamentos, estava excluída a degenerescência da raça, que se observou no caso do cavalo. Por isso se desenvolveu, já no século XVIII, com o emprêgo de jumentos andaluzes, uma importante criação, que, progressivamente, abasteceu todo o planalto.

### A utilização das riquezas minerais

Quando os primeiros portugueses se estabeleceram no Brasil, nenhum objeto usado pelos indígenas denunciou a existência das riquezas minerais que seriam as únicas a impressioná-los então, os metais preciosos. A febre do ouro e a prospecção, para o bem da colônia, só começaram depois, quando, mais por acaso que por desígnio, se assinalaram os primeiros depósitos auríferos no norte de Minas. Eles provocaram uma afluência de aventureiros da Bahia e São Paulo, os quais lançaram os fundamentos de uma colônia na colônia, o atual Estado de Minas Gerais. Como, nesse tempo, só se exploravam as aluviões auríferas e os depósitos de mais fácil acesso, logo se esgotou a riqueza aurífera, o que resultou, de um lado, na transformação de Minas em uma colônia agrícola, do outro, no deslocamento dos mineradores mais para o interior, Goiás e Mato Grosso; a isso devem as cidades de Cuiabá e Mato Grosso sua fundação (em 1722 e 1752), numa antecipação da colonização propriamente dita do interior. Depois que esses territórios foram por sua vez explorados superficialmente, caíram no esquecimento, dada sua situação remota, enquanto as jazidas de acesso mais difícil da serra do Espinhaço passaram a ser mineradas. O nome da velha Ouro Preto, fundada em 1696, recorda essa época. A produção de ouro atual, cujo total anual de 4 000 quilogramas equivale a um centésimo da produção mundial, começa com a abertura das minas às empresas estrangeiras, sobretudo inglesas, em 1824.

A extração do ouro das lavagens devia seguir-se naturalmente o descobrimento das jazidas diamantíferas de aluvião, do cascalho formado pelo itacolunito, tanto em Minas quanto em Goiás e Mato Grosso. Os depósitos encontrados em São Paulo não se revelaram abundantes; em compensação, a Bahia inscreveu-se no século XIX entre os Estados produtores de diamantes. O Brasil contribuiu com dois exemplares para a série dos diamantes gigantesco; o "Cruzeiro do Sul", encontrado no rio Bagagem, em 1853 (254,5 quilates, lapidado 125,5), e o "Dresden", encontrado pouco depois no mesmo local (117,5 e 63,5 quilates). Apesar de não terem ainda alcançado as jazidas diamantíferas brasileiras o estágio do esgotamento, como as antigas jazidas da Índia, elas ocupam um lugar modesto na exportação (2 000 000 de marcos' anualmente); elas foram suplantadas pela produção sul-africana, mais moderna, mais rica e abundantemente equipada. O Brasil auferiu o único monopólio dos diamantes negros ou carbonados, exclusivos da Bahia e cobiçados para os trabalhos de perfuração, dos quais se encontrou, em 1895, um exemplar de 3 150 quilates.

Há também um grande número de belíssimas pedras ornamentais, cuja exploração se encontra principalmente em mãos alemãs e que seguem para os centros de lapidação de Idar e Oberstein. Entre elas vale destacar o topázio, a água-marinha e a turmalina. O cristal de rocha, adequado, pela sua alta qualidade, ao emprêgo na indústria ótica, encontra-se na serra dos Cristais, na fronteira de Minas e Goiás; a ágata, em grande quantidade, no planalto sul-riograndense.

O mérito de ter primeiro extraído e tratado o ferro das jazidas indígenas cabe aos missionários jesuítas, no Rio Grande do Sul.\* Todas as forjas instaladas nas diferentes regiões, entre os séculos XVI e XIX, não puderam alcançar maior importância e duração, pela deficiência dos transportes e a carência de carvão. Só recentemente, depois que essas condições se apresentaram, se começou a utilizar a riqueza ferrífera do país, que se reconheceu ser colossal. Nos depósitos de magnetita de São Paulo e Minas, nas massas micáceas do itabirito de Minas, Espírito Santo, Goiás e Mato Grosso, e nos conglomerados ferríferos da canga de Minas, a qual recobre grandes áreas com uma profundidade de 5 a 6 metros, o Brasil possui minérios de ferro de grande valor e quase inesgotáveis, que lhe asseguram um lugar de destaque entre os países mais ricos da Terra e à sua indústria um grande futuro. Ainda maior do que as reservas de ferro são as do manganês tão procurado. Os depósitos de Minas,

\* Esse mérito cabe ao bastardo de Afonso Sardinha, que estabeleceu duas forjas perto de Ipanema. O próprio autor, no período seguinte, fala em forjas instaladas entre os séculos XVI e XIX. Foi no fim daquele que se deu a iniciativa do segundo Sardinha. A iniciativa do padre Antônio Sepp teve lugar nos primórdios do século XVIII.

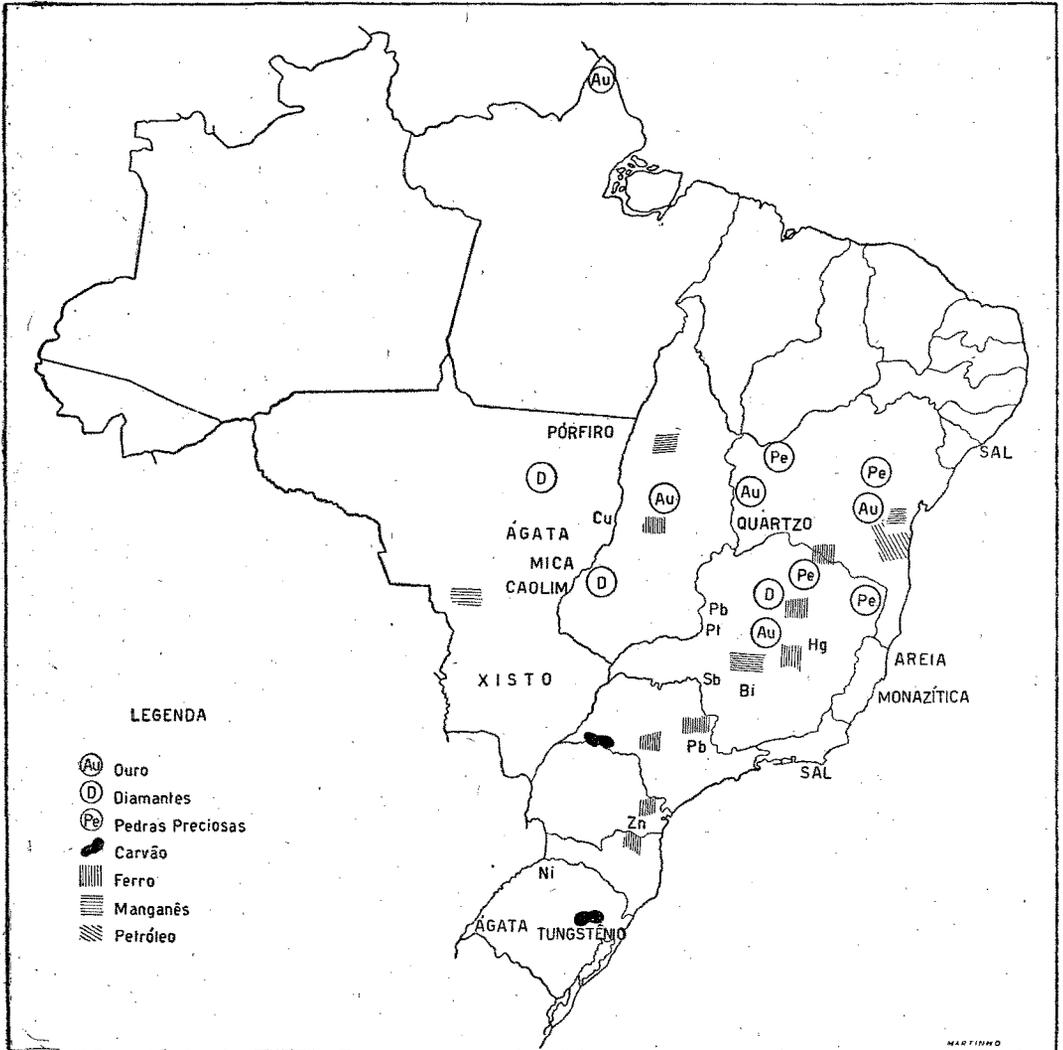


Fig. 5 — Riqueza mineral

Os produtos outrora cobijados, ouro e diamantes, encontram-se principalmente no tẽrço mẽdio do planalto, onde suas minas se estendem de Minas Gerais e da Bahia atẽ Mato Grosso. Dos depõsitos mais importantes para a atualidade, de carvãõ, ferro, manganẽs e petrõleo, aquẽles descobertos atẽ agora jazem em uma zona paralela à costa, a qual se prolonga do Rio Grande do Sul atẽ Bahia. A considerãvel riqueza em minẽrios de ferro e fontes de energia, a que se juntam as quedas d'ãgua da regiãõ montanhosa, sua distãncia relativamente pequena da costa e sua situaãõ em trechos beneficiados pelo clima asseguram um grande futuro à indũstria pesada brasileira. A localizaãõ dos outros minerais, de cobre (Cu), chumbo (Pb), bismuto (Bi), antimõnio (Sb), niquel (Ni) zinco (Zn) e platina (Pt), ẽ o resultado de pesquisa superficial. Ela aumentarã certamente. As pedras de construãõ — o põrfiro, por exemplo, no norte de Mato Grosso — sãõ de grande valor para as cidades no Amazonas, quando ao alcance das vias fluviais. As pedras de construãõ eram importadas, mesmo da Europa.

conhecidos há muito, aos quais se somaram outros em Bahia, Paraná e Santa Catarina, avultaram em importância com a crescente procura mundial e com o desenvolvimento da rede de transporte necessária à exploração. Como o Brasil ainda não possui indústria pesada, segue a produção de cerca de 200 minas de ferro e manganês para o estrangeiro, sobretudo para os Estados Unidos. Além do ouro sempre cobiçado e do ferro mais importante para o futuro da nação, encontram-se no Brasil quase todos os metais. Cobre, platina, mercúrio, chumbo, bismuto, zinco, tungstênio e tório (nas areias monazíticas) já são explorados e exportados, no entanto, com exceção dos três últimos, em pequena escala. A exploração sistemática pressupõe o completo conhecimento geológico do país e um maior desenvolvimento da indústria. Assim, os minérios representam em seu conjunto uma riqueza que ainda não frutificou e cujo valor atual consiste principalmente no estímulo para a fundação de uma indústria indígena.

### As fontes de energia e a indústria

Ao carvão, depois do ferro a matéria mais necessária ao desenvolvimento de uma indústria nacional, prestou-se, durante muito tempo, pouca atenção. Em virtude do quase exclusivismo agrícola e da existência, em toda parte, de lenha abundante, as pequenas necessidades de carvão foram, sem grande ênus para a economia nacional, cobertas pela importação da Inglaterra e, em segunda linha, dos Estados Unidos. Não há mais de uma geração que, procurando-se modernizar de todo a nação, tratou-se também de conhecer e explorar os depósitos carboníferos do país. Quanto ao primeiro desiderato, progressos sensíveis foram alcançados já depois de 1903; a exploração em grande escala foi, porém, dificultada pela resistência dos círculos influentes interessados na importação do carvão. O despertar da atividade industrial, durante os últimos anos, as exigências crescentes de uma agricultura renovada, a considerável alta dos preços, ocasionada pela última guerra, e as dificuldades de transporte venceram então todas as resistências e, assim, o poder público e os particulares cooperaram atualmente, com diligência e resultado, na determinação dos recursos carboníferos.

Até agora, só se tem um conhecimento mais exato da situação nos Estados sulinos, onde se verificou um enorme depósito, contínuo e bastante homogêneo, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Paraná também possui depósitos exploráveis. Com relação ao resto do Brasil, falou-se recentemente da descoberta de grandes jazidas nos Estados nordestinos. No estádio em que se acham os estudos geológicos, não é possível fazer uma idéia definitiva da riqueza carbônica do Brasil; dado o fato de se encontrar o carvão de pedra geralmente distribuído por toda a Terra, é de esperar que em território da extensão do planalto brasileiro se ocultem reservas consideráveis.

A produtividade das doze minas exploradas presentemente é calculada em 150 - 300 000 toneladas e mais, para cada, quantidade que se julga suficiente para as necessidades do país e que, provavelmente, aumentará rapidamente. Com referência à qualidade, o carvão sulino, contendo 75 - 80 % de carbono, situa-se entre o linhito e o antracito. Quanto à exploração e o transporte, conclui-se do rápido decréscimo da importação que as despesas respectivas deixam margem de lucro.

Muito mais recente na economia brasileira é o petróleo. Até hoje, tratou-se menos ainda de sua exploração que da do carvão, porque a importação da América do Norte, pelo seu preço, desaconselha as custosas instalações para a obtenção e o beneficiamento do petróleo nacional. Além disso, o estudo dos depósitos assinalados há tempo não se encontra adiantado. As mesmas causas que tornaram necessária a exploração do carvão nacional despertaram nos últimos anos um grande interesse pelo petróleo, daí resultando que já se verificaram lençóis petrolíferos em quase todos os Estados. Em Alagoas, a área dos campos de petróleo é estimada em 8 000 quilômetros quadrados, e a massa do xisto betuminoso, em 13 000 000 de toneladas, com 40 % de óleo bruto; os depósitos das proximidades de Ilhéus, na Bahia, devem equiparar-se aos mexicanos. Há muito que fazer até chegar-se ao estádio da exploração desses depósitos.

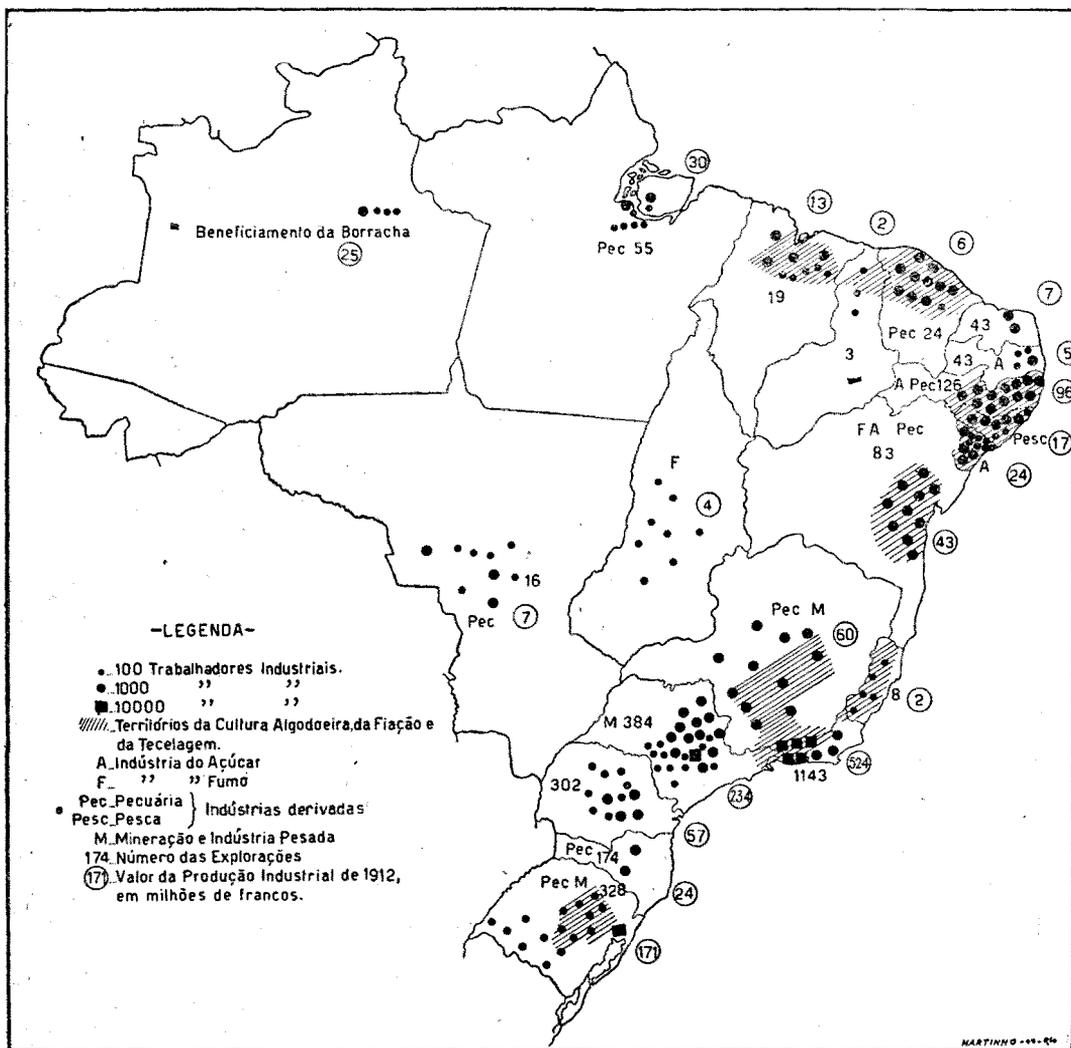


Fig. 6 — Indústria

O mapa dá a distribuição das indústrias principais, dos seus estabelecimentos e da população nêles empregada. O primeiro lugar é ocupado pela indústria têxtil, muito difundida. As indústrias agrícolas complementares e aquelas que assentam na grande exploração de tipo tropical acompanham a distribuição de suas matérias primas. A população proletária é de certo modo uniformemente distribuída nos Estados costeiros e também relativamente densa no norte. Mas os dados sôbre o número dos estabelecimentos industriais e dos valores de produção mostram que o centro de gravidade da indústria brasileira se encontra no sul, inclusive no Rio de Janeiro e em Minas.

Há que considerar também a força armazenada nas numerosas cachoeiras das montanhas. Em quantidade incalculável, ela é de importância transcendente para a economia, pela sua grande difusão, que permite um emprêgo generalizado.

O Brasil, portanto, além de matérias primas, dispõe abundantemente da energia necessária à constituição de sua grande indústria.

A mais antiga tentativa industrial prende-se a um produto vegetal de que só agora vamos falar. O algodoeiro é indígena em uma, talvez em duas variedades e numerosas sub-variedades, a que se juntam várias outras, introduzidas há muito tempo. O clima é-lhe favorável em todo o país, com a única exceção das regiões em que as chuvas abundantes coincidem com a época da floração e da colheita. Ele requer terreno poroso, um tanto calcáreo, condições que se apresentam em tôda parte ou de fácil consecução, especialmente nas áreas de derrubadas recentes. Os cuidados culturais, abstraindo-se da seleção das sementes que facilmente se deterioram, não são grandes. Por isso, as condições de sua cultura no Brasil são favoráveis. Com respeito à extensão das áreas apropriadas, à excelente qualidade de muitos tipos e à constante procura mundial, o Brasil aparece como o país mais bem dotado pela natureza para o cultivo do algodão.

A perspectiva favorável, logo reconhecida, não se pôde concretizar durante muito tempo, porque a indústria do algodão foi atingida por uma série de adversidades. Em 1750 foram estabelecidas em Minas as primeiras fiações. Seus resultados despertaram a desconfiança do governo português, que, para proteção da exportação da metrópole, proibiu tôda indústria nas colônias, com exceção do fabrico de panos para sacaria e vestimenta dos escravos. A revogação dessa medida, em 1809, não acarretou o restabelecimento da situação, porque então a fabricação não mais podia concorrer com os progressos da indústria americana. Pouco depois assumiram a Inglaterra e a França o papel funesto da metrópole e, mediante tratados de comércio unilaterais, mantiveram a sujeição da indústria brasileira até 1846. Nessa época, porém, a produção dos outros países tinha crescido de tal modo, que pareceu perdida a oportunidade de se conseguir um lugar no mercado mundial. A carência da produção norte-americana, advinda da Guerra de Secessão, conferiu ao Brasil o terceiro lugar entre os exportadores, mas passageiramente. A abolição da escravidão e as desordens políticas, a insuficiência dos transportes e a sobrecarga tributária, não permitiram o desenvolvimento do cultivo e da industrialização. Só no último período econômico foram eles novamente ativados. A primeira guerra mundial teve como consequência a duplicação da área cultivada, não para a exportação, que, em números redondos, se reduziu a um sexto da de 1914, mas para a fabricação no país, depois que a importação dos artigos de algodão, em virtude da maior procura nos países produtores e da crise dos transportes, caiu grandemente. Para enfrentar a situação, criou a União, em 1915, o Serviço do Algodão, ao qual coube o fomento da produção mediante demonstrações, conselhos, fornecimento de sementes, e outras iniciativas. Para que essas medidas só beneficiassem a nação, contrapôs-se a União, enérgicamente, às tentativas monopolizadoras das sociedades estrangeiras.

Conseqüentemente, o número das fiações aumentou consideravelmente, decaindo na mesma proporção a importação de tecidos.<sup>3</sup> Como exportador de algodão em rama e elaborado, começou o Brasil a conquistar no mercado mundial um lugar acorde com suas possibilidades de produção. Suas perspectivas favoráveis caracterizam-se perfeitamente pela atenção receosa com que o maior produtor de algodão, os Estados Unidos, acompanha sua ascensão.

1867: 9 pequenas fábricas

1899: 70 fábricas com 10 000 teares e 340 000 fusos

1905: 110 fábricas com 26 420 teares e 734 928 fusos

1911: 194 fábricas com 35 200 teares e cêrca de 1 000 000 de fusos

1915: 240 fábricas com 51 134 teares e 1 512 626 fusos

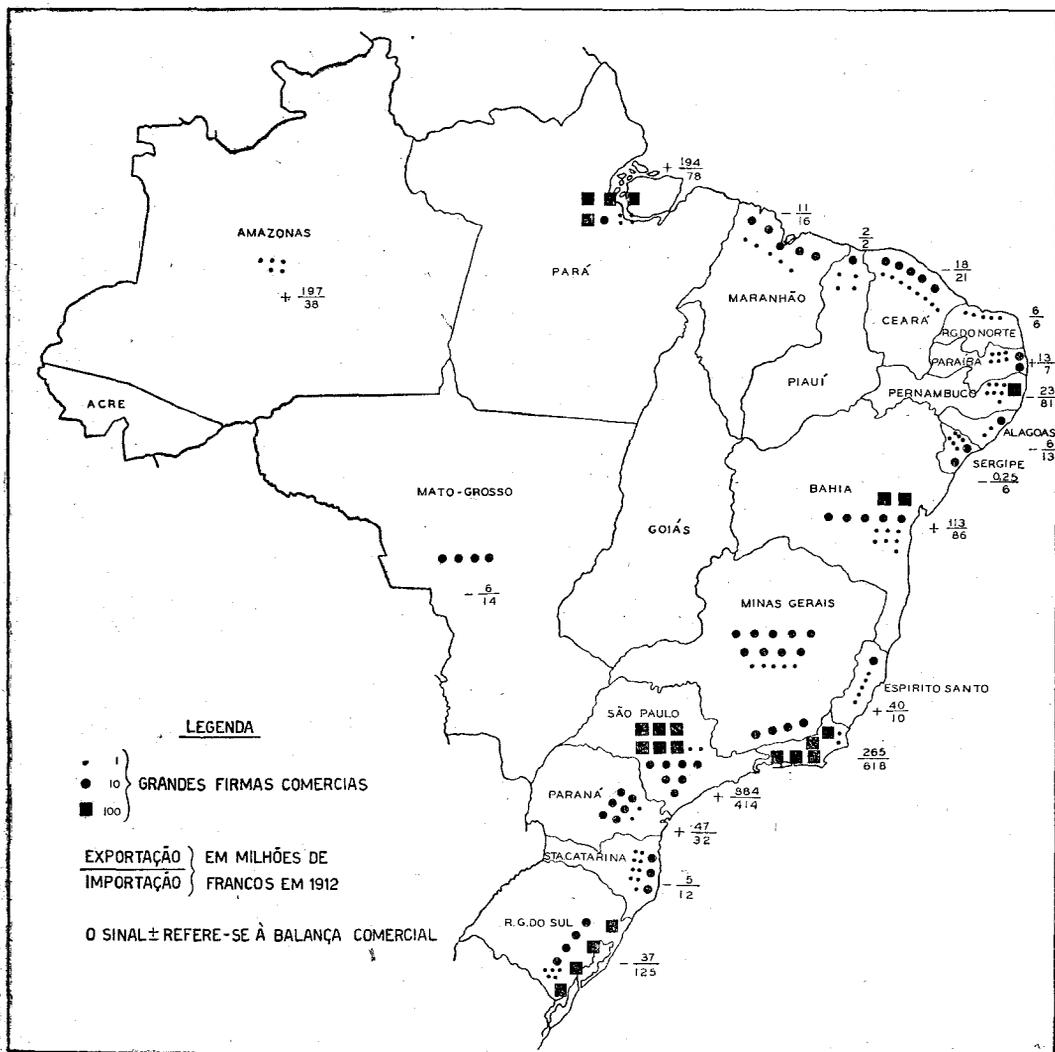


Fig. 7 — O comércio

Em função dos portos, o comércio externo distribui-se em todo o território costeiro, sem levar em conta a distância do percurso. Caracterizado pelo número das grandes firmas comerciais, ele se adensa em cinco pontos: no Pará, onde, além do mesmo Estado, abarca quase totalmente Amazonas e Goiás, que se encontram em inferioridade relativamente a Mato Grosso, autônomo por dispor de vias fluviais próprias; em Bahia, o principal porto de exportação da faixa de agricultura tropical; no Rio de Janeiro, a capital federal e residência de uma densa população laboriosa; em São Paulo, a terra do café; e no Rio Grande do Sul, o centro de gravidade da colonização maciça européia. A concentração do comércio corresponde o quantum dos valores de exportação e importação, ocupando o primeiro lugar São Paulo, acompanhado pelo Rio, Pará (inclusive Amazonas), Bahia e Rio Grande do Sul. Apresentam grande saldo na balança comercial os Estados amazônicos e São Paulo, que possuíam até então, na borracha e no café, as maiores fontes da riqueza nacional. Deficitário era além do Rio de Janeiro, que, como capital e centro cultural, tem que satisfazer exigências extraordinárias financiadas por todo o país, o Rio Grande do Sul, onde a perspectiva de desenvolvimento de consideráveis recursos naturais justifica uma importação excepcional. Entre os Estados de pequeno movimento comercial se encontram os Estados nordestinos de balança quase equilibrada. Com *deficit* se apresentam os principais Estados açucareiros, dos quais, tanto quanto se pode prever, só Pernambuco se restabelecerá, enquanto Alagoas e Sergipe, por falta de condições de desenvolvimento, dificilmente o obterão. Sem importância é o *deficit* de Mato Grosso, Estado ainda por explorar.

Entre as demais indústrias têxteis assenta a da lã, no Rio Grande do Sul, sobre a matéria prima nacional, enquanto se trabalha em São Paulo e no Distrito Federal lã estrangeira, nos últimos tempos de preferência a lã mais barata do Prata.

Os tecidos de linho, antes dependentes da importação de matéria prima, serão em breve fabricados com cânhamo e linho nacionais. O mesmo aplica-se à indústria da sêda, depois que a sericicultura, introduzida há 30 anos, alcançou grande incremento.

A indústria da juta, antes muito florescente pela enorme procura de sacos e lonas, foi quase arruinada, pela sua dependência das Índias Orientais, cujos preços subiram desmedidamente. Seu restabelecimento se dará quando as plantações de juta feitas segundo o modelo das Índias, Filipinas e Cuba, fornecerem a matéria prima. Por ora, tenta-se servir das fibras da agave e da bananeira.

Já se falou da indústria do fumo e daquelas ligadas aos produtos da pecuária. A estas se associam as indústrias do curtume e do couro, que muito progrediram ultimamente e já passaram a exportar.

Sobre a riqueza em madeiras apoiam-se a marcenaria e a fabricação de caixas de fósforos, papel e celulose, cujo progresso é igualmente notável. Numerosas indústrias menores a elas se associam.

Com tão significativa industrialização do país ainda há pouco quase exclusivamente agrário, observou-se também uma modificação de sua estrutura social. O proletariado alcançou o total aproximado de 500 000. Se seu nível de vida, em virtude da influência norte-americana e da nova legislação, não era baixo, os recentes acontecimentos político-sociais da Europa o tornaram um fator de peso na vida social do país.

## Resenha e opiniões

### A Geografia

A velha definição de Geografia como "a descrição da superfície da Terra" está evidentemente caduca, porque é insuficiente. De comêço, a Geografia não é somente verdade descrevendo a superfície da Terra, tomada essa superfície no seu significado mais amplo (envoltórios sólido, líquido e gasoso). Depois, se a Geografia se contenta apenas com descrever, não existe como ciência. Neste ponto, todo mundo está concorde.

"Puramente descritiva", diz o geógrafo E. de Martonne, a Geografia é inexistente".

"Não é verdade, diz o filósofo E. Meyerson, que nossa inteligência se satisfaça com a simples descrição de um fenômeno, por melhor que seja essa descrição".

A Geografia não se contenta com descrever; ela explica. Será mais exato dizer-se que a Geografia conquistou, no decorrer de um século, o direito à explicação; de tôdas as suas conquistas foi essa seguramente a mais brilhante. Descrever montanhas, rios e costas; alinhar dados de populações, de cidades e Estados; sondar as profundidades dos mares; eis, sem dúvida, trabalhos interessantes. Mas êsses trabalhos e outras pesquisas geográficas não nos conduzindo a uma explicação científica, não terão mais valor, no que diz respeito aos conhecimentos, que uma coleção de diversos fatos tirados dos jornais. A Geografia conquistou seus foros de cidade depois que explica ou procura explicar as cousas. De que ordem são as explicações que ela tenta?

A Geografia considera todos os acidentes da superfície da Terra susceptíveis de representação nas cartas, e busca descobrir entre essas massas e linhas as ligações racionais. Sob êsse aspecto, chama-se *Geografia Física* e faz parte das ciências naturais.

A Geografia considera também as massas e os grupos humanos em relação com as necessidades físicas em que vivem, sua expansão sobre o Globo, e as modificações de diversa natureza que

imprimem na superfície terrestre. Sob êsse aspecto, é chamada *Geografia Humana*, e faz parte das ciências sociais.

No envolver da história intelectual da nossa civilização, desde a aurora da ciência grega, a Geografia foi encarada sobretudo como um conjunto de conhecimentos úteis e utilitários, considerados unicamente para fins práticos. Ainda hoje, a Geografia utilitária vive; seus fins práticos multiplicam-se; não se limitam mais apenas à orientação, aos itinerários e aos cadastros; estendem-se aos recenseamentos, às estatísticas econômicas e aos balanços das riquezas.

No decorrer dos dois milênios que nos separam do despontar do pensamento grego, a *Geografia explicativa* até a época de Humboldt só apareceu por luars intermitentes entre as trevas, ao passo que a *Geografia utilitária* jamais deixou de atrair a atenção dos homens, sobretudo quando constituíam êles a sociedade política: pois o geógrafo, como diz Estrabão, escreve para o homem prático, para o homem do mundo, para o homem de Estado.

É verdade também que para o mesmo Estrabão, a Geografia pertence tanto quanto outra qualquer ciência ao domínio do filósofo. É verdade que o pensamento grego, com os seus habituais clarões de gênio, aflora, mais de uma vez, a explicação geográfica.

Bem desejaríamos possuir a obra de Eratóstenes de Cirene, mencionada por Varrão, em que Eratóstenes procura demonstrar que o caráter do homem e a forma de governo estão subordinados à vizinhança ou ao afastamento do Sol. Em Heródoto, em Hipócrates, em Aristóteles, de envolta com outras pesquisas ou em simples descrições de viagens, surge já a Geografia explicativa, mas sempre aparece como humilde serva das outras ciências: em Heródoto, da História; em Hipócrates, da Medicina; em Aristóteles, da Física Geral.

Nas idades intelectuais da Grécia, Geografia é, antes de tudo, orientar-se no globo, medi-lo e figurá-lo. O geógrafo é um geodésico, um traçador de itinerários e um agrimensur. Prende-se às representações figuradas, escul-

turas, desenhos e cartas, em que porfia representar a parte conhecida da superfície terrestre. Parece que a famosa tábuá de bronze em que estavam gravados os contornos das terras, dos mares e dos rios e que foi trazida para Esparta por Aristágoras de Mileto, era obra de Hecateu. Mas não foi Hecateu quem inventou as cartas; não foi mesmo Anaximandro.

As representações dessa espécie satisfazem a necessidades práticas assaz prementes para que remontem apenas aos tempos de Anaximandro e Hecateu. Segundo Vivien de Saint Martin a repartição cadastral do Egipto, atribuída a Sesostris, "supõe indubitavelmente uma carta do país".

Pode-se ir mais longe. O Dr. Capitán acreditou poder afirmar, na Academia de Inscrições, que as figuras gravadas nos monumentos megalíticos da Bretanha, assim como as da garganta de Tende, nos Alpes, e as de certos rochedos da Escandinávia, são descrições dos lugares onde foram achadas, com os caminhos, as fontes, as alturas figuradas dos montes e das passagens: toda uma topografia da idade do bronze.

Mas foi somente com os matemáticos da Grécia, Tales, Anaximandro, Eratóstenes e Hiparco, que a Geografia utilitária chegou, na cartografia, à precisão e ao rigor aproximados no ponto de vista da orientação e das distâncias, pela criação do seu primeiro esboço de paralelos e de meridianos: o que fez Estrabão dizer que todo o geógrafo deveria ser também geômetra. Isto não bastava: todo o geógrafo deveria ser também um astrônomo, porque a medida da Terra só se tornou precisa quando a carta celeste serviu para levantar a carta terrestre.

Sem dúvida, a medida da Terra pelo céu deve ter começado nas planícies perfeitamente horizontais e sob o ar seco e transparente da Caldéia, onde as estrelas brilham com tão vivo esplendor. Foram, porém, os geógrafos-astrônomos da Grécia que conseguiram achar as dimensões aproximadas e a configuração geral da parte da Terra que habitavam, a *Chlomyde* de Estrabão, estendida de oeste a este no hemisfério norte. Foram eles também que encontraram e fizeram adotar pela Antigüidade inteira a forma esferoidal da Terra, "a qual resulta, como diz magnificamente Estrabão, da constituição mesma do Universo". Estes gregos sa-

biam medir, contar e construir cartas; a filosofia não perdia seus direitos sobre eles.

O mesmo não se pode dizer dos *itinerários* chineses. Mui exatos, mui minuciosos, apenas enumeram localidades e computam distâncias, com uma precisão que nos causa certo pasmo, mas que não sabemos como foram conseguidas. Entretanto, apesar da diferença das civilizações, é evidente que esses itinerários respondem às mesmas necessidades práticas que determinaram o surto da *Geografia utilitária* na Grécia.

Quando, após a longa noite da Idade Média, a curiosidade científica despontou no ocidente, a herança do pensamento grego, transmitido mais ou menos completamente pelos árabes conservou sempre o traço das mesmas hesitações que tinham impedido a Geografia antiga definir nitidamente seu objeto e tomar integralmente a consciência de si mesma. O último dos grandes astrônomos do mundo antigo, Ptolomeu, adquiriu, por uma singular fortuna, um prestígio quase comparável ao de Aristóteles, embora sem o merecer, e isto pela exatidão ou número de informações de caráter geográfico. Foi Ptolomeu que a *Imago Mundi* do cardeal Pierre d'Ailly deu a conhecer ao mundo cristão; foi a Ptolomeu que se referiram os grandes exploradores, eruditos e homens de ação do século XV ao XVI; foi a Geografia de Ptolomeu que ditou aos descobridores os seus itinerários, e foi ainda segundo as suas indicações que, até o século XVIII, os navegadores procuraram o continente austral.

Todavia, desde o século XVI, era impossível desconhecer que o guia estava largamente ultrapassado. Por uma espécie de superstição continuara a ser reverenciado. Os limites do mundo conhecido avançaram de todas as partes; a linha extrema do avanço, breve, foi achada. Demonstrando a esfericidade da Terra, Cristóvão Colombo e Fernão de Magalhães deram à Geografia a completa posse do seu campo de pesquisas; ao mesmo tempo ou com pouca diferença, Copérnico pôs o nosso globo no seu lugar, no sistema solar.

A economia geral do movimento da Terra e as grandes linhas do seu desenho geográfico logo apareceram... — *Camille Vallaux* — ("Les Sciences Géographiques"; ed. Felix Alcan; Paris, 1925).

### Êxodo dos trabalhadores rurais

As lavouras de café estão ficando sem gente; os colonos saem em massa procurando o sertão, — afirmou em recente comunicação feita na Sociedade Rural Brasileira o Sr. Pedro Correia Neto, cujo resumo extraímos da *Revista Rural Brasileira*. Ninguém volta; todos continuam a marcha para o oeste; iniciada pelos nossos antepassados, deixando para trás o deserto e as cidades mortas. O sertão é fascinador: para qualquer cultura é de uma uberdade prodigiosa; para formação de pastagem é muito mais fácil derrubar matas virgens que despraguejar e gramar uma terra cansada. Numa fazenda vizinha à que dirijo, onde o pagamento é a vista e onde o colono dispõe de ótimas terras, bastando dizer que nesta época de sêcas e geadas a colheita devia ter sido de 10 000 sacas beneficiadas em pouco mais de 500 000 pés, ultimamente ficaram na árvore sem colhêr 8 000 arrôbas de café. Qual a sorte das fazendas na grande maioria que vão ficar por efeito das geadas, das sêcas e dos ventos frios, sem colheita durante dois anos no mínimo, se estes cataclismas se repetirem?

Há prejuízo nesta constante peregrinação não só para o proprietário como para a União porque, além as novas propriedades não encontram transporte fácil para as suas colheitas. Isto por enquanto com o progresso da aviação esta pequena vantagem desaparecerá para o fazendeiro. As fazendas que dirijo assim como as vizinhas de propriedade do Sr. Antônio Alves de Lima se acham colonizadas. Qual o motivo? Sistema administrativo. Com uma colônia voluntariosa e imprevidente precisamos reforçar a administração com um gerente ou inspetor que esteja ora numa ora noutra fazenda. Os fazendeiros menores podem se agrupar em número de 2 ou 3 e contratar um inspetor. O trabalho ficando em dia, a lavoura despraguejada, sobra tempo ao colono para cumprir uma das cláusulas do contrato, a plantação de cereais fora dos cafezais.

O milho e o feijão, alimentos básicos, são indispensáveis à vida do colono. É preciso que a administração os obrigue a ter estoque para o ano todo e disponha de moinho e monjolo para troca do milho. Sem esta medida os colonos fazem troca do milho pela farinha de mandioca, farinha de trigo insuficiente e vão ficando desnutridos. Embora bem criança, ainda me lembro

que os escravos alimentados desde a infância com angu (polenta) e feijão, raramente ervas, eram verdadeiros tipos de robustez.

A saúde dos colonos não pode passar despercebida, principalmente no que concerne à verminose. Quando um colono bom começa a claudicar no trabalho pode-se, sem medo de errar, indicar-lhe um vermífugo. Nas fazendas são possíveis estas precauções. Nos sítios a população rural vai desaparecendo corroída pelos vermes intestinais. O Departamento de Saúde Pública trata da profilaxia de todos os males, menos do grande flagelo nacional — a opilação ou amarelão.

Entre Ribeirão Claro e Fartura, há uma grande extensão de terra fertilíssima que era habitada exclusivamente por sitiantes. Estas terras foram à praça porque os proprietários minados pela verminose foram se enfraquecendo a ponto de não poderem pagar impostos. Desta gente vi crianças em último grau de opilação pedindo esmolas. É um erro tratarmos com esmêro os homens das cidades e deixarmos em abandono os do campo, justamente os mais necessários. Segundo o meu modo de ver, com exceção da sífilis, a profilaxia das moléstias urbanas deveria ser feita somente pelos fiscais sanitários aproveitando-se os médicos para o combate à maleita e ao amarelão. Os médicos se encarregando da profilaxia agressiva, a defensiva ficaria por conta dos fiscais sanitários, agindo sob a direção de um chefe médico. Tenho ouvido dizer que a causa do êxodo são os latifúndios, tanto que nos Estados Unidos, onde as terras eram divididas em pequenas glebas e entregues aos colonos, esta evasão não se dava. Não havia êxodo porque a causa principal d'êste é o descontentamento produzido pelas endemias; o colono doente não se sente bem em parte alguma. Nos Estados Unidos eram sadios porque tinham assistência médica e social. Aqui, além de serem analfabetos, são abandonados à pura sorte.

A condição primordial para eficiência do trabalho rural é a saúde do homem; entretanto, assim não entendem os congressistas do atual Congresso de Economia. Lê-se no programa: “do combate às doenças e pragas das plantas depende o rendimento agrícola”. Mais adiante: “Que o govêrno providencie para que se dê uma maior assistência veterinária compatível com as necessidades dos nossos rebanhos”. Para

o trabalhador, nada. Construir uma casa sem alicerce é muito fácil; habitá-la será o problema.

O homem é o alicerce básico de uma nação. Nos Estados Unidos há mais solidariedade humana e menos descontentamento, porque o homem lá é um artigo, quer nas zonas de solos retalhados, quer nos rincões dos latifúndios onde se destaca a gloriosa fazenda Santa Gertrudes, com mais de 200 mil alqueires de extensão territorial.

Concluindo, afirmou o Dr. Correia Neto: — Não podemos nos comparar ainda aos norte-americanos, porque nos faltam a boa saúde e senso prático de cooperação.

★

### Os congressos brasileiros de Geografia

A propósito da realização do X Congresso Brasileiro de Geografia, o Sr. Nogueira de Matos publicou na edição de 13 de setembro último, do *Correio Paulistano*, a seguinte "Nota Pedagógica", em que traça ligeiro esboço histórico dos certames que muito vêm contribuindo para o desenvolvimento dos estudos geográficos entre nós.

Está em pleno funcionamento — escreve o Sr. Nogueira de Matos — o X Congresso Brasileiro de Geografia, sob a presidência do embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cerca de duas centenas de teses foram apresentadas e estão sendo examinadas pelas dez comissões técnicas que constituem o Congresso: geografia, história e explorações geográficas, geografia matemática, geografia física, biogeografia, geografia humana, geografia das calamidades, geografia médica, geografia econômica, metodologia geográfica e geografia regional. Ao lado dos trabalhos destas comissões, um programa amplo de conferências, visitas, excursões e exposição cartográfica. Muita coisa, portanto, espera-se de tão grande certame, que reúne, na capital do país, delegações e representações de todos os Estados. Como ainda é cedo para se poder apreciar qualquer trabalho, diremos alguma coisa do Congresso em si.

Os congressos brasileiros de Geografia tiveram a sua origem no ano de 1908, quando, por proposta de José Artur Boiteux, a velha Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro deliberou a sua realização fazendo com que, a 7

de setembro do ano seguinte, se inaugurasse no Rio de Janeiro o primeiro deles, com 557 membros, 108 teses apresentadas, 231 mapas em exposição e, como resultado, a publicação de 12 volumes dos *Anais* em que se encerra muita coisa útil sobre a Geografia de nossa terra. De acordo com o plano original, os congressos deveriam reunir-se anualmente, do que logo se viu a impraticabilidade, passando-se então para uma periodicidade de três anos. Assim, de 1909 até 1926, oito congressos foram realizados, tendo por sede o Rio (1909), São Paulo (1910), Curitiba (1911), Recife (1915), Salvador (1916), Belo Horizonte (1919), Paraíba (1922) e Vitória (1926), sob a presidência, respectivamente, dos Srs. marquês de Paranaguá, Domingos Jaguaribe, Jaime Dormund dos Reis, Pedro Celso Uchoa Cavalcante, Teodoro Sampaio, general Taumaturgo de Azevedo, Diogo de Vasconcelos e general Cândido Rondon.

Motivos diversos determinaram, em 1926, a interrupção, por quatorze anos, da série dos congressos tão bem iniciada em 1909. Nesse longo espaço de tempo, transformou-se completamente o panorama geográfico brasileiro. Acompanhando o movimento de renovação da Geografia em todos os países do mundo, o Brasil também realizou, ou melhor, está realizando ainda, a sua revolução geográfica. A criação das Faculdades de Filosofia, em São Paulo e depois no Rio, nas quais pela primeira vez no Brasil foi feito o estudo superior da Geografia, dando-lhe o lugar que realmente ela ocupa no terreno das ciências, a vinda para o Brasil de alguns geógrafos franceses, que orientaram as novas gerações de estudiosos da Geografia, e entre os quais devem ser mencionados os nomes de Deffontaine, Monbeig, Arbos e Ruellan, a criação pelo governo federal, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Conselho Nacional de Geografia, órgãos coordenadores do movimento geográfico nacional, são os responsáveis pela notável transformação por que passou a Geografia no Brasil nestes últimos dez anos. Daí, a iniciativa feliz de restabelecer-se a série dos congressos de Geografia, realizando-se, graças à iniciativa e ao patriotismo de Bernardino de Sousa, o IX congresso em 1940, na simpática e acolhedora capital catariense. Do ponto de vista da Geografia moderna, pode-se dizer — e nisto não há menosprezo algum para com os congressos anteriores — que o congresso

de Florianópolis foi o primeiro. A distância de 14 anos que o separou do congresso de 1926 marca bem um divisor entre a antiga e a moderna Geografia. Decidiu-se em Florianópolis que o X congresso se realizaria em Belém do Pará em 1943. Circunstâncias decorrentes da situação internacional, determinaram, todavia, não só o seu adiamento por um ano, como também a sua transferência para o Rio de Janeiro, onde há quase uma semana está em pleno andamento. Eis a história dos congressos brasileiros de Geografia. Através deles, pode ser escrita a própria história da Geografia brasileira. Em notas futuras comentaremos algumas das suas realizações, principalmente as que se referirem ao ensino e à metodologia da Geografia.

★

### Material bibliográfico

Em virtude da atual guerra agravou-se para os cientistas das Américas o problema de obter materiais indispensáveis às suas pesquisas. O transporte desses materiais tornou-se muito dispendioso, quando não de todo impossível.

Com o intuito de resolver, até certo ponto, esta dificuldade, o National Research Council (Conselho Nacional de Pesquisas) de Washington, juntamente com a Biblioteca do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos e outras entidades que se interessam pelas repúblicas americanas, deram início a um trabalho afim de que qualquer cientista ou instituição médica ou científica da América Latina possa receber, sem despesa alguma, reproduções fotográficas ou sobre *microfilm* (filme em miniatura) dos materiais que necessite no seu trabalho. As reproduções e os filmes em miniatura podem ser observados por meio de qualquer aparelho que faça projeções na parede, ou por meio de máquinas especiais para projetar *microfilm*.

Além de artigos de periódicos e extratos de livros, o National Research Council poderá preparar bibliografias, compilar materiais disponíveis sobre qualquer assunto científico, ou atender aos pedidos dirigidos a esta entidade por qualquer pessoa ou instituição científica que os tenha recebido diretamente. Desejando-se receber os materiais por avião, o Conselho solicita que seja en-

viado com o pedido um vale postal internacional na importância do porte aéreo; de outra forma, os materiais serão enviados por correio comum, sem despesa alguma.

Para assegurar maior e melhor facilidade ao serviço é necessário fornecer juntamente com os pedidos, se fôr possível, os seguintes dados:

*No caso de um livro:*

Sobrenome e nome de batismo (ou iniciais) do autor.

Título da empresa editora.

Se existe mais de uma edição, qual delas é a preferida.

As páginas em que devem começar e terminar os extratos.

*No caso de uma publicação periódica:*

Sobrenome e nome de batismo (ou iniciais) do autor.

Título exato da publicação e do artigo.

Nome da empresa editora

Número do volume e da edição.

As páginas em que devem começar e terminar os extratos.

A bibliotecas e instituições, o referido Conselho presta o serviço acima mencionado sem ônus algum, porém, em se tratando de particulares, oferece os seus préstimos com a condição de que, atingindo os materiais mais de 50 páginas, sejam os mesmos depositados em uma biblioteca ou instituição, uma vez que já tenham servido aos fins que motivaram o seu pedido.

Em aditamento, aos particulares, os pedidos são limitados a 50 páginas por mês. Necessitando-se de um número maior, pode-se pedir uma concessão especial, escrevendo ao Conselho.

*Peso do "microfilm"*

1/50 páginas (incluindo envelope) — 15 gramas (meia onça).

50/100 páginas (incluindo caixa) — 45 gramas (duas onças).

Cada 10 páginas adicionais — 1 grama.

Os pedidos devem ser dirigidos ao

National Research Council

United States Department of Agriculture — Library

Washington, D. C., EE. UU.

★

### A origem da palavra “gaúcho”

O Sr. Antônio Carlos Machado comentando, em registro publicado em *A Noite* desta capital, o aparecimento de um novo livro do Sr. Augusto Meyer, teve ocasião de emitir conspícua opinião sobre a origem da palavra “gaúcho”.

Reportando-se ao livro do Sr. Meyer, escreveu o Sr. Antônio Machado:

— O estudo sobre a origem do étimo gaúcho, que se estende por 17 páginas, parece-nos dos melhores já feitos e apresenta uma particularidade digna de registro: o rigoroso encadeamento cronológico das fontes invocadas.

É indubitável que, por enquanto, nenhuma luz pode ser feita sobre a gênese do vocábulo — esmaecida na distância do tempo — e tôdas as reconstituições histórico-lingüísticas nesse sentido serão meramente conjecturais.

Nada menos de 55 versões, cada qual com aparências de ser a mais aceitável, já foram aventadas e discutidas pelos estudiosos. Dos modernos tratadistas cumpre destacar B. Caviglia, eminente historiador uruguaio, autor de numerosos e excelentes trabalhos sobre o assunto.

Não há muito deu-nos êle um ensaio epigrafado *Gaúcho de Garrucho* (Montevideu, 1933), ensaio opulento de notações documentárias e rico de hipóteses inteligentemente arquitetadas.

Quer-nos parecer, entretanto, que a palavra gaúcho não procede de garrucho, nem pela queda da consoante geminada fenômeno de eufonia comum — nem pela possibilidade, aliás discutível tomada isoladamente, de serem os índios garruchos os antecipadores do gauchismo em ambas as margens do Prata. Emilio Coni, em seu livro *Contribución a la historia del gaúcho*, (Buenos-Aires, 1937), imputa de apócrifas várias apostilas que ocorrem na tradução espanhola do *Diário de Henis* feita em 1770 por Bernardo Ibanez de Echa-

varri, acoimando de interpelação, arbitrariamente engastada no texto latino original, a de que gaudérios eram paulistas coureadores e ladrões de gado.

Provada ou não a legitimidade da nota, a verdade é que a palavra gaudério aparece em numerosos códices setecentistas, designando o arreador e o caçador de gado. Um dos mais antigos documentos conhecidos sobre a vida riograndense do século XVIII é o *Diário Resumido*, de José de Saldanha, remontante a 1787. Nêle, em três passos distintos, como pondera Augusto Meyer, ocorre o vocábulo, embora pluralizado, sob a forma talvez originária de “gauches”, designando “vagabundos ou ladroens” de Campo, quais Vaqueiros, costumados a matar os Touros chimarroens”. Seja como fôr, tudo leva a crer que o termo gaúcho, em sua primitiva acepção, designava o arrebanhador e contrabandista de gado, marginal e abarbarado, cuja existência, decorrendo entre rapinagens e aventuras, se prolongaria até meado dos Oitocentos, como verdadeira excrecência sociológica, só crepusculando com o desagregamento dos latifúndios gadeiros e a sub-divisão dos campos. E o fato é que o vocábulo resistiu às frições prosódicas, durante duzentos anos, permanecendo inalterado o seu sentido original até a parte média da XIX centúria, como muito atiladamente, assinala Augusto Meyer.

A organização do trabalho pastoril, como consequência inelutável da difusão da marca e do alambrado, que por sua vez foram resultados da fragmentação das grandes sesmarias, determinou no pampa, como é óbvio, novas condições sociais, restringindo o âmbito de ação dos gaúchos largados e compelindo-os, a final a abdicar do antigo nomadismo aventureiro.

E, em concomitância com essa transformação social do gauchismo, a palavra gaúcho também evoluiu — concluiu o Sr. Antônio Carlos Machado —, perdendo pouco a pouco o seu lastro de significações desfavoráveis e “abrindo vôo para novos destinos”, para usar uma expressão feliz de Augusto Meyer.

★

### A pesca no Brasil

O Sr. Raimundo Demócrito da Silva, técnico em caça e pesca, publicou no *Boletim do Ministério da Agricultura* o trabalho que ora estampamos e em

que, ao sumariar as atividades do entreposto de Pesca no Rio de Janeiro, presta valiosas informações acêrca das origens dos pescados, espécies mais frequentes, etc.

Os serviços de pesca em todo o Brasil acham-se subordinados, desde 1933, — informa o Sr. Demócrito da Silva — à Divisão de Caça e Pesca do Departamento Nacional de Produção Animal, do Ministério da Agricultura, e sujeitos às determinações do Código de Pesca.

Tendo por fim a concentração do pescado destinado ao consumo no Distrito Federal, sua inspeção sanitária, classificação comercial, venda e conservação, foi criado e instalado, em 1934, o Entreposto de Pesca do Rio de Janeiro, o qual, pela precariedade de suas primitivas instalações e tendo em vista o crescente movimento da pesca, foi substituído pelo atual Entreposto, instalado tecnicamente em um novo e majestoso edifício, construído no mesmo local do primeiro, onde funcionam a Divisão de Caça e Pesca, o Conselho Nacional de Pesca e a Caixa de Crédito aos Pescadores e Armadores de Pesca, criada com o Decreto-lei n.º 291, de 23 de fevereiro de 1938.

O quadro abaixo deixa ver o aumento verificado no movimento de vendas de pescado no Entreposto, desde o primeiro ano de seu funcionamento, em 1934, até 1941.

Ano	Quilos	Valor Cr\$
1934 . . . . .	13 030 674	16 746 782,60
1935 . . . . .	13 772 569	19 059 882,70
1936 . . . . .	14 905 376	22 255 288,60
1937 . . . . .	15 648 624	23 829 464,50
1938 . . . . .	16 031 172	26 386 205,40
1939 . . . . .	18 529 750	27 758 535,00
1940 . . . . .	18 488 095	27 998 355,50
1941 . . . . .	19 185 318	28 527 059,30

Houve, como se vê, um aumento de 6 154 644 quilos em 1941, com relação ao ano de 1934. Quanto ao valor das vendas de pescado efetuadas no Entreposto, verificou-se em 1941, relativamente a 1934, um aumento de Cr\$ . . . . 11 780 276,70.

As espécies que, com mais frequência, transitaram, em 1941, pelo Entreposto foram:

1.º) Sardinha verdadeira (Sardinella aurita)	9 146 443	3 792 951,60
2.º) Xerelete (Caranx crysos)	1 264 582	1 591 145,60

3.º) Garoupa de 2.ª (Cerna morio)	794 687	1 819 711,60
4.º) Pescadinha de alto mar (Cynoscion leirarchus)	706 408	1 647 813,80
5.º) Corvina do R. G. S. (Mycropogon sp.)	549 950	816 066,80
6.º) Palombeta (Chloroscombrus chrysurus)	445 381	251 456,40
7.º) Batata (Lopholatilus villarii)	418 739	1 188 492,30
8.º) Namorado (Pseudoparsis numida)	413 530	1 705 921,10
9.º) Cavalinha ou mazundu (Scomber colias)	359 322	231 143,20
10) Badejo de alto mar (Epinephelus sp.)	354 812	1 449 491,00

Dentro do grande plano de obras do Ministério da Agricultura, consta o da construção de uma rede de entrepostos em todo o litoral brasileiro, em locais tecnicamente indicados.

Já foram construídos, de acôrdo com o referido plano, mais dois entrepostos, um em Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro, e outro em Cananéia, Estado de São Paulo. Na cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, acha-se em construção um grande entreposto, que virá prestar reais benefícios àquela importante região pesqueira, em cujas águas ocorrem grandes cardumes de peixes de valor comercial e industrial, tais como: a tainha (*Mugil brasiliensis*), a corvina (*Micropogon opercularis* e *Micropogon undulatus*), o bagre (*Tachysurus sp.*) e a savelha (*Brevoortia tyrannus aurea*).

O pescado que transita pelo Entreposto de Pesca provém de vários centros pesqueiros, principalmente da baía de Guanabara, litoral do Estado do Rio de Janeiro, inclusive as lagoas de Saquarema e Araruama, litoral do Espírito Santo e sul da Bahia, litoral dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A produção pesqueira da baía de Guanabara consiste, principalmente, das seguintes espécies: camarão (*Penaeus setiferus* e *P. brasiliensis*), tainha (*Mugil platanus* e *M. brasiliensis*), robalo (*Centropomus undecimalis*), me-ro ((*Promicrons guttatus*), garoupa (*Cerna gigas*), enxova (*Pomatomus saltatrix*), galo (*Selene vomer* e *vomer Setapinis*), beijupirá (*Rachycentron canadus*), cavalinha ou muzundu (*Scomber colias*), michole (*Haliperca formosa*), palombeta (*Chloroscombrus chrysurus*) e pescada (*Cynoscion acoupa*).

No litoral do Estado do Rio a pesca mais volumosa é a da sardinha (Sardi-

nela aurita), cuja produção é enviada parte ao Entrepasto e a maior parte às fábricas de conserva existentes em Angra dos Reis, ilha Grande, Niterói, no referido Estado, e Maria Angu, nesta capital. Do litoral fluminense recebe ainda o Entrepasto muitas outras espécies de pescado, sendo as mais importantes as seguintes: camarão (*Penaeus setiferus* e *P. brasiliensis*), xerelete (*Caranx crysos*), cavalinha ou muzundú (*Scomber colias*), enxova (*Pomatomus saltatrix*), tainhas (*Mugil platanus* e *M. brasiliensis*), cavala (*Scomberomus regalis*) e sororoca (*Scomberomus maculatus*).

Do pesqueiro denominado "mar novo" — ao largo da costa norte fluminense, provêm as seguintes espécies de peixe, cuja pesca é exercida por pescadores do Distrito Federal: namorado (*Pseudo-persis numida*), batata (*Lapholatilus villarii*) e cherne (*Garrupa niveata*).

Os parcéis de Abrolhos, na Bahia, dão origem a grande quantidade de peixes das mais valiosas espécies, tais como a garoupa (*Cerna morio*), badejo (*Epinephelus* sp.), o cherne (*Garrupa niveata*) e o vermelho (*Lutianus* sp.), peixes esses pescados de linha de fundo, também por pescadores pertencentes a colônias do Distrito Federal, que para ali se dirigem em barcos a motor.

Das costas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul é comum chegarem barcos carregados de pescadilha de alto mar (*Cynoscion leiarchus*), cuja pesca é exercida ainda por pescadores do Distrito Federal, por meio de grandes rêdes denominadas *trawl*, cuja tração é feita pelo próprio barco denominado *trawler*. O Rio Grande do Sul concorre ainda grandemente para o abastecimento de peixe da capital do país, enviando tainha e corvina congeladas, pescadas no canal do Rio Grande.

Pela abundância do pescado que ocorre em grandes cardumes no Rio Grande do Sul, pode esse Estado ser considerado como o mais importante centro pesqueiro do Brasil, destacando-se no mesmo a região do canal do Rio Grande e a dos baixos das imediações das ilhas da Feitoria e Deodoro, na lagoa dos Patos.

A pesca da tainha de "corrida" (*Mugil brasiliensis*) é realizada por meio de rêdes de "costa", nas imediações da barra do Rio Grande e nas praias de São José do Norte, nos meses de abril e junho, quando, em cardumes

consideráveis, dirige-se êsse *Mugilideo* para o oceano. A pesca da corvina de corrida (*Micropogon* sp.) é das mais rendosas da região em aprêço, realizando-se nos meses de setembro a dezembro. Tanto a corvina como a tainha são frigorificadas logo após a sua pesca, e exportadas para o Rio de Janeiro e Santos. A pesca da savelha (*Brevoortia tyrannus aurea*) constituiu também uma apreciável fonte de renda (*micropogon undulatus* e *M. opercularis*) e o bagre (*Tachysurus* sp.) transformados em conservas pelas fábricas da cidade do Rio Grande, o mesmo acontecendo, ainda, com o camarão (*Penaeus brasiliensis*), cuja pesca é realizada nos meses de janeiro a abril, época em que êsse crustáceo desaparece dos braços do mar do Rio Grande, dirigindo-se para o oceano, onde vai se reproduzir. A pesca do bagre, realizada principalmente nos meses de julho a outubro, nos baixios das proximidades das ilhas da Feitoria e Deodoro, na Lagoa dos Patos, é de um incontestável valor econômico, dada a abundância da safra dêsse silurideo, que no próprio local é salgado e seco para exportação para os mercados do norte do país. Ocorrem ainda nas águas do canal do Rio Grande muitas outras espécies, algumas de alto valor por seu sabor apreciável, como o linguado (*Paralichthys brasiliensis*), o peixe rei (*Menidia* sp.), a pescadinha (*Cynoscion leiarchus*), e a prejerêba (*Lobotes surinamensis*). Essas espécies não constituem objeto de industrialização, sendo consumidas pelas populações locais. Merece ainda ser mencionada entre as espécies industrializáveis a miraguaia (*Pogonias chromis*), *Sciaenideo* de grande porte.

A pesca nos Estados do Nordeste e do Norte é quase que exclusivamente feita por meio de "linha de fundo" e de "corrico" de bordo de pequenas embarcações — jangadas e botes de convés corrido — em que seus intrépidos tripulantes afastam-se a distâncias consideráveis da costa, em busca de ótimos peixes, como as garoupas e serigados (*Serranideos*), o dentão e a sioba (*Lutianideos*), e a bicuda (*Sphyræna bairacunda*). A produção é vendida nos mercados públicos locais às respectivas populações. Uma das pescarias mais volumosas e rendosas do Nordeste é a do peixe voador: *Cephacanthus volitans*, que é salgado e exportado em fardos para o interior.

Ocorrem periodicamente nas águas dos Estados da Paraíba e do Rio Gran-

de do Norte, em grandes cardumes, duas espécies da família *Scombridae* de grande valor industrial, as albacoras (*Paramathunus abesus* e *Neothunus albacora*) que já estão sendo industrializadas pela Cooperativa de Pescadores de João Pessoa. Dentre os crustáceos do Nordeste merece especial destaque a lagosta (*Panulirus guttatus echinatus*), que abunda nas águas de Pernambuco, sendo exportada para os demais Estados e, principalmente, para o Rio de Janeiro. Em Olinda, existe uma fábrica de conserva do *Palinurideo* em aprêço.

Considerando a necessidade do aproveitamento do cação, existente em grande abundância nas águas costeiras do Maranhão, o governo federal criou e instalou em São Luís uma fábrica modelo para preparo dos produtos e subprodutos daqueles *Seláquios*, dentre os quais: carne seca salgada, couro, óleo de fígado, farinha de ossos, adubos e cola. Destina-se também o estabelecimento referido ao ensino técnico profissional dessa indústria, inclusive a padronização dos produtos e subprodutos.

Dentre os peixes da Amazônia, salienta-se como mais importante o grande e saboroso pirarucu (*Arapaima gigas*) pertencente à família monotípica *Arapaimidae* e ocorrendo com exclusividade na bacia Amazônica. O pirarucu é apreciadíssimo pelas populações locais que o consomem em regular quantidade, sendo também exportado salgado para o Rio de Janeiro e vários Estados, sob a forma de "manta".

No Museu Goeldi, em Belém do Pará, conseguiu-se a reprodução em cativeiro do pirarucu, havendo já uma geração, em franco desenvolvimento, que foi transportada para Fortaleza, Estado do Ceará, vindo a Comissão Técnica de Piscicultura realizando trabalhos experimentais sobre a criação dessa espécie em tanques a açudes da região.

Com o fim de proceder ao repovoamento de nossas águas interiores com espécies de valor econômico e realizar estudos de biologia animal, o governo federal criou e instalou duas estações experimentais de caça e pesca, uma em Porto Alegre, Rio Grande do Sul e outra em Piraçununga, São Paulo.

Na primeira estação sendo realizados estudos sobre a criação do peixe rei — espécie da família *Atherenidae*, tendo sido positivos os resultados obtidos sobre fecundação artificial, incubação dos ovos, sua eclosão e desenvolvimento das

larvas, o que vem assegurar a possibilidade de cultura em larga escala desse valioso peixe, baseada nos conhecimentos já obtidos sobre sua biologia.

Na Estação Experimental de Piraçununga já se faz a criação em tanques do apiari (*Astronotus ocellatus*), do tucunaré (*Cichla ocellaris*), do cangati (*Siluridae*), espécies essas da bacia amazônica, tendo sido os reprodutores que deram origem à referida criação trazidos da Comissão Técnica de Piscicultura, em Fortaleza.

Não há dúvida, portanto, diante da riqueza incalculável contida em nossas águas e do desejo manifestado pelo governo, por seus atos, de resolver o problema da pesca no Brasil, sob todos os aspectos, de que esse ramo de atividade econômica atingirá, dentro de pouco tempo, um alto grau de desenvolvimento em nosso país.

★

## México

### Descrição do país

O território mexicano estende-se entre o limite sul dos Estados Unidos e os confins de Honduras Britânica e Guatemala. As suas extensas costas são banhadas pelos oceanos Atlântico e Pacífico. O caráter essencial do território mexicano é constituído por um planalto de 1 500 metros de altitude média, formado por dois sistemas de montanhas — a serra Madre Oriental e a serra Madre Ocidental. Este planalto é limitado ao sul por uma cadeia transversal em que estão concentrados gigantescos vulcões, como o Orizaba (5 594 metros) e o Popocatépel (5 450 metros). A Mesa Central, que ocupa parte do referido planalto, é região importantíssima por ser o centro social e econômico do México e nela está situada a capital do país. O planalto faz parte da região continental, a qual, por sua vez, — é apenas um dos cinco elementos que constituem o mapa físico deste país de quase dois milhões de quilômetros quadrados. Os outros quatro elementos, são: região ístmica, que é a mais estreita de todo o território, a península de Iucatã, a da Baixa Califórnia, e as ilhas adjacentes às costas.

O trópico de Câncer atravessa o país aproximadamente na sua parte média, de modo que metade do território mexicano fica em plena zona tropical e a outra metade na temperada;

porém o clima é influenciado por diversos fatores, sendo, por esse motivo, variadíssimo. Assim, por exemplo, o clima do vale do México, é classificado como sub-tropical de altitude, com uma temperatura média anual inferior a 20° C. Os geógrafos sempre chamaram a atenção para a atração que climas como este exercem sobre o homem.

### *Produtos e indústrias*

Como produtor de prata, o México contribui com a terça parte da produção mundial desse metal. Quanto ao cobre ocupa o sexto lugar entre os produtores deste mineral. Também o ouro, o chumbo e o estanho são produzidos em quantidades apreciáveis. Em consequência da exploração de metais, têm sido construídas grandes fundições e outros estabelecimentos metalúrgicos de primeira ordem, multiplicando-se também as redes ferroviárias. Nos últimos anos a indústria petrolífera assumiu grandes proporções a ponto de o México haver chegado, em certas ocasiões, a ocupar o segundo lugar como produtor de petróleo em todo o mundo. Outra indústria muito desenvolvida é a hidro-elétrica.

Depois da mineração, é a agricultura a mais valiosa fonte de riqueza do país. O milho tem tido sempre grande importância na vida nacional. Outras culturas características da agricultura mexicana são o trigo, o feijão, o arroz, o café, a cana de açúcar, o *maguey* ou agave (que se usa para vários fins, desde a fabricação de bebidas até a do papel), o fumo, o algodão e o *henequém*. Deste último, Iucatã produz a metade do consumo total mundial. São dignas também de menção as indústrias fabril e manufatureira, que pouco a pouco se vêm desenvolvendo, graças à multiplicação das estradas de ferro e aos vultosos capitais investidos.

### *Cidades principais*

O México, com a sua população de 17 milhões de habitantes, encontra-se dividido para fins administrativos em 28 Estados, um Território e um Distrito Federal. Neste último encontra-se situada a *Cidade do México*, capital da República, com 1 229 576 habitantes. Situada a uma altitude de 2 240 metros, goza essa cidade de um clima elogiado tanto pelos naturais como pelos estrangeiros. Compõe-se a Cidade do México de duas partes bem distintas: a antiga

e a moderna. Aquela é de caráter colonial, tendo como centro a Praça de Armas, e nela se encontrando os edifícios do Governo, residências senhoriais e bellos templos antigos, entre os quais se distinguem a Catedral e o *Sagrario*; esta foi construída mais modernamente para satisfazer ao aumento constante da população da cidade.

Como a Cidade do México, *Puebla*, com uma população de uns 100 000 habitantes, encontra-se também situada na Mesa Central. Porém a segunda cidade do país é *Guadalajara*, que têm uma população de 185 000 habitantes. Ao norte encontra-se *Monterrey*, com uma população de 137 388 habitantes, e na costa do golfo do México, estão *Veracruz*, com 71 883 habitantes, pórt principal do país, e *Tampico*, com . . . . 70 183 habitantes, que deve o seu actual progresso ao fato de encontrar-se em meio da zona petrolífera. Outros centros urbanos importantes são: *Aguas Calientes*, com 82 184 habitantes, *San Luis Potosí*, com 91 883, *Mérida*, com 110 183 e *Durango*, com 56 236.

### *Vias de comunicação*

O México tem 22 500 quilômetros de vias férreas. O "Ferrocarril Mexicano", que liga Veracruz com a capital, é um verdadeiro triunfo da engenharia, chegando a linha em certo ponto a atingir uma altitude de 2 500 metros. Em vários pontos da fronteira setentrional, as estradas de ferro mexicanas estão ligadas com estradas de ferro norte-americanas. Na fronteira com a Guatemala, a Estrada de Ferro Pan-Americana liga os dois países. Actualmente é possível, por conseguinte, viajar por trem do Canadá até o território de El Salvador, passando pelos Estados Unidos, México e Guatemala.

A Construção de rodovias modernas tem feito grande progresso, sendo a mais notável de entre essas vias de comunicação, a que liga a capital da República com a cidade fronteiriça de Nuevo Laredo, e que foi inaugurada em 1935, com uma extensão de 1 200 quilômetros.

O adiantamento da aviação comercial é evidenciado pelos numerosos portos aéreos de primeira classe disseminados por todo o país. A capital goza de excelentes comunicações aéreas com cidades dos Estados Unidos, com Estados da Federação mexicana tais como Cam-

peche, Tabasco e Iucatã, antigamente quase completamente isolados do resto do país, e com diversos países centro-americanos. Pode-se ir atualmente do México a Nova York por aeroplano em 18 horas; e à cidade de Guatemala, em 8 horas.

### *Resenha histórica*

Os povos aborígenes do México constituíam, em princípios do século XVI, uma confederação governada por um príncipe da tribo asteca, chamado Montezuma, o qual, da cidade de Tenochtitlán, centro da cultura e do comércio, dominava com dificuldade aquêlê vasto império em que nem todos os tributários aceitavam de bom grado o jugo a que estavam submetidos. As primeiras notícias sôbre a chegada às costas do golfo de umas "casas que se moviam sôbre as águas" foram recebidas pelo imperador como indícios de que estava para se cumprir a ameaça de uma personagem lendária, Quetzalcoatl, de que voltaria pelo mar para destruir os descendentes dos que o haviam destronado. Em abril de 1519, de onze navios surtos em frente a Veracruz, desembarcaram vários centenas de homens. A frente dêles não vinha, porém, Quetzalcoatl, mas sim um fidalgo espanhol, chamado Hernán Cortés. Êste conseguiu fazer-se aliado de tribos inimigas dos astecas, como primeiro passo em seu projeto de assenhorar-se daquele império que supunha fantásticamente rico. Sete meses depois penetrou em Tenochtitlán e fêz prisioneiro a Montezuma. Os súditos do cativo imperador sublevaram-se e depois de espantosos combates, conseguiram expulsar os conquistadores. Mas Cortés voltou no ano seguinte melhor armado, cercou a cidade e assaltou-a, apoderando-se dela depois de três meses, em 1521. Com o sucessor de Montezuma, o imperador denominado Guauhhtëmoc (palavra que significa "águia que cai"), extinguiu-se o império asteca.

A destruição de Tenochtitlán seguiu-se sucessivamente o govêrno de Cortés, a organização de uma *real audiência*, e a criação do Vice-Reinado, chamado da Nova Espanha, em 1535. Êste último sucesso deu impulso à magna obra da colonização, a qual excedeu os limites do antigo império indígena, estendendo-se em tôdas as direções. Esta expansão traduz-se na fundação de postos militares, missões e cidades. As riquezas do país são explo-

radas por meio dos índios, que contribuem eficazmente como mineiros e trabalhadores rurais. Muitos índios há também entre os trabalhadores empregados na construção de belos templos e outros edificios, em muitos dos quais se observam motivos de origem indígena, o que evidencia a adaptabilidade da sua inteligência. A Metrôpole não descarta a educação e a cultura; em 1536 são inauguradas as classes de uma universidade no México. O cultivo das letras encontra fértil campo no Vice-Reinado: os mexicanos Juan Ruiz de Alarcón e Soror Juana Inés de la Cruz dão às letras espanholas duas das suas mais puras glórias.

Com o decorrer do tempo começam a notar-se sintomas de estancamento e decadência, anunciadores da crise que havia de estalar em princípios do século XIX, tornando possível a realização de um balbuciante ideal de independência. Teve êste ideal a sua primeira expressão articulada no *Grito de Dolores*, dado pelo padre Miguel Hidalgo a 16 de setembro de 1810. Não obstante a derrota dos revoltosos, considera-se com razão o cura de Dolores como o pai da independência mexicana. Um novo caudilho, José Maria Morelos, deu novo ímpeto à insurreição, fazendo-a tomar corpo nos campos de batalha e nas assembléias representativas. O período de sanguinolentas lutas prolongou-se até 1821, quando um mexicano que se havia distinguido, combatendo ao serviço da Espanha contra os insurgentes, Agustín de Iturbide, entrou em acôrdo com o chefe daqueles, o general Vicente Guerrero, proclamando em Iguala um plano em que se declarava a Nova Espanha um império soberano. Estava assim consumada a independência.

De 1821 a 1847 o país passou por diversas fases de organização interna, sofreu duas invasões estrangeiras e perdeu grande parte do seu território. A proclamação da República (1824) depois da queda de Iturbide, que se havia feito coroar imperador, a secessão de Texas (1836), a guerra com os Estados Unidos (1846-48), a intervenção francesa e a constituição de um império regido pelo arquiduque austríaco Maximiliano (1862-67), foram acontecimentos cuja mera enumeração basta para dar uma idéia do complexo drama histórico vivido pela nação mexicana nesta etapa da sua evolução. Sem embargo, não se perde um só momento certo fio de continuidade: a intuição de nacionalismo do cura Hidalgo aparece, durante

os anos da ocupação francesa, como afirmação irresistível, em um grande jurista de humilde origem zapoteca — Benito Juárez. Com efeito, foi este quem, como chefe de uma frente única de liberais, salvou a nacionalidade ameaçada. O presidente Juárez (1857-72) decretou as leis da Reforma (separação da Igreja do Estado, nacionalização dos bens eclesiásticos, etc.) e pôs em vigor a carta promulgada pelo Congresso Constituinte de 1857. O trabalho de reconstrução de Juárez foi continuado, depois da morte deste, por Sebastián Lerdo de Tejada e pelo general Porfirio Díaz. O governo do último nomeado prolongou-se pelo espaço de trinta anos, caracterizando-se por um constante progresso em várias direções; porém as suas idéias não concordavam com os ideais da Reforma. Tudo era subordinado por Díaz ao seu lema de *paz, ordem e progresso*. Os descontentes acusavam-no de limitar tais benefícios a uma classe privilegiada, sacrificando o progresso democrático ao progresso material. Um dos que assim pensava, Francisco I. Madero, preparou valentemente, em 1910, a sua campanha presidencial em oposição à do candidato favorecido por Díaz. A vontade popular, expressa primeiramente nas urnas eleitorais, e logo em seguida em um movimento armado que resultou na renúncia do general Díaz, levou Madero ao Poder. Os fins imediatos do regime com que era inaugurada uma nova etapa na história do México, a Revolução, eram o sufrágio efetivo e a não reeleição. Porém nem todos se conformavam com um simples trabalho de regeneração política. No sul surgiu o caudilho do agrarismo, Emiliano Zapata, que exigia a repartição das terras como primeiro passo de justiça social. Através das presidências subsequentes viu-se que o papel da Revolução não era a mera defesa do constitucionalismo, mas sim a aplicação de um programa que tomasse mais em consideração as classes oprimidas. Da Revolução têm surgido novas orientações em matéria educativa, econômica e artística, que alteraram a organização social do país, dando-lhe, entre outras coisas, uma classe média e um rumo definido em assuntos internacionais.

### Constituição e governo

A Constituição pela qual se regem os Estados Unidos Mexicanos foi adotada em 1917. De acôrdo com ela, o México é uma república federal composta de Estados livres e soberanos em tudo o que diz respeito ao seu regime interior. O povo exerce a sua soberania por meio dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. O Poder Legislativo está nas mãos de um Congresso Geral, dividido em duas Câmaras, uma de deputados e outra de senadores, eleitos diretamente pelo povo. O Poder Executivo é exercido pelo presidente dos Estados Unidos Mexicanos eleito também diretamente por um período de seis anos, não podendo ser reeleito para um período imediatamente seguinte. O Poder Judiciário reside na Côte Suprema de Justiça, nos tribunais de circuito e nos tribunais distritais.

### Educação

A mais notável característica do sistema mexicano de ensino é o impulso dado à educação rural, por meio de escolas regionais, missões culturais, centros de educação indígena, escolas normais rurais, etc. A instrução primária é socialista, gratuita e obrigatória. Calcula-se que um milhão de crianças freqüentam as escolas urbanas em número igual às rurais. A instrução secundária é ministrada a mais de 80 000 alunos. A Universidade Nacional, situada na capital, e outros centros universitários ou faculdades independentes em Guadalajara, Mérida, Morelia e San Luis Potosí, proporcionam instrução superior e profissional. Dignos também de menção são o Conservatório de Música, o Palácio de Belas Artes, as Escolas de Minas, Bibliotecomia e Indústrias Químicas, na Cidade do México. Entre as mais importantes instituições culturais figuram o Museu Nacional de História, a Academia Nacional de Ciências, e o Instituto Pan-Americano de Geografia e História. De especial significação, como símbolo do novo espírito que anima o México, é o Centro Escolar Revolução, magnífica escola construída onde antigamente se erguia o sombrio cárcere de Belén.



A fotografia é um excelente documento geográfico, desde que se saiba exatamente o local fotografado. Envie ao Conselho Nacional de Geografia as fotografias panorâmicas que possuir, devidamente legendadas.

## Como Organizar a Bibliografia de um Trabalho Científico

Prof. ORLANDO VALVERDE  
Secretário-assistente do Conselho  
Nacional de Geografia

A organização de bibliografias é um assunto que deveria figurar nos programas das aulas de seminário das escolas superiores, principalmente das faculdades de filosofia que se propõem a formar pesquisadores. Infelizmente, porém, ao que eu saiba, pouca atenção tem sido dispensada a esse assunto. O mal está mesmo muito difundido, pois, de um modo geral, as obras escritas em português, espanhol e francês, deixam muito a desejar sob esse aspecto. Ao contrário, os livros escritos em língua alemã e inglesa podem, em sua maioria, servir de paradigma quanto às referências bibliográficas. No Brasil, constituem uma honrosa exceção as *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* (antigo Instituto de Manguinhos), graças à ação deste grande cientista que, devido à sua grande cultura, deu ao assunto a atenção que merece.

A organização de bibliografias tem um grande valor educativo. Primeiro, porque acostuma aqueles que elaboram trabalhos científicos a render tributo aos que o precederam na pesquisa de determinado assunto, ou que vieram indiretamente trazer alguma contribuição ao seu trabalho; segundo, porque proporciona ao leitor uma valiosa fonte de indicações, por meio da qual poderá aprofundar mais os seus estudos; por fim — e este é talvez o aspecto principal — porque desenvolve, naquele que escreve, o sentimento de honestidade intelectual.

Considerando ainda mais que se trata de uma convenção adotada internacionalmente nos países cultos, julguei oportuno trazer esta contribuição, dedicada aos autores de livros e trabalhos, especialmente aos que labutam nas letras geográficas.

☆

As referências são dispostas na bibliografia segundo a ordem alfabética por autor. Para se estabelecer esta ordem, toma-se a inicial do último sobrenome do autor. Este sobrenome é escrito em caixa alta, seguido de uma vírgula, depois da qual se escrevem as iniciais dos demais nomes. Assim, os nomes de autores:

Fábio de Macedo Soares Guimarães,

Avelino Inácio de Oliveira,

se escreverão respectivamente:

GUIMARÃES, F. M. S.

OLIVEIRA, A. I.

Quando os autores são dois, os seus nomes são escritos na mesma ordem em que figuram na obra, e da seguinte maneira, por exemplo:

OLIVEIRA, A. I. & LEONARDOS, O. H.

Sendo vários os autores, podem-se adotar duas formas: ou se escreve o nome do primeiro seguido da expressão "e outros", ou se escreve o nome de cada um dos co-autores, segundo o sistema indicado acima. Exemplo:

LONGWELL, C. R. e outros

LONGWELL, C. R.; KNOFF, A.; FLINT, R. F.; SCHUCHERT, C., e DUNBAR, C. O.

Quando se faz referência a várias obras de um mesmo autor, numa relação bibliográfica, dispõem-se as obras em ordem cronológica, sem se repetir o nome do autor. Exemplo:

BAINVILLE, J.

1938. *L'Angleterre et L'Empire Britannique*: VIII + 243 pp, 1.<sup>a</sup> ed. Paris, Librairie Plon. 8, rue Garancière.

1939. *L'Allemagne*: XII + 498 pp., 2 vols., 1.<sup>a</sup> ed. Paris, Librairie Plon.

A bibliografia pode ser numerada em ordem crescente, a fim de facilitar as referências no texto do trabalho. Neste caso, os números de ordem na bibliografia devem ser seguidos de um ponto ou do sinal de fecha-parêntesis.

Passemos agora ao modo de se fazer cada uma das referências bibliográficas. O processo mais completo consiste no seguinte:

Escreve-se primeiro o nome do autor ou autores da obra (pode-se escrever antes o número de ordem da referência bibliográfica, caso se queira). Na linha seguinte, começando um pouco mais à direita, indica-se o ano em que a obra foi publicada, seguindo-se-lhe um ponto. Depois, escreve-se em itálico o título da obra, seguido de dois pontos. Seguem-se: em algarismos romanos, o número de páginas do prefácio; um sinal de adição (+) e o número de páginas da obra acompanhado das letras "pp"; uma vírgula e o número de volumes da obra, quando superior a um; outra vírgula; indicação do número de figuras acompanhado da abreviação "fig"; sinal de adição; número de estampas, se houver; sinal de adição; número de cartas; vírgula; edição, abreviadamente; nome da cidade onde foi impressa, vírgula, e o nome da casa editôra.

Exemplo:

1. OLIVEIRA, A. I. & LEONARDOS, O. H.

1943. *Geologia do Brasil*: VIII + 813 pp, 202 fig. + 33 est. + 1 carta, 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

2. TRAVASSOS, M.

1942. *Introdução à Geografia das Comunicações Brasileiras*: III + 208 pp, 6 mapas. Rio de Janeiro, José Olímpio.

O que foi dito acima, refere-se às indicações bibliográficas de livros. Quando, porém se trata de artigos, procede-se da seguinte maneira:

Primeiro, o nome do autor ou autores, segundo as normas indicadas. Na linha seguinte, começando um pouco à direita, o ano de impressão e um ponto. Seguem-se: o título do artigo; ponto; o nome da publicação, em itálico e abreviadamente; dois pontos, em algarismos romanos, o número do volume, isto é, do ano, em negrito; vírgula; os números da primeira e da última página, ligados por traço de união; ponto, e o nome da cidade onde foi impresso o periódico. Exemplo:

CORREIA F.<sup>o</sup>, V.

1944. Paquetá. *Rev. Bras. Geogr.*: VI, 59-88. Rio de Janeiro.

HETTNER, A.

1929. *Geopolitik und die politische Geographie. Geogr. Zeitschr.*: XXXV, 332-336. Berlin.

Este processo de indicação bibliográfica é o geralmente usado nas publicações científicas de sistemática (botânica, zoologia). Ele tem a vantagem de fornecer uma indicação detalhada e muito prática para ser compulsada. Em compensação, tem a desvantagem de ocupar muito espaço, e, quando se trata de uma bibliografia longa, consome, por conseguinte, muito papel. Por isso, fizeram-se sistemas simplificados que, sacrificando as especificações, poupam entretanto espaço, e resultam econômicos.

Nas indicações bibliográficas de livros, discriminam-se: o nome do autor ou autores, em caixa alta; espaço; ano; espaço; título do livro, em itálico; vírgula; edição, abreviado; nome da cidade.

Ou ainda: nome do autor ou autores; dois pontos; título do livro, em itálico; ponto; cidade; dois pontos; casa editora; vírgula; ano.

Exemplos:

Primeiro caso:

OLIVEIRA, A. I. e LEONARDOS, O. H. 1938 *Geologia do Brasil*, 1.<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro.

WHITTLESEY, D. 1942 *German Strategy of World Conquest*, 1.<sup>a</sup> Ed. Nova York e Toronto.

Tomemos agora esses mesmos exemplos representados da segunda forma:

OLIVEIRA, A. I. e LEONARDOS, O. H.: *Geologia do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

WHITTLESEY, D.: *German Strategy of World Conquest*. Nova York e Toronto: Farrar & Rinehart Inc., 1942.

Há pequenas diferenças entre os dois modos de fazer indicações. Dessas diferenças, a mais importante é que, no primeiro caso, o ano vem logo depois do nome do autor, enquanto que no segundo vem no fim.

Correspondendo a cada uma dessas maneiras de indicar os livros, temos também dois modos de indicar os artigos. Assim:

1.º) nome do autor; espaço; ano; ponto; nome do artigo; ponto; nome do periódico, abreviado e em itálico; vírgula; volume ou ano, em algarismos romanos e em negrito; vírgula; número da página em que o artigo inicia.

2.º) nome do autor; dois pontos; nome do artigo; ponto; nome do periódico, abreviado e em itálico; vírgula; volume ou ano, em algarismos romanos e em negrito; vírgula; número da página em que começa o artigo, e entre parêntesis, o ano.

Exemplos: 1.º caso:

ABREU, S. F. 1944. Águas de São Pedro. *Rev. Bras. Geogr.*, VI, 51.

MACKINDER, H. J. 1904 The Geographical Pivot of History. *Geogr. Journ.*, XXIII, 421.

Os mesmos exemplos na segunda forma:

ABREU, S. F.: Águas de São Pedro. *Rev. Bras. Geogr.*, VI, 51 (1944).

MACKINDER, H. J.: The Geographical Pivot of History. *Geogr. Journ.*, XXIII, 421 (1904).

Naturalmente, há pequenas variações, conforme facilmente se verifica ao compulsar os livros, quanto ao modo de dispor ou apresentar os dados nas indicações. Há, por exemplo, quem, ao invés de usar os parêntesis neste último caso, separe o ano apenas por uma vírgula. Outros não usam algarismo romano nem tipo negrito para representar o volume, mas simplesmente algarismos arábicos em tipo comum.

Antes de concluir esta parte, vai aí um conselho aos que escrevem livros. No caso, por exemplo, de um livro didático, ou ainda um livro científico em que sejam abordados assuntos muito dispares, é uma boa norma fazer-se uma bibliografia no fim de cada capítulo.

☆

Quanto à organização de bibliografias cartográficas, parece que muito pouco se tem escrito ou estudado a esse respeito. Baseando-me na publicação intitulada *Catalogue of Maps of Hispanic America*, da American Geographical Society, vou apresentar o que essa douda instituição elaborou, fazendo naturalmente as necessárias adaptações.

Os mapas a serem indicados numa bibliografia podem ser mapas avulsos ou inclusos em atlas, livros ou publicações periódicas.

Em qualquer caso, porém, eles são ordenados sempre na ordem cronológica, isto é, dos anos em que eles foram publicados. Na hipótese de dois ou mais mapas haverem sido publicados no mesmo ano, as indicações se fazem, por exemplo, da seguinte maneira:

1912  
1912 - a  
1912 - b  
1912 - c  
1912 - d  
1912 - e  
etc.

Para o registro de mapas avulsos, procede-se do modo seguinte: ano de publicação; ponto; título do mapa, seguido das palavras "por Fulano de tal" ou "levantado, organizado ou ainda, construído por Fulano ou tal instituição"; ponto; escala com ou sem colchetes; ponto; dimensões. Exemplos:

1872. Carta da fronteira do Império do Brasil com a República do Paraguai, organizada pelo conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro. [1:950 000]. 57,2 cm x 98,4 cm.
1906. Departamento do Alto Juruá, planta da cidade de Cruzeiro do Sul, organizada por ordem do prefeito pela Diretoria de Comércio da Prefeitura, 1:5 000 000. 100 cm x 90 cm.

As vezes, um mapa contém ao lado adendos ou apêndices, nos quais apresenta uma planta ou outro mapa mais detalhado. Isso é indicado na bibliografia, como no exemplo abaixo:

1908. Mapa geral da República dos Estados Unidos do Brasil, publicado por ocasião da Exposição Nacional de 1908, por ordem do Exmo. Sr. ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Dr. Miguel Calmon Du Pin e Almeida. 1:5 000 000. 4 fôlhas, 62 cm x 47 cm. Apêndices: (1) Ilha de Fernando de Noronha [1:250 000]. (2) Ilha da Trindade [1:70 000]. (3) Esquema das comunicações internacionais do Brasil.

Quando sucede que os mapas aos quais se faz referência estão inclusos num atlas, pode-se agir de uma das formas:

1922. Brasile Meridionale, carta físico-política. 1:10 000 000. 21,5 cm x 28,5 cm. p. 91. (2) Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, carta físico-política. 1:5 000 000. 23 x 26 cm. p. 93. Apêndice: [Estado do Rio de

Janeiro] 1:2 000 000. (3) Brasile Nord-Orientale & Brasile Setten-trionale, carta físico-política. 1:10 000. 2 mapas, 23 x 28,5 cm e 33,6 cm x 23 cm. pp. 94 e 95. (4) La zona del caffè [Brasil] 1:10 000 000. 11,4 cm x 7,6 cm. p. 96. Atlas "Grande Atlante Geo-gráfico", Istituto Geografico De Agostini, Novara, 1922.

Mas se os mapas são consecutivos, podem-se registrar da maneira abaixo:

1925. (1) Brasile Meridionale, carta físico-política 1:10 000 000. 23 x 34,3 cm. Apêndices: (a) Montevidéo 1:250 000. (b) São Paulo-Santos. 1:1 000 000. (c) Rio de Janeiro. 1: 250 000. (2) Brasile Settentrionale. 1:1 000 000. 33,6 cm x 23 cm. (3) Brasile Nord-Orientale, carta físico-política. 1:10 000 000. 33,6 cm x 23 cm. (4) Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais. 1:5 000 000. 26,7 cm x 23 cm. (5) Rio de Janeiro. 1:2 000 000. 23 x 11,4 cm. (6) Brasile. La zona del caffè. 1:10 000 000. Pls. 120, 122 a 124, 127. Grande Atlante Geografico, 2da. edizione. Istituto Geografico De Agostini, Novara, Itália, 1925.

Se se quisesse fazer referência a apenas um dos mapas, far-se-ia tomando, digamos, do primeiro desses exemplos.

1922. Brasile Nord-Orientale & Brasile Settentrionale, carta físico-política 1:10 000. 2 mapas, 23 x 28,5 cm e 33,6 cm x 23 cm. pp. 94 e 95. Atlas "Grande Atlante Geografico", Istituto Geografico De Agostini, Novara.

Quando o mapa a que se faz referência está inserto numa publicação pe-riódica, adota-se a seguinte norma: ano de publicação do mapa; ponto; nome do mapa e do autor; ponto; ano de publicação do periódico; ponto; escala, com ou sem colchetes; ponto; nome do periódico, abreviado e em itálico; vírgula; tômo; ano, entre parêntesis; página; prancha. Exemplos:

1891. Ethnographische Karte von Brasilien, von Dr. Paul Ehrenreich. 1:20 000 000. Pettermanns Mitt., 37 (1891) 104, pl. 6.
1902. Chemins de fer du Brésil. 1900. [1:7 800 000]. *Année Cartogr.*, II (1902).

Conforme se vê neste último exemplo, os elementos que faltam são sim-plesmente suprimidos.

Quando há referência a mais de um mapa numa mesma publicação, o des-dobramento é muito simples. Por exemplo:

1909. (1) Mapa da zona calcárea de Iporanga no vale do rio Ribeira, Estado de São Paulo. 1:100 000. (2) Gruta do Córrego Grande n.º 1. 1:1 000. (3) Gruta do Morro Preto n.º 1. 1:2 000. *Arquiv. Museu Nac. do Rio de Janeiro*, 15 (1909) 166.

Se as páginas correspondentes a cada mapa fôsem diferentes, seriam dis-criminadas logo depois da escala de cada um.

Passemos, finalmente, à referência de mapas contidos em livros. Ela obe-dece à seguinte sistemática: ano de publicação do mapa; ponto; nome do mapa; ponto; escala entre colchetes; dimensões; ponto; nome do autor; vírgula; nome da obra em itálico; vírgula; volume, edição, em itálico; vírgula; cidade; vírgula; ano de publicação do livro. Exemplo:

1839. Brasil. [1:20 000 000] 19,7 cm x 24 cm. Francisco Solano Cons-tâncio, *Historia do Brasil, Tomo 2*, Paris, 1839.

Na hipótese de haver também mais de uma referência num mesmo livro, dobra-se da maneira que se segue:

1857. (1) Entrada e pôrto do Rio de Janeiro: [1:106 000] 9,5 cm x 15,2 cm. p. 110. (2) Planta do Rio Grande do Sul: [1:180 000] 10,8 cm x 15,2 cm. p. 224. (3) Planta da colônia do Sacramento. [Escala não determinada] 15,2 cm x 9,5 cm. p. 228. F. Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil, Tomo 2*, Rio de Janeiro, 1857.

☆

Não quero encerrar esta modesta contribuição sem frisar que cabe ao professor não apenas ensinar ao aluno a indicar a bibliografia, mas também como organizá-la. Porque são comuns as duas espécies de erros: uns, suprimindo a bibliografia, deixando a impressão de que tôdas as informações contidas no trabalho são originais do autor; outros, pondo uma bibliografia extensíssima dando a impressão de que o autor compulsou um número enorme de obras. E' freqüente até encontrarem-se trabalhos que nada têm a ver com o tema desenvolvido pelo autor.

## Tertúlias geográficas semanais

OCTOGÉSIMA TERTÚLIA SEMANAL, REALIZADA A 3 DE OUTUBRO DE 1944

CONTINUAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO GERAL DA EXCURSÃO AO VALE DO RIO DOCE — O TRECHO GOVERNADOR VALADARES-VITÓRIA, PELA SENHORITA MARIA TERESINHA DE SEGADAS VIANA — O RIO, DE GOVERNADOR VALADARES A AIMORÉS: DIREÇÃO GERAL NW-SE, CONTRÁRIA À DAS CAMADAS — AFLUENTES E ESPÍGOES, DIREÇÃO SW-NE — AIMORÉS-COLATINA: FORTE ESCOAMENTO DO RIO — COLATINA, LIMITE ENTRE MÉDIO E BAIXO RIO DOCE — COLATINA-VITÓRIA, ESTRADA ENTRE A SERRA E A PLANÍCIE TERCIÁRIA — DEBATES: A PENETRAÇÃO PELO RIO DOCE — AIMORÉS E COLATINA. OBSERVAÇÕES DO PROF. FRANCIS RUELLAN SOBRE AS DIVISÕES GEOMORFOLÓGICAS DO VALE DO RIO DOCE E SUAS RELAÇÕES COM A COLONIZAÇÃO

Presidindo a sessão, o Prof. Lúcio de Castro Soares apresentou a senhorita Maria Teresinha de Segadas Viana, que falaria sobre mais um trecho do vale do rio Doce; o relatório geral da viagem de Governador Valadares a Vitória.

Iniciando a palestra a tertuliana indicou o trajeto no mapa, a partir de Governador Valadares, (160 metros de altitude) antiga Figueira, cidade à margem esquerda do rio Doce, as observações, porém, só se iniciaram após umas duas horas de viagem, devido à espessa bruma, que impedia a visibilidade. Logo que a névoa desapareceu, achavam-se numa zona de colinas pouco elevadas, 10 metros de altitude relativa, constituindo verdadeiros terraços rochosos, modelados no gnaïsse decomposto.

Em Cuité, a 120 metros, foram vistos blocos arredondados do tipo matação, que traíam a presença do granito, ou, ao menos, de gnaïsse muito decomposto. Na parede das encostas, existiam caneluras, devidas à desagregação e à decomposição dessas rochas, combinadas com o escoamento. Toda essa zona é essencialmente florestal. A Cia. Belgo-Mineira possui, antes de Trairas, uma grande propriedade, de onde extrai a madeira para o seu consumo. A vegetação florestal está fortemente marcada pelo clima, achando-se as árvores quase sem fôlhas, devido à estação seca, que, nessa região, dura cerca de cinco meses. Existe em Cuité a grande serraria Sousa Pinto, que dá trabalho a cerca de 40 pessoas, datando sua prosperidade de cinco anos. Depois de atravessada a ponte metálica sobre o rio Cuité, foi observada, num ângulo formado pelo rio e a via férrea, a fazenda de criação de Antônio Batista.

Pouco mais adiante, em Conselheiro Pena, o relêvo se apresentava, sob a forma de grandes espigões, modelados pela erosão fluvial. Aflora aí, com grande frequência, o biotita-gnaïsse e as rochas têm grande quantidade de mica. Essa zona é célebre pelas jazidas de turmalina e mica, aí existentes e, atualmente em exploração, encontrando-se as principais, a 10 quilômetros da estação, na serra do Itatiaia e são, talvez, as mais importantes do Brasil. Na estação via-se grande quantidade de madeira, aguardando transporte, traduzindo a intensa exploração da floresta, na região. Nesta, existe também a cultura de cereais, sendo exportados o arroz, o milho e o feijão, além do café e do côco da Bahia.

Em Crenaque, existe um posto de proteção aos índios localizado em uma fazenda de mais de 800 alqueires, onde trabalham 60 índios, sob a direção do Sr. Guido Maliert, encarregado do posto. Existem, aí, pastagens para criação de gado, boas plantações de cereais, sendo a mica também explorada. O nome Crenaque é o de uma antiga tribo local.

Na região entre Crenaque e Resplendor, pôde-se observar o leito do rio que é inteiramente rochoso, havendo mesmo alguns pequenos rápidos. Nas margens aparecem depósitos de areia de estratificação entrecruzada. Um terraço de mais ou menos cinco metros de altura é, sem dúvida, atingido pelas grandes cheias, passando a via férrea a mais ou menos 8 metros e meio de altitude relativa. As colinas que existem, nas margens, possuem uma altitude de cerca de 25 a 30 metros, formando um nível uniforme, o qual não é

diferente do das colinas de 10 metros, observadas a montante, pois o desnivelamento aumenta, naturalmente, para jusante, à medida que a retomada da erosão vai progredindo. Antes de Resplendor, o rio se torna mais profundo e não mais de notam afloramentos rochosos. Nessa zona, entre Crenaque e Resplendor, as serrarias se sucedem, próximas à via férrea, havendo, além disso, pequenas plantações de cana de açúcar e grandes fazendas de gado.

Em Resplendor, o rio Doce descreve grandes meandros e os afloramentos rochosos não têm a mesma aparência de a montante, tratando-se, provavelmente, de um afloramento algonquiano. Nessas rochas, observa-se grande quantidade de mica, que brilha ao sol. Nessa zona, encontra-se tudo do ponto de vista agrícola, dominando, porém, o café, nas zonas mais afastadas do rio.

Depois de Resplendor, aparecem coqueirais com algumas casas, na periferia. As habitações são, freqüentemente, cobertas de placas de madeira, o que exprime o papel dominante da floresta e, talvez, também, a influência do colono estrangeiro. Observam-se, ainda, numerosas pedreiras em exploração, sendo isso, bem como as numerosas habitações operárias da região, devido à correção da linha Vitória Minas. O tráfego exige, com efeito, tal correção no perfil da via férrea, pois os trens de minério de ferro, são muito pesados. A exploração mineral também se devem juntar as olarias. A influência climática litorânea aí já é fortemente marcada, multiplicando-se os "pães de açúcar", que já haviam sido notados antes, mas com menor freqüência.

Após Itaba, o povoamento é muito disperso, mas, pouco tempo depois, casas mais ou menos aglomeradas, boas pastagens e fazendas com cercas revelam uma pecuária evoluída. A criação é feita nos platôs e planícies que cercam os morros de encostas abruptas e formas bizarras, que constituem a chamada serra dos Aimorés. Trata-se de uma série de pontões freqüentemente agudos, às vèzes isolados, outros agrupados em maciços, que se multiplicam, à medida que nos aproximamos da cidade de Aimorés. Essas alturas encontram-se alinhadas, no prolongamento da serra do Mar. O nome de serra é muito mal escolhido, nesta região, situada em ambas as partes do rio Doce, senão preciso não esquecer que o relêvo é bem mais contínuo ao norte e sobretudo ao sul, onde se encontra o maciço de Caparaó. Nesta região, os afluentes do rio Doce dessecaram tão fortemente a serra do Mar, tanto sobre sua encosta em declive suave para o interior, como em sua vertente, orientada para o litoral, que a passagem do rio Doce, através da serra do Mar fez-se por uma soleira muito larga e deprimida. Aliás, nesta soleira, mesmo as vertentes, paralelas ao rio Doce, são dessecadas por vários rios, alguns importantes, como o Guandu. É evidente que a dita serra dos Aimorés, atacada dos três lados, encontra-se aí reduzida a alguns núcleos de rocha resistente. Nessa obra de erosão poderosa, prosseguida pela rede do rio Doce, observa-se uma certa orientação dominante dos rios e, sobretudo, lombadas alongadas, deixadas entre seus vales.

De Governador Valadares a Aimorés, o rio Doce possui uma orientação geral NW-SE, enquanto que seus afluentes tomam a orientação perpendicular NE-SW. Isto sobretudo, é evidente, na região mais vizinha do rio, onde esta orientação é tão nítida que chamou a atenção do aviador da Cia. Vale do Rio Doce que faz o serviço regular entre Governador Valadares e Vitória. Trata-se muito claramente do resultado da erosão diferencial por ocasião das retomadas recentes da erosão. Esta direção NE-SW é a que domina nas serras litorâneas, estando-se em presença de uma verdadeira adaptação apalachiana. A montante, êste caráter é bem menos nítido. Sem dúvida, essa orientação é reproduzida pelas alturas importantes, como as serras Bananal, Grande e Vermelha, que são assinaladas, sobre a carta geológica, com testemunhos da cobertura algonquiana; a hidrografia, porém, está, às vèzes, disposta em palma de ganso, o que pode ser resultante de uma estrutura de rocha cristalina, podendo, no entanto, também traduzir a ação de longos ciclos de erosão, numa espessa camada de decomposição de rochas metamórficas.

Antes de Aimorés, o rio Doce já possui o aspecto de um grande rio e seu leito maior se alarga, entre os terraços que o enquadram. Observa-se, à altu-

ra do quilômetro 220, um grande vale de inundaçãõ, sobretudo à margem direita, que é utilizado, durante o período sêco, para pastagem de gado; após a travessia do rio Manhuaçu aparecem numerosos campos lavrados.

Chega-se então a Aimorés, cidade em pleno desenvolvimento, a aglomeração mais importante depois de Governador Valadares. A sete quilômetros da cidade, atravessa-se o rio Guandu, pouco antes do limite entre Minas Gerais e Espírito Santo. Uma barragem fornece energia para a usina elétrica de Aimorés e para uma serraria aí existente.

A partir de Aimorés, o escavamento do rio recomeça, sobretudo a partir de Baixo-Guandu, onde se lança o rio dêste nome, o qual cava, sôbre o reverso da serra do Mar, um grande vale, paralelo à direção geral da estrutura. Êste recomêço de erosão para montante traduz-se, na paisagem, de início, por um estreitamento das margens e, a seguir, pela aparição de terraços intermediários sôbre as encostas das colinas, cuja altitude pouco varia. No percurso Aimoré-Baixo-Guandu — Mailaski Pôrto-Belo, há uma queda de 27 metros, que constitui um verdadeiro degrau, limite da zona de erosão remonante de um dos ciclos recentes. Nos terraços aluvionais, os seixos desaparecem e as camadas de decomposição apresentam-se profundas, sob a influência do clima úmido e quente do litoral. A erosão encontrará, evidentemente, condições muito favoráveis e, nas margens, existe um terraço de cêrca de 13 metros.

Dos arredores de Guandu a Mailaski, a propriedade pertence ao latifundiário Augusto Coelho, que possui ainda uma grande floresta. A pequena propriedade começa, mais adiante, com a de Cândido Afonso. A partir de Itá, o rio se alarga e se torna mais navegável, iniciando-se aí a navegação a vapor. Grandes ilhas, cobertas de vegetação, e bancos de areia assinalam a acumulação de sedimentos. No vale propriamente dito, a vegetação se adapta, naturalmente, às formas do terreno: em Pôrto Belo, a margem convexa do meandro, mais baixa, e onde se nota a presença de numerosos pequenos afluentes, possui uma vegetação exuberante, enquanto que a cõncava é coberta de cactáceas e árvores quase sem fôlhas. Aí, 2 terraços aluvionais chamam a atenção pela sua continuidade. Além de Pôrto Belo, começa a fazenda de Santa Joana, que vai até a cidade de Santa Joana; contém ela uma boa mata e possui um engenho de açúcar.

Chega-se, então, a Colatina, onde o rio está sòmente a 39,5 metros de altitude, achando-se enquadrado por encostas de declive relativamente forte, mas cortadas por um terraço rochoso, que se segue ao longo de todo o percurso. O cimo das colinas é perfeitamente nivelado, devendo-se entrever aí o antigo nível da erosão fluvial, antes da fase de escavamento, que determinou fortes recomêços de erosão para montante. Colatina é uma cidade de grande importância e o município possui grandes fazendas de criação, dispostas às margens do rio.

A região de Colatina é, na viagem Governador Valadares-Vitória, o limite entre a zona do médio rio Doce e a zona de terraços, que irá seguir; constitui também um grande centro comercial, que se desenvolveu, na zona de navegação do baixo rio. Na região até aí percorrida, Aimorés marca o limite da planície do médio rio Doce, com a zona tormentada da serra dos Aimorés, constituindo a aglomeração mais importante do percurso, sem dúvida devido à sua situação, numa zona de contacto físico, econômico e político.

A jusante de Colatina, o rio Doce penetra logo num planalto dessecado, constituído por sedimentação terciária e marginado por terraços de aluvionamento mais recente, o qual aumenta sem cessar, pela ação conjunta da sedimentação realizada pelo grande rio e da construção da restinga.

Logo após Colatina, a via férrea deixa o vale do rio Doce e dirige-se de norte a sul, para Vitória, seguindo a zona de contacto entre os contrafortes da serra dos Aimorés e o platô terciário dessecado. Entra-se, então, na região de Barbados, pantanosa e coberta de vegetação típica. Existe nessa zona uma grande serraria, que lembra a importância florestal do baixo rio Doce. Atinge-se, assim, uma zona de colonização já antiga, com cafêzais abandonados e um grande vale pontilhado de coqueiros indaiá, onde existem habitações dispersas.

O traçado da via férrea se aproxima mais ou menos do rebordo montanhoso e o relêvo varia de aspecto. Por vèzes, antes da zona da serra encontra-se um pequeno maciço, que pode ser o resultado de uma falha afetando o rebordo montanhoso, como na serra dos Órgãos. De um modo geral, podemos dizer que os grandes rios mais facilmente ganharam a serra do mar nessa parte do litoral brasileiro, que ao sul, onde nenhum rio importante atravessa entre Cabo Frio e o R. Grande do Sul. Este fato pode ser explicado, ao menos parcialmente, pelo clima úmido e quente, que favorece o ataque às rochas nas regiões litorâneas do E. Santo. Esta explicação, porém, não é suficiente, pois a serra do Mar é aí igualmente fácil de atravessar; mais ao norte o clima se torna mais seco. É de notar que, ao norte da serra de Caparaó, se abaixam, rapidamente. Talvez seja preciso considerar, para explicar êsse fato, os deslocamentos, orientados E-W, que afetaram o grande abaulamento, observado de norte a sul do escudo brasileiro.

A passagem entre os planaltos ondulados de pouca altitude, onde se vê uma espessa camada de argila laterítica e de matacões, e os planaltos mais regulares de sedimentação terciária, faz-se, sempre insensivelmente sendo a argila laterítica tão fácil de modelar como o arenito e as argilas terciárias. A variedade de paisagem é devida, não só às formas onduladas e aos matacões do arqueano, como também às construções, freqüentemente enormes, das termitas, e ao ravinamento dos pequenos rios. Esses, inicialmente, tributários do rio Doce, tornam-se depois diretamente tributários do Atlântico. Em São Gabriel, observam-se meandros divagantes de um afluente do rio Doce e, em Acióli, os 2 níveis "embottés" de outro afluente. Aí, em Acióli, a 58,60 metros de altitude, ao longo do rio Pau Gigante, afluente do Doce, há criação de gado e plantio de café. Seguindo-se então o rebordo da antiga planície litorânea dessecada, entra-se sucessivamente nas cabeças dos pequenos vales, que se dirigem para este passando-se, conseqüentemente, por uma série de colos que dão à via férrea um traçado muito caprichoso, se bem que em conjunto a altitude pouco varie. Atinge-se 79 metros, em Itapocu, porque aí o vale está muito próximo de suas nascentes e, por isso, menos evoluído que os outros. Esta fantasia de traçado levou os engenheiros da Companhia Vale do Rio Doce, que possui a estrada de ferro Vitória-Minas, a procurar outro traçado, conduzindo não mais ao pôrto de Vitória, mas dirigindo-se para Santa Cruz através da antiga planície dessecada.

O traçado só se torna mais regular, a partir de Alfredo Maia, onde já se observam bem os aluviões terciários, começando depois a planície litorânea pantanosa, marginada por colinas de rocha granítica metamorfozada, dessecada, cujo nível varia entre 25 e 60 metros. Cada vez mais essas colinas aparecem como pequenas ilhas perdidas no meio da planície pantanosa. Nesta zona a criação e as culturas já citadas, às quais se deve acrescentar a da mandioca, ocupam a paisagem com trechos de floresta sôbre os morros.

A altitude vai diminuindo, rapidamente, rumo ao litoral, e a via férrea dirige-se para este, atingindo então Vitória.

A região percorrida, entre Governador Valadares e Vitória, é uma das mais interessantes, quer física quer humanamente, devido à variedade de regiões atravessadas e à multiplicidade dos tipos de ocupação. A zona do interior caracteriza-se por uma ocupação mais recente, variada e progressista, representada pelas duas grandes concentrações que são Governador Valadares e Aimorés, enquanto que depois de Colatina entramos numa zona de povoamento mais antigo com certas culturas, como a do café, em decadência. Na zona atravessada pela via férrea, Colatina, no limite entre duas zonas de relêvo e ocupação diversos, é o verdadeiro centro de trocas entre a costa e o interior, bem mais que Vitória, que é, antes de tudo, um pôrto orientado para a cabotagem e o grande comércio internacional.

Abertos os debates, o Prof. Veríssimo expressou dúvidas a respeito da maior importância entre as cidades de Governador Valadares e Aimorés, tendo a impressão de ser esta última a mais importante.

Disse o Prof. Ruellan que se deveria verificar isso no recenseamento de 1940.

A Sta. M. Teresinha de Segadas Viana declarou que Governador Valadares era maior em extensão. Replicou o Prof. Veríssimo que o conjunto podia ser, mas, no momento, Aimorés é mais importante. Apelou para o Prof. Lúcio de Castro Soares para dar algumas informações, como bom conhecedor da região.

Este último disse, então, que Aimorés é realmente o centro comercial do baixo rio Doce e tão importante quanto Colatina, que há pouco tempo se igualou com Aimorés. Pediu ao Prof. Ruellan que dedicasse no relatório geral um capítulo a Colatina, nascida de um simples arraial e hoje gozando de grande atividade.

Entrementes, o Sr. Hélio X. L. César, verificando o recenseamento de 1940, informou que a população de Governador Valadares é um pouco maior que a de Aimorés.

Continuou o Prof. Lúcio, dizendo que a parte humana da conquista do rio Doce representa um refluxo de colonização que na época do ouro desceu de Sabará e arredores até a zona de Itabira, não alcançando o baixo curso do rio. No século XVIII, entretanto, o governo começou a aproveitar o rio Doce como a zona de acesso mais fácil do litoral para o interior, sonho este atualmente realizado pela Vitória-Minas. Nos fins deste século, o governo iniciou a colonização pelo café com elementos italianos e alemães que também se instalaram no rio Santa Maria.

A onda de povoamento contou porém, com 3 obstáculos principais: a falta de comunicações, os ataques dos Botocudos e a malária endêmica. Mesmo assim, forçou a subida do vale.

O contacto entre Vitória e o rio Doce só alcançava Linhares, situada no sangradouro da lagoa Juparanã; daí vinham as madeiras de lei. A barra era, entretanto, falsa e a navegação se foi tornando cada vez mais precária. O rio Doce era francamente navegável até Porto Sousa e os produtos de Aimorés se escoavam por aí. A impraticabilidade da navegação matou Linhares e assim surgiu a necessidade da estrada de ferro; Linhares, sede de comarca, com importante porto fluvial, decaiu completamente.

A partir do litoral, pela linha férrea, é em Barbados que aparece pela primeira vez o rio Doce; a uma légua adiante surgiu Colatina que começou a florescer, emitindo raios de povoamento. A estrada continuou rio acima e foi acompanhada pelo café, que se bifurcou em numerosos ramos ao longo do tronco da ferrovia, dando surto às colonizações italiana, alemã e mais recentemente polonesa.

Colatina tornou-se, pois, verdadeiro centro pioneiro e daí partiram as levadas de domadores da floresta densa do rio Doce, que Hartt comparou à amazônica. Vários núcleos despontaram: Santa Luzia, na zona litigiosa, fronteira de tensão; a colônia polonesa de Águia Branca favorecida pelo governo polonês que presta o maior auxílio a seus imigrantes, situada no rio São José, região mais virgem, onde a malária não é tão terrível; Marilândia; Liberdade, etc.

A madeira de Colatina atravessava o rio em balsas e em 1928, o norte e o sul (as margens do rio) foram ligados por uma ponte de concreto armado de 750 metros e muito dispendiosa, confirmando assim o desenvolvimento que já se previa para aquela região; ia ser ligada por estrada de ferro a São Mateus, mas esse projeto não foi avante. Mas dela parte uma rodovia que corta o sertão e estende sua influência para o sul, até Santa Joana de Pancas. Colatina manipula com café, madeiras e pedras preciosas, atualmente.

O Prof. Veríssimo, a seguir, chamando de mineira a penetração de Minas Gerais e de espiritosantense a deste Estado, apenas pela comodidade de designação, declarou que a primeira avançou para E e a segunda para W e num certo ponto nasceram os primórdios de Colatina.

O Prof. Lúcio disse que foi um ponto escolhido para servir de penetração da floresta, facilitada pelo vale do rio Pancas, bem fronteiro.

Continuou o Prof. Veríssimo declarando que, assim, Colatina surgiu por escolha espontânea em parte. Entre Santa Luzia e Guandu houve um verdadeiro vazio, a que corresponde a zona litigiosa.

Aimorés se estende ao longo da via férrea e é separada do Espírito Santo por um pontilhão. Do ponto de vista da geografia física, a separação de duas unidades físicas de caracteres próprios, estaria em Resplendor e as elevações que se seguem ao sul podem ser admitidas como outrora ligadas ao Caparaó. É, pois, provável que Aimorés e Colatina resultaram da ação humana nas circunstâncias físico-geográficas que detiveram as duas penetrações: os desnivelamentos impediram os mineiros de um lado e de outro os capixabas e de um lado e de outro surgiram Aimorés e Colatina. Ressaltou que o assunto devia ser examinado principalmente depois de Resplendor, quanto aos fatores de ordem natural.

O Prof. Lúcio de Castro Soares fez ainda questão de acrescentar que não fôra só a vontade humana que determinara Colatina, mas também o fato de se encontrar em frente a uma ramificação do vale do rio Doce de suave declividade. A outra penetração natural é por Linhares, mas a zona é pantanosa e insalubre. Colatina encontra-se, assim, na intersecção de dois vales para o norte e sul: o do Canaã e o do Pancas.

O Prof. Beneval de Oliveira perguntou ao Prof. Lúcio qual o regime de propriedade nas colônias polonesas.

Respondeu o Prof. Lúcio de C. Soares que em 1922 o Governo do Estado fundou uma companhia territorial, onde também havia influências particulares, com sede em Colatina, sua função foi lotear a região para receber colonos da imigração dirigida no Rio. Os lotes foram regulares nos vales, prevalecendo o regime da pequena propriedade; entretanto, se o colono prosperasse, podia aumentá-la, comprando os terrenos vizinhos. Assim se constituíram grandes latifúndios de que são representantes os Pagani, Precchi, etc., que começaram com a simples enxada e sementes, vendendo café e madeiras e hoje possuem bancos, edifícios, etc., em Colatina.

O Prof. Veríssimo ainda chamou a atenção para a importância do vale do Manhuaçu, em frente a Aimorés, para o avanço dos pioneiros.

Perguntou ainda o Prof. B. de Oliveira se o solo era resultante da decomposição do biotita-gnaisse e se havia massapê, ao que respondeu o Prof. Lúcio de C. Soares que dominava o primeiro, solo de salmourão, vermelho.

O Prof. Veríssimo comparou o desenvolvimento de Colatina ao avanço da "erosão" humana espirito-santense para a região "fossilizada" de Minas Gerais, e Governador Valadares constitui um verdadeiro limite econômico da zona mineira. O governo deveria prestar a máxima atenção a êsses fatos.

Disse o Prof. Lúcio que, atualmente, o ciclo do ferro fez ressurgir as cidades mortas de Minas.

Acrescentou ainda que Colatina está situada entre colinas arqueanas, numa planície de inundação; atualmente sobe as encostas e no primitivo local de origem existe o bairro operário, sujeito aos efeitos das cheias, a maior das quais atingiu 6 metros e meio.

Em relação ao terraço onde está situada Linhares, disse o Prof. Ruellan que está perto da entrada de Juparanã, isto é, francamente terciário. Trata-se de um antigo terraço construído pelo rio Doce no fim do terciário ou início do quaternário.

Indagou o Sr. Schmidt se durante o ciclo do ouro não havia tropas que subiam o rio Doce até a zona de Itabira, conforme informaram em São Domingos do Prata.

Esclareceu o Prof. Ruellan que só se tratava da parte do alto rio Doce, a partir da região de Ouro Preto e Mariana, de onde vinha a velha estrada, passando por São Domingos até Santana dos Ferros. A barreira florestal do baixo rio Doce era muito difícil de ser transposta.

Disse o Prof. Veríssimo que a difícil penetração do litoral para o interior explicava a formação de aglomerados humanos perto dos obstáculos.

Declarou o Prof. Lúcio de C. Soares que, se existia navegação até Aimorés, era provável que o comércio se estendesse mais acima, pois assim seria justificado.

Replicou o Prof. Ruellan que a via de comunicação devia ser o Manhuaçu para o interior da bacia do rio Doce, evitando, assim, a zona de pantanais. Recomendou às Stas. M. Teresinha de Segadas Viana e Fanny R. Koiffman a pesquisa bibliográfica dos caminhos utilizados no século XVIII nesta região.

Fazendo o comentário geral da tertúlia, disse o Prof. Ruellan que uma simples viagem por estrada de ferro, na qual só se desceu em Colatina para almoçar, fornecera observações, que, embora não muito suficientes, trouxeram mais uma contribuição para o conhecimento do país; vários problemas foram impostos e, como se pôde ver, foram desenvolvidos sem discordância pelo Prof. Lúcio de Castro Soares, conhecedor da região.

Quanto à exposição, fôra bastante clara e bem desenvolvida.

Em relação ao rio Doce, distinguiu três divisões nítidas na sua bacia: a zona do alto rio Doce, juntamente com o Piracicaba, paralela ao litoral; segue-se outra em que atravessa os contrafortes rochosos, alinhados paralelamente ao litoral, mostrando adaptação difícil do rio à estrutura.

A jusante de Governador Valadares, aparece a estação de Cachoeirinha e daí até Resplendor pequenos rápidos se sucedem, marcados por barras rochosas e terraços marginais atestam por tôda parte os recomeços de erosão. Aliás, como informou o Prof. Lúcio, Resplendor é mesmo o nome de uma cachoeira.

A zona que precede a montante, Governador Valadares, é pantanosa e depois o rio se concentra e se torna mais estreito, devido ao recomeço de erosão. No perfil da via férrea a montante de Resplendor há uma zona de perfil rúde, produzindo a adaptação do rio à estrutura.

Trata-se depois da Pedra de Resplendor de uma região em que começa uma segunda rede hidrográfica; a primeira termina na bacia de Governador Valadares, e a segunda é formada de rios longitudinais que se lançam no Doce; entre Aimorés e Colatina são separadas por barras rochosas, atacadas dos dois lados pelos rios. Isto explica o valor de Aimorés e Colatina como região onde chegam os rios, formando províncias independentes.

Esclarece-se como na época colonial a penetração pelo Manhuaçu e seus afluentes era lógica, pois era o acesso natural para o planalto mineiro. Aí, ao norte d'este vale, se encontram vestígios de relêvo mineiro e depósitos de grês algonquiano; é uma zona pobre como a dos solos de Minas.

Duas são, portanto, as razões de separação das zonas: a rede hidrográfica e as diferenças de rochas; a floresta aí perdurará por muito tempo e talvez seja depois substituída pela criação extensiva. As antigas cartas assinalam a existência de uma serra do Bananal, um tanto nítida, significando, na realidade, um espigão não freqüentado pelo homem. O obstáculo não é tanto o relêvo, mas reforçado pela floresta é suficiente para separar as atividades humanas.

A posição de Colatina é na extremidade da segunda rede fluvial do rio Doce e tem um interesse particular, pois começa aí o contacto com os tabuleiros terciários. O papel de Colatina é sublinhado pela estrada de ferro que aí atravessa a serra dos Aimorés; num desses corredores desta serra situa-se Colatina, beneficiada por outro lado pelas boas vias de penetração através dos vales longitudinais afluentes.

A linha férrea escolheu entre Colatina e Vitória uma zona de menos rios a atravessar; é a zona da terceira rede hidrográfica, a do litoral, que é em grande parte independente do rio Doce, entre o que resta da serra dos Aimorés e o Atlântico. Assim a estrada de ferro segue a zona de cabeceiras desses cursos d'água que dessecam o tabuleiro terciário.

Bastante interessado no que disse o Prof. Lúcio de C. Soares, declarou que não parara em Colatina porque esperava nova excursão à zona de Colatina e dos afluentes longitudinais do rio Doce, conduzida por este. É uma região muito interessante e uma das poucas do Brasil em que a circulação é tão favorecida entre o litoral e o interior, tendo apenas a vencer a barreira florestal; é uma zona cheia de possibilidades. A serra dos Aimorés é um mito em Colatina, pois foi atacada transversalmente pelo rio Doce e pequenos rios do litoral e longitudinalmente pelos afluentes do Manhuaçu e pequenos

rios que investiram dos dois lados, na direção geral dos antigos dobramentos, segundo a adaptação apalachiana, ajudados por um clima quente e úmido que facilita a decomposição.

Concluindo, declarou o Prof. Ruellan que novamente iria retomar a mochila numa excursão para o sul de Minas e lamentou a ausência de companheiros antigos, como o Prof. Veríssimo e o Sr. Schmidt; haveria assim, futuramente, novos relatórios e novas tertúlias.

Em seguida, referiu-se ao fato especial de estar o pai da Sta. Maria Teresinha de S. Viana comandando um regimento brasileiro nos campos de combate da Itália, o que se acrescentava à simpatia e às felicitações que merecia a tertuliana.

A sessão foi encerrada, a seguir.

★

### OCTAGÉSIMA PRIMEIRA TERTÚLIA SEMANAL, REALIZADA A 17 DE OUTUBRO DE 1944

TRAÇOS ESSENCIAIS DA PAISAGEM ESPIRITOSSANTENSE, PELO PROF. JOSÉ VERÍSSIMO DA COSTA PEREIRA, EM CONTINUAÇÃO DO RELATÓRIO DA EXCURSÃO AO VALE DO RIO DOCE — A PLANÍCIE LITORÂNEA QUATERNÁRIA — A FAIXA TERCIÁRIA — A FORMAÇÃO DO LITORAL — DEBATES: A DIVISÃO REGIONAL, A COLONIZAÇÃO ALEMÃ

Presidindo a sessão, o Eng. Fábio de M. S. Guimarães anunciou a comunicação do Prof. José Veríssimo da Costa Pereira sobre Vitória, em continuação à apresentação do relatório geral sobre a excursão ao vale do rio Doce.

Inicialmente, declarou o Prof. Veríssimo que o Prof. Ruellan o escalara para falar sobre o porto e cidade de Vitória.

Estudando a ascensão das atividades deste porto e sua relação com os municípios, tendo o gráfico de arrecadação do município de Vitória subido surpreendentemente, procurou as causas e assim tomou a liberdade de chamar a atenção para os traços essenciais da paisagem espiritossantense, baseando-se não só em observações da excursão como em duas visitas anteriores e em livros, publicações de departamentos oficiais estatísticos.

Deixaria a questão do porto para a próxima vez, pois, em primeiro lugar, era preciso conhecer o *hinterland* do território espiritossantense e parte do território contíguo de Minas.

Indicou no mapa geológico o esboço das principais paisagens de geografia física, sendo o ponto de referência sempre Vitória. A ossatura da paisagem espiritossantense, é constituída de materiais de natureza diversa sob o ponto de vista da geografia física e geologia. O clima é tropical chuvoso, de acordo com dados de 18 anos, aproximando-se do tipo Af de Köppen, sendo a diferença entre a máxima e mínima de temperatura de 5°; seria defeituoso classificá-lo de Aw, pois não existem savanas.

Os materiais de natureza diversa, sob a ação do clima, combinam-se para formar o fundo de grande quadro geográfico, onde desde 1535 a ocupação humana vem imprimindo modificações sensíveis na paisagem.

Na região costeira estende-se uma faixa longitudinal e estreita, cuja largura máxima é de 80 quilômetros no rio Doce e mínima de 3 quilômetros (cálculos grosseiros) em Itapemirim, interrompendo-se, porém, na zona de Vitória. Trata-se de uma faixa litorânea em que dominam materiais recentes: areias, mangues, cascalhos, vazas, numa paisagem baixa, rasa e úmida, com charcos, campos de inundação e rios barrentos que deslizam preguiçosamente; paralelamente à praia, montes de areia com touceiras de gramíneas, saquaremas, capim, bromeliáceas e mirtáceas não são suficientes para quebrar a monotonia da paisagem. Somente para W segue-se uma paisagem de topografia suave e ondulada subindo até Linhares, onde aparecem arenitos, folhelhos, linhitos e até calcáreos; esta faixa terciária parece vir desde Bel-

monte na Bahia, interrompendo-se a 7 quilômetros ao norte de Vitória e reaparecendo a 25 quilômetros ao sul, mas dispersa em manchas separadas mais ou menos por 10 quilômetros. Assim, esta faixa é limitada a E pela bacia sedimentar quaternária e a W por mamelões graníticos do arqueano que interrompem esta zona com uma paisagem muito movimentada, graças aos morros de gnaíse ou granito.

O caráter ondulado que imprimem à paisagem os materiais terciários e as matas e campos que se sucedem, fazem lembrar, através do tipo de ocupação humana, uma miniatura das longínquas campinas do Rio Grande do Sul. No baixo curso do rio Doce esta faixa se reveste do aspecto de barrancas elevadas e terraços perto de Linhares, onde aparecem argilas brancas e vermelhas; a altitude de 25 a 30 metros atribuída por Óton H. Leonardos e Avelino de Oliveira é justa. Projetou então uma fotografia da publicação de Horácio Williams e Jaques de Moraes, em que aparecem esses terraços planos e cobertos de gramíneas.

Os arenitos terciários ao sul de Vitória formam com as argilas a paisagem das barreiras na linha da costa, com escarpas solapadas pelo mar, encerrando monazito, o que parece uma sugestão da natureza a uma rendosa mas difícil fonte de economia.

Entre Itapemirim e Itabapoana a paisagem é plana e a vegetação ostenta a massa florestal que veste a planície, imprimindo à paisagem uma tonalidade verde-escuro, em contraste com a coloração avermelhada das barreiras. 12 140 quilômetros quadrados da área total do Espírito Santo estão cobertos de formações recentes, representando 30% e os 70% restantes pertencem ao arqueano, onde prevalece o gnaíse, que produz uma topografia dura, completamente diferente das outras: serras escarpadas, "pães de açúcar", gargantas, etc.; Afonso Cláudio, Itapemirim, etc. se encontram em paisagens de gnaíse. As vezes, aparecem ainda mais atormentadas, quando dioritos formam diques; um autor também se refere ao diabásio que dá maior agressividade à paisagem, como em Afonso Cláudio. Não se trata, porém, de relevo puramente tectônico e de falhas relativamente recentes, mas também de um relevo onde a decomposição das rochas se fez em profundidades variáveis; muitos estudiosos da geologia e também membros das equipes da excursão encontraram no arqueano grande decomposição das rochas, graças ao clima tropical chuvoso. Isto tem grande importância quanto à ocupação do solo; a NW aparecem morros de granito e gnaíse, onde uma diminuta camada de solo mal chega para sustentar a vegetação. A penetração da colonização italiana e alemã se fez na zona de rochas mais decompostas, como se poderia verificar numa superposição dos mapas demográfico e geológico; são terrenos excelentes para a agricultura, com boa camada de detritos vegetais, que foram sobretudo aproveitados pelo café.

De acôrdo com o Departamento de Estatística Geral do Estado do Espírito Santo, de 1926-1938 a contribuição do café na exportação total foi quase de 95%, representando 98,7% no total de dinheiro; por isso, assinalou o teruliano que o objetivo principal do porto de Vitória era o café e lembrou então, que em 1942 ocupou o 2.º lugar entre os portos do Brasil, ocupando o Espírito Santo o 3.º lugar entre os Estados. Assim, os terrenos agrícolas são sobretudo aproveitados para o café.

Projetou uma fotografia de um tipo de fazenda de café, onde aparece o sobrado colonial e as culturas que só chegam até certa altura, isto é, até onde existe decomposição das rochas.

Originado das rochas gnáissico-graníticas, o massapê aparece em várias colorações que dependem da maior ou menor quantidade de óxido de ferro das rochas e são modalidades não muito vulgares. As culturas se fazem nos vales aluvionais e se beneficiam dos cursos d'água que descem dos contrafortes das serras e se lançam no mar, separados por distâncias que medeiam entre 50 e 60 quilômetros.

As ilhas, como a de Vitória, seriam emersões de flancos submersos dos cadeões.

É através desses vales que se faz o avanço da faixa pioneira, derrubando a mata que fornece as essências preferidas no comércio: vinhático, peroba, imbuia, jequitibá, etc. Desde Drumond aparecem fabulosas quantidades de madeiras amontoadas à margem da ferrovia, aguardando transporte.

A faixa terciária e quaternária que percorre o litoral é desigualmente dividida pela zona de Vitória; para o norte vai até o rio Doce e para o sul é mais estreita e curta, abrangendo os recentes aluviões do Jucu e afluentes; para o norte prevalecem terraços terciários e aluviões quaternários e para o sul os aluviões do Jucu, enquanto que a oeste aparece um cadeão destacado da serra, cujo melhor nome seria Chibata e não Aimorés e cujos flancos mergulham no mar, sendo as ilhas as partes emersas. Este contraforte montanhoso é responsável pelos morros e colinas que dão um aspecto pitoresco à paisagem de Vitória que lembra um pouco a Guanabara, onde, entretanto, não há rios da envergadura do Jucu e do Santa Maria, nem a cidade edificada em ilha; a altitude do cadeão baixa progressivamente a partir de 900 metros, na direção E-W, insinuando-se entre os vales do Jucu e do Santa Maria. O enxame de ilhas constitui os últimos remanescentes do referido cadeão.

Levando em consideração uma série de fatores, tais como — os contrafortes da Chibata que caem em sentido contrário ao mar, produzindo então uma costa mista ou discordante; os rios costeiros que contribuem com aluviões para explicar a formação da planície litorânea; as cheias proporcionais do Jucu com o seu leito; a estrutura de gnaiss granítico de Vitória, bastante resistente e com cristais de *hornblenda*, tal como no morro do Atalaia, onde foi construído o cais de minério e o silo; a forma arredondada dos morros, decorrente principalmente da decomposição das rochas; a ocorrência do granito e do biotita-gnaiss, como observaram nos matacões do estaleiro de Suá, ao lado de rochas mais tenras que permitem o trabalho dos rios de acordo com a linha de menor resistência; o fato dos canais se insinuarem por entre formas topográficas diversas; e as marcas existentes nos rochedos a 1 metro acima da preamar — se todos estes podem ser considerados válidos, não será desarrazoado concluir com o Prof. Ruellan que em Vitória se trata de uma região de vales submersos no mínimo, ou de uma costa de ria, que nada mais é, segundo a estrutura geológica e a evolução do relevo continental, do que um vale ainda não amadurecido cavado no maciço continental e invadido pelo mar.

Houve invasão marítima abaixo do nível atual, pois os canais são bem profundos e enquadrados pelas colinas na base arqueana, às vezes ultrapassadas por pontões.

Assim, em primeiro lugar, houve erosão fluvial num nível de 50 a 65 metros; depois, outro movimento positivo até o nível de 25-35 e de 15 a 20 metros acima do mar, formando prováveis falejas e pequenas plataformas litorâneas, atualmente ocupadas pelo homem; em seguida um movimento negativo do mar, produzindo aprofundamento gradativo e considerável dos rios; e finalmente outro movimento negativo até um metro acima do nível atual do mar (canelura do morro do Penedo).

Admitindo dois níveis de erosão, a capital se encontra no terraço correspondente ao segundo nível, explicando assim a posição em relação às duas zonas completamente diferentes do norte e sul; Vitória é verdadeiro ponto de convergência donde partem estradas para todas as direções, tal como a de Linhares, unindo assim regiões dantes isoladas.

De acordo com Denis, nenhum pôrto da Bahia ao Rio oferece abrigo tão seguro quanto Vitória; Santa Cruz tem uma paisagem monótona e sua importância vingará se for ligada a Colatina. É característica em Vitória a impressionante quantidade de favelas: é uma cidade presepe, como já foi chamada, empoleirada no terraço.

Por último houve um pequeno abaixamento do mar e reunião das ilhas por aluviões flúvio-marítimos, de que é exemplo a praia Comprida e restingas. Na praia do Suá estas zonas estão sendo conquistadas pelo homem e já aí se ergueram ilhas de construções modernas, no meio do Paúl em dessecação pela civilização; como a Fábrica de Jucutuquara, o Instituto de Apontadoria, o Hospital

Evidentemente, não se tratam de conclusões definitivas.

De acôrdo com De Martonne, o elemento essencial para a formação de uma costa de rias é a juventude dos vales estreitos cavados em rocha maciça e isto parece existir em Vitória, onde o Jucu e o Santa Maria ainda não atingiram a senilidade.

Resumindo, disse o Prof. Veríssimo que o Espírito Santo compreende essencialmente um fragmento do vasto planalto antigo, limitado a E por formações terciárias franjadas de aluviões quaternários recentes, compondo uma imensa planície.

Sob a ação de um clima tropical chuvoso, as rochas se decomposeram para formar a paisagem atual e assim o homem encontrou boas terras agrícolas e um pôrto bem situado para escoar os produtos florestais, dos campos de lavoura e criação e da exploração mineral. A capital se beneficia de sua posição e do fato de ter servido de centro histórico de povoamento numa zona intermediária geológica e econômica, que tem também função estratégica e futuramente industrial.

Baseando-se em observações pessoais e, também, em inúmeras publicações como a de Horácio Williams e Jacques de Moraes, fez uma tentativa ligeira de divisão regional do Espírito Santo e da disposição geográfica das riquezas, para demonstrar a função de Vitória. Na primeira constavam: I — região sedimentar de restingas e lagoas radiadas; II — tabuleiro terciário intermédio; III — arqueano do NW; IV — região mista de Colatina junto com Santa Cruz; V — região intermediária do Jucu e Santa Maria e do vale submerso de Vitória; VI — Região gnáissica do sul com o Caparaó, em que o fator altitude faz aparecerem os campos alpinos — é a região serrana das campinas; VIII — região costeira discordante ou das barreiras.

Mostrou, depois, a disposição das riquezas: o grosso aparece no sul, com Cachoeiro de Itapemirim, sendo o pôrto Itapemirim, mas a ligação ferroviária com Vitória sufocou-o; a parte central é variada e ao norte é a zona do cacau principalmente, agora, ligada por rodovia a Vitória.

Finalizando, o Prof. Veríssimo projetou um croquis da entrada do pôrto desenhado por Percy Lau segundo apontamentos colhidos localmente pelo referido professor.

Abertos os debates, o Prof. Fábio de M. S. Guimarães disse que a comunicação fôra bem interessante e de grande vida, tendo sido bem expressiva a idéia do Estado do Espírito Santo, graças à arte de descrever que possuía. O tertuliano. A próxima tertúlia seria dedicada exclusivamente à própria cidade de Vitória. Convidou, então, aos debates e comentários.

O Prof. Lúcio de C. Soares congratulou-se pela síntese magnífica do Prof. Veríssimo. Disse que, num recente artigo sôbre o primeiro ano de tertúlias, salientou a presença nessas reuniões de conhecedores das regiões tratadas, que traziam objeções ou contribuições. Declarou que se encontrava neste último caso e que como filho da terra espiritosantense prestaria sua contribuição, pois era também sua tese de doutorado.

Assim, na divisão regional apresentada, achou que a região Mista de Colatina foi demasiadamente estendida ao sul, pois deve limitar-se pelos pequenos rios que passam ao sul de Colatina, onde houve penetração maior da colonização alemã; a região das campinas serranas estava muito estendida para o norte, não devendo abranger Afonso Cláudio; quanto à ocupação humana do peneplano arqueano de NW há a registrar um importante fato que imprime verdadeiramente o caráter de divisão regional — trata-se da zona de colonização mais recente do Estado, principalmente de poloneses, avançando a 85 quilômetros de Colatina pelo rio Pancas: é a colônia de Águia Branca, às margens do São José e ainda Santa Luzia do Pancas, na fronteira de tensão.

Declarou o Prof. Veríssimo, que, de fato, tivera grande dificuldade na zona de Colatina; para o sul os rios são pequenos e constituem fontes perenes de água potável, o que contribuiu para a colonização e divisão da pequena propriedade.

Disse o Prof. Lúcio que, no seu livro *Canaã*, Graça Aranha faz uma literatura geográfica, balizando a zona de povoamento alemão que subiu o rio Santa Maria, descendo o Doce mais tarde.

Falou o Prof. Veríssimo que as propriedades possuem máquinas agrícolas que enriquecem a paisagem, tendo sido a colonização dirigida desde o tempo da monarquia. Disse ainda que 200 ingleses se estabeleceram na altura de Linhares, mas fracassaram.

Confirmou o Eng. Fábio de M. S. Guimarães que, realmente, como demonstrara o tertuliano, não é só o acaso que explica a excepcional posição de Vitória, mas uma verdadeira predestinação para a função que representa no Estado. Nada tinha a acrescentar e concordou com as opiniões do Prof. Lúcio quanto à divisão regional, pois os campos só aparecem no alto do Caparaó.

Quanto à colonização, seria interessante uma excursão às colônias alemãs do E. Santo, que se mantêm um pouco à margem das vias de comunicação, formando quistos isolados; não evoluíram e nelas se processou uma decadência física e social, sendo rara a menção de um de seus membros. Evitam qualquer contacto com o mundo exterior.

Declarou o Sr. Peluso que também núcleos de colonização alemã no sul apresentavam as mesmas características, quando não recebiam novas correntes imigratórias.

Confirmou o Prof. Lúcio de C. Soares a mesma causa para as colônias alemãs do Espírito Santo e disse que nelas havia casamentos consanguíneos e completa degenerescência.

Disse o Prof. Veríssimo que se deveria lá voltar e fazer mapas de distribuição do *habitat* rural, comparando com Santa Catarina, para o que concitou o Sr. Peluso.

Acrescentou o Eng. Fábio de M. S. Guimarães que o relêvo deve ter contribuído para o isolamento dessas colônias.

Tomando a palavra, o Prof. Ruellan associou-se aos cumprimentos dirigidos ao Prof. Veríssimo e elogiou sua comunicação como uma verdadeira exposição geográfica no sentido da escola francesa, na base da correlação entre o relêvo e os outros fatos da geografia física com a ocupação humana. O tertuliano se mostrara discípulo dileto de Vidal de la Blache na maneira de utilizar a descrição da paisagem para introduzir as explicações que tinha em vista e felicitou-o também pelas noções de geomorfologia.

Quase nada teria a acrescentar no conjunto, apenas sobre a evolução da serra do Mar e do conjunto do relêvo litorâneo mas, em vista do adiantado da hora, falaria numa outra tertúlia deixando a próxima ao Prof. Veríssimo para trazer um estudo completo sobre o pórtio de Vitória.

O Prof. Lúcio de C. Soares disse ainda que o Prof. Veríssimo era continuador de Deffontaines, o primeiro a fazer uma divisão regional no Espírito Santo.

A seguir foi encerrada a sessão.

★

#### OCTAGÉSIMA SEGUNDA TERTÚLIA SEMANAL, REALIZADA A 24 DE OUTUBRO DE 1944

CONTINUAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO GERAL DA EXCURSÃO AO VALE DO RIO DOCE — VITÓRIA, A CIDADE E O PÓRTO — A RIA COMO FATOR OU NÃO DE VIDA MARÍTIMA — ORIGEM DA CIDADE E DESENVOLVIMENTO — MELHORAMENTOS URBANOS E ASPECTO ATUAL — DEBATES: COMO EXPLICAR A FREQUÊNCIA OU NÃO DE POPULAÇÃO DE PESCADORES NA COSTA — O CASO DO ESPÍRITO SANTO

Presidindo a sessão, o Eng. Leite de Castro anunciou a comunicação do relatório geral da excursão ao vale do rio Doce, sobre a paisagem espiritosantense e o pórtio de Vitória.

Primeiramente, o Prof. Veríssimo projetou a planta de Vitória para recordar o que dissera na última vez; designou, então, as ilhas que precedem a entrada do pórtio, cujas cotas variam desde 32 até 122 metros. A cidade se acomoda entre os pontos mais elevados; chamou a atenção para os níveis de 50 a 65 metros e 20 a 30 metros influenciando na distribuição da população. O

pôrto principia no Penedo, estando a bacia de evolução mais para o interior; os navios passam perto do Penedo obrigatoriamente por causa do canal de profundidade, conforme mostrou o desenho de Percy Lau. O pôrto de Vitória subentende a zona de 8,5 metros de profundidade e a cidade não tem muito a ver com o pôrto.

Na tertúlia anterior, concluíra com argumentos fortes, que Vitória, 1.º) do ponto de vista físico é uma ria ou no mínimo um vale submerso; 2.º) é zona de convergência e contactos económicos, favorecendo bastante a organização da rede de transportes; 3.º) seu desenvolvimento realizou-se de acôrdo com as linhas do relevo.

Segundo Ritter, tôda a costa rica em articulações está destinada a grande desenvolvimento marítimo; entre elas incluem-se as rias, pois multiplicam os pontos de contacto com o oceano e fornecem assim melhores abrigos à navegação, além de convidarem os habitantes a uma intensa vida do mar.

Camille Vallaux num trabalho geográfico social opôs-se a êste determinismo.

Na verdade, a ria é um dos melhores tipos definidos de costa articulada; entretanto, o que se verifica em Vitória é que a vida e o trabalho do homem do pôrto não dependem da estrutura da costa, mas da posição geográfica. A ria pouco influiu para que Vitória se tornasse a capital que hoje é; não há e nunca houve ligação estreita do homem ao mar.

A atividade dos habitantes voltava-se a outros misteres, para a exploração económica do continente, não aproveitando o mar como horizonte de trabalho.

Em todo o Espírito Santo havia 8 colônias de pesca e só a de Suá é próxima a Vitória; as outras não estão em rias.

Mesmo Saint Hilaire e o príncipe Maximiliano nunca descreveram atividades marítimas nesse Estado, a não ser para uso doméstico.

As condições são, evidentemente, as mesmas de Vitória; em 1890, o almirante Mouchez apontou as características gerais dêste pôrto, dizendo que era uma bela bacia interior, fechada como um lago e de comprimento duplo da largura, com calmas águas. A cidade, porém, caía em ruínas e, rodeada de pântanos e privada de brisas pelas montanhas circundantes, tinha clima muito insalubre; chovia muito em março e abril, sendo o solo fértil mas não cultivado. Havia pouco movimento de navegação e os principais produtos exportados eram, na ordem que se segue, as madeiras, algodão, açúcar, plantas medicinais, resinas, café, cacau, mandioca, mas tudo em pequena quantidade. Contava com poucos recursos de abastecimento, poucos legumes e carne; a água era tirada do rio.

A população era diminuta, de 4 a 5 mil habitantes apenas e sem vida marítima, e, como mostrou no gráfico que construiu, baseando-se nos dados do Dr. César Augusto Marques para o *Dicionário Histórico e Geográfico da Província*, em 1878 o número de pescadores é diminuto em relação às outras atividades.

Em duas cartas confeccionadas por uma professora que estudou as colônias de pesca, aparecem 5 colônias de pesca no litoral espiritosantense, mas na realidade são 8, de acôrdo com os dados de 1940-42. Atualmente, o interventor quer desenvolver a pesca, principalmente em Guarapari.

Hoje, a ria foi melhorada para a entrada dos navios; a população de Vitória é superior a 45 mil habitantes, mas também não se dedica às atividades diretamente ligadas ao mar, não se incluindo as ligadas ao pôrto moderno, que independe da ria, onde nunca existiu população suficientemente densa de marinheiros.

O mesmo se dá com as rias da Bretanha, onde se fôsse possível entulhar tôdas as suas embocaduras, a vida marítima não seria alterada.

Entre 1815-20 o príncipe Maximiliano só se referiu a 3 ou 4 colônias de pesca, sendo a mais próxima de Vitória a do Jucu. Entretanto, em Vitória, se o homem da ria não é homem do mar, não o é da montanha também, mas é continental, pois daí tira nutrição e vigor. A ria tem função intermediária entre o interior e as regiões afastadas, unidas pelo mar; mas para isso obrigou a construção de estradas ligadas ao pôrto.

Vê-se, portanto, a série de complexos fatores que pesam em Vitória, pôrto que serve a um vasto interior, rico e variado, escoando seus produtos.

A ria foi se desenvolvendo como "cabeça de ponte" para a conquista da terra.

O impulso atual para a exportação do minério da Companhia Vale do Rio Doce é a réplica brasileira da função das rias, tal como sucedeu nas rias das Astúrias e Galizia para a exportação do minério espanhol, ou quando servem de pôrto militar e estratégico. O conseqüente aparelhamento do pôrto vem corroborar a importância clássica das rias para o homem.

Como conclusões suplementares, não sendo este pôrto situado em ponto extremo do continente nem de escala, deveu seu progresso a 4 fatores essenciais: 1 — a posição geográfica no Atlântico Sul e intermediária entre regiões naturais diferentes; 2 — interior rico e diferente, por exemplo, das rias da Galizia; 3 — condições históricas felizes; 4 — o homem, que soube adaptar-se a uma paisagem de ria, sem perder seus interesses continentais e utilizando-a para sua prosperidade.

Históricamente, a cidade de Vitória nasceu pela necessidade de defesa que a designou como pôsto de refúgio; o aproveitamento econômico apressou seu desenvolvimento, junto às outras condições. Nos primeiros tempos, a ria foi elemento de emergência, aproveitado para o estabelecimento da cidade-fortaleza, cuja distribuição de população reflete as fases do desenvolvimento; mas a ria não favoreceu uma população marítima.

Examinando um gráfico, mostrou como a distribuição da população concordava com o sentido geral da colonização de elementos estrangeiros e as regiões econômicas. A proporção que se exploravam as riquezas, a cidade se desenvolvia e o pôrto surgiu como aparelho escoador.

A pesquisa histórica vem confirmar estes fatos. O povoamento do Espírito Santo se concretizava em Vila Velha, com 60 pessoas em 1535, que vieram com o donatário da capitania; a ria foi descoberta no mesmo ano por Duarte Lemos. Até 1551 sucederam-se lutas sangrentas entre os tapuias e os portugueses, durante a ausência do donatário; assim, neste ano resolveram transferir-se para a ilha do Espírito Santo, que se tornou um verdadeiro refúgio, nascendo a cidade como defesa contra a terra e o mar. É interessante notar que também na Amazônia, até hoje em dia a ilha oferece abrigo seguro para quem pernoite.

Em 1557, a cidade foi despojada por Bois-le-Comte, mas em 1591 repeliu Cavendish e em 1594 o governador atacou os índios; em 1640, a invasão de 800 holandeses foi obrigada a recuar. Por ocasião da invasão de D. Trouin no Rio de Janeiro, daí partiram reforços.

O interesse estratégico da ilha baseou-se como ponto de apoio para a conquista de terra próxima e para assegurar a defesa das costas vizinhas, como Vila Velha. As fortalezas insulares guardavam a entrada da barra, sendo em número de 10, além de fortins. Cidades em ilhas, como Vitória, foram muito comuns no início da colonização da África, onde as ilhas costeiras constituíram para os europeus pontos de apoio à penetração do interior.

No Espírito Santo a penetração se processou para as zonas mais povoadas, como se pôde observar no mapa da distribuição da população nos municípios; a questão da representação da densidade é menos expressiva do que os prédios, que marcam a verdadeira ocupação da terra. Organizou o tertuliano um gráfico com dados do recenseamento com este critério e também outro da população absoluta. No mapa do padre Serafim Leite a penetração também coincide com a região mais povoada.

A penetração no Espírito Santo realizou-se na direção das zonas mais povoadas, que se distribuem em 3 faixas de 45° com o vértice em Vitória. O efeito da expansão influíu na distribuição da população.

Foi expressiva a ação dos jesuítas na ilha de Vitória, onde surgiram as primeiras casas em tórno de um seminário fundado pelo padre Afonso Brás; constituiu o núcleo original da cidade de Vitória e aí surgiram as primeiras plantações de vinha, cana e cereais, 4 engenhos e meios defensivos contra os selvagens. Na retirada dos jesuítas o seminário serviu de Palácio do Governador, duas vezes transformado.

Em 1823, Vitória, capital de província, foi elevada a cidade, perto do antigo núcleo; em 1876 um inspetor sanitário, Dr. Goulart de Sousa, descreveu oficialmente a situação do cais. Disse que estava em ruínas e em vez de servir de pôrto de desembarque era despejo de imundície, impossibilitando a aproximação.

Hoje, ali existe um cais e armazéns do pôrto, ruas modernas e magníficos prédios. A velha cidade está em plena transformação e atrás do Palácio as ruas estreitas e tortuosas já estavam sendo trabalhadas por demolidores.

A cidade se estende no vale e a W está o quarteirão residencial, enquanto que a E fica o comercial.

A diferença de altitude entre dois trechos da cidade é vencida por enormes escadarias, lembrando, segundo o Prof. Ruellan, cidades da Riviera italiana, como Gênova. A população está empoleirada no nível mais regular de erosão, de 15 a 20 metros e atinge também o de 50 a 60 metros.

O inteligente aproveitamento da paisagem de ria elucida a razão da diversidade administrativa de Vitória.

De acôrdo com a Prefeitura Municipal de Vitória em relação à nova divisão territorial, no distrito da capital, a zona urbana foi constituída: 1) do centro de Vitória, compreendendo os bairros entre o mar e a cota de 50 metros, incluindo-se a ilha do Príncipe; 2) dos bairros de São João e Jucutuquara, indo da cota de 30 metros até a fronteira da mesma altitude. Tem-se, assim, perfeita concordância entre a administração e o depoimento da geografia física e humana.

Com êstes dados, compôs uma paisagem teórica do Espírito Santo, procurando mostrar a divisão administrativa; acima de 50 metros zona rural e para aí foge a população pobre, dando aspecto de cidade presepe. Abaixo, estende-se a zona urbana ou suburbana, inclusive as ilhas. A zona rural invade, porém, alguns distritos, como Carapina e Queimados e também Vitória.

A acomodação humana está acorde com os principais alinhamentos da paisagem de ria.

A Vitória atual, reformada e bem traçada, é inteiramente irreconhecível em relação a de 30 ou 40 anos atrás; os prédios velhos foram demolidos apenas há 4 anos e a ilha do Príncipe era há 30 anos um depósito de inflamáveis. As pontes tiveram grande importância e foram resultantes da ação de muitos governadores progressistas.

Mostrou então várias fotografias e gráficos com os casebres na parte alta, justificando o nome de cidade presepe. A população pobre tende, porém, a desaparecer.

Os colonizadores nunca tiveram intenções urbanas, apenas pensaram na defesa dos portos para garantir as comunicações com a metrópole. Assim, Vitória cresceu com tôdas as características de cidade colonial, desordenadamente.

Não houve sincronismo entre o desenvolvimento da cidade e do pôrto; o da cidade ficou na dependência da iniciativa particular que forçou a realização de obras. A urbanização de 1908 preparou a Vitória de hoje, com Jerônimo Monteiro; seus sucessores, porém, preocuparam-se mais com o interior do continente.

Em 1924, Florentino Avidos empreendeu vários melhoramentos, encampanando as obras do pôrto e construindo a ponte Avidos que ligou a ilha do Príncipe ao continente e cuja função é muito importante, pois permitiu a ligação ferroviária com o continente e a intensificação das comunicações. Bairros, como a Vila Rubi tomaram grande importância.

Em 1930, o prefeito Bom Jardim dotou bastante a cidade; dentre as várias realizações, uma merece destaque especial, pois realçou a importância extraordinária da zona rural em Vitória a avenida do Contôrno que enlaça a capital até as propriedades agrícolas, facilitando o escoamento de sua produção. Tem 14 quilômetros de extensão e 8 metros de largura e serve a 2/3 da ilha, até então paralisados pela falta de vias de comunicação.

A população é superior a 43 mil habitantes e o distrito de Vitória em 1940 possuía 43 020 habitantes.

Baseando-se em dados da Prefeitura (Departamento Estatístico), construiu um esboço do aproveitamento do terreno nos arredores do distrito de Vitória, para seu abastecimento.

Em vista do adiantado da hora, a questão do pôrto foi transferida para a próxima vez.

Abertos os debates, o Prof. Lúcio de Castro Soares declarou que, como estudioso da terra, desejava prestar alguns esclarecimentos: era verdade que Vitória se alimentava em grande parte do continente, mas era preciso não esquecê-la como pôrto. O Prof. Veríssimo frisou, porém, que deixara esta questão para a próxima vez. Continuou o Prof. Lúcio que para provar que a ria não tinha muita vida marinha, o Prof. Veríssimo lembrou o número quase nulo de marinheiros e pescadores. Entretanto, a colônia do Suá abastece Vitória; há pequena população de pescadores, mas não na ria.

Disse o Prof. Veríssimo que rebatera Ritter pois segundo este, devia haver pescadores na ria.

O Prof. Lúcio achou que o tertuliano generalizou um pouco a falta de vocação pesqueira do litoral espiritosantense.

Declarou o Prof. Veríssimo que onde, segundo Ritter, deveria haver desenvolvimento da atividade marítima, não existe e onde não devia haver, isto é, em costas baixas e arenosas, existe.

O Prof. Lúcio disse que havia cinco colônias ao sul da ilha de Vitória, na costa mais recortada do Espírito Santo, o que estava em função da maior população consumidora; no sul estão os maiores mercados consumidores, enquanto que ao norte existe apenas uma colônia em São Mateus. A vida marítima se desenvolve no Espírito Santo onde há consumo e o gênero de vida até recebe o nome especial de "maratimba".

Disse o Prof. Veríssimo que mesmo nessas colônias a pesca funcionava segundo o regime dos ventos.

\* Declarou o Prof. Lúcio que se opunha à exclusão da atividade pesqueira em toda a costa do Espírito Santo, pois existe população de pescadores bem numerosa. Concitou o Prof. Castro Faria, estudioso da população pescadora do Rio, a dar sua opinião, mas este disse não conhecer o Espírito Santo.

Adiantou o Prof. Veríssimo que a pesca era elemento esclarecedor à improcedência de ria como determinante de fortes fatores de concentração.

O Eng. Oton Leonardos opinou que a piscosidade das águas também devia ser levada em conta; sendo pouco piscosas as costas brasileiras, é possível que a baía de Vitória também não seja favorável.

O Prof. Veríssimo declarou que os pescadores da ilha do Governador e de Cabo Frio iam até o sudeste da Bahia buscar peixe; mas o espiritosantense não vai. Insistiu em que a ria por si só não cria fortes concentrações de população marítima, embora a pesca seja a atividade mais acessível para o homem da costa. Trata-se da maior importância da função continental, com um sistema de ferrovias e rodovias do que as riquezas do mar.

Disse o Eng.º Leonardos que naturalmente o interior é mais rico que o mar, onde não há peixes.

Reafirmou o Prof. Veríssimo que não temos fortes concentrações nas rias e a atividade pesqueira faz-se longe. Quanto à relação entre piscosidade e a ria, não conhecia, pois este estudo ainda não existe no Brasil.

O Eng.º Leonardos declarou que a piscosidade decorre do fósforo da água do mar.

Esclareceu o Prof. Veríssimo que era contrário ao determinismo exagerado de Ritter. A costa baixa e hostil do nordeste gerou o brilhante gênero de vida dos jangadeiros, ao lado de verdadeiro mosaico de gêneros de vida.

A seguir o Eng. Leite de Castro deu a palavra ao Prof. Ruelkan, que expressou o interesse despertado pelas discussões sobre o determinismo geográfico e pela tertúlia; concordou com o Prof. Veríssimo: em relação às costas recortadas as provas se repetem em todo o mundo.

Uma verdadeira população pescadora não vive para vender o peixe, mas para dêle se alimentar em primeiro lugar; da fase de economia doméstica, pode passar em seguida a exportar o excedente. Mas, inicialmente, são ictiófagos e o homem é o principal fator determinante.

Se a piscosidade não é abundante, a população se desloca, procurando condições melhores e levando todo um sistema de tradições pesqueiras; a forma do litoral tem papel secundário, tendo importância para abrigo dos barcos.

A teoria do determinismo é grande absurdo geográfico, a natureza oferece aptidões que o homem com seu gênio e conjunto de tradições desenvolve em seu proveito.

Na costa não favorável, ao nordeste de Vitória, desenvolve-se uma colônia de pesca com funções comerciais; na ilha do Governador pescadores portugueses com forte tradição pesqueira, instalaram-se nem sempre em condições náuticas propícias.

Quanto ao desenvolvimento da cidade-fortaleza, a ria teve importante papel, porque os portugueses aí se instalaram, graças ao abrigo para os barcos, único no litoral entre Bahia e Rio.

Aparteceu o Prof. Veríssimo que a ria fôra um elemento de emergência, graças à necessidade de defesa.

Disse o Prof. Ruellan que era um pôrto auxiliar para o comércio da época, que devia ser bem defendido. Declarou-se inteiramente de acôrdo com o tertuliano e felicitou-o pela boa demonstração do perigo determinista.

Atualmente é grande o papel da ria; o pôrto está muito ligado ao interior e cada vez mais serve de escoadouro aos produtos dos Estados do Espírito Santo e Minas, além de ser pôrto de cabotagem; na verdade, Vitória é um centro comercial que se desenvolve em função do interior.

Os portos de entrada da ria são também notáveis na Europa, como o de Saint-Maló, instalado à semelhança de Vitória, num rochedo e oriundo de uma fortaleza para defender o comércio; igualmente os grandes estuários como do Sena, Escalda, Loire, etc., favorecem as instalações portuárias.

Na história de Vitória a ria foi fenômeno muito importante e atualmente continua seu papel com vantagens e desvantagens, tais como os terraços rochosos laterais, que são locais de valor para a defesa, mas que dificultam o desenvolvimento dos terrenos do pôrto e obrigam à construção de aterros.

A seguir foi encerrada a sessão.

★

#### OCTAGÉSIMA TERCEIRA TERTÚLIA SEMANAL, REALIZADA A 31 DE OUTUBRO DE 1944

CONTINUAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO GERAL DA EXCURSÃO AO VALE DO RIO DOCE: O PÔRTO DE VITÓRIA PELO PROF. JOSÉ VERÍSSIMO DA COSTA PEREIRA — A INFERIORIDADE DO PÔRTO DE VITÓRIA EM 1881 EM RELAÇÃO A OUTROS DA PROVÍNCIA — O HISTÓRICO DAS OBRAS DO PÔRTO, DIFICULDADES PARA SUA REALIZAÇÃO — O MOVIMENTO COMERCIAL — A IMPORTÂNCIA ATUAL: ESCOADOURO DO MINÉRIO — POSSIBILIDADES FUTURAS — DEBATES: O PAPEL DA ORGANIZAÇÃO DOS TRANSPORTES E DO MERCADO LOCAL NO DESENVOLVIMENTO DE VITÓRIA, PELO PROF. FRANCIS RUELLAN

Presidindo a sessão, o Eng. Leite de Castro anunciou a continuação da apresentação do relatório geral da excursão ao vale do rio Doce, sôbre o pôrto de Vitória, pelo Prof. José Veríssimo da Costa Pereira, assunto que vinha despertando grande interesse. Dêse trabalho solicitou substancioso artigo para a *Revista*.

O Prof. Veríssimo agradeceu as gentis palavras. Declarou que chegara a um ponto em que devia mostrar as funções do pôrto regional, comercial e industrial, mas com o propósito maior de entrosá-lo com o desenvolvimento da cidade e do Espírito Santo.

Essas funções não poderiam ser atacadas sem aludir à trágica história do pôrto de Vitória. O ano de 1881 é uma data muito importante, porque sur-

giram então os primeiros estudos sobre o porto, realizados pelo engenheiro norte-americano Milnor Roberts, que trabalhou junto com Teodoro Sampaio no São Francisco.

O comércio do porto de Vitória era diminuto e outros como Itapemirim, Piúma e Benevente suplantavam-no. Roberts entreviu excelentes condições não só de profundidade e largura, mas ante o insignificante movimento marítimo apresentou um relatório, no qual achava que bastava a construção de um molhe em T para as embarcações existentes. Julgou improvável um desenvolvimento futuro, porque dependia da construção de uma estrada de ferro para o interior; razões econômicas e financeiras levaram-no a esta conclusão.

A linha férrea data de 1896, embora anos antes houvesse tentativas e concessões.

Não foi, pois, sem motivo que outros portos o suplantaram, principalmente Itapemirim, que não era melhor porto natural, mas que oferecia certas condições:

- 1.º, a separação natural entre a região sul e Vitória, pelas montanhas, que cabia ao homem vencer;
- 2.º, as relações com Minas e Rio, pelas estradas, sem grandes dificuldades a vencer, a não ser cursos de água transponíveis facilmente, favorecendo o escoamento dos produtos;
- 3.º, a existência de um caminho terrestre para Campos, no baixo Paraíba, que não favorecia Vitória.

A falta de toda comunicação com Vitória, a não ser por via marítima através de Itapemirim, dava a esta região uma situação privilegiada, sendo uma das primeiras a tentar a colonização com elementos estrangeiros.

Embora não existam provas cabais, parece que em 1830 tratou-se de estabelecer colonos na estrada de Itaúna para Minas. Só em 1847 aparece a colônia de Santa Isabel e só em 1855 na parte norte, às margens do Itapemirim, surgiu a de Rio Preto, mais tarde encampada pelo governo.

Na paisagem topográfica e econômica, em relação a Vitória, o homem introduziu transformações em favor do Sul; a estrada de ferro que partia do Rio, atingindo Cachoeiro do Itapemirim, fez decair o porto de Itapemirim.

Em 1899, Cachoeiro foi elevado a cidade, o que representou, de certo modo, muito progresso; suplantou Itapemirim como centro da zona sul, principalmente depois de sua ligação ferroviária com Vitória, desviando assim o eixo da circulação.

Cachoeiro do Itapemirim deve sua importância atual à inteligência do homem posta a serviço de uma zona econômica útil e muitas vias de comunicação foram construídas e centralizadas no sul do Espírito Santo, capturando as do Itapemirim. Hoje aí se concentram as estradas de ferro e de rodagem, que cortam todo o sul do Estado e a cidade representa o centro comercial, político e intelectual, além de ser o parque industrial do Espírito Santo.

Aí está a explicação da diminuta atividade de Vitória, pela inexistência de meios de transporte para o interior.

Projeteu então um esquema decalcado de um Atlas do Brasil, onde aparece a situação agrícola de 1908; a exportação principal era de café, mandioca e madeiras.

O café logo pesou na balança de 1903 a 1909. Mostrou um gráfico de movimento marítimo em Vitória de 1913-1919, com a entrada e saída das embarcações e a tonelagem, embora preferisse a carga.

Outro gráfico interessante indicava o imposto de 2 % ouro, cobrado desde 1909; a exportação do café aumentou com a diminuição desse imposto.

Na coletânea de leis, decretos e atos oficiais, publicada em 1926, lê-se quanto a este gráfico que a extraordinária diminuição da importação foi quase nula em 1918, mas a exportação do café aumentou de 30 mil toneladas, em 1913, para 42 mil toneladas em 1919. Juntamente com as mercadorias de importação seria lícito contar-se com um movimento de 75 a 80 mil toneladas, passada a guerra, mas, na verdade, o porto de Vitória não estava aparelhado para isto.

Quando lá estêve, Roberts achou que apenas era necessário como obras extremas o aprofundamento do banco da barra e do canal de acesso. Mas como era precária a situação comercial e o banco oferecia suficiente proteção dos ventos, Roberts concluiu que deveriam ser postas de lado aquelas idéias, bastando balizar a baía e colocar bóias; a maior atividade poderia determinar outras construções.

A história do pôrto de Vitória é bastante atormentada; em 1892, o govêrno concedeu-o à Companhia Brasileira Torrens.

Em 1896, o govêrno estadual, cogitando da estrada de ferro do sul do Espírito Santo, instalou a estação terminal do lado continental da encosta meridional da ria, no monte Péla-Macacos, junto ao cais de madeira, pôrto das Argolas.

Em 1902 também foi ponto terminal da Vitória-Minas.

A Companhia Torrens viu vantagens econômicas e comerciais na construção do pôrto nesse lado do litoral. O engenheiro Lisboa ficou encarregado disso e o govêrno, mais tarde, concordou. Mas a cidade protestou e vê-se, assim, como seu desenvolvimento estava independente do pôrto.

O govêrno federal passou a concessão à Companhia Pôrto de Vitória em 1914 e começaram as obras do pôrto, que foram paralisadas com a guerra, mas 343 metros de cais foram construídos.

Em 1920, o govêrno suspendeu a garantia de juros.

Em 1924, a Leopoldina, que também fôra concessionária, transferiu a concessão ao Estado.

De 1881 a 1911, isto é, de Roberts até à concessão da Leopoldina, a situação estêve paralisada.

Em 1925, o Estado empreendeu as obras do pôrto. Em 1926, a Sociedade Construtora do Pôrto da Bahia encarregou-se das obras, mas estas foram paralisadas por motivos econômicos, em 1927.

Em 1930, o Estado construiu o cais e os armazéns graças ao interventor Bley, que pagou à Companhia 3 500 contos de indenização por um maquinário avaliado em sete mil.

Em 1936, outras obras começaram, como por exemplo, o desmonte de parte do morro de São João, por causa das necessidades do pôrto. Em 1937, concluiu as obras a Empresa Construtora Brasil; esperava-se a cooperação da estrada de ferrô, mas a do sul, ligando-se à Leopoldina, contribuiu pouco, pois desviou do pôrto parte dos produtos, canalizando-os para o Rio de Janeiro.

Na guerra passada, a ação foi contrária também, com a diminuição dos navios nacionais e estrangeiros. A capital se beneficiou disto; o tesouro não sofreu, porque os produtos se escoavam pela ferrovia.

Em 1904, a Vitória-Minas percorria a zona produtora do norte, demandando o vale do rio Doce; o interior de Minas poderia ter desenvolvido o tráfico do pôrto, destinado a grande futuro se nele se tivesse estabelecido a indústria metalúrgica em altos fornos com minério de Itabira embarcando diretamente e coque inglês ou americano, também recebido diretamente. Se o ferro tivesse sido explorado naquela época, o pôrto estaria então como atualmente.

A Itabira Iron, utilizando as linhas da Vitória-Minas, escolheu o pôrto de Santa Cruz para serviços combinados por terra e mar para expedir o minério ao estrangeiro e fez o projeto de construção por conta própria o ramal de Lauro Müller a Santa Cruz, matando assim a ligação de Lauro Müller com Vitória. Entretanto, não se aproveitou Santa Cruz, embora fôsse o caminho mais curto.

A resolução da Companhia afetou as obras de Vitória, conforme se vê no relatório de 1926 sobre o pôrto de Vitória; dizia que qualquer que fôsse seu futuro, convinha concluir o trecho de 630 metros de cais, já em adiantada construção e trazer as linhas férreas até o cais, além de edificar armazéns. Assim, os peritos aconselharam o govêrno a, ao menos, completar as obras.

A exportação do minério através do pôrto pela Vitória-Minas foi nula até 8 de abril de 1939, quando festivamente chegou o primeiro trem carregado de minério de ferro ao pôrto.

Em 1943, foi inaugurado o primeiro trecho atual do pórto, a 1.º de janeiro e oficialmente iniciada a exploração comercial.

A estrada de ferro estendeu suas linhas até à ilha de Vitória, em 11 de março de 1940.

Dentre as características do pórto, referiu-se à alvenaria em blocos, a três armazéns externos e internos, 11 guindastes, 8 pontes rolantes, etc., numa área útil de mais de 6 mil metros quadrados.

O movimento portuário caiu de 233 navios de longo curso em 1939, para menos da metade em 1940; naturalmente, a guerra atual teve suas influências.

Quanto ao comércio exterior e cabotagem, Vitória importava, em 1935, 3 515 toneladas de longo curso e em cabotagem, 60 880; respectivamente, atingiram em 1939, 829 e 0.

A exportação de longo curso aumentou:

1935 .....	81 421 toneladas
1937 .....	87 192     "
1940 .....	81 106     "

A cabotagem caiu porque foi afetada pelos modernos piratas da marinha mercante.

Todos os antigos cais, em número de 14, desapareceram. Merece destaque o Sr. Antenor Guimarães, que muito cooperou para o desenvolvimento econômico de seu Estado e que batalhou pela completa remodelação do pórto.

Em 1942, a profundidade da bacia de acesso ao pórto era de 930 metros e com 100 metros de largura e mais de mil metros de comprimento. Os armazéns tinham mais de 1 000 metros quadrados, isto é, mais do dôbro de 1940.

Em 1941, as exportações atingiram mais de 165 mil toneladas de mercadorias.

A ponte Avidos não é apenas uma obra de engenharia; a amplitude das obras do pórto implicou na extensão da estrada de ferro até à ilha, valendo-se da colocação da ilha do Príncipe entre o continente e a ilha do Espírito Santo, não só atendendo às necessidades do pórto como influenciando na força da cidade e economia do Estado.

A ponte refletiu-se não só na economia estadual como na capital, trazendo até ela os trilhos ferroviários que resolveram um ponto básico para ela. Os produtos passaram a ser transportados diretamente ao cais, transferido para a própria ilha de Vitória e daí exportados para os centros consumidores.

Há um complexo de causas e efeitos muito interessante quando se estuda a capital, o pórto e a paisagem espiritosantense, de que Vitória é verdadeiramente a capital e se beneficia de tudo isso.

O gráfico de 1895 até depois da última guerra mostrou que a arrecadação municipal não ultrapassou nunca 500 contos; em 1930 alcançou 2 mil contos e em 1940 foi de mais de 5 200 contos. Portanto, foi grande a ascensão de 1930-40, marchando, em parte, paralelamente às obras do pórto. Dêste modo, não se poderá prever até onde chegará o desenvolvimento de Vitória.

A repercussão sobre a vida e pujança da cidade reflete-se na Vila Rubim que era há 22 anos o bairro da Palha e que hoje tem vida própria, com o nome do presidente do Estado de 1912-20; dista apenas dez minutos de bonde, da cidade, e é o verdadeiro centro de irradiação para o interior. E' o bairro que corresponde à ilha do Príncipe, por onde passa a estrada de ferro e sua situação junto à ponte foi o principal fator de seu desenvolvimento. E' bairro comercial de grande futuro. O gráfico demonstra como tudo converge para êste bairro, que é a entrada de Vitória. Vindo de Itabira pela atual estrada de ferro da Companhia Vale do Rio Doce, na direção SW - NE, o primeiro contacto com Vitória foi através dêste bairro.

Da visita ao pôrto no dia 28 de agosto de 1943, chegou, o tertuliano às seguintes conclusões:

1.º — a importante função da cabotagem por pequenos navios que vão ao norte e sul do Estado, trazendo gêneros alimentícios para o abastecimento da cidade;

2.º — a função regional favorecendo as rodovias; estas contam mais de cinco mil quilômetros e as ferrovias, 700 quilômetros (1941). Apesar de ser a maioria das estradas de rodagem, de terra não melhorada, e não haver nenhuma de asfalto, o Espírito Santo ocupa o 3.º lugar no país. As estradas de ferro permitem função regional, que consiste em drenar os produtos agrícolas, florestais e principalmente o café.

De acôrdo com a situação agrícola segundo o inquérito oficial de 1939, construiu um gráfico em que o Espírito Santo ocupa o 9.º lugar no Brasil, quanto ao desenvolvimento agrícola e pastoril.

As queixas dos produtores eram referentes à falta de transporte, de mercadoria, de crédito, de assistência técnica e de capitais.

O regime do trabalho rural, agrícola e pastoril é diferente de outros Estados; mas não há contrôle do custo e eficiência da produção. A organização bancária prende-se a seis estabelecimentos em Vitória.

Para exportação das madeiras a capacidade atual dos armazéns é de 10 a 12 mil metros cúbicos, para não haver entulhamento, cada exportador apenas deposita uma quantidade.

Além disso, há produções agrícolas e pecuárias.

A função regional do pôrto liga-se o minério de Itabira para o que é dotado de aparelhamento especial, o silo tem 100 metros de comprimento e capacidade para 47 mil toneladas, com três transportadoras mecânicas aptas a carregar 600 toneladas por hora, cada qual, e viadutos de acesso e regresso no silo. Situa-se o cais de minério no morro Péla-Macaco, na zona do Paúl, onde outrora a Cia. Torrens quis estabelecer o pôrto; um ramal da Vitória-Minas chega até o silo. Do lado da ilha estão os cais de embarque e desembarque, enquanto no continente fica o cais do minério. Para o rápido e eficiente transporte do minério de Itabira ao pôrto, fazem-se melhoramentos, de maneira que só agora se beneficia.

De acôrdo com o perfil da atual estrada de ferro da Cia. Vale do Rio Doce, vê-se que a distância para Vitória é menor e menos acidentada que para o Rio ou Angra dos Reis, conforme o desenho feito pela Srta. Iolanda Lins e o Sr. Miguel Alves de Lima; além disso, Vitória está também mais próxima da Europa.

O material rodante da Cia. Vale do Rio Doce é velho e escasso para o transporte de 1 milhão e 500 mil toneladas de minério; o empréstimo da Leopoldina — 3 locomotivas e 15 vagões — não resolveu o problema e prejudicou o sul do Estado.

Para dar vazão a uma quantidade de minério de ferro, pensa-se em nova ligação ferroviária só para o seu transporte e assim a zona será beneficiada por um surto industrial, enquanto que o sul continuará agrícola e a zona intermediária de Vitória vai arrebanhando de uma e outra.

A exportação do minério nas condições apontadas exigirá dragagens do pôrto, calculadas em 1 milhão e 500 mil metros cúbicos, pois há lodo no fundo do canal, que deverá passar para os lados.

A expedição pelo pôrto de Vitória estende seu limite até Itabira, Monlevade, Sabará e Belo Horizonte e para o sul até Cachoeiro do Itapemirim. O enorme tráfico do pôrto assegurará o bom aparelhamento, movido sobretudo a eletricidade produzida pelo rio Jucu, com uma tensão de 2 000 volts; na entrada do pôrto situa-se a estação convertidora e distribuidora que movimentará seis guindastes de várias toneladas; dois outros são movidos a vapor.

Existe uma via férrea em atividade entre os armazéns e a borda dos cais; há 700 trabalhadores no pôrto e 400 de estiva.

Vitória será um grande pôrto quando a função industrial, ainda incipiente, se desenvolver plenamente; é o que o govêrno estadual procura incentivar, principalmente a metalurgia, o que completará seu progresso.

Abertos os debates, falou o Prof. Ruellan, que declarou ter a tertúlia completado admiravelmente as anteriores e o Prof. Veríssimo tratara-a como geógrafo moderno, frisando não só as causas geográficas, como as que partiram da vontade humana, afastando, assim, a idéia do determinismo. Por isso, o histórico do pôrto era tão importante quanto suas qualidades náuticas, pois, na verdade, o pôrto de Vitória dependeu da vontade do homem, mais do que de sua situação, foram as iniciativas do govêrno e dos homens interessados que causaram sua projeção atual.

Entretanto, há vários problemas ainda não resolvidos, como as comunicações com o interior de Minas, malgrado os esforços para melhorar a via férrea com um fim determinado: a condução direta do minério de Itabira ao pôrto de Vitória. O tráfico ainda não é considerável para o pôrto e a cidade. A questão crucial é que os vagões trazem o minério e os navios que o levam, respectivamente voltam e chegam sem carregamento.

Como se trata de grandes toneladas a serem transportadas pelos vagões, surge o problema do frete que poderá ser reduzido, através do aproveitamento do tráfico, de que também se beneficiará o pôrto. Assim os navios poderão trazer mercadorias, particularmente o carvão, e voltar com o minério, enquanto Vitória aproveitará o carvão para desenvolver sua vida industrial; o frete do carvão também diminuirá. Os vagões, então, trarão produtos manufaturados para o interior rural de Minas e outras mercadorias, como o sal e o cimento.

Portanto, a organização baseada na industrialização de Vitória e expedição de seus produtos para o interior, teria na verdade como causa o minério; mas este por si só não é suficiente para determinar tôda esta evolução, sem novas iniciativas.

Em seguida, tratou da questão da captura do tráfico, cuja história é realmente romântica; são as circunstâncias principalmente políticas das companhias de estradas de ferro que influem. Frequentemente não se tratam de fatores geográficos, tais como a distância, mas da questão de fretes em concorrência e do melhor equipamento das companhias, isto é, puramente os interesses do homem.

Quanto à questão dos mercados, é evidente que há influência das facilidades do pôrto em relação ao embarque e desembarque dos navios; mas para muitos produtos o principal fator é a organização comercial local da Bôlsa. O café espiritossantense ia para o Rio, porque o mercado era melhor organizado; isto é, de capital importância, pois o movimento do pôrto vai depender de gente especializada na venda e compra organizada em escrituras, que vende à Bôlsa de todos os portos do mundo pelo telégrafo, talvez sem nunca ter visto um saco de café. Sem esta organização o pôrto não terá atividade; é, pois, um fator humano essencial, embora não se deva ir ao absurdo, porque os administradores devem aproveitar condições náuticas favoráveis. Santa Cruz as tem, mas nada lá existe, porque aí não se aplicou a vontade humana.

Felicitou o Prof. Veríssimo pelas pesquisas e pela tertúlia.

# Noticiário

## Capital Federal

### PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

#### Comissão de Planejamento Econômico

**INSTALAÇÃO DE NOVO ÓRGÃO** — Em sessão solene presidida pelo presidente da República instalou-se no dia 3 de outubro último, no Palácio do Catete, a Comissão de Planejamento Econômico.

Esse novo órgão da administração tem como objetivo principal conjugar os esforços entre o Estado e os particulares, no sentido de dar expansão à iniciativa pública.

Dêsse modo, orientará o aproveitamento dos fatores da produção nacional — recursos naturais, mão de obra, capital e capacidade técnica — visando a dar-lhe maior eficiência e melhorar o padrão de vida do povo brasileiro.

Entre as atribuições específicas da Comissão de Planejamento Econômico, encontram-se os problemas referentes à agricultura, indústria, comércio interior e exterior, transportes, moeda, crédito e tributação, procurando estimular e amparar a iniciativa e o esforço da economia particular.

De acordo com o regimento que o Presidente Getúlio Vargas aprovou, são as seguintes as atribuições da Comissão: 1.º, proceder a inquéritos sobre as condições das principais atividades econômicas do país, afim de coligir os elementos necessários à orientação de seu progresso e desenvolvimento; 2.º elaborar planos gerais ou especiais sobre a utilização e desenvolvimento progressivo dos recursos econômicos do país; 3.º centralizar e coordenar os planos e projetos referentes à economia nacional, elaborados por quaisquer órgãos, comissões e conselhos públicos, federais, estaduais e municipais; 4.º estudar as sugestões e projetos enviados por quaisquer entidades particulares ou pessoas idôneas; 5.º opinar sobre todos os projetos de lei relacionados com a matéria econômica, de sorte a estabelecer a necessária harmonia e coerência com os planos aprovados; 6.º promover a revisão da legislação referente à economia nacional, propondo as alterações julgadas necessárias à execução dos planos gerais ou especiais aprovados; 7.º acompanhar a execução dos planos aprovados, propondo as medidas que se fizerem precisas; 8.º examinar e emitir parecer a respeito das questões, assuntos e projetos que lhe forem encaminhados pelo Presidente da República; 9.º convidar, quando necessário, representantes dos Estados ou Territórios Federais, bem como órgãos públicos ou de classe e entidades particulares e outros interessados no assunto em curso, para participarem dos trabalhos da Comissão; e 10.º, publicar e permitir amplo exame das questões ante-projetos de interesse nacional, excetuados os que possam interessar à segurança e à defesa nacional.

#### A cerimônia da instalação

A instalação dêsse importante órgão realizou-se no gabinete de despachos do chefe do Governo.

O Sr. Presidente da República, rodeado pelos membros de seus Gabinetes Civil e Militar, tomou lugar à cabeceira da mesa em que já se achavam colocados os 23 membros da Comissão. Tinha S. Excia. a seu lado o Sr. general Firmo Freire, que, na qualidade de secretário geral do Conselho de Segurança Nacional, é o presidente nato da Comissão integrada pelos Srs. ministro Apolônio Sales, general Canrobert da Costa, Valentim Bouças, coronel Anápio Gomes, coronel Leoni de Oliveira Machado, capitão de fragata Américo Jaques Mascarenhas da Silva, tenente-coronel Edmundo Macedo Soares e Silva, tenente-coronel Armando Perdigão, tenente-coronel Hélio Macedo Soares e Silva, capitão de corveta Fernando Muniz Freire Júnior, professor Jorge Kafuri, Américo Gianeti, Artur Castilho, César Grilo, Eugênio Gudin, Guilherme da Silveira, Henrique Dória de Vasconcelos João Daudt de Oliveira, Jorge Latour, José Garibaldi Dantas, J. S. Maciel Filho, Luís Augusto do Régo Monteiro e Mário de Almeida.

O Sr. Presidente da República declarando instalados os trabalhos da Comissão de Planejamento, proferiu um discurso. A seguir o general Firmo Freire do Nascimento pronunciou uma oração na qualidade de presidente do novo órgão de administração.

**ENTREVISTA DO SECRETÁRIO DO CONSELHO TÉCNICO DA COMISSÃO SOBRE OS OBJETIVOS DESTA** — De passagem pela capital bandeirante em viagem de avião, o Sr. Valentim Bouças, secretário técnico da Comissão de Planejamento Econômico e presidente da Comissão de Controle dos Acordos de Washington, concedeu uma entrevista à imprensa sobre a oportunidade do planejamento econômico, principiando por dizer:

Cada país, depois da guerra, precisa de ter traçadas suas diretrizes econômicas. O Brasil necessita estar aparelhado no que se refere à sua política econômica, tanto interna como externa. Disso, resultou a criação da Comissão de Planejamento Econômico, órgão em colaboração dos departamentos executivos e ministérios. Ela imprimirá uma orientação uniforme a todos os setores das atividades nacionais.

Para melhor exemplificar, citemos o presente problema dos transportes, sobre o qual se convergem todas as atenções e esforços, procurando uma solução satisfatória.

Assim como o corpo humano precisa de artérias para viver, pelas quais circula o sangue, nenhuma nação poderá expandir-se, prosperar, progredir, sem dispor de um grande e completo sistema de transportes. Sabemos que, presentemente, não só o Ministério da Viação, mas também as Secretarias de Viação nos Estados estudam o magno problema, com o objetivo de solucioná-lo, beneficiando a economia pública e particular. O que a Comissão de Planejamento pretende fazer é dar vida a esses trabalhos técnicos de valor.

Ninguém desconhece que, após longos anos, o Brasil conseguiu consolidar o seu crédito ex-

terno, através entendimentos levados a bom termo pelo nosso governo, tanto com a Inglaterra como com os Estados Unidos.

Tem o Brasil, portanto, no momento, possibilidades como jamais teve para obter recursos necessários para poder dar a queles órgãos executivos da União ou dos Estados, os elementos que os habilitem a solucionar no mais curto prazo de tempo, esse inadiável problema dos transportes — ferroviário; rodoviário, marítimo e lacustre.

A agricultura nacional precisa ser amparada de uma maneira mais rápida e eficiente, tendo à frente, como comandante, o general Café que foi, e será ainda a fonte principal da nossa riqueza, o fulcro da economia do Brasil.

Devemos proteger a rubiácea com empenho, a fim de que o nosso país não venha, a perder a supremacia do produto nos mercados estrangeiros.

Foi com prazer que li, há dias, nos jornais, a notícia sobre as providências que o governo de São Paulo havia tomado para a adubação intensiva das terras e restauração dos cafezais paulistas. Outra medida elogiável é a referente ao reflorestamento. O Brasil teve de sustentar a batalha do combustível. Houve abuso na devastação das matas. Devemos pensar no futuro, não legando às gerações por vir a erosão do solo e as tempestades de poeira das terras devastadas. O exemplo da América do Norte é edificante. No que se refere a São Paulo, o problema do reflorestamento já tem merecido a atenção da nossa gente, haja em vista a plantação de eucaliptos da Cia. Paulista, o que deveria ser imitado por todos.

A agricultura é a fonte inesgotável da riqueza de qualquer nação. A terra trabalhada é que faz os povos felizes e robustece as suas indústrias.

Posso afirmar que foi esse o desejo do Presidente da República ao criar a Comissão de Planejamento Econômico, do qual constam esses pontos precípuos.

E se alguém me perguntar por que não foi feito antes, eu respondo que não é possível executar uma construção de edifício num estado caótico em que estavam as nossas responsabilidades externas. A União, os Estados e os Municípios formavam verdadeiros penhascos. As nossas responsabilidades financeiras, num período de 120 anos subiam a 267 milhões de libras esterlinas. Só na amortização e juros, o pagamento do serviço anual subiu a 23 milhões de libras e 100 milhões de dólares, ou sejam dois bilhões de cruzetlos.

Após 13 anos de trabalhos contínuos e investigações, o Brasil conseguiu entendimentos com nossos credores, que em nada afetam a dignidade nacional.

O programa definitivo de nossas dívidas ficou assentado no Decreto n.º 6 010, de 23 de novembro do ano passado.

Como o público não deve ignorar, há dois planos apresentados para consolidação da nossa dívida externa: o Plano A e o Plano B. Pelo Plano A, foram mantidos os títulos antigos, isto é o mesmo capital e os juros diminuídos na proporção de 2/3 em relação aos juros contratuais. No Plano B, os títulos sob substituídos por outros emitidos pelo governo, com redução do capital inicial e juros uniformizados à taxa de 3¼ por cento.

É interessante entretanto, que o povo preste atenção neste pormenor: a maioria de portadores de títulos do Brasil nos Estados Unidos e na Inglaterra prefere os novos títulos emitidos pelo nosso governo, embora tenham, nos Estados Unidos uma redução de 50 por cento".

A propósito do encarecimento da vida, disse o Sr. Valentim Bouças:

— "Finda a guerra, é preciso darmos a todos os que subiram demasiadamente pelo elevador, a oportunidade de descerem pela escada. Oxalá a vertigem das alturas não os faça esquecer perdendo de vista, a grande massa popular, cá em baixo. Naturalmente, a Comissão de Planejamento não desprezará este fator: o fortalecimento do poder aquisitivo do nosso povo.

A Comissão de Planejamento estudará os problemas econômicos sem "parti-pris" não sendo contra o produtor, nem contra o intermediário, procurando, contudo, equilibrar interesses em jogo, do que se beneficiará o consumidor.

O Brasil, que mandou os seus filhos para os campos de batalha afim de ajudar a dar liberdade a outros povos, não pode acorrenar os próprios filhos dentro do país a um regime econômico sem liberdade".

★

### Conselho de Imigração e Colonização

**EMPOSSADO O NOVO PRESIDENTE** — Realizou-se no dia 9 de outubro a 456.ª sessão do Conselho de Imigração e Colonização sob a presidência do capitão de mar e guerra Atíla Monteiro Aché, presidente em exercício.

Dando início aos trabalhos da sessão, o presidente interino declarou empossado dos cargos de membro e presidente do Conselho o Sr. Joaquim Pinto Dias, e usando da palavra proferiu um discurso congratulatório, tendo o Sr. Pinto Dias, pronunciado um discurso de agradecimento. A seguir foi aprovada a ata anterior passando-se, depois, ao exame do expediente do qual constou um ofício do Ministério das Relações Exteriores encaminhando ao Conselho, cópia da quarta sessão plenária do "Comité Inter-governamental para os Refugiados" e informando-o do convite feito pelo mesmo a vários governos — inclusive o do Brasil — a participarem da comissão técnica que estudará a adoção de documentos de viagem dos refugiados apátridas.

★

### Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica

**A FUNDAÇÃO DA COMPANHIA HIDRO-ELÉTRICA NACIONAL DO SÃO FRANCISCO** — O Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica acaba de aprovar o projeto apresentado ao Presidente da República pelo ministro da Agricultura, para a constituição de uma companhia para-estatal, ou melhor, uma sociedade de economia mista, com a finalidade de promover a eletrificação do Nordeste aproveitando o potencial hidro-elétrico oferecido pela cachoeira de Paulo Afonso.

O projeto de fundação da Companhia Hidro-Elétrica Nacional do São Francisco foi enviado, acompanhado de uma recomendação especial do presidente da República, ao Ministério da Fazenda, afim de que os técnicos desta Secretaria de Estado, façam os necessários estudos sobre a oportunidade da inversão, pelo governo, de 200 milhões de cruzetlos, que representarão a contribuição da União para a formação do capital da poderosa organização.

De acórd com o estabelecido no projeto aprovado pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, o Ministério da Fazenda terá o prazo de cinco anos para entregar os 200 milhões de cruzetlos, devendo anualmente, pôr à disposição da Companhia Hidro-Elétrica Nacional do São Francisco a quota de 40 milhões de cruzetlos.

As primeiras turbinas da empresa começaram a funcionar cinco anos depois do início de sua montagem. As mesmas captarão 110 mil kw. O projeto, porém, prevê o aproveitamento de 400 mil kw. Uma vez instaladas todas as turbinas da importante empresa.

A principal linha de transmissão de energia, 220 kw, partirá da cachoeira de Paulo Afonso para Caruaru. Desta cidade de Pernambuco, se estenderão os cabos de 132 kw, que conduzirão energia para Recife, Maceió e João Pessoa. As linhas secundárias de 66, 44, 33 e 22 kw serão instaladas para realizar a distribuição de energia em grosso às empresas particulares ou às cooperativas de energia que se fundarem nos moldes das existentes no vale do Tennessee, nos Estados Unidos.

As despesas de instalação da adutora principal de energia ficará a cargo dos Estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba, cujos governos já se comprometeram a custear essa obra.

Os organizadores do projeto da Companhia Hidro-Elétrica Nacional do São Francisco previram o preço de 10 centavos para o kw a ser distribuído em grosso.

O sucesso financeiro inicial da empresa é indiscutível, uma vez que a capacidade de consumo de energia da zona que será servida pela Companhia corresponde, exatamente, à sua produção dos primeiros anos.

Pelo recenseamento feito na Divisão de Águas, ao longo da linha projetada, consome-se, atualmente, a preços médios de um cruzeiro o kw nada menos de 90 milhões de kw hora de instalações, com mais de 60 kw de potência.

Dêsse modo, está garantido o aproveitamento de toda a energia que será captada pelas turbinas da Companhia Hidro-Elétrica Nacional do São Francisco, que distribuirá força aos Estados da Bahia, Sergipe Alagoas, Pernambuco e Paraíba.

★

#### Conselho Nacional do Petróleo

**DESIGNAÇÃO DE NOVOS MEMBROS** — O Presidente da República designou os Engs. Antenor da Fonseca Rangel e Mário Leão Ludolf, para exercerem as funções de membros do Conselho Nacional do Petróleo como representantes das organizações de classe do comércio e da indústria respectivamente.

★

#### Departamento Administrativo do Serviço Público

**PADRONIZAÇÃO DOS REGIMENTOS DOS SERVIÇOS CENTRAIS DE ESTATÍSTICA** — O Sr. Teixeira de Freitas, secretário geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e diretor do Serviço de Estatística do Ministério de Educação e Saúde, enviou ao Sr. Luís Simões Lopes, presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público um telegrama de agradecimento pela atuação desse departamento a respeito da padronização dos regimentos dos serviços centrais de estatística.

É o seguinte o telegrama:

"Queira V. Excia. aceitar os meus cordiais agradecimentos pela esclarecida e compreensiva atuação do Departamento Administrativo do Serviço Público, ao levar a efeito a padronização dos regimentos dos serviços centrais de estatística da qual resultou para esta repartição não só uma excelente organização, mais ainda uma situação adequada nos dois sistemas de que faz parte o Ministério da Educação e o

I.B.G.E. Permita V. Excia. que torne extensivo esse agradecimento ao ilustre diretor e servidores da Divisão de Organização e Coordenação, a cuja perfeita compreensão dos nossos problemas ficamos devendo o afastamento de todas as dificuldades que se nos ofereciam. Atenciosas saudações. — *Teixeira de Freitas*".

★

#### Departamento de Imprensa e Propaganda

**DESENVOLVIMENTO DA RADIOFONIA BRASILEIRA — CÓDIGO DO RÁDIO** — O capitão Amílcar Dutra de Meneses, diretor geral do Departamento de Imprensa e Propaganda, enviou ao Sr. Presidente da República uma exposição de motivos arrazoando as principais questões relativas ao desenvolvimento do rádio brasileiro e sugerindo seja designada uma comissão com a finalidade de apresentar um projeto de Código do Rádio no qual se atendam os aspectos técnicos, administrativos e políticos da radiofonia brasileira.

O Presidente da República aprovou a sugestão do capitão Dutra de Meneses, sendo designada a Comissão, encarregada de elaborar o aludido projeto, composta dos Srs. tenente coronel Lauro Augusto de Medeiros, Enéias Machado de Assis, Gilberto de Andrade, Néelson Augusto Faria Batista, Gilson Amado, Luís Lira, Edmar Machado e Paulo de Carvalho.

★

#### INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

**SINOPSES ESTATÍSTICAS REGIONAIS** — O embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, enviou às autoridades federais e à imprensa desta capital uma coleção de 21 *Sinopses Estatísticas Regionais*, separatas, com acréscimos e desdobramentos do *Anuário Estatístico do Brasil — Ano V — 1939-1940*, editado pelo Instituto em princípios de 1941.

Essas publicações, que integram o plano de divulgação sistemática dos resultados da estatística geral brasileira são organizadas no regime de estreita colaboração estabelecido entre a Secretaria Geral do Instituto e os órgãos estatísticos centrais — federais e regionais —, testemunhando, por essa forma a fecundidade do regime de cooperação inter-administrativa em que se desenvolvem os trabalhos estatísticos no país, sob a centralização técnica do I. B. G. E.

Embora haja sido retardada de alguma sorte a conclusão de algumas das *Sinopses*, motivo pelo qual só agora é feita essa remessa — o material recolhido nos vinte e um volumes reveste-se ainda de evidente interesse, por isso que oferece, com a necessária amplitude, uma visão conjunta dos vários aspectos físico-demográficos e sociográficos das Unidades Políticas a que se referem: É oportuno ressaltar, por outro lado, que a *Sinopse* relativa ao Distrito Federal deixa de fazer parte da coleção pela circunstância de, na capital do país, o respectivo Departamento de Geografia e Estatística vir organizando e editando um bem cuidado *Anuário Estatístico* sob sua responsabilidade direta.

**VISITA DAS ALUNAS DA FACULDADE DE FILOSOFIA** — A turma de alunas do 2.º ano do Curso de Pedagogia da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, visitou no dia 12 de outubro último, a Secretaria Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Serviço de Estatística da Educação e Saúde.

Acompanhadas do professor Faria Góis, as visitantes foram recebidas pelo Sr. M. A. Teixeira de Freitas, secretario geral do I.B.G.E., e diretor do S.E.E.S. e por altos funcionários das duas repartições, percorrendo as salas destas e informando-se dos processos das operações estatísticas, especialmente dos inquéritos relativos aos diversos ramos de ensino.

O Sr. M. A. Teixeira de Freitas fez às alunas uma exposição detalhada sobre a organização dos serviços e a estrutura do sistema estatístico-geográfico brasileiro, apreciando, a seguir, os problemas educacionais do país à luz das indagações estatísticas.

Em agradecimento, falou o professor Faria Góis, manifestando a excelente impressão causada pela visita e o acolhimento dispensado.

**REGULADO O PAGAMENTO DO PESSOAL ADMITIDO PELA VERBA SERVIÇOS E ENCARGOS** — O Sr. Presidente da República baixou recentemente um decreto-lei determinando que o pessoal admitido para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pago pela verba Serviços e Encargos, não poderá, sem prejuízo dessa situação, servir nas repartições centrais do sistema estatístico nacional.

#### Conselho Nacional de Estatística

**APROVADO O REGULAMENTO DA ARRECADADAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A CAIXA NACIONAL DE ESTATÍSTICA MUNICIPAL** — O *Diário Oficial*, de 31 de outubro último publicou a Resolução n.º 186, de 3 de agosto deste ano, da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, que aprova o regulamento de arrecadação das contribuições para a Caixa Nacional de Estatística Municipal.

**REGULADA A EXECUÇÃO DOS CONVÊNIOS NACIONAIS DE ESTATÍSTICA MUNICIPAL** — O *Diário Oficial* de 25 de outubro último publicou na íntegra a Resolução n.º 190, de 13 de agosto deste ano, do Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística que dispõe sobre a execução dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, e as disposições orgânicas em anexo àquela Resolução, referentes à execução daqueles convênios.

#### Conselho Nacional de Geografia

**HOMENAGEM DO INSTITUTO GEOGRÁFICO MILITAR DA ARGENTINA AO I.B.G.E.** — Realizou-se no dia 13 de outubro último, na sede do Conselho Nacional de Geografia, a entrega de uma oferta ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por parte do Instituto Militar da Argentina, de um bronze equestre do general San Martín. A solenidade foi presidida pelo embaixador Macedo Soares, tendo a ela comparecido todos os membros da Comissão Consistória Nacional e diretores dos Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística. Foi lida, nessa ocasião, uma mensagem dirigida ao embaixador Macedo Soares, firmada pelo general Baldomero Bledma, diretor geral do Instituto Geográfico Militar da Argentina.

**CURSO DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA PARA PROFESSORES ESTADUAIS** — Reuniu-se no dia 20 de outubro último o Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, sob a presidência do embaixador José Carlos de Macedo Soares.

Nessa ocasião foi empossado o engenheiro Flavio Vieira nas funções de novo representante do Ministério da Viação junto ao Diretório.

Em seguida o professor Delgado de Carvalho, acentuando o valioso acervo cultural do Conselho Nacional de Geografia, sugeriu que pela Secretaria Geral do mesmo fosse organizado um projeto relativo a um curso de Geografia e Cartografia, a realizar-se nesta capital sob os auspícios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística destinado a professores de geografia das unidades federadas, que frequentariam o referido curso mediante concessão de bolsas de estudos. A proposta foi aprovada no sentido de que se elabore o projeto para posterior deliberação.

#### MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

**RELATÓRIO DO CORONEL AVIADOR LÍSIAS RODRIGUES SOBRE A II REUNIÃO PAN-AMERICANA DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA — DESPACHO DO SR. MINISTRO** — No relatório elaborado pelo coronel aviador Lísias Rodrigues sobre os trabalhos da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, onde representou o Ministério da Aeronáutica, o ministro Salgado Filho, a quem foi o mesmo entregue, exarou o seguinte despacho — “Ao Estado Maior da Aeronáutica, o trabalho apresentado revela dedicação e cultura de quem o elaborou”.

#### MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

##### Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil

**“RESENHA INFORMATIVA”** — Realizou-se no dia 26 de outubro mais uma sessão do Conselho Nacional de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil, sob a presidência do Sr. Renato Almeida.

Iniciados os trabalhos o Sr. Flexa Ribeiro comunica ao plenário que deveria apresentar nesta reunião trabalhos de duas naturezas. Sobre a alteração do Regulamento e sobre a organização da publicação do Conselho, que se denominará *Resenha Informativa*. Começa com o 2.º trabalho e apresenta ao plenário o plano a ser adotado para essa publicação e bem assim o modelo para a capa da mesma.

O Sr. presidente põe em discussão a organização da *Resenha* e lembra que deveria ser indicado um conselheiro para se incumbir do 1.º número, e, assim nos demais números, com a colaboração intelectual dos demais colegas, ficando a parte de revisão com a secretaria. Com a palavra a conselheira Berta Lutz pergunta se a *Resenha* encerrará resumos em língua estrangeira.

O Sr. presidente diz achar indispensável resumo em inglês. A conselheira Berta Lutz volta a falar, sugerindo a cada conselheiro a redação de pequeno sumário dos trabalhos lidos em sessão. Com a palavra novamente, o conselheiro Flexa Ribeiro delinea a organização da *Resenha Informativa*, que, a seu ver poderá ficar assim: 1.º Constará de duas secções, uma destinada a publicar os pareceres dos senhores conselheiros, relatórios, pesquisas e trabalhos de caráter técnico atinentes às atividades do Conselho, a outra secção seria sobre matéria de expediente e fatos ocorridos nas sessões, 2.º A *Resenha* aparecerá quando for necessário, devendo, no mínimo, ser publicada duas vezes ao ano. 3.º A *Resenha* terá caráter misto, entre “memória” e “revista”.

O conselheiro Renato Almeida propõe que o 1.º número da *Resenha* ficasse assim disposto: um histórico do Conselho, a legislação do Conselho, com comentários, em seguida um estudo sobre as expedições realizadas, membros do Conselho desde sua fundação e delegados estaduais.

No fim viria então a bibliografia sobre as expedições científicas no Brasil. O conselheiro Flexa Ribeiro lembra a elaboração de um gráfico das principais expedições realizadas no século atual.

O Sr. presidente sugere que para o 1.º número deva ser escolhido o conselheiro Flexa Ribeiro como redator devido a ter sido ele quem estudou a orientação que se deveria dar à revista. A proposta do Sr. presidente é aprovada por aclamação.

E em seguida o Sr. presidente declara encerrada a sessão.

★

## Departamento Nacional da Produção Mineral

### Divisão de Águas

**UTILIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL** — Segundo trabalho organizado pela Divisão de Águas do Ministério da Agricultura, relativo ao ano de 1941, o Brasil possui 1 598 usinas geradoras, sendo 373 termo-elétricas, 906 hidro-elétricas, 28 mistas e 68 hidro-elétricas (privativas). A potência em kw das térmicas é de 214 727; a das hidráulicas, de 987 709, e a das hidráulicas (privativas) de 30 250, num total de 1 232 686 kw. Sob a 2 848 o número de localidades abastecidas no país.

O consumo de energia elétrica em todo o Brasil, em 1941, foi de 967 442 319 kwh, para luz, e de 1 653 328 673 kwh, para força motriz. Considerando uma população de 40 milhões de habitantes, o consumo *per capita* anual é de 65,5 kwh, índice muito baixo e que coloca o Brasil em vigésimo lugar no mundo. Entretanto o nosso potencial hidráulico é o quarto do mundo, no total de 14 366 000 kw. Como ficou dito, é de 1 232 686 kw a potência das usinas em funcionamento no território nacional, o que equivale ao aproveitamento de pouco mais de 9 % de nossas reservas de hulha branca.

O Ministério da Agricultura através da Divisão de Águas, tem desenvolvido, tanto quanto lhe é possível, estudos minuciosos sobre os nossos cursos d'água e os problemas do suprimento de energia elétrica no Brasil.

Por determinação do ministro Apolônio Sales, já se acham bastante adiantados, na Divisão de Águas, os projetos de utilização da cachoeira de Paulo Afonso. Esse aproveitamento é da máxima significação econômico-social para o nordeste brasileiro, onde escasseia, de modo impressionante, a míngua reserva florestal que fornece o combustível para as usinas termo-elétricas. A utilização de Paulo Afonso permitirá a criação da indústria da fixação do azoto do ar e de adubos, além de pequenas indústrias de mineração e metalurgia, bem assim a realização de grandes trabalhos de irrigação e colonização do vale do São Francisco, que transformará, o deserto semi-árido, em uma nova Canaã.

★

## ORIENTAÇÃO DOS TRABALHOS DE EXPLORAÇÃO DE CARVÃO EM SANTA CATARINA

— O ministro da Agricultura, Sr. Apolônio Sales, designou o Sr. Anibal Alves Bastos, engenheiro de minas do Quadro Permanente daquele Ministério, para, na qualidade de representante do diretor geral do Departamento

Nacional de Produção Mineral, orientar os trabalhos de exploração de carvão mineral em Santa Catarina, com o objetivo de aumentar ao máximo possível a produção desse combustível na região em apreço, ficando o mesmo engenheiro autorizado a pôr, em execução todas as medidas de ordem técnica — inclusive as referentes à organização dos trabalhos nas minas e as tendentes a facilitar o armazenamento e o embarque da substância mineral em causa — que considerar conveniente a atingir o objetivo visado e a propor as providências de ordem legal que se tornarem necessárias ao mesmo objetivo.

★

## Serviço de economia rural

**INQUÉRITO ECONÔMICO SOBRE O VALE DO SÃO FRANCISCO** — O Serviço de Economia Rural realizou um inquérito a respeito das condições econômico-financeiras e sociais do vale do São Francisco compreendendo informações relacionadas com a produção agrícola e animal e rendas municipais. Foram organizados 17 mapas como resumo desse inquérito que dá uma perfeita visão do desenvolvimento daquela região, no momento. O trabalho levado a bom êxito pela Secção de Pesquisas Econômicas e Sociais poderá servir de ponto de referência para que amanhã se façam verificações precisas sobre o resultado das iniciativas projetadas pelo governo federal visando o soerguimento do vale do São Francisco.

Ao ministro Apolônio Sales foi entregue uma coleção daqueles mapas devidamente encadernada, tendo o titular da Agricultura apreciado o trabalho e apresentado cumprimentos aos técnicos que o elaboraram.

★

**SERVIÇO FLORESTAL: A REFORMA DO SEU REGIMENTO** — O Sr. Apolônio Sales, ministro da Agricultura, apresentou ao Sr. Presidente da República, o projeto de reforma do Regimento do Serviço Florestal, modificando-o, afim de aparelhar êsse Departamento de seu Ministério.

A êsse propósito o Sr. Apolônio Sales concedeu à imprensa desta capital uma entrevista, na qual abordou as questões referentes àquela reforma.

Disse o Sr. Apolônio Sales:

“A reforma do Regimento do Serviço Florestal, a meu ver, tem grande significação, dentro do programa do Ministério.

Em 1942, no mês de março, saíra o 1.º Regimento de Serviço Florestal, aprovado pelo Decreto n.º 9 015, dentro da reforma do Ministério iniciada pelo ministro Fernando Costa.

Êsse curto período, porém, já foi suficiente para mostrar a imperiosa necessidade de se introduzirem modificações, em alguns sentidos radicais, nesse Departamento do Ministério da Agricultura.

O Regimento agora aprovado pelo Presidente da República não é, portanto, uma simples idealização de normas administrativas, mas o resultado de uma experiência de dois anos, devidamente apreciada pelo Departamento Administrativo do Serviço Público e chegada a bom termo.

Nessa reforma, uma das modificações principais introduzidas foi a autonomia técnico-administrativa do Jardim Botânico. Talvez não conheçam bem os cariocas que o Jardim Botânico do Rio de Janeiro não tinha diretor desde a reforma de que decorreu o 1.º Regimento.

Essé grande parque da ciência botânica, á que não falta também uma função de recreio, era apenas uma dependência da Secção de Botânica do Serviço Florestal.

O resultado disso era que faltava um homem á frente do Jardim Botânico para atender, não somente ao seu programa científico, mas também ás necessidades puramente administrativas — de fiscalização, da limpeza, replante das árvores, substituição de tabuletas e não sei quanto outros misteres.

Hoje, o Jardim Botânico é, na verdade, uma dependência do Serviço Florestal, mas é a sede de centros científicos e não uma parte de uma secção científica.

Terá, para isso, um diretor, que orientará a investigação científica nas três secções que lhe são afetas (Secções de Botânica Sistemática, Aplicada e Geral, e terá um superintendente, a cujo cargo ficarão os cuidados administrativos dêsse orgulho da capital da Republica.

Ainda foram melhor sistematizadas as outras Secções do Serviço Florestal que, na sua totalidade, ficou assim organizado: Jardim Botânico, com as Secções supra-mencionadas; Secção de Silvicultura, com os Hortos Florestais; Secção de Parques Nacionais; Secção de Protecção das Florestas; e Secção de Tecnologia da Madeira. No regime anterior, estas eram as Secções: Secção de Botânica; Secção de Tecnologia, Secção de Silvicultura; Secção de Protecção das Florestas; Secção de Parques Nacionais e Secção de Biologia.

Da leitura do novo Regimento, verifica-se que o Jardim Botânico, os Hortos Florestais e os Parques são centros de onde se irradiam as pesquisas e as demonstrações de ordem prática. Dá-se, assim, mais aprêço ao que deye ser o resultado da pesquisa e da investigação.

Uma outra inovação profunda do Regimento foi a introduzida na Secção de Protecção das Florestas, que passa a ter, agora também, a função um pouco mais concreta de Polícia Florestal.

Para se efetivar êste programa, posso informar que já se acha na proposta orçamentária, do ano vindouro, a constituição da 1.ª Polícia Florestal, que terá a cargo a protecção das florestas do Distrito Federal, e para isso será provida de meios efficientes de locomoção.

Pretendemos, de início, ter 100 guardas devidamente identificáveis pelo fardamento, já aprovado pelo Exmo. Sr. Presidente da República.

Posso também anunciar que a reforma do Serviço Florestal será em seguida, em tempo oportuno, de sugestões para algumas modificações no Código Florestal, que, introduzam, na prática, aquilo que, teóricamente, já se acha contido nos inúmeros artigos do referido Código.

A propósito, poderia citar uma modificação que pretendemos fazer, e que está em estudo, a receber sugestão, para que se não faça uma obra de afogadilho. É a que se refere ao plantio obrigatório das mudas florestais por aquêles que consomem os produtos florestais.

Até agora, existe realmente no Código obrigação para se replantar, até um certo limite, a árvore que se corta. A prática está indicando ser impossível controlar-se o cumprimento dessa obrigação, pelo menos na maioria dos casos, porque se exige o plantio dos lenhadores quando; ao meu ver, deve-se exigir o plantio dos que consomem lenha.

Explico-me.

Quando se chega numa usina de açúcar, por exemplo, e se observa um estoque de 10 000 toneladas de lenha ou mesmo 20 000, para o consumo de uma safra; chega-se numa

cerâmica e se verifica o consumo anual de 5 000 toneladas de lenha, ou em fábricas semelhantes quantidades proporcionais, fica-se perguntando: terá havido o plantio correspondente a essa lenha consumida ?

Como a proveniência dessa quantidade de lenha é a mais heterogênea possível, se fôssemos cumprir o Código teríamos que fiscalizar centenas de fornecedores de lenha, quando no meu ponto de vista, seria muito mais razoável que se exigisse que os estabelecimentos, para cuja vida económica se faz precisa a derrubada, por si ou por outros, tivessem o encargo do plantio da floresta desaparecida.

As nossas florestas, desnecessário é repetir, infelizmente, na maioria, são inexploráveis economicamente. Localizam-se onde não se deseja e se constituem de essências, muitas em espécie e poucas em quantidade.

Ora, o racional é que se derrubem essas e se constituam outras florestas, onde são precisas, das essências cujo aproveitamento se impõe.

Pelo projeto legislativo que tenho em mente, de pouco em pouco, se hão de constituir nas proximidades das indústrias ou das estradas de ferro florestas homogêneas e dos espécimes mais requeridos pela indústria moderna da madeira, ou mesmo pela simples exigência do combustível vegetal.

Pela apreciação dêste e outros problemas damos um grande passo com a reforma do Serviço Florestal, órgão do Ministério da Agricultura, sobre cujos ombros pesam imensas responsabilidades".

★

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

### Escola Nacional de Belas Artes

**PALESTRA FOLCLÓRICA** — Realizou-se no dia 23 de outubro próximo passado, na Escola Nacional de Belas Artes, a conferência do Sr. Renato de Almeida, chefe do Serviço de Imprensa do Ministério das Relações Exteriores, sobre o tema *Bumba meu boi*, dança dramática tradicional e que ainda perdura em vários pontos do Brasil, no Nordeste, na Bahia, e no Brasil Central. A palestra do Sr. Renato de Almeida, que foi promovida pela União Nacional de Estudantes, focalizou a civilização do couro, o ciclo do gado, e o boi no Brasil; efetuando o seu estudo psicológico, com o estudo do boitotem, e do totemismo de nossas danças dramáticas e suas influências.

A seguir, o autor de *História da Música Brasileira* fez o estudo propriamente folclórico do assunto, falando então sobre a letra, os personagens, a música, a mímica e a indumentária constantes no "bumba meu boi".

★

### Museu Histórico Nacional

**NOVAS DOAÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA** — O Museu Histórico Nacional acaba de ser enriquecido com mais uma preciosa coleção doada pelo Presidente da República. São objetos e documentos de real valor histórico, que se vão incorporar ao acervo da Casa do Brasil, representando verdadeiros fragmentos de determinados momentos da vida nacional. Já não é esta a primeira vez que o chefe da Nação demonstra o seu grande interesse pelo Museu Histórico, tendo feito, anteriormente, outras importantes doações que deverão ser expostas, num rico e belo conjunto, na "Sala Getúlio Vargas", que será brevemente inaugurada naquela repartição.

É a seguinte, a relação dos novos objetos oferecidos pelo Presidente Getúlio Vargas:

— Um quadro a óleo, de autoria do pintor Raymond P. R. Nelson, representando a visita do senhor Presidente da República a Natal em janeiro de 1943, quando da estada do Presidente Roosevelt naquela capital. Um distintivo, de esmalte e ouro, oferecido ao sr. Presidente da República pelo Congresso Brasileiro de Geografia. Um diploma do X Congresso Brasileiro de Geografia, conferido ao Sr. Getúlio Vargas o título de "Presidente de Honra". Um distintivo, de esmalte, comemorativo da II Reunião Pan-americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia. Um distintivo, de esmalte e ouro da Legião Brasileira de Assistência. Uma medalha de prata, da Federação das Bandeirantes do Brasil. 1 placa de prata, comemorativa do Jubileu Bandeirante. (1919 - 1944). Uma placa, de prata, dos escoteiros do Serviço de Recreação Operária (M. T. I. C.). Um alfinete, de ouro representando uma flor de liz, enviado pela agremiação acima. Um diploma da Confederação Brasileira de Fugilismo, conferido ao senhor Presidente o título de "Grande Benemérito". Um álbum oferecido pela Escola Pré - Vocacional "Getúlio Vargas", mantida pela Fundação Antônio e Helena Zerener, com aspectos fotográficos das homenagens realizadas na Companhia Antártica Paulista e na citada Escola, em São Paulo, no dia do aniversário natalício do senhor Presidente. Uma mensagem dirigida ao senhor Presidente, no dia de seu aniversário natalício pelos alunos da Escola Pré - Vocacional "Getúlio Vargas". Uma mensagem do diretor e auxiliares da Casa da Moeda, dirigida ao senhor Presidente, por ocasião de seu aniversário. Uma medalha, de prata, oferecida pelo diretor e funcionários da Casa da Moeda onde estão impressos os dizeres — "Ao Presidente Getúlio Vargas — 28-1-42 — 22-8-42 — o esforço de guerra da Casa da Moeda pelo Brasil". Uma caixa contendo álbum oferecido pelo diretor e funcionários da Casa da Moeda representando o esforço de guerra daquela repartição em 1943, com dados estatísticos e fotografias.

★

#### MINISTÉRIO DA FAZENDA

REORGANIZADO O SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA — O Presidente da República assinou na pasta da Fazenda, no dia 27 de outubro último, o Decreto-lei n.º 6 993, reorganizando o Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, subordinando administrativamente ao diretor geral da Fazenda Nacional e obediente à orientação técnica do Conselho Nacional de Estatística. O Serviço de Estatística Econômica e Financeira constitui um dos órgãos executivos centrais do I. B. G. E. e tem por finalidade levantar as estatísticas referentes a impostos, taxas e contribuições, comércio exterior e interior, movimento marítimo e fluvial e movimento bancário do país, bem como promover, em publicações próprias ou por intermédio do I. B. G. E. a divulgação dessas estatísticas.

★

#### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

APROVADO O REGIMENTO DO SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DEMOGRÁFICA, MORAL E POLÍTICA — O Sr. Presidente da República assinou recentemente um decreto aprovando o regimento do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política do Ministério da Justiça.

Esse Serviço, subordinado administrativamente ao ministro da Justiça e obediente à orientação técnica do Conselho Nacional de Estatística, constitui um dos órgãos executivos centrais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (I. B. G. E.) e tem por finalidade levantar as estatísticas referentes às atividades demográficas, morais, administrativas e políticas, bem como promover, em publicações próprias ou por intermédio do Serviço de Documentação e do I. B. G. E., a divulgação dessas estatísticas.

Esse Serviço compreende as seguintes seções: Seção Demográfica — Seção Moral e Política — Seção Policial e Judiciária — Seção de Estudos e Análises — Seção de Administração — Seção de Mecanismo.

A Seção Moral e Política compete proceder à coleta de dados e efetuar a crítica dos mesmos, com o fim de apurar e elaborar as estatísticas referentes a: I — Movimento espiritual, compreendendo as organizações, corporações e missões religiosas, bem como as atividades ligadas aos respectivos cultos. II — Catequese indígena e núcleos de colonização; III — Asilos e recolhimentos; IV — Naturalizações; V — Extradicações; VI — Expulsões; VII — Eleitorado; VIII — Segurança pública: — efetivo e material de serviço de que dispõem os corpos de polícia militarizada e os de bombeiros, a guarda-civil e a fiscalização de veículos.

★

#### MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CRIADO O SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO — O Presidente da República assinou no dia 27 de outubro último o Decreto-lei n.º 6 995 criando no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, diretamente subordinado ao ministro de Estado, o Serviço de Documentação (S. D. T.) que terá por finalidade a coleta, guarda, coordenação e divulgação de textos, relatórios, dados estatísticos e outros elementos relativos a atividades do Ministério.

★

#### MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

##### Departamento Nacional de Obras de Saneamento

A DEFESA DE MACEIÓ CONTRA AS INUNDAÇÕES — O Eng.º Laerte Brígido que substitui o Sr. Hildebrando Góis na chefia do Departamento Nacional de Obras de Saneamento concedeu, recentemente, uma entrevista à imprensa desta capital, na qual abordou diversas questões referentes às inundações de Maceió e aos trabalhos que aquele órgão do Governo vem desenvolvendo no saneamento e defesa das terras. Disse, logo de início, o Sr. Laerte Brígido que, ao D. N. O. S., até agora apenas está entregue a defesa da cidade de Maceió contra as inundações ocasionadas pelo transbordamento do Reginaldo. Esse curso d'água atravessa a cidade na direção norte-sul, aproximando-se da costa até a distância de 200 metros, inflitando-se, em seguida, para este, passando a correr paralelamente à orla litorânea, na extensão de 1 500 metros, quando se lança no oceano por uma barra movediça. O projeto ora em andamento no Departamento — acentua — visa amputar aquele último trecho paralelo à costa, obrigando suas águas a se lançarem diretamente no oceano por um corte que terá, apenas, a extensão de 200 metros. A secção projetada prevê um leito menor destinado a cheias comuns e um leito maior, defendido

por meio de diques que permitirão conter as cheias de caráter excepcional, como as verificadas, ultimamente, na capital alagoana. Os serviços estão em pleno andamento tendo o Sr. Hildebrando Góis resolvido enviar, para ali, um *drag-line* afim de apressar os trabalhos. Além dessas obras, o Departamento está executando aterros e diques na orla da lagoa do Norte, afim de evitar o alagamento das terras, baixas pelas marés, construindo *polders* do tipo do Meriti, à margem do Rio - Petrópolis, no Estado do Rio.

— “É bem diversa, entretanto — observa o Sr. Laerte Brigido — a situação em que se encontra a solução do problema das inundações, provenientes do extravasamento do rio Mandau. O vale desse curso d'água é, sem dúvida, uma das melhores zonas do Estado de Alagoas. Nêse se localizaram várias usinas de açúcar e é percorrido de extremo a extremo pela linha sul da Great Western. A maioria das população nas pequenas cidades servidas por essa via-férrea é pobre, vivendo em habitações rudimentares. Foi, talvez, essa circunstância que concorreu para dar maior dramaticidade aos efeitos da chuva nessa bacia hidrográfica e em outras vizinhas. As precipitações torrenciais, despejadas sobre as casas, com intensidade, e durante horas a fio, acabaram por dissolver, literalmente, as paredes, causando o desabamento da construção, calculando-se que mais de um terço do prejuízo se deve a essa causa. É certo que, se essas habitações fôsem de alvenaria e tijolo, resistiriam muito mais à ação das chuvas, bem como à ação dinâmica da corrente.

O rio Mandau, que tem de extensão 190 quilômetros sendo assim, três vezes maior que o rio Iguacu, na Baixada Fluminense, nas proximidades da Capital Federal, corre, geralmente, entre morros, com várzeas estreitas, salvo nos últimos quilômetros, próximo de sua foz, na lagoa do Norte. Situa-se, nessas faixas, de terras baixas, apertadas entre o morro e o rio, as cidades de Lourenço de Albuquerque, Murici, Branquinha, União e São José das Lajes. O relatório apresentado pelo Sr. Hildebrando Góis, ao ministro Mendonça Lima, calcado sobre as informações prestadas pelo chefe do distrito do Nordeste, que ali esteve após a calamidade

produzida pelas grandes precipitações, traça, em linhas gerais, como se poderá resolver o problema, dependendo, é certo, de estudos mais circunstanciados e de observações mais demoradas. Por êle se conclui serem necessários:

a) Construção de diques em certos trechos onde existem núcleos habitados, evitando, por outro lado, a construção de novas habitações em áreas abaixo de determinadas cotas atingidas pelas águas do rio, mesmo nas enchentes comuns;

b) construção de um reservatório de cheias nas cabeceiras desse rio, que é, sem dúvida, um dos processos que deverão ser limitados para solução do problema, já que o aumento de secções de vazão do curso d'água, atendendo à pequena largura do vale, não é aconselhável. São essas as impressões que nos ocorrem a uma ligeira inspeção feita após as grandes cheias e que tantos malefícios trouxeram ao empreendedor e laborioso povo alagoano. Atendendo ao despacho do Presidente da República que determinou fôsem concluídos os estudos das obras necessárias, o ministro da Viação incumbiu o Sr. Hildebrando Góis dessa tarefa, a qual tenho procurado executar do melhor modo”.

Aludindo à viagem do Sr. Hildebrando Góis aos Estados Unidos, esclareceu o Sr. Laerte que o motivo principal da mesma foi a necessidade de prestar as necessárias informações do plano de saneamento que ora se executa na Baixada Fluminense e em vários Estados da União, para importação de aparelhamento indispensável ao prosseguimento dessas obras nos novos setores de ação do D. N. O. S., não sendo, naturalmente, esquecida, na distribuição desse aparelhamento, a solução do palpitante problema de Alagoas. Perguntado se o Sr. Hildebrando Góis tinha sido incumbido de tratar, também, da importação de material destinado ao fornecimento de energia elétrica, respondeu que o Departamento constrói, no momento, no Rio Grande do Sul, as primeiras barragens do grande plano de aproveitamento do potencial hidráulico naquele Estado, para o qual há necessidade de grande aparelhamento, não estando, entretanto afeto ao Departamento a instalação das usinas hidro-elétricas, que aproveitarão a acumulação nesses reservatórios a serem construídos.

★

## Instituições particulares

### CLUBE DE ENGENHARIA

CONFERÊNCIA DO SR. ALCIDES LINS SOBRE “O PROBLEMA DE TRANSPORTE NO BRASIL DURANTE E APÓS - GUERRA — O Sr. Alcides Lins, diretor técnico da The Leopoldina Railway Company Limited, pronunciou, no dia 17 de outubro último, no Clube de Engenharia uma conferência sob o título *O problema de transporte no Brasil durante e após-guerra*.

O ilustre conferencista afirmou de início: — “O problema dos transportes após a guerra está em foco”. E ainda fez referência à sessão ordinária de 23 do mês em curso da “I. of Civil Engineers” de Londres, onde se debatera o assunto, “principalmente sob o ponto de vista de coordenação dos diferentes meios de transporte no interesse superior de salvaguardar a economia britânica dos prejuízos decorrentes da indiscriminada e destruidora concorrência entre êles”.

Nessa mesma reunião, Mr. Trillon, disse que “a pedra de toque de um bom sistema de transporte é a velocidade ao menor custo, e

a função essencial do engenheiro é prover meios para obtenção das mais altas velocidades ao mais baixo custo, em outras palavras, tornar a organização dos transportes capaz de obter o maior rendimento para o capital investido. De fato, concluiu o engenheiro Alcides Lins: — “em qualquer país o transporte constitui a chave de ordem econômica”. E remata o 1.º capítulo de seu notável trabalho, dizendo: — “intento levar ao julgamento dos entendidos minha contribuição sob as diretrizes que permitam, finda a conflagração atual, estabelecer bases mais firmes ao nosso progresso econômico essencialmente, dependente de uma regular, constante e rápida circulação de pessoas e utilidades, circulação de que resultará nosso desenvolvimento comercial, agrícola e industrial, afastando do litoral as fronteiras de nossa economia”.

Estudando o problema, sob o aspecto estatístico o Sr. Lins observou a necessidade de examinar antes de entrar “própriamente na matéria” a divisão do país em “cinco regiões geoeconômicas, segundo proposta do Conselho T.

Economia e Finanças". Na "Sudeste que abrange a maior parte do *hinterland* dos portos do Rio de Janeiro e Santos, na qual se consomem e aplicam 86% do valor da importação nacional e se produzem 67% do valor de nossa exportação. "As regiões do Nordeste e do Sul, já bem menos ativas exportando respectivamente 15,7% e 11,0% e importando, 6,5% e 6,0%".

"As do Norte e do Centro quase não figuram no nosso comércio exterior: a do Centro em tudo fica inferior a 1% e a do Norte, vale pela indústria extrativa da borracha, com 6% de exportação. "Essa desigualdade econômica concluiu o conferencista "é acentuada pelas condições físicas e demográficas que diferenciam por completo uma região de outra". O Norte e o Centro abrangem as planícies amazônica e paraguaia, na maior parte entrecortadas por cursos d'água navegáveis". Continuando os estudos das regiões do país, sob o ponto de vista de sua rede potamográfica dos pequenos cursos d'água, dos centros de produção próximos dos portos, acrescentou o conferencista "saindo do litoral, a maior parte de nosso território só dispõe de trilhos e veredas para tropas e carros de bois ou de canoas e pírogas nos rios".

Com as determinações da guerra, temos atualmente campos de pouso em diversos sítios de nosso território os quais o engenheiro Lins indica "como o de Barreiras em pleno sertão do São Francisco". E quanto ao transporte aéreo econômico, acrescentou — "as condições técnicas de seu funcionamento jamais permitirão fazer a circulação comercial em plena paz". E concluiu: "Assim o problema brasileiro por excelência, depois da guerra, a marcha para o Oeste, preconizada pelo Presidente Getúlio Vargas, afim de afastar nossas fronteiras econômicas, será o de abrir estradas e vias de comunicações, afim de dotar nosso imenso sertão de meios de transportes, econômicos e permanentes, regulares e rápidos".

Assinalando a falta de dados estatísticos sobre "os movimentos comerciais nos trilhos e veredas de nosso interior", acredita o conferencista que "eles entretanto, devem ser de monta". E conforme o Departamento de Correios e Telégrafos revela "do total de 157 quilômetros de linhas postais, 8 000 ainda se realizam por pedestres e 44 000 a cavalo". Não há estatística, em 53 quilômetros de costa e vias navegáveis, contendo a grande linha tronco do intercâmbio brasileiro, — do movimento de passageiros. As do movimento de mercadorias no comércio de exportação e importação e cabotagem só cuidam de 32 portos". Também não há "registro dos transportes por estradas de rodagem". E finalmente acrescenta o ilustre conferencista: "Só possuímos estatísticas completas sobre o transporte ferroviário, regularmente publicadas pela Inspeção de Ficalização das Estradas, hoje Departamento Nacional de Estradas de Ferro". Mesmo estas já estão atrasadas, só alcançam o ano de 1939". — E numa observação concludente, afirma o mesmo, "a predominância do transporte ferroviário", em face dos elementos estatísticos disponíveis e mercedores de confiança". — "As estatísticas revelam que as estradas de ferro, nos anos correspondentes, movimentaram mais do dobro de mercadorias dos portos". E ainda comparando os dados estatísticos entre as ródos e ferrovias, o engenheiro Lins acrescentou: — "do total de 228 566 carros e caminhões, 168 541 ou 73% são particulares". "Os 92 237 auto-caminhões existentes terão de ser confrontados com os 49 358 vagões de nossas estradas de ferro". Tomada a média de 5 toneladas e 20 para os caminhões e vagões sucessivamente, concluiu o conferencista: — "Verificaremos que o parque ferroviário apresenta capacidade de carga superior ao dobro da dos veículos automotores".

"Supondo, o que parece exagerado, 50% dos auto-caminhões destinados ao tráfego eles precisariam ter uma frequência de circulação 15 vezes mais rápida do que a ferroviária para oferecerem serviço público comparável. "Tal é a situação atual".

Examinando o problema para o futuro, quanto ao inestimável potencial das riquezas mineral, florestal, das produções agrícolas, e finalmente, quanto às matérias primas pesadas para os transportes das grandes massas a longas distâncias, em busca dos centros de industrialização e consumo, ou dos de exportação, referiu-se ainda à "indústria pesada cuja fundação o governo do Presidente Getúlio Vargas está iniciando em Volta Redonda", e que "o futuro da economia nacional está dependendo e dependerá cada vez mais do transporte permanente, intenso e a custo módico, de grandes massas a longas distâncias". "Os meios de transportes economicamente próprios para serviço de tal natureza, são a navegação fluvial e a via férrea". Em face das dificuldades dos cursos d'água do Sudeste, por "derivarem para o interior e Norte", o transporte fluvial, além de oneroso, acarretará a deslocação dos atuais centros industriais do país... e da predominância econômica do *hinterland* dos portos do Rio de Janeiro e Santos". O Sr. Lins concluiu pela preferência do transporte ferroviário "na maior extensão do Brasil, com exceção da região do Norte, na bacia amazônica, na qual dependerá do aperfeiçoamento da navegação fluvial".

Depois de examinar as conseqüências das guerras de 1914-18 e da atual, desorganizando nosso comércio de cabotagem, cessando o abastecimento de sal, de açúcar, e, de gasolina, o que mostra a deficiência de transporte daquela navegação bem como a do rodoviário, e ainda haver verificado a insignificância do transporte fluvial, afirmou o Sr. Lins que "com exceção da Amazônia, o transporte terrestre interior no resto do Brasil, do Nordeste ao Rio Grande do Sul, durante as duas guerras, foi ferroviário. A aparelhagem de transportes terrestres no Brasil era ferroviária e não correspondia aos reclamos da economia nacional". "Muito se fez para reaparelhar nosso parque de viação férrea, mas tudo foi feito morosamente e medrosamente..."

"A crise econômico-financeira, decorrente do *crack* da bolsa de Nova York, em 1929, produziu verdadeira estagnação no movimento de transporte comercial entre nós, que coincidindo com o surto da concorrência rodoviária, se manifestou por grande decréscimo do tráfego ferroviário para nos anos de 1930 a 1934".

"Assim o Presidente Getúlio Vargas, em mensagem ao Congresso Nacional de 3 de maio de 1936, declarou: — "a escassez de material circulante, as deficiências da via permanente em todas as etapas, tem reduzido do modo mais sensível a capacidade de transporte" das estradas de ferro.

"Tomou o governo várias medidas para sanar esse estado de coisas". E procurou adquirir do governo americano, trilho, material rodante, e de tração para as estradas oficiais, e navios para o Lóide Brasileiro", mas, "a tração de *Pearl Harbour*, impondo aos americanos dedicar toda sua produção ao esforço de guerra, vem cortar nos esta última fonte de abastecimento de material".

A guerra, disse o Sr. Lins, na sua feição totalitária e mundial, colheu nossos meios de transporte mal aparelhados, com deficiência, e falta sensíveis, que se tornaram praticamente irremovíveis". E como neste momento crucial para a economia, o progresso nacionais, o transporte rodoviário-auto-motor — desapareceu pela falta de gasolina, e o de cabotagem

passou a funcionar com freqüentes eclipses e limitações rigorosas, todos se voltam, e apelam para as estradas de ferro, — o único meio de transporte que, entre nós, continua a funcionar com regularidade e segurança, mas que está sendo chamado a produzir muito além de sua capacidade”.

Definindo o papel precípua das ferrovias, durante as guerras passada e atual, o Sr. Lins chama a atenção dos órgãos responsáveis pela “economia nacional”, para não perderem de vista esta lição dos fatos”. E acrescentando sua argumentação, observa que este mesmo fenômeno se verifica, na América do Norte, na Inglaterra, na Rússia, e na Alemanha.

No 1.º país, “avaliou o *Bureau* de estatística da *Association of American Railroads*, que o transporte total de cargas, foi o maior registrado, tendo alcançado a cifra astronômica de 1 000 bilhões de *ton, miles*, sendo 71% realizado pelas estradas de ferro”. E no segundo país, *Lord Leathers*, ministro de *War Transport*, assegurou que a guerra tornou mais patente do que em qualquer época anterior, que as estradas de ferro constituem um patrimônio que deve ser mantido em completa eficiência”. — E a publicação oficial, o *Transport goes to war* ressaltava: — “as estradas de ferro, como a maior organização de transporte moderno, tiveram de suportar o maior peso da tonelagem de guerra”.

Na Rússia, disse o conferencista, “as vias férreas da Ásia Central adquiriram uma importância excepcional durante a guerra”. “Foi por elas que se fez a evacuação das populações e das indústrias das regiões invadidas para a zona do Ural”.

E na Alemanha, “a gasolina foi reservada para as máquinas de guerra, e a navegação em grande parte paralisada pelo bloqueio inglês”. Toda carga voltou para a via férrea, que, em 1938, para a mesma extensão quilométrica, já possuía menor número de locomotivas e vagões, e maior tráfego, relativamente a 1913”. “Já em 1942, o ministro da Economia do Reich confessava que o transporte constituía o “problema central de todo esforço de guerra alemão”.

Rematando suas observações, o Sr. Lins afirmou: — “o que se está passando em quatro dos maiores países beligerantes, vem confirmar a conclusão a que havíamos chegado: — a estrada de ferro é hoje, como nunca o foi tanto, essencial a economia interna de qualquer país”.

O Sr. Lins referiu-se ao “notável historiador americano, Van Loon, que mostra como é antigo na humanidade o desejo de uma reforma completa do mundo; que não é de hoje a esperança de que a seguir virá o mundo novo”, invocou a Revolução Francesa, quando “os filósofos encarcerados devotavam seus últimos dias, na composição de panfletos, descrevendo o glorioso dia de amanhã”.

E ainda, disse o conferencista: — “estamos atravessando uma revolução política, social e econômica tão grande e profunda, quanto a da Revolução Francesa”. “É natural, volte à baila esse ideal de um futuro completamente renovado, livre dos erros do passado... E como observa Van Loon, “a história ensina que tudo não se passa com essa simplicidade”, e acrescenta: “quero aproveitar a lição de Van Loon, buscando em nossa história ensinamentos que nos permitam traçar uma política sadia e firme de comunicações e transporte, sem repetir os erros do passado”. — Prosseguindo, o ilustre engenheiro Lins, desenvolveu o assunto, partindo da época colonial, com os caminhos de tropa. A monarquia apenas construiu uma estrada de rodagem: a União e Indústria, fruto de iniciativa, descortino e energia do grande brasileiro Mariano Procópio”. “Sua exploração cessou ao surgir a concorrência da E. F. Pedro II, em Entre Rios.

“Foi então encampada pelo governo e paralisada”. “Só após a guerra passada, foi iniciada em caráter sistemático, a construção de estradas de rodagem, pelos poderes públicos”. Continuando, passou a estudar as vias aquáticas e portos, sobre o que disse: — “a navegação fluvial limitou-se à exploração dos cursos naturalmente navegáveis”. Em nenhum dos nossos rios, temos, como a Argentina, no Paraná, um sistema permanente de sinalização do canal navegável, com portos portuários”. “Nas leis de 1869 e 1886, a política portuária baseou a concessão de melhoramentos e exploração de portos”, deixando o governo monárquico, “uma concessão viável, a de Santos”.

Sòmente no governo Rodrigues Alves, iniciou-se “a verdadeira política portuária, criando-se a taxa de 2% ouro, *ad-valorem* sobre a importação”. “No desenvolvimento ferroviário, a política brasileira teve maior persistência e continuidade, pelo que constitui fonte de melhores e mais seguros ensinamentos para uma orientação futura”. Visando acelerar o desenvolvimento ferroviário, “a lei de 1873, sistematizou a garantia de juros, elevados de 5 5/8 a 7%, e criou as subvenções quilométricas”. “Em 1877, o gabinete ministerial encarregou o ministro do Brasil, em Londres, de rigoroso inquérito, entre os capitalistas”. Em cumprimento dessa missão o barão de Penedo enviou um relatório, acompanhado de pareceres das autoridades inglesas”. “As conclusões principais eram as seguintes:

1.º — “O capital Inglês, mesmo a juros baixos, prefere o negócio seguro;

2.º — “As concessões deverão ser feitas, somente quando houver bastante prova de que as linhas darão sobre seu custo real, lucros razoáveis, tirados do tráfego”.

3.º — “A garantia deverá ser sobre o custo real das linhas; e

4.º — “O número de concessões deverá ser limitado, afim de evitar rivalidades, e concorrência na obtenção do capital”.

Diante disso, o conselheiro Sinimbu firmou o câmbio em 27 d. “para todas as operações das companhias cujos capitais fôssem levantados em países estrangeiros”.

Entretamos, surgiu o regime de garantias de juros, e consequentemente multiplicaram-se “as pequenas concessões, ineficientes técnica e economicamente”, conforme relatou o Sr. Lins.

“Em 1897, Joaquim Murtinho condenou as garantias de juros, porque anulavam as vantagens da administração particular, “derivadas diretamente do interesse individual, que se trazuz pela renda do capital empregado...”

“Pelo Regulamento de 1874, os preços dos transportes não deveriam exceder aos dos meios ordinários de condução, ao tempo de organização das tabelas de tarifas”. “A vantagem da viação férrea não resultaria do frete, mas da maior capacidade de transporte rápido e permanente, com regularidade e segurança, oferecida à zona”.

Entretanto o governo preferiu “que a remuneração do capital, e até o custeio das estradas concedidas se firmassem na garantia de juros”. “Essa política errada, afirmou o Sr. Lins, foi severamente criticada no Conselho E. e Indústria, em 1900”. Osório de Almeida mostrou que ela levou a completa desmoralização, sob o ponto de vista econômico, a viação férrea”. “Paulo Frontin declarou que, “as tarifas atuais procuram fazer das nossas vias férreas verdadeiros institutos de loucura benéfica”.

"Após as lutas civis que ensangüentaram os primeiros quatrênios da República, nossa moeda se desvalorizou, e o Tesouro viu-se sem recursos para pagar as garantias de juros, em ouro, o que forçou o resgate das concessões", adiantou o engenheiro Lins, ficando estas "sob administração da União, durante curto período", porque, passaram logo para o regime de arrendatários". Também falharam os arrendatários, disse o Sr. Lins, porque os erros básicos persistiam. E invocada a opinião do Sr. Pires do Rio, que atribuía o fracasso das estradas "às regiões de pequena intensidade econômica" discorda todavia do eminente colega, o Sr. Lins, afirmando que "concorreram com a pequena intensidade econômica, a "insuficiência de tarifas, e a defeituosa concepção dos traçados executados", prosseguiu o Sr. Lins, "a insuficiência de tarifas é um mal, que até hoje perdura, pois, criou a economia nacional, baseada num nível falso de fretes, em muitos casos, inferiores ao custo do transporte".

A *Railroad Gazette*, citada por Teive e Argolo em 1893, atribuía o desastre financeiro de nossa viação férrea à multiplicidade e pequenas estradas com exceção das paulistas, porque se organizaram em rédes desde o início.

Realmente, as empresas paulistas, mais fortes até hoje, são a Inglesa e a Paulista, que constituem a única linha tronco do *hinterland* do pórtio de Santos. Além disso essas empresas gozavam de tarifas móveis com o câmbio, o que lhes permitia resistir aos efeitos da depreciação da moeda. Esses fatos constituíam ensinamentos valiosos a uma política ferroviária mais segura", concluiu o Sr. Lins. E a seguir referiu-se — "nosso incomparável mestre Sampaio Correia, apreciando a política ferroviária, realçou a atuação que tiveram André Rebouças, na criação das garantias de juros, e Murtinho nos arrendamentos", dizendo que ambos cochilaram como Homero, aquêlo por haver atuado num período de inexperiência quanto ao novo meio de transporte, e este porque deliberou "sob pressão de formidável crise, a exigir, em verdade, a prática de drásticas providências, que a debelassem em curto prazo".

"Falta de meios de comunicação, no Brasil, é tão grande e as necessidades de transportes sempre tão instantes e crescentes, que Sampaio as comparou "às avalanches capazes de arrebanter qualquer dique, artificialmente erguido para contê-las".

No começo deste século, suspendeu o Governo a construção de estradas. Na cauda do orçamento de 1903 vinha a autorização do pagamento das obras de construção por meio de apólices da dívida pública, ficando o empreiteiro como arrendatário do tráfego. Daí por diante as caudas orçamentárias apareciam cheias de autorizações semelhantes, para construir estradas de ferro a êmo, aqui e ali, frisou bem Sampaio Correia "sem qualquer preocupação de se formar verdadeira réde ferroviária eficiente". O lucro da empreitada passou a dominar. "Se o tráfego fôsse ruinoso", a estrada seria devolvida ao Governo, que teria de arcar com os juros das apólices, e os *deficits* do custeio. "Outro sistema ruinoso".

☆

Carlos Peixoto, na Câmara apontou êsse mal e o Congresso Nacional o estancou. Em 1914, o governo Venceslau Brás mandou fazer revisão dos contratos de empreitadas pagas por emissão de títulos da dívida pública ao par ou por conta de depósitos da colocação de títulos especiais da dívida externa e assim conseguiu aliviar o Tesouro Nacional de compromissos superiores a 500 milhões de cruzeiros durante o seu quatrênio. O professor Sampaio Correia

disse, no Rotary: "é força reconhecer que assim não podemos ficar. O país reclama providências que lhe permitam crescer. Há que atendê-lo. O Estado carece da colaboração e do concurso do capital particular, o que só poderá ser obtido sob a égide de leis protetoras". O reaparelhamento da Estrada de Ferro Vitória a Minas, com capital nacional e americano confirma a previsão de Sampaio Correia, e justifica a demora de nossos estudos sobre os regimes de concessões ferroviárias. Devemos deduzir os ensinamentos dêles decorrentes para não reincidirmos nos mesmos erros", assinala o conferencista. "No sul de Minas e no Rio Grande do Sul, as empreitadas já se haviam acabado". "A União, encampando os contratos indenizou as empresas e arrendou as linhas aos governos estaduais, com a obrigação de as reaparelharem". "Surgiu assim, um novo regime de administração de serviço público, — "o arrendamento de serviço federal aos governos estaduais", hoje aplicado também aos portos." "O então Inspetor Federal das Estradas, Sr. Palhano de Jesus viu no regime duas vantagens, primeiro a de "interessar diretamente os cofres estaduais aos azares de exploração da réde ferroviária federal respectiva, aliviando o Tesouro Nacional e segundo o de tornar mais direta e eficaz a ação administrativa do Poder Público". "Ao encerrar o Congresso Ferroviário de Curitiba, reconhecendo "que o transporte ferroviário guardará ainda por muito tempo a proeminência dos nossos meios de transporte, o general Mendonça Lima declarou que a própria indispensabilidade do serviço" força as encampações quando não podem resistir a "golpe mais forte nas tempestades bolsistas", o que êle considerou o caminho para o "fenômeno universal da nacionalização dos parques ferroviários". Esta afirmação diz o Sr. Lins não se coaduna bem aos fatos, porque como observou o Sr. Eastman, Federal Coordinator of Transportation, nos Estados Unidos, "a oficialização não tem sido o resultado de um principio, mas de um expediente imposto pelas circunstâncias". "Ao iniciar-se em 1914 a guerra, 82 % da viação férrea, estavam sob administração particular. E em 1939, ao irromper a atual apenas 31 %; outros 31 % sob regime estadual, e 38 % sob a administração da União". Enfim, de um ponto de vista geral, concluiu o Sr. Lins, a comparação dos sistemas de administração pública e particular, leva-nos à conclusão do Prof. Clark: — "nenhum sistema é superior ao outro, ambos já têm apresentado conspicuos sucessos, e conspicuos fracassos".

"Por ver que não seria lícito interromper a melhor organização dos serviços", que interessam a riqueza nacional, "o governo Bernardes criou a taxa de 10 % sobre as tarifas e o aparelho das "obrigações ferroviárias, constituindo um fundo comum para as estradas administradas pela União. Esta medida fôra mais tarde estendida às estradas particulares, sob fiscalização federal. E incontáveis são os frutos resultantes da boa aplicação dessa taxa que já está completando duas décadas de existência".

"Com orientação econômico-administrativa mais segura e firme do que a vigente anterior", continuou o Sr. Lins, "o governo está dando às estradas de ferro, administradas pela União, e cujas rendas o permitam autonomia administrativa, transformando-as em autarquias. Neste regime já se acham a "Central", a "Nordeste do Brasil" e a "R.F. Paraná-Santa Catarina".

Em síntese, disse o ilustre conferencista: — "Os meios de comunicações e transportes, hoje entrosam-se na vida econômica como serviços complementares. O problema só poderá ser considerado em conjunto como um todo e não como uma série de sistemas diferentes". "As-

sim, procedemos desde o início deste estudo só tendo examinado de modo especial o transporte ferroviário, pela sua demonstrada proeminência".

"No Brasil de após guerra, devemos enfrentar três fases distintas do problema de comunicações e transportes: as novas construções, a ampliação e o melhoramento dos aparelhos existentes, e a concorrência entre eles". As construções terão de ser desenvolvidas com maior intensidade, considerando a sempre crescente necessidade de transportes rápidos". A sua solução financeira será na certa mais difícil porque, como salientou o diretor geral do Departamento de Estradas de Ferro Sr. Artur Castilho, em conferência no Clube de Engenharia — Os tempos de após guerra serão muito árduos; já temos o prenúncio. O Brasil está lutando bravamente pelo seu futuro. Precisará de toda energia de seus filhos de todas suas possibilidades financeiras que são restritas.

Só a industrialização rápida do país, vai requerer a totalidade destes recursos.

Nosso governo sabe como utilizar o capital estrangeiro, pois, já obteve a colaboração dos americanos para as construções de Volta Redonda: reconstrução da "Vitória a Minas", e dos ingleses para a eletrificação dos subúrbios da "Central do Brasil", em cujos contratos pactuou a amortização do capital emprestado na moeda de orçagem".

Os melhoramentos dos meios de transportes dependem da capacidade financeira dos vários sistemas existentes. Este problema é entrelaçado ao da concorrência pois esta se reflete sobre o rendimento da exploração. As vias aquáticas entre nós, não concorrem com as terrestres. Há a coordenação econômica nos entroncamentos, portos de mar e fluviais. Entre os sistemas de viação férrea há poucos pontos de contacto e concorrência, e quase sempre tem sido possível obter a coordenação dos serviços e das respectivas zonas de influência.

O transporte aéreo oferecerá pequena concorrência aos terrestres. Só terá importância econômica a concorrência entre a viação férrea e a estrada de rodagem. Mas por falta de gasolina não há concorrência por isso as estradas de rodagem estão paralisadas e as de ferro trabalhando no máximo de sua capacidade. A viação férrea está conseguindo um *tour de force* por ser constituída de organizações maiores dirigidas melhor com mais eficiência. Em editorial da *Revista Ferroviária*, de abril último, o diretor geral do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, Sr. Castilho, descreveu a situação real de nossa viação férrea, que não teve no último decênio, o reaparelhamento necessário", por causa, "precipitamente, da luta entre os transportes terrestres"...

"Nestas condições, o material fixo, como o rodante, principalmente este último, teve uma solicitação para uso constante, até então inatingível, pelo que deveriam ter tido bem mais cuidadosa e intensa conservação, mas, não a tiveram, devido a dificuldades extraordinárias insuperáveis, na maior parte das vezes", por carência quase absoluta de materiais de importação, essenciais em larga escala, e sensível deficiência de mão de obra, mormente pessoal especializado".

Depois da guerra, adiantou o Sr. Lins, "o reaparelhamento da viação férrea exigirá vultosa despesa quando, provavelmente nossos mercados serão invadidos por grande variedade de veículos novos e mais eficientes. Virá novo surto rodoviário, o que forçará as estradas de ferro a maiores despesas.

O Sr. Castilho, expondo no Clube de Engenharia, o que considera "O sentido real de coordenação", confessou haver tentado estabelecer um padrão de pesquisa geral, mas desviou-se natural e quase insensivelmente para os transportes terrestres porque é no campo, onde mais forte se estabeleceu a luta, e mais premente é a solução harmoniosa, para a qual aconselha necessário:

1.º — "estabelecer a igualdade ou equivalência de tratamento governamental, no ponto de vista fiscal e administrativo, por intermédio de um órgão geral abrangendo todos os transportes; e

2.º — a regulamentação governamental coercitiva deverá ser diminuída, em vez de aumentada... Quer isto dizer, que a igualdade de que trata a primeira diretriz deverá ser pela liberação dos ônus do sistema mais rigidamente controlado".

E continuando, o Sr. Lins acrescenta: — "esta coordenação interessa à economia nacional, pois que a concorrência se realiza com a destruição da riqueza pública"... "Pelo menos, devemos cogitar de um método prático e eficiente, capaz de agir com rapidez, de forma a resolver os problemas emergentes". "Por toda parte, a solução tem sido tentada, atacando o problema pelos dois lados, afrouxando a regulamentação das estradas de ferro, dando-lhes maior liberdade de ação e criando a do tráfego.

E em seguida, pôs em foco esse assunto, discutido na "Institution of Civil Engineers", em Londres, pensando poder "deduzir um aparelho prático, de ação rápida, para a coordenação dos transportes".

E por fim sugeriu.

"Conforme com razoável precaução pelo futuro os transportes, vem sugerindo o diretor geral do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, é tempo de cuidar com firmeza e previdência da reserva, para recuperar a conservação e renovação em atraso, do material superdesgastado, pelo que se impõe, quanto antes, cuidar das fontes de renda indispensáveis"

"Nesse sentido contará o Governo com o apoio antecipado das classes conservadoras conforme deixou claramente indicado no I Congresso Brasileiro de Economia, ao votar a conclusão 129:

"O transporte é uma utilidade como outra qualquer e, por isso, deve ter o seu preço de venda determinado, de modo que não só baste para cobrir as despesas de custeio, como, ainda, para a renovação de seu material".

Efetivamente, como lembrou o Sr. Alcides Lins, "o governo está ciente e consciente da situação e necessidades de nossos meios de transportes", e por isso, poderá aproveitar as sugestões precisas e judiciosas para o solucionamento desse magno problema, que interessa profundamente à economia, à grandeza e à integridade de nosso país.

★

## INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL

"ESTATÍSTICA SOCIAL EM SÃO PAULO" — "Perante uma assistência composta, em sua quase totalidade, de técnicos, pronunciou, no dia 26 de outubro, a convite do Instituto de Arquitetos do Brasil e da União Cultural Brasil-Estados Unidos, o Eng.º Oscar Egídio de Araújo uma conferência subordinada ao título: *Estatística Social em São Paulo*.

Iniciando sua palestra o Sr. Oscar Egídio Araújo disse:

"A maior parte dos senhores é, por certo, formada de arquitetos. Amigos do "belo" e das "boas proporções", têm contribuído direta ou indiretamente para fazer de São Paulo essa cidade de arranha-céus de que todos nós paulistanos nos orgulhamos tanto, essa cidade cheia de residências modernas e de fino gosto, justo padrão do esforço do povo bandeirante.

Não se assustem, porém, com este intróito. Não é de arquitetura, que desconheço, que lhes vou falar.

Não tratarei do continente, mais do conteúdo; não do prédio em si, mas do seu uso; não de quantas pessoas podem viver numa cubagem ideal, mas de quantas pessoas de fato vivem num cômodo de dimensões às vezes aquém do normal; não dos prédios que os senhores habitualmente constroem, mas do "reverso da medalha", do prório, da moradia rural longínqua, que alguns bons quilômetros de chão separam do ponto de ônibus ou bonde mais próximo".

Discorrendo, a seguir, sobre o desenvolvimento urbano de São Paulo, declarou:

"Somando ao resultado do censo o número das construções aprovadas no último trimestre do ano, obteremos para 31 de dezembro de 1940 o conjunto de 228 890 prédios no município da capital. Esse total subiu para 241 590 em dezembro de 1941; elevou-se a 245 500 em fins do ano seguinte; completou 257 200 em 1943 e alcançou 260 700 em junho próximo passado. .

A intensidade do crescimento da população ultrapassou a intensidade do crescimento predial. E, em São Paulo, mais que em outros pontos do país, pois, além do crescimento natural, a indústria e o comércio paulistas atraíram grande número de estrangeiros, fugitivos de zonas de guerra ou de nações onde certas tendências francamente nazistas passaram a imperar. São Paulo, que recenseou 1 318 539 habitantes em 1940 possui agora 1 628 000. E, se naquele ano segundo estudos de Néelson Mendes Caldeira, a população paulistana já superava os índices de crescimento de Nova York, Chicago, Buenos Aires, Filadélfia, Rio de Janeiro, Detroit e Los Angeles que são os maiores centros urbanos do continente, que diremos nós, agora, em pleno 1944, com esse aumento vertiginoso apontado pela Comissão Censitária Nacional? Dai a extraordinária procura e, mesmo, falta de habitações, o que susteve um pouco a queda do ritmo de construções novas apesar do custo dos materiais. No entanto, neste quinto ano de guerra. São Paulo ainda construiu "28 prédios por dia e mais de três por hora". Não é o ritmo soberbo de 1938 ("isto é quarenta e dois prédios por dia e cinco em cada hora"), mas é alguma coisa que honra a metrópole paulistana e enaltece o Brasil".

Falando, em continuação, sobre as condições de vida das classes menos favorecidas, apresentou algarismos interessantes, terminando por lançar um apelo, dizendo: "É para esse lado que os senhores deverão olhar, empregando um pouco do seu saber, de sua técnica, de sua boa vontade, no intuito são de criar um tipo de construção que preencha requisitos econômicos, mas dê ao trabalhador, associado ou não a um Instituto de Aposentadoria, uma moradia confortável e higiênica por um preço baixo. Moradia que o prenda a ela, pois, prendendo-o à casa, o trabalhador se prenderá à família e aos filhos.

É uma obra difícil, mas é uma obra meritória".

Após a conferência do Sr. Oscar Egídio de Araújo, foram exibidos dois filmes. O primeiro,

cujo título é "Efeitos da Industrialização das Cidades e seus Remédios", foi oferecido pelo arquiteto norte-americano Paul Lester Wiener ao Instituto de Arquitetos do Brasil; o segundo intitula-se "São Paulo Antigo e Moderno", produzido por Benedito Duarte, do Departamento Municipal de Cultura.



## INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

ANIVERSÁRIO DO "DISCURSO DO RIO AMAZONAS" — Em sessão realizada, em 11 de outubro último, pelo Instituto de Ciência Política, comemorativa do *Discurso do Rio Amazonas*, pronunciado pelo Sr. Presidente da República, em Manaus, a 10 de outubro de 1940, o Sr. Rui Medeiros proferiu, a convite do referido Instituto, a seguinte palestra:

"Meus senhores:

Minha presença nesta tribuna só encontra justificativa na generosidade, sempre comprovada da alma gaúcha.

Foi o meu nobre e ilustre médico, Sr. Dr. Ernesto Carneiro quem, ao restituir-me a saúde com a proficiência que todos lhe reconhecem, me proporcionou a felicidade, não menor do que a honra, de dirigir-vos algumas palavras sobre o andamento da grande obra, ainda em início, aliás, pelo ressurgimento da Amazônia sob a égide do governo. E de lamentar não possa eu, modesto obreiro econômico, afeito às lides da ciência positiva dos números, apresentar-vos sob forma literária, castiça ou de empolgante eloquência, os fatos que me proponho expor, numa comprovação sistemática das realizações levadas a efeito no grande vale, em cumprimento das promessas contidas no *Discurso do Rio Amazonas*, proferido pelo Exmo. Sr. Getúlio Vargas, em 10 de outubro de 1940.

Tais promessas não visavam conquistar proslitos em vésperas de pleito eleitoral, nem foram enunciadas sem um perfeito conhecimento da região amazônica, onde as lendas mergulham raízes profundas na alma da raça e a sua história, feita de heroísmo e viril audácia, reflete a majestade trágica dos prélios travados contra o destino."

"Conquistar a terra, dominar as águas, sujeitar a floresta", para usar ainda as expressões textuais do Exmo. Sr. Presidente Vargas, "foram as tarefas da raça "nessa luta que já se estende por séculos".

Mas, pondera S. Excia. na constante revelação dos seus profundos conhecimentos do problema amazônico, "tudo quanto se tem feito, seja agricultura ou indústria extrativa, constitui realização empírica e precisa transformar-se em exploração racional".

E mais adiante, "aludindo aos tempos heróicos da nossa integração territorial sob o comando de Plácido de Castro", declara Sua Excia. que "o esforço humano para ser socialmente útil, precisa concentrar-se técnica e disciplinadamente" sem o "nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoados ribeirinhos", mas, "com os núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra desbravada, saneada e loteada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto".

Depois de enumerar os "heroísmos da raça", "a coragem empreendedora e a resistência do homem brasileiro", promete solenemente S. Excia.: "O empolgante movimento de reconstrução nacional, consubstanciado no advento do regime de 10 de novembro, não podia esquecer-vos, porque sois a terra do futuro, o vale da promessa na vida do Brasil de amanhã.

O vosso ingresso definitivo no corpo da Nação, como fator de prosperidade e de energia criadora, vai ser feito sem demora”.

Transformadas as palavras em fatos, temos: o Banco de Crédito da Borracha S. A. com um capital inicial de cinquenta milhões de cruzeiros, depois elevado a cento e cinquenta milhões; o reaparelhamento dos serviços de transporte, subordinados ao Ministério da Viação; a migração de trabalhadores nordestinos, encaminhada pelo Ministério do Trabalho, inicialmente, e, depois, entregue à supervisão de um órgão especializado; o Serviço Especial de Saúde Pública; núcleos agrícolas sob a orientação do Ministério da Agricultura e, como órgão especializado desse Ministério, — o Instituto Agrônomico do Norte.

Ainda de acordo com o prometido pelo grande presidente, “também estrangeiros, técnicos e homens de negócio”, viriam colaborar com os brasileiros.

Contamos com o concurso dos nossos irmãos da América do Norte, não como acontecia em passado próximo, quando outros povos visavam “formar latifúndios e absorver a posse da terra, que legitimamente pertence ao caboclo brasileiro” mas numa estreita cooperação, leal, franca, ditada pela reciprocidade dos altos interesses econômicos que ligam as duas grandes Pátrias livres e soberanas.

Fundado o Banco de Crédito da Borracha em meados de 1942 e reorganizado em janeiro do ano seguinte, reiniciou essa instituição as suas operações, em fevereiro de 1943.

A finalidade imediata do Banco está intimamente ligada ao esforço de guerra, no desenvolvimento da produção da borracha para atender às necessidades das Nações Unidas, entre as quais tremula altaneiro o pátrio pavilhão.

Todo o esforço inicial, ainda continuado até o momento, foi concentrado naquele objetivo.

Contudo, não foram desprezados, em qualquer hora, os fundamentos para a estabilização da economia futura da região.

“Vencer a guerra para ganhar a paz” é o que recomendam os líderes das Nações Unidas.

Ganhar a paz, para a Amazônia, significa entre outras coisas, não desperdiçar, pois, “passou a época em que substituíamos pelo fácil deslumbramento, repleto de imagens ricas e metafóricas preciosas, o estudo objetivo da realidade”. Para honra do Brasil, o genial Presidente, na previsão dos fatos que se confirmaram, foi um dos primeiros a alertar a coletividade nacional, como se vê no *Discurso do Rio Amazonas*. Não só alertou-a, mas traçou-lhe rumos novos.

Sem desprezar o fator paz, lançou-se o Banco na corrida da produção para a guerra.

A paz representa para o Banco o bem estar dos operários — seringueiros sua situação econômica.

Segundo a orientação do chefe da Nação, todo o rendimento do trabalho deveria ser restituído ao trabalhador.

Disso resultou ter o Banco substituído alguns intermediários desnecessários, recebendo diretamente dos seringalistas as suas safras, sempre que assim o preferissem. Instalou-se armazéns e depósitos onde a borracha é classificada e pesada sem ônus para o produtor que recebe o seu valor, sem quaisquer deduções, a não ser as provenientes de gastos realmente realizados e inevitáveis.

Com um tal sistema lucra o produtor Cr\$ 1.50 por quilo, sem nenhum prejuízo para o Banco.

A instalação de agências em vários pontos da Amazônia permitiu aos seringalistas um financiamento mais rápido. Em pleno funcionamento se encontram a sede de Belém e as agências de Manaus, Pôrto Velho, Guarajá Mirim, Rio Branco, Cuiabá, Bahia e Fortaleza, além dos escritórios de Belo Horizonte, Distrito Federal e São Paulo, sendo que através dos dois últimos se realiza o fornecimento da borracha à indústria nacional.

Apesar de tão grande desenvolvimento se ter processado no curto espaço de alguns meses, dispondo o estabelecimento de um corpo de funcionários, na sua quase totalidade composto de elementos desconhecedores da profissão, verificamos, com patriótico orgulho, que não foi desprezada a extorsão do comandante em chefe, quando concitava os homens da Amazônia “a ter fé e trabalhar confiantes e resolutos pelo engrandecimento da Pátria”.

O Banco, procurou atender, na medida do possível, aos soldados da produção, convocados à Batalha da Borracha, sempre lhes fazendo sentir as altas finalidades do objetivo.

Em doze meses de trabalho, isto é, de março de 1943 a fevereiro do ano seguinte, realizou o Banco cerca de 600 contratos de financiamento pelos quais foram levantados, aproximadamente, cem milhões de cruzeiros. Entre os contratantes muitos não conheciam as dificuldades inerentes ao trabalho nas selvas, e isto jamais passou despercebido ao Banco. As referidas dificuldades, entretanto, juntaram-se vários outros fatores negativos.

O inimigo implacável conseguiu por algum tempo bloquear as costas do país, privando a Amazônia de abastecimentos vitais.

A carestia das utilidades, como é fácil prever, atingiu índices insuperáveis, apesar dos grandes esforços para debelar o mal.

A gravidade da situação perdurou num dos momentos mais prementes. Rio Branco e Pôrto Velho, centros de distribuição de mercadoria para os seringais centrais, se encontravam desprovidos de tudo; as informações de Altamira, no rio Xingu e de Itaituba, no rio Tapajós, eram as mais dolorosas, o mesmo acontecendo com Cruzeiro do Sul e Seabra. Belém e Manaus mal possuíam gêneros alimentícios para consumo local. Parecia que a produção gomífera não poderia ser enfrentada, por falta de indispensável abastecimentos na época oportuna, criando uma situação difícil para o Banco e, até certo ponto, deprimente para a Nação. Era preciso reagir! Produzir de qualquer forma!

Fôssem os seringalistas, com os recursos monetários facultados pelo Banco, aos últimos depósitos de víveres e, fechando os olhos à ganância de especuladores, acobertados pela “sagrada” lei da oferta e da procura, adquirissem a qualquer preço as mercadorias necessárias ao funcionamento dos seringais! Empregasse a RDC maiores sacrifícios.

E o inimigo foi vencido: a safra-sacrifício sobrepujou em 2 600 toneladas a do ano anterior, o que representa uma conquista de 54 000 quilômetros sobre a floresta amazônica ou a abertura de 9 000 estradas de seringueiros.

As cicatrizes que ficaram como testemunho da refrega impuseram aos seringalistas indomáveis, a necessidade de cultivar certas lavouras, em seus seringais, as quais começam a produzir os primeiros frutos, embora lhes falte, ainda, método.

E os que foram vencidos, aqueles seringalistas que por falta de experiência ou ausência de espírito de renúncia, foram tragados na voragem, isto é, nada ou quase nada produzindo ou abandonando o seu pósto de combate — também esses não podem constituir vi-

tória para o inimigo. A derrota foi aparente. Os seringais abandonados no primeiro embate, serão brevemente núcleos agrícolas onde cada seringueiro tomará o lugar do antigo patrão, permitindo assim a substituição de um vencido, por muitos e muitos novos seringalistas, em condições mais favoráveis. Pode-se concluir que o inimigo foi três vezes derrotado:

1.º — em vez de paralisação ou diminuição da produção houve um acréscimo de 2 600 toneladas, comparada com a safra anterior; 2.º — a escassez de viveres resultante do bloqueio, tornou possível o planto de culturas de subsistência nos seringais; 3.º — cada seringalista tombado ou cada seringal abandonado proporcionará a formação de cooperativas de pequenos seringalistas e estes serão muitas centenas dentro em pouco.

Para transformação da "exploração empírica" em "exploração racional" segundo o pensamento do egrégio Presidente Vargas, vem o Banco preparando o pessoal técnico indispensável.

O financiamento, pela forma como vem sendo realizado, exige como é natural, uma fiscalização permanente dos trabalhos da exploração dos seringais, etc.

Em vez de o Banco atribuir tais funções a capatazes, embora moralmente idôneos, criou um corpo de fiscais, composto de engenheiros agrônomos, técnica e moralmente recomendáveis.

Ao tempo em que esses técnicos agrícolas, inspetores, como se denominam, fiscalizam os seringais financiados, vão instruindo os trabalhadores no sentido de melhorar o rendimento e o preparo do látex, aconselhando medidas de saneamento, etc.; incutindo o amor à Pátria e as noções dos deveres sociais dentro da moralidade cristã; promovendo, quando oportuno festas cívicas nas datas nacionais.

Além desses relevantes serviços por eles prestados à grande massa de trabalhadores segregados da civilização acostumados em regra, aos maus tratos e às humilhações, sem nenhuma noção de civismo, e quase nenhuma de religiosidade — cumpre aos agrônomos-inspetores transmitir suas observações à sede do Banco sobretudo o que se relacione com as possibilidades do seringal ou da zona percorrida, inclusive meios de transporte, salubridade, fertilidade do solo, lavouras, indicadas pelas condições ecológicas da região, existência ou não de plantações, pastagens, etc., etc.

Tais relatórios constituem repositórios preciosos e indicarão com segurança os rumos a seguir, visando a "concentração e fixação do potencial humano" que substituirá a "colonização esparsa, ao sabor de interesses eventuais, consumidora de energias".

Não se pode falar na Amazônia sem que ocorra à nossa mente aquela "vale maravilhosos", "simbolizando a grandeza territorial, a feracidade inigualável, os fenômenos peculiares à vida primitiva e à luta pela existência em toda a sua pitoresca extensão", como eloquentemente sintetizou o autor do *Discurso do Rio Amazonas*.

Com referência à "hevea brasiliensis" há verdadeiro fenômeno naquelas paragens, parasitíacas.

No relatório sobre sua viagem através do alto Guaporé, em 1941, Mr. Charles Butler cita a produção de cada árvore, dentre as 150 observadas. Tal produção varia de 45 gramas a quase um quilo de látex por sangria. Segundo informações dignas de crédito, as árvores cultivadas tecnicamente no Oriente, não produzem mais de 40 gramas em média, por árvore e sangria. (V. M. Stanley-Ardem — *Hevea Brasiliensis* na Península Malásia).

Se é verdade que a seringueira produtora de 1 000 gramas, referida por Mr. Butler, não constitui regra geral, deve-se levar em conta, também, que existem seringais na mesma região que produzem em média cerca de 100 gramas por sangria.

Para ilustrar devo declarar que conheci em Pôrto Velho um jovem seringueiro do Sr. Albino Henriques, que produziu uma colheita de 3 452 quilos de borracha na safra 1942-43, trabalhando, sem qualquer auxílio, três estradas ou cortando 360 árvores.

As seringueiras no Estado do Pará, operadas durante 120 dias, produzem de 2 a 2½ quilos por árvore; mesmo aí se observa que as árvores nativas nada ficam a dever às de cultivo racional do Oriente.

Verificam-se outros fenômenos dignos de nota: a seringueira nativa vive muito bem em regiões completamente distintas onde são igualmente dispares as condições ecológicas.

Há seringueiras nativas em terrenos secos, altos, alagadiços e até nas frestas das rochas, como se fossem cactus originais...

Com as seringueiras de plantação de pé franco, verifica-se fenômeno semelhante.

Conhecem-se boas árvores plantadas por diletantes e, em franca produtividade, em terrenos secos como os do sítio "Catiporanga", nas proximidades de Manaus. Perto deste sítio, em terreno arenoso e paupérrimo, ainda existe o antigo Horto Florestal de Manaus, onde vicejam belas seringueiras, ao lado de frondosas castanheiras. Nos parques da capital amazônica, onde a grama resseca por falta de chuva nas estiagens, existem numerosas seringueiras ativas e imponentes.

Na região dos Autazes, alagada durante vários meses do ano foram plantadas — entre outros pelo cearense Queirós, desbravador daquela região muitas seringueiras que alimentam hoje a fábrica de látex concentrado da Companhia Nacional de Borracha de Manaus.

Nas margens do rio Tapajós e de seus afluentes existe uma apreciável número de seringueiras cultivadas rusticamente por pequenos sítiantes. As plantações da "Vila Amazônia" hoje patrimônio nacional iniciadas há doze anos compreendem 177 000 árvores que não fôra o abandono a que ficaram sujeitas durante cerca de três anos, estariam produzindo, as mais velhas, entre 25 a 30 toneladas.

Em Belém a seringueira legítima constitui adorno dos parques e praças públicas, além de existir um regular número de árvores plantadas nas imediações da cidade.

São zonas, como se vê, completamente diversas, mas onde — em todas elas — a seringueira plantada, tem produzido bons resultados.

Se tais plantações tivessem sido mais numerosas e se a técnica as tivesse orientado, bem diferente seria hoje a situação da Amazônia, quiçá do Brasil.

Há em oposição a estes fatos comprovados, o grande desastre da Companhia Ford.

Porque teria fracassado a grande plantação dessa Companhia, onde não faltaram técnicos competentes à vista dos muitos milhões de dólares investidos

Talvez seja isto um "fenômeno peculiar à vida primitiva".

Mas, não seria fenomenal que se multiplicassem nos viveiros, as seringueiras nativas que produzem dezenas de quilos do "ouro-negro", anualmente, ou mesmo aquelas cuja produção não alcança uma média superior a 10 quilos, porque mesmo estas, concorrem com grande vantagem com as do Oriente.

Também seria de desejar que os técnicos não desprezassem os ensinamentos infalíveis da mãe natureza.

E isto se fará sob os auspícios do Governo.

Voltando às realizações das promessas do Exmo. Sr. Presidente Vargas podemos destacar os seguintes algoritmos relacionados com o Banco de Crédito da Borracha, durante os 18 meses de sua reorganização e subordinados ao setor gomífero na máquina econômica da Amazônia.

— Inverteu no fomento da produção, operando diretamente com os seringalistas, mais de Cr\$ 130 000 000,00; concedeu adiantamentos a comerciantes, por conta de borracha pronta para embarque nos portos do interior, destinada a Manaus e Belém, cerca de Cr\$ .... 100 000 000,00; financiou a compra de pequenas e médias embarcações, sob garantia hipotecária, com importância estimada em Cr\$ ... 5 000 000,00; tem proporcionado créditos em conta-corrente, ao comércio importador e aviador de seringais estimados em mais de Cr\$ 20 000 000,00; com a exclusividade final das operações de compra e venda de borracha; permitiu aos produtores que lhe remetem diretamente o seu "fabrico", lucros por diferenças de despesas, no valor aproximado de Cr\$ 1,50 por quilo; mantém em pleno funcionamento em Belém, a título gratuito para os seus servidores, um curso de especialização bancária; criou um corpo técnico de inspetores, composto de 30 engenheiros agrônomos competentes, educados e moralmente idôneos; pelo beneficiamento da borracha bruta, pôde apresentar-lhe aos industriais nacionais e norte-americanos, tal como realmente é: a primeira do mundo, em qualidade, conseguiu que os processos do preparo da borracha nos seringais se afastassem da antiga rotina, de forma a evitar misturas fraudulentas; impôs-se à confiança do público, como atesta o volume dos seus depósitos que atingem importância superior a Cr\$ 70 000 000,00; está organizando uma biblioteca especializada em assuntos na região amazônica, tendo já adquirido cerca de 300 preciosos volumes, entre os quais destaco com preito de reconhecimento ao seu autor — o Sr. general Cândido Rondon — os *Relatórios da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas* que se não fôra a visível data que lhes atesta a idade trintenária, dir-se-iam escritos ou elaborados em 1943.

Conhecidos os problemas da Amazônia, fácil foi ao Banco elaborar um Plano para aplicação do Fundo Especial, visando o interesse geral da região e do Brasil e principalmente, da grande massa trabalhista que no imenso vale enfrenta a "luta pela existência em tôda a sua pitoresca e perigosa extensão".

O Fundo Especial referido, montando já a cerca de Cr\$ 80 000 000,00, constitui outra infofismável realização das promessas contidas no *Discurso do Rio Amazonas*.

Embora apenas aprovado pela Diretoria do Banco o mencionado Plano, tendo cabido a mim, por honrosa delegação dos meus pares, a sua elaboração e dependendo ainda, para sua execução, da necessária aprovação do Exmo. Sr. Presidente da República, procurarei reproduzi-lo em seguida, com algumas alterações que me ocorreram posteriormente e que serão sujeitas a nova aprovação da Diretoria da Instituição.

Ao fazer estas revelações assim procedo, como sincera homenagem ao egrégio Presidente Vargas, fonte inspiradora daquelas idéias.

Se tal Plano não merecer a aprovação de S. Excia. é que eu não apreendi, em tôda a sua extensão, o pensamento do grande Presidente. E aqui antecipo as minhas desculpas.

## — PLANIFICAÇÃO PARA APLICAÇÃO DO FUNDO ESPECIAL.

a) *Custeio da abertura das chamadas "estradas de seringueiros".*

Constitui a abertura da "estrada de seringueiro" a parte mais custosa na exploração dos seringais virgens ou paralisados de há muito. O capital aí investido somente é recuperável após o 2.º ano da produção e por isso é considerado, na Amazônia, uma aventura.

A imobilização de capitais, ali, de recuperação considerada demorada, não interessa a nenhuma classe que lá exerce sua atividade, por vários motivos — sem desprezar o psicológico.

Sabendo-se que, sem a abertura de tais "estradas" não é possível o desejado aumento da produção conclui-se que sem um auxílio direto, nesse setor, não será possível daqui por diante, tal aumento.

Concedido o auxílio equivalente a 80 % do capital a empregar, depois, é claro, de aberta a "estrada", é de se prever, como resultado imediato, a mobilização total de todos os seringais da Amazônia, possibilitando a safra a atingir cifras bem elevadas e proporcionando ao Banco, com tal aumento, a recuperação quase duplicada do auxílio atribuído ao seringalista, graças aos bônus quantitativos estabelecidos nos Acordos de Washington, de março de 1942.

A essa ajuda direta aos produtores, juntar-se-ão os resultados obtidos por eles, em função do aumento referido.

b) *Custeio da abertura de estradas de penetração ou varadouros.*

Os seringais de maior rendimento se encontram situados em terras centrais ou nos altos rios: na sua maioria ou se encontram paralisados presentemente ou jamais foram explorados. Em alguns desses seringais que estão sendo trabalhados, o seu alto rendimento é neutralizado pelas excessivas despesas de transporte, que ocasionam, muitas vezes, a perda e, sempre, a deterioração das mercadorias.

A abertura de estradas de penetração ou varadouros livrando cacheiras, alcançará, além de outros, dois magnos objetivos: atingir seringais de grande produtividade, completamente inativos presentemente, e reduzir ao mínimo as baldeações e conseqüentes despesas.

A verba que se vier a aplicar além dos efeitos avaliáveis à primeira vista, terá a sua recuperação assegurada na razão direta do aumento da produção.

c) *Instalação e manutenção de seringais-escola ou de adaptação.*

O curso de seringueiro só pode ser seguido no seringal, que é a sua oficina.

O seringueiro necessita ser intruído no corte das árvores, na colheita, na defumação e no preparo do látex, como precisa conhecer os meios naturais de defesa contra os perigos da floresta.

Enquanto não aprende tal ofício é chamado "brabo", na gíria, nada produzindo, podendo ser eliminado do meio dos vivos a qualquer momento, pelo que se torna difícil, até certo ponto, obter "colocação".

Seringueiro instruído no seu mister é trabalhador disputado pelos seringalistas que lhe concedem vantagens e até luvas lhe proporcionam, para atraí-lo aos seus seringais.

Acontece, porém, que as correntes emigratórias do Nordeste se constituem de "brabos" que os seringalistas relutam aceitar, criando às vezes, sérios problemas.

A imigração não admite restrições; pelo contrário, deverá avolumar-se cada vez mais.

Para obviar os inconvenientes citados e incentivar a imigração, tão necessária à Amazônia, a criação e manutenção dos seringais de adaptação é a única solução.

Aí será mantido o nordestino até que se encontre apto ao exercício da profissão.

Tal aprendizado não ultrapassará 90 dias em média.

Os gastos com a manutenção dos aprendizes serão ressarcidos em parte, com o serviço que vierem a prestar e o restante será coberto com a inevitável valorização do seringal-escola, por eles trabalhado.

d) *Equipamento de caucheiros.*

A extração do caucho é feita pelo processo de destruição da árvore produtora do látex, isto é, nada deixa atrás de si, além do resultado imediato da colheita.

O financiamento a pequenos grupos de trabalhadores-caucheiros sendo o mais interessante, encontra os óbices naturalmente resultantes da precariedade da operação.

Sendo o caucho grandemente necessário ao esforço de guerra e altamente lucrativa a sua extração, os riscos do financiamento deverão repousar no Fundo Especial — uma vez que aos pobres caucheiros será de todo impossível oferecer garantias subsidiárias.

— Os prejuízos — se os houver — não serão superiores aos lucros advindos da exportação, entre os quais os bônus quantitativos.

e) *Internato para os filhos dos seringueiros.*

Ainda por alguns anos além, não se poderá alterar substancialmente o atual sistema de vida nos seringais.

A transformação deverá ser lenta e metódica.

Uma coisa, porém, é inadiável, segundo o pensamento do Presidente Vargas: a redenção da criança.

E não haverá em todo o Brasil maior necessidade de auxílio à criança do que às que vivem para não dizer vegetam, nos seringais.

Muito têm feito as Missões Religiosas no interior do Amazonas; contudo muito ainda é preciso realizar, em benefício da infância.

Na impossibilidade de frequentar os externatos públicos, o aconselhável, o imediatamente exigível, é se internarem as crianças em colégios situados próximos das regiões seringalísticas, onde as inocentes criancinhas, sem saírem do seu ambiente, isto é, fora do tumulto das grandes cidades, receberiam uma instrução adequada, se lhes infundia o amor à terra pela prática ou aprendizado da agricultura, etc., bem como uma educação moral perfeita.

As inteligências reveladas seriam aproveitadas nos colégios das cidades de Manaus ou Belém.

Para evitar discussões prolongadas dos problemas relacionados com a educação, instrução e formação moral das crianças, às Missões Religiosas da Amazônia, principalmente às Salesianas, ali radicadas, poderiam ser confiados os internatos, subvencionados pelo Fundo Especial.

f) *Ligação terrestre das bacias dos rios Guaporé e Paraguai.*

De Manaus aos campos pastoris de Boa Vista do Rio Branco.

Dos rios Sucunduri e São Manuel (alto Tapajós).

Do rio Tocantins aos campos pastoris de Goiás.

Estrada de rodagem de São Manuel à rede rodoviária de Mato Grosso.

Os espaços inúteis do nosso "arquipélago econômico" repetem-se a cada passo na Amazônia, com graves prejuízos para a região e para o Brasil. A ligação do Guaporé ao Paraguai, por estrada de rodagem, uma das constantes preocupações do Presidente Vargas, pode ser custeada pelo Fundo Especial porque daí resultarão benefícios particularmente sensíveis aos produtores de borracha.

Uma estrada de comboio — ou picada — com as competentes clareiras para repouso do gado, ligando Manaus aos campos naturais além da serra da Lua, permitiria entre outras, as seguintes vantagens: transporte fácil e barato do gado de Boa Vista para Manaus, resolvendo, talvez, a angustiosa situação alimentar dessa capital; valorização da pecuária naquele rico Território Federal; verificação exata das possibilidades de povoamento e colonização duma extensa região de terras firmes ao norte do Amazonas, onde a extração da borracha poderia alcançar altos índices de produtividade.

Considerando-se a situação de Boa Vista do Rio Branco, não seria ilusório concluir-se que a modesta picada em breve se transformasse numa progressista estrada de rodagem, fulcro de uma notável realização para fixar o homem à terra.

A distância que separa os rios Sucunduri e São Manuel, ao que consta, não é superior a 70 quilômetros.

Uma estrada de rodagem ligando os dois rios, atravessando terras firmes e ricas em seringueiras, cauchais, etc., permitiria encurtar a distância que separa Manaus do povoado de São Manuel, nos limites do Estado de Mato Grosso — de 30 para 6 dias.

A ponta da estrada de rodagem construída pela Companhia Braco, já financiada pelo Banco, e partindo da linha tronco em direção norte, se encontra a cerca de 300 quilômetros de São Manuel.

Concluída tal estrada que atravessa, igualmente, ricos seringais, estaria concluída a ligação de Manaus, possivelmente de Boa Vista do Rio Branco, a Cuiabá, pelo centro do Brasil.

A construção de uma picada, ligando o rio Tocantins, na sua parte navegável, aos campos pastoris de Goiás, poderá resolver em parte a questão do abastecimento de carne à cidade de Belém, com a vantagem, também, de correr tal picada sobre terrenos firmes, abundantes em seringueiras, cauchais e castanhas.

Estas estradas e picadas concorrerão para aumentar a produção dos elásticos e poderão resolver, ao mesmo tempo, problemas de alto interesse nacional.

g) *Plantação racionalizada de seringueiras e de cereais; constituição de pequenas fazendas.*

É lugar comum dizer-se que a recuperação da Amazônia, a conquista dos mercados, a fixação do homem ao solo, etc., etc., não se podem basear na indústria extrativa da borracha nativa.

O Banco tem limitado o emprêgo de seu capital social, até o presente, na forma estatutária, aliás, no financiamento da produção silvestre, visando o seu aumento imediato, para permitir ao Brasil o cumprimento de suas obrigações.

Formado agora o Fundo Especial, é tempo de se iniciar, com decisão, o plantio da seringueira, mediante a formação de cooperativas de pequenos seringalistas.

Já vimos que o Brasil possui árvores capazes de produzir anualmente várias dezenas de quilos do ouro negro — ou em média 10 quilos

por árvore — ao passo que as seringueiras do Oriente mal alcançam, em geral a casa dos 6 ou 8 quilos.

Ao Instituto Agrônômico do Norte — outra bela realização das promessas contidas no *Discurso do Rio Amazonas* — caberá a tarefa silenciosa mas altamente patriótica de multiplicar aquelas prodigiosas árvores, de forma que a sua transplantação para outras regiões possa garantir um rendimento equivalente, resistência às doenças, etc., etc.

Verificado está pelos fatos que a seringueira plantada se adapta a todos os climas da Amazônia, desde o delta do grande rio às regiões mais centrais.

Como leigo cumpre-me perguntar:

Considerando que não é regra produzirem maus descendentes as sementes das árvores boas e já que possuímos tais árvores, deve-se iniciar o plantio imediato com aquelas sementes até que se possa apresentar um material cientificamente garantido?

Já observei que o exemplo da Cia. Ford, constitui uma exceção.

Ainda como leigo na matéria, pergunto:

Que valerá mais para o Brasil e para a Amazônia, iniciar imediatamente as plantações com o material que dispõe de pronto — as sementes das boas árvores — mesmo que 50 % se percam, o que seria largamente compensado com a outra metade, — ou guardar dois, três, quatro ou mais anos para plantar um material selecionado, cuja excelência somente os anos — os lustros vindouros, poderão confirmar?

Resolvida a questão do que plantar, resta o problema: onde e como plantar.

O sistema cooperativista se me afigura o mais recomendável. Adquirido um seringal pela Cooperativa — se fariam convergir para a sede do seringal — o que hoje se chama o barracão central — as estradas de seringueiros — no caso seringalistas cooperados.

Em vez das míseras barracas esparsas, serão agrupadas casas modestas mas dignas, permitindo o convívio social.

Cada seringalista-cooperado será o dono de sua estrada e, próximo à residência, fará a sua lavoura — mandioca, milho, feijão, cana, batata, arroz, juta, o que preferir, enfim, ou que for indicado; juntamente ou isoladamente plantará as seringueiras.

O gerente da Cooperativa seria o encarregado do armazém que se abastecerá diretamente das utilidades necessárias e as forneceria aos cooperados pelo custo, acrescido de pequena margem.

Não faltaria, no seringal da Cooperativa a pequena fazenda para criação de suínos, aves, gado vacum, etc., etc.

O Banco tudo facilitaria às cooperativas, sempre por conta do Fundo Especial, inclusive a compra, em caso de necessidade, dos imóveis, desde que não venha a Cooperativa a ocupar terras devolutas que seriam cedidas ou vendidas pelo Estado.

Outras aplicações poderá ter o Fundo Especial, além das mencionadas. A aplicação, na forma apresentada, em que pese a grande extensão do Plano, é realizável.

Não desejaria terminar sem lançar uma vista sobre o panorama econômico-financeiro da Amazônia. O tempo urge, meus senhores, e eu já abusei demais da vossa paciência.

Contudo, poderei resumir, dizendo apenas que a situação é sólida. O comércio, apesar da guerra, acumula lucros apreciáveis, as rendas públicas aumentam.

Meus senhores, há demonstração das realizações daquilo que foi prometido à Região no *Discurso do Rio Amazonas*, embora apenas iniciada a obra da ressurreição, somente me guiou a sinceridade, a franqueza simples e leal.

Quando evidencie a atuação do Banco de Crédito da Borracha S. A. visando tornar realidade indiscutível aquelas promessas, devo esclarecer que a sua Diretoria, da qual faço parte por indicação do Exmo. Sr. presidente do Banco do Brasil e a cujo quadro me orgulho de pertencer, nada mais fez do que executar, na medida do possível, o plano magistralmente traçado pela Comissão de Contrôlo dos Acordos de Washington sob a orientação esclarecida do Exmo. Sr. Presidente Getúlio Vargas”.



## INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO NACIONAL

**SUA INSTALAÇÃO E POSSE DA DIRETORIA** — Realizou-se no dia 14 de outubro próximo passado na sede do Clube Militar a solenidade de instalação e posse da diretoria do Instituto de Colonização Nacional. O ato foi presidido pelo general Cândido Mariano Rondon, tendo comparecido autoridades, figuras das nossas classes militares, representantes de entidades e associações culturais.

Aberta a sessão, o presidente convidou os representantes de ministros, o presidente do D. A. S. P. e os Srs. João Daudt de Oliveira, J. Carneiro Filipe e Juvenal de Queirós Vieira para comporem a mesa, dando a seguir a palavra ao tenente-coronel Frederico Augusto Rondon, que historiou a gênese da fundação do Instituto, nascido e criado no seio das classes armadas. Vitoriosa no meio militar, verificaram seus fundadores que só com a integração de elementos civis prestigiosos e capazes, o movimento em favor da reabilitação econômica social do nosso homem sertanejo atingiria plenamente seu objetivo, que é o de dotar o Brasil duma robusta mentalidade a respeito das questões relacionadas com os problemas humanos de nossos sertões. Dêse modo, foi promovida a transformação do movimento em entidade associativa e de caráter civil, cuja instalação e posse de sua primeira diretoria motivaram a solenidade. Por último, falou o Sr. Gil Amora, que fez uma dissertação sobre o tema: *Correção de estrutura, e de metabolismo econômico*, em que realçou a importância do problema de correção de nossas deficiências demográficas. Ao terminar a reunião, foi prestada uma homenagem ao general Cândido Rondon.



**ENTREVISTA DO TENENTE-CORONEL FREDERICO RONDON SOBRE A FUNDAÇÃO DO INSTITUTO** — A propósito da fundação do Instituto de Colonização Nacional, o tenente-coronel Frederico Rondon, seu diretor geral, concedeu à imprensa desta capital uma entrevista, abordando as principais questões referentes àquele Instituto.

Disse o tenente-coronel Rondon:

—“A idéia de constituir, no Brasil, um instituto de colonização nacional, com o fim de promover a solução dos problemas humanos do Sertão, cooperando com os órgãos oficiais interessados, em cada Estado, Território ou Município sertanejo, foi por nós apresentada em uma obra intitulada *Pelo Brasil Central*, que a Companhia Editora Nacional publicou em sua série Brasileira, em 1934. O Prof. Pierre Defontaine, então a serviço da Universidade de São Paulo, prefaciou-a, dando realce ao cunho geo-político, que lhe havíamos procurado imprimir.

Graças ao interesse despertado no meio paulista, naquele mesmo ano, foi fundado, na capital do grande Estado bandeirante, o primeiro grêmio precursor do Instituto, sob a presidência do saudoso general Almirão de Moura, então, comandante da 2.ª Região Militar. Outros grêmios surgiram sucessivamente, no Rio em 1935, sob os auspícios do Centro Matogrossense, e em Campo Grande (Mato Grosso), sob a presidência de honra do ilustre general Mascarenhas de Moraes, então, comandante da 9.ª Região Militar, em 1937. Tinham esses grêmios a missão de preparar esse ambiente social necessário a fundação definitiva".

### Um regulamento

— "Em janeiro de 1936, foi baixado um regulamento para a Inspetoria Especial de Fronteiras, que veio ao encontro do plano de remodelação dos nossos serviços de fronteiras, que, então, sugerimos. Infelizmente, esse regulamento não chegou a produzir os frutos esperados, em consequência da extinção da Inspetoria, no mesmo ano.

Em 21 de julho de 1938, foi fundado no Clube Militar, sob os auspícios do Sr. ministro da Guerra general Gaspar Dutra, e presidido pelo Sr. general Newton de Andrade Cavalcante o Instituto de Colonização Nacional, como uma experiência de organização sindical cooperativa.

Crescia o interesse nacional pelos nossos problemas de Sertão. Institutos similares apareceram no cenário nacional, despertando em nossos fundadores o desejo de vencer as primeiras dificuldades inevitáveis em organizações que, como esta, escapam aos moldes habituais de nossas atividades. A ausência temporária de elementos preponderantes na direção do Instituto nos primeiros anos havia agravado aquelas dificuldades a que nos referimos. Finalmente, em assembleia de 26 de agosto último, realizada ainda no Clube Militar, foram revistos os primitivos estatutos e eleita uma diretoria para o período de 1944-48, sob a presidência do Sr. general Cândido Mariano da Silva Rondon e presidência do Sr. general Gustavo Cordeiro de Faria, a qual terá empossada, hoje, às 20,30 horas, no salão nobre do Edifício Duque de Caxias, graças à gentileza com que o Sr. general José Pessoa, presidente do Clube Militar, acolheu o nosso Instituto, num gesto bem significativo de solidariedade das classes armadas, que S. Excia. legitimamente representa. Nossa pequena secretaria passou a funcionar no Edifício da Bolsa cujas dependências foram postas à nossa disposição, pela fidalguia acolhedora do Sr. Juvenal de Queirós Vieira, presidente daquela entidade que muito nos honra, figurando em nossa diretoria, em importante cargo técnico".

— "Eis em ligeiro esboço o histórico do Instituto de Colonização Nacional. Nossa organização se encontra delineada nos estatutos já impressos: uma diretoria geral, secundada por um departamento técnico, tem os encargos de direção das atividades econômico-sociais, coordenando diretorias regionais, que terão organização oportuna; um departamento geográfico, coordenando a ação de grêmios autônomos e comissões técnicas, desenvolverá a obra científica a que se propõe o Instituto; um departamento militar prepara-se para uma colaboração oportuna com os órgãos da Defesa Nacional, nos encargos atribuídos ao Instituto — execução de medidas militares, instrução dos contingentes coloniais, obras de interesse imediato da defesa nacional".

— "Dentro do programa do Governo Nacional, visando a valorização do homem e da terra do Brasil, o Instituto de Colonização Nacional

sentir-se-á venturoso em empreender um programa de ação prática, não somente nos grandes centros, mas especialmente nos Sertões fronteiriços e interiores, *in loco*, desde que lhes sejam proporcionados os meios materiais indispensáveis a tais empreendimentos.

Com os valores sociais que logrou reunir, conforme atestará a assembleia de hoje, o Instituto há de ter um lugar digno, no cenário nacional, e cumprirá sua missão precípua de colaborador dos poderes públicos na obra de assistência às nossas desvalidas populações sertanejas, promovendo na medida de suas possibilidades a solução dos problemas humanos do Sertão, através da colonização nacional. Desde já, pela ação de seu Grêmio Geográfico Central, que hoje se instala, como sociedade de estudos e obras sociais em prol dos Sertões brasileiros, ele há-de fazer jus ao seu lugar ao sol, como sociedade de evidente utilidade pública".

— "A proteção ao índio é, como se sabe encargo de serviço federal — o Serviço de Proteção aos Índios — sob a direção do Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Não caberá, portanto, ao nosso Instituto, que se propõe promover colonização nacional, localizando trabalhadores sertanejos, advenas e reservistas das Forças Armadas Nacionais. Os selvícolas emancipados, isto é, aqueles que não vivem na primitiva organização tribal, esses é que interessam, diretamente, ao novo Instituto, como legítimos trabalhadores brasileiros que são. Ser-lhes-á dado tratamento especial, em nossos futuros núcleos nacionais, atendendo suas idiosincrasias e mentalidades. Serão aplicados nas atividades de suas preferências, onde se apresentarem voluntariamente. E orçam por uma centena de milhar, em todo o país, os indígenas evoluídos nessas condições, que já disputam, com os chamados caboclos, lugares nas cidades do interior e seus arredores, como nas fazendas e empresas de indústrias extrativas, nestas a grande massa de trabalhadores regionais".

— "Tenho uma confiança ilimitada no caboclo — nosso futuro colono nacional — tanto no mestiço oriundo de nossas populações civilizadas, como naqueles indígenas emancipados a que nos referimos. Tenho-os observado em várias ocasiões, tanto nas zonas beneficiadas pela civilização, como em nossos longínquos Sertões fronteiriços. Acho-o um homem admirável física e moralmente considerado. Fazer sem saúde os prodígios de resistência no trabalho de que são capazes; suportar sem promessa ou esperança de remuneração compensadora os mais rudes encargos, nas comissões e empresas em que se engajam, levados mais pelo espírito aventureiro e pelo amor ao seu país, traduzido na ânsia de conhecê-lo, de "correr terra do Brasil" é privilégio de uma raça indiscutivelmente forte.

Façamos de nossa parte o que nos cabe, cumpramos o nosso dever, levando-lhes nossa solidariedade, não somente em versos ou discursos louvaminheiros, como compensação de antigos doestos, que já foram moda, mas concretizada em escolas, postos médicos, assistência cooperativa e crédito, fazendo obra inteligente e completa no mais sincero espírito de brasilidade, sem as segundas intensões de pretensos "protetores" de ontem, mais interessados no êxito de suas empresas que no futuro da nacionalidade, e, estou certo, o caboclo fará a sua parte nessa obra de reerguimento, de redenção dos Sertões brasileiros, em que tanto se empenha o Governo Nacional".

Finalizando, assim se expressou o tenente-coronel Frederico Rondon:

— "O Instituto possui uma ala militar e outra civil. A Defesa Nacional não pode ser monopolizada pelas organizações militares. Se

já não estivéssemos convencidos disso, a guerra total de nossos dias nos teria levado bruscamente a essa conclusão. Se é assim, nada mais natural que se prepare aquela defesa, sob certos aspectos, publicamente, com o concurso direto da Nação e até, se possível, com a cooperação dos povos irmãos que, vizinhos confiantes em zonas geo-econômicas que tanto interessam a nós como a eles, devem colaborar e participar daquelas medidas para gozar dos benefícios reflexos.

A ala civil do nosso Instituto está magnificamente constituída, constando elementos de grande valor que militam em diferentes setores de atividade: serviços federais, finanças, comércio, indústria, profissões liberais, imprensa e rádio. O Instituto de Colonização Nacional poderá ser amanhã uma escola de geo-política brasileira, batendo-se por esse ideal de posse útil do patrimônio territorial e valorização do homem brasileiro, preparando-o para uma cooperação ativa e eficiente com os povos americanos, numa obra duradoura de harmonia continental".

★

### INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

SESSÃO MAGNA COMEMORATIVA DO 106.º ANIVERSÁRIO DE SUA FUNDAÇÃO — No dia 21 do corrente, após a Assembléia Geral, realizou-se a sessão magna comemorativa do 106.º aniversário da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sob a presidência do Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente perpétuo que convidou para terem lugar à mesa o Sr. comandante Abelardo dos Santos Mata, representante do Sr. Presidente da República, Dom Francisco Aquino Correia e o 1.º secretário, Dr. Virgílio Correia Filho.

Em seguida o Sr. presidente Macedo Soares preferiu a seguinte alocução:

"O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro completa hoje o seu centésimo sexto aniversário. O ano social que findou com a presente sessão solene foi fecundo, e deixou nos nossos arquivos numerosos trabalhos de valor pelos senhores sócios, nas sessões ordinárias e extraordinárias. A nossa *Revista* está em dia, e foram publicados os últimos tomos do III Congresso de História Nacional, graças à atuação do ilustre consócio Sr. Cláudio Ganns.

O nosso prezado 1.º secretário Sr. Virgílio Correia Filho vai relatar as ocorrências do ano. O Sr. Pedro Calmon, ilustre orador do Instituto Histórico recordará os companheiros que perdemos, e que nos deixaram imorredoura saudade.

Tem a palavra o Sr. Virgílio Correia Filho 1.º secretário.

Dando início aos trabalhos do dia, o 1.º secretário leu as *Efemérides* do barão do Rio Branco no que dizem respeito a 21 de outubro.

Comunicou o Sr. 1.º secretário o oferecimento que o Sr. embaixador da República Dominicana, Max Henriquez Urefia, fazia de 18 volumes da "Colección Trujillo", obras referentes à História e desenvolvimento institucional, político, econômico, jurídico e cultural da República Dominicana, enviados pelo governo de seu país.

Em seguida, o Sr. 1.º secretário passou à leitura do seu relatório.

"Adstrito aos compromissos que espontaneamente assumiu, há 106 anos, com a coletividade patricia engalana-se hoje o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para comemorar a data que lhe assinala a origem.

O século decorrido não lhe esbateu o entusiasmo inicial, nem o desvio da magna missão a que o destinaram os fundadores, de estimular os estudos apontados no próprio título, mediante pesquisas diretas nos mananciais constituídos pela documentação dos seus arquivos, cujo acervo cresce de continuo.

Manuscritos valiosíssimos e mapas e livros, além das fotografias, quadros e peças do seu Museu, constituem-lhe o patrimônio, franqueado ao olhar indagador dos consulentes, que lhe procuram a tranqüilla sala de leitura para a colheita de informes necessários à elaboração do trabalho ideado.

O valor cultural, de suas coleções imprime-lhe realce admirável à opulência potencial, que não se acompanha, todavia, de garantias de estabilidade duradoura.

Falta-lhe para tanto, a base física necessária bem como a financeira.

A sede, já imprópria a resguardar dos danos gerados pelos agentes destrutivos o material delicado, nem comporta sequer, a expansão das estantes, de harmonia com o aumento dos livros e infólios. De mais a mais contribui, pelo excesso da umidade, para a proliferação espantosa dos insetos bibliófagos, cujo extermínio, exige operações onerosas e incessantes, dificultadas pela exiguidade angustiante de espaço.

Não obstante, graças à eficiente dedicação dos seus funcionários, cujo esforço cooperativo de algum modo compensa a escassez do número o Instituto não somente vê dia por dia avantar-se a herança acumulada pelas gerações passadas, como ainda mantém ao alcance dos estudiosos elementos informativos de que há mister para as suas pesquisas.

LIVROS — Assim é que se lhe multiplicaram as coleções, mercê de donativos de várias procedências, entre os quais soblevam três pela valia bibliográfica, tanto em quantidade como em qualidade.

O primeiro derivou de amável oferecimento da Embaixada dos Estados Unidos, por intermédio do seu dedicado Adido Cultural, Mr. William Rex Crawford, que se esmerou na gentileza de trazer à Secretaria mais de um catálogo de edições americanas, entre as quais deveria ser feita a escolha dos volumes com que a "American Library Association" pretendia apresentar a Biblioteca do Instituto.

As relações publicadas pela *Revista*, especialmente no n.º 182, à página 206, atestam, pelos títulos e autores, que algumas, possivelmente em remessas continuas, de que apenas faltam algumas, possivelmente extraviadas por circunstâncias adversas.

São, em geral, trabalhos em que se espelha a vida norte-americana, interpretada pelos seus historiadores, seus geógrafos, seus publicistas.

Também o "Instituto do Livro", ao ter ciência, pela sua chefia, da existência e funcionamento regular da "Sala de Leitura" do Instituto Histórico, houve por bem contemplá-lo em suas doações, que vieram contribuir para lhe opulentar o patrimônio.

São assuntos brasileiros, versados frequentemente por abalizados patricios.

Por derradeiro, a "Segunda Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia" abriu ensejo a mais uma das fecundas iniciativas do Conselho Nacional de Geografia.

Com o sadio intuito de ativar o intercâmbio cultural entre o Brasil e as repúblicas do Novo Continente, solicitou, de quem pudesse cooperar generosamente, a cessão dos exemplares disponíveis de trabalhos referentes a algum dos aspectos brasileiros, para serem oferecidos aos preclaros visitantes.

Ao pedido formulado com tais propósitos, não faltou o apoio previsto.

Para a escolha do que lhes agradasse, a que foram convidados os hóspedes, organizou-se admirável exposição na "Sala Varnhagen" cuja inauguração proporcionou ensino a expressiva cerimônia de confraternização pan-americana.

A primeira coleção de livros destarte reunidos, em cerca de sete centenas de obras várias não mais tornou ao Conselho Nacional de Geografia, que a destinou ao Instituto.

Além dessas três contribuições principais outras, de menores proporções, continuam a avolumar-lhe os bens, conforme indicam as páginas da *Revista* em que se registam as entradas de publicações recebidas.

Esses aumentos progressivos exigem maior cuidado de conservação. A carência de espaço, provocando o acúmulo de peças, agrava a dificuldade na luta contra as pragas, cuja resistência desafia a prova dos inseticidas comuns.

Depois de várias experiências ineficazes ou inexecutáveis nas circunstâncias atuais, preferiu-se ao menos enquanto não surge processo mais recomendável, a aplicação do preparado que melhores resultados manifestou.

O uso em maior escala irá provar se convém ou não perseverar no processo ora preferido para a defesa dos livros, cuja catalogação continuou no corrente ano, embora com sensíveis interrupções, causadas pelos congressos de geografia acolhidos em sua sede, para cujos trabalhos de secretaria tivessem que prestar o seu concurso eficientes, os funcionários do Instituto, assim desviados por vários dias de suas tarefas habituais.

**II REUNIÃO PAN-AMERICANA DE CONSULTA SOBRE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA** — Quando o Conselho Nacional de Geografia cogitou de organizar o programa dos trabalhos, que realizaram nesta capital, os delegados dos países americanos convidados para ajustarem diretrizes comuns de atuação especializada, esboçou-se para logo a questão da sala em que deveriam ajuntar-se para a troca de idéias.

E voz autorizada insinuou a possibilidade, altamente expressiva, de se abrigarem na velha sede hospitaleira do Instituto.

Não seria palácio acorde com o grau de cultura brasileira e apropriado a hospedar visitantes insígnies, e ninguém mais deplora tão doloroso contraste quanto os que diariamente vêem e revêem as deficiências orgânicas da centenária instituição.

Mas, em compensação, não encontrariam os geógrafos convocados para a "Consulta" local, nenhum tão vivo de tradições inspiradoras como o venerando templo da história nacional, em cujo recinto se constituiu a Assembléa Inaugural do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, ao findar dezembro de 1932. Aquil se organizou, pois, para as suas amplas campanhas culturais, a admirável instituição de cooperação internacional, de cuja iniciativa derivou o plano de "Segunda Reunião de Consulta" na capital do Brasil.

Ainda não emudeceram de todo as ressonâncias das vozes em três idiomas, o nacional, o espanhol, o inglês, que por alguns dias vibraram neste recinto, em pareceres bem fundamentados e deliberações destinadas a sistematizar as atividades geográficas pelos países americanos.

Todos se aperceberam da grandiosidade espiritual do ambiente em que trabalhavam, embebidos de luminoso idealismo, que, de outra feita, inspirou ao Dr. Pedro Sanches alvissareiro vaticínio.

Mi mas veemente deseo es que el Instituto Panamericano de Geografía y Historia por la naturaleza de sus trabajos, por la profundidad de sus investigaciones y por la inmensidad de su labor realizada, llegue a ser el cerebro de esta América para nosotros tan querida, y en un futuro no lejano, el cerebro del mundo".

Os anelos tão fervorosamente formulados pelo presidente da grandiosa organização parece que se vão concretizando, acelerados pela conflagração mundial, que realçou a coesão continental em defesa da soberania coletiva e dos princípios dignificadores da individualidade humana.

A uma voz, os países americanos repeliram o desafio selvagem e de tal maneira atuaram no concerto das nações aliadas contra as provocações totalitárias, que lhes é proclamada a eficiência do concurso de boa mente prestado.

É que os anima, de norte a sul, generosos ideais libertadores, a que deveram a sua própria emancipação e estão decididos a sustentá-los quando os vejam novamente ameaçados.

As opiniões harmonizam-se através das fronteiras, entre os povos do Novo Mundo, em benefício coletivo, como indicam significativas ocorrências.

Qualquer oportunidade bastará para evidenciar o acórdio geral, em se tratando de questões relacionadas com o futuro da América.

Seja a guerra maligna, traiçoeiramente declarada a um dos seus membros a que virtualmente se aliaram todos os outros, seja a paz, com os seus empreendimentos de cunho científico, industrial ou humanitário, de multifária maneira se patenteia a concordância continental.

A geografia não podia ser causa de exceções

Ao contrário, os problemas que se lhe incluem na alçada, provocaram amistosa aproximação entre os sabedores, que os estudaram em seus respectivos países e queriam conhecer as opiniões dos colegas distantes.

Destarte a "Segunda Reunião de Consulta" contribuiu sobremaneira para fortalecer os elos de solidariedade cultural entre os povos americanos, cujos especialistas em tais assuntos souberam sustentar os seus princípios sem desprezar as observações alheias, quando derivadas de maior experiência.

É ao cabo, ajustaram conclusões, que irão sistematizar as pesquisas geográficas adstritas a homogêneo critério científico.

Tornou-se patente a vitória da cooperação internacional, incomparavelmente mais eficaz do que os esforços dispersos de cada soberania.

Fôsse apenas essa a conclusão dos debates mantidos em ambiente de perfeita cordialidade e mútua compreensão e bastaria para tornar memorável a assembléa que o Instituto agasalhou, coerente com o seu proceder anterior e inspirado pelos mesmos altos propósitos de cultura o pan-americanismo em sua expressão mais sublime.

**X CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA** — Ainda era bem viva a lembrança da "Reunião de Consulta", quando foi a Presidência do Instituto solicitada a consentir que este agosto recinto, agasalhasse o "X Congresso de Geografia" cuja realização em Belém as circunstâncias de momento impediram.

Além das ocorrências mencionadas, que tão gratamente calaram no ânimo da operosa Comissão Organizadora, a sugestão amparava-se na tradição cultural do Instituto, de cunho geográfico, insculpido em seu próprio título pelos fundadores.

Em verdade, não se esqueceu os ensinamentos da "Conferência de Geografia" promovida pelo Instituto, por volta de 1926, cujas conclusões tornam de continuo à baila, quando se cogita da grafia mais racional de topônimos.

Basta essa referência, quando outras não a reforçassem, para indicar o acerto da providência, mercê da qual esta Casa de pesquisadores se povoou, durante memorável semana iniciada no Dia da Pátria, de geógrafos brasileiros, qua se reuniam fraternalmente, oriundos do extremo norte, ou do sul extremenho, para o estudo de questões atinentes aos assuntos de suas meditações.

Por dez comissões técnicas distribuíram-se para o exame de 165 memórias e teses apresentadas entre as quais figuravam muitas de valia notável, premiadas com louvores especiais.

Todas versaram problemas brasileiros de âmbito vário, conforme as preferências dos autores, que assim demonstraram o desejo de concorrerem para o melhor conhecimento do Brasil e da gente que lhe povoa o território imenso.

Intensas manifestaram-se-lhe, dessa forma, no decurso do ano a findar, as atividades geográficas, mediante certas, de âmbito internacional, o primeiro, e fronteiras a dentro, o outro, ambos superiormente dirigidos pelo preclaro presidente perpétuo do Instituto, embaixador José Carlos de Macedo Soares, a cujas luzes e tato recorreram com êxito.

CONFERÊNCIAS — Por outro lado realizaram-se conferências da série tradicional, em que foram explanados assuntos históricos por sabedores idôneos, como indica a relação iniciada após a derradeira sessão magna.

A 30 de outubro, em comemoração ao centenário do falecimento do padre Diogo Antônio Feijó, foram convidados os professores Ricardo Daunt e Luis Silva a expor as conclusões a que chegaram após estudos meticolosos nos despojos recolhidos ao sarcófago existente na cripta da Catedral da capital paulista.

A 21 de dezembro, por motivo semelhante, em relação ao arguto historiador inglês, a Afrânio Peixoto coube tracar-lhe o perfil e explanar o tema de sua formosa conferência:

#### *Southey e a História do Brasil.*

A 14 de abril o ministro Carvalho Mourão acrescentou mais uma contribuição comemorativa do "Dia da América", ao examinar os aspectos jurídicos da ideologia pan-americana.

Decorrido um mês, à tribuna compareceu por especial convite, o ministro da Fazenda, Sr. Artur de Sousa Costa, para exaltar a memória do mais antigo dos seus predecessores, Martim Francisco Ribello de Andrada, a quem coube gerir as finanças no primeiro gabinete organizado por D. Pedro I, quando arraiava a soberania brasileira.

Tocou a seguinte, a 21 de junho ao ministro Bernardino José de Sousa, que leu, do seu notável livro em elaboração, o capítulo intitulado "O carro de bois nos fatos importantes da História do Brasil".

As vésperas da realização da imediata, so-breveito lutuoso acontecimento, que privou o Instituto do seu sócio Grande Benemérito, professor Clóvis Bevilacqua, de que resultou o adiamento para 23 de agosto. Nesse dia, Rodrigo Melo Franco de Andrade discorreu acêrca do tema que freqüentemente lhe terá empolgado a atenção, como diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: *Araújo Pôrto Alegre, precursor dos estudos da arte brasileira.*

Por fim, a 5 de setembro, o atual diretor do *Jornal do Comércio*, Elmano Cardim, lembrou o vulto de um dos seus antecessores na chefia da folha veterana, em cujas colunas sempre encontra agasalho qualquer expressão verdadeira da cultura nacional.

E assim foi comemorado o centenário de José Carlos Rodrigues, que soube defender o prestígio da gloriosa tribuna secular em fase inquietada da vida republicana.

Com a palavra, o orador oficial do Instituto, Sr. Pedro Calmon, pronunciou a sua oração de elogio aos sócios falecidos, de mais um ano de existência completado pela Instituição de que fizeram parte.

O Sr. presidente, agradecendo a presença de todos que vieram à sessão magna, entre as quais destacou os representantes das altas autoridades deu por encerrada a sessão.



## INSTITUTO OCEANOGRÁFICO BRASILEIRO

POSSE DA NOVA DIRETORIA — Realizou-se, no dia 31 de outubro último, no Clube Naval a cerimônia da posse da nova diretoria do Instituto Oceanográfico Brasileiro com a presença de altas autoridades civis e militares.

A cerimônia foi presidida pelo ministro da Marinha, almirante Aristides Guilhem, e fizeram parte da mesa o almirante Américo Vieira de Melo, chefe do Estado Maior da Armada, Sr. Henrique Dodsworth, prefeito do Distrito Federal; Sr. Leitão da Cunha, reitor da Universidade do Brasil; almirante Jorge Dodsworth Martins, o novo presidente do Instituto e diretor geral de Navegação; almirante Antônio Sampaio, presidente do Clube Naval e capitão de mar e guerra Frederico Vilar.

Transmitindo a presidência do Instituto ao almirante Jorge Dodsworth Martins, o capitão de mar e guerra Frederico Vilar, em expressivo discurso, referiu-se à personalidade do novo presidente, cujo reconhecido valor, segundo acentuou, dispensava maior exaltação. Com perfeito conhecimento do assunto, historiou, comentou e traçou o problema do mar, no desenvolvimento econômico e científico do Brasil.

A seguir, uma vez terminada a cerimônia da posse, o almirante Jorge Dodsworth Martins pronunciou um brilhante discurso.

A Diretoria ficou assim constituída:

Patronos: Presidente Getúlio Vargas, almirante H. A. Guilhem, ministro da Marinha; Sr. Gustavo Capanema, ministro de Educação e Saúde Pública; Sr. Apolônio Sales, ministro da Agricultura; Sr. Joaquim Pedro Salgado Filho, ministro da Aeronáutica; Sr. Henrique de Toledo Dodsworth, prefeito do Distrito Federal; embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Presidentes de honra: Professor Raúl Leitão da Cunha, reitor da Universidade do Rio de Janeiro; almirante Raúl Tavares, presidente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro; general Sousa Doca, presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil; almirante Mário de Oliveira Sampaio, diretor geral de Marinha Mercante; almirante Dario Pais Leme de Castro; D.<sup>a</sup> Heloisa Alberto Tôrres, diretora do Museu Nacional; Sr. Ascânio de Faria, diretor da Divisão de Caça e Pesca; coronel Jonas Correia, secretário da Educação e Cultura do Distrito Federal; capitão de corveta Augusto do Amaral Peixoto, diretor da Comissão Executiva de Pesca; Sr. Cândido de Melo Leitão, presidente da Academia Brasileira de Ciências; Sr. Francisco Rodrigues Sousa, diretor dos Serviços Meteorológicos.

Sócios beneméritos: almirante Francisco de Barros Barreto; Sr. J. Gomes de Faria; capitão de mar e guerra Frederico Vilar; Sr. Levi Miranda; Sr. P. da Costa Rêgo; Sr. Ari Fernandes; capitães de fragata Francisco Xavier da Costa, Armando Pina e Alberto Gonçalves; Sr. Carlos Maul.

Diretoria: Presidente, almirante Jorge Dods-worth Martins; 1.º vice-presidente, capitão de fragata Ari dos Santos Rangel; 2.º vice-presidente, Sr. José Pimentel Duarte; 3.º vice-presidente, Sr. Paulo da Silva Bojunga; secretário geral, capitão de corveta Zilmar Campos Araripe Macedo; 1.º secretário, capitão-tenente Hélio Ramos de Azevedo Leite; 2.º secretário, 1.º tenente José de Araújo Filho; 1.º tesoureiro, Hélio Bastos Tigre; 2.º tesoureiro, 2.º tenente Murilo Rangel Ribeiro Lopes; bibliotecário-arquivista, Sr. Moacir de Castro Craine; procurador, Sr. Agenor Pereira Guimarães.

Conselho Diretor: — Membros efetivos: professor João de Raja Gabaglia, professora Sílvia de Bastos Tigre Maia, capitães de mar e guerra Radler de Aquino, Frederico Vilar e Francisco Xavier da Costa, professor Rodolfo Fuche, professor Paulo de Miranda Ribeiro. Srs. César Diogo, Alfeu Diniz e Hermínio Silva, Srs. Hermann Kleerekopper e Elzemann Magalhães, Srs. Geneville Hermdorff e Paulo Filho, capitão de fragata Miguel Magaldi, capitão de corveta Aurélio Linhares, Sr. Ari de Castro Fernandes, capitão de fragata Armando Pina, Dr. Carlos Moreira, capitão de mar e guerra Evandro Santos. Sr. J. Kuhlmann, capitão de mar e guerra César Machado da Fonseca, Sr. Antônio João Ribeiro, Sr. Raimundo Demócrito da Silva, Sr. Alberto Gonçalves, Sr. Manuel de Bastos Tigre, Sr. Antônio Augusto Xavier, do Instituto Osvaldo Cruz, Domingos Costa, do Observatório Astronômico Nacional, Mário Augusto Teixeira de Freitas, do Conselho Nacional de Estatística e José Gomes de Faria, do Instituto Osvaldo Cruz, capitão de mar e guerra Dídio Costa, diretor da *Revista Marítima Brasileira*, Srs. Henrique Marques da Cunha, do Instituto Osvaldo Cruz, P. Costa Rêgo, jornalista, Olimpio da Fonseca Filho, do Instituto Osvaldo Cruz, Sr. Carlos Neto, técnico de pesca, capitão de mar e guerra Álvaro Alberto da Mota e Silva, Sr. Gustavo Mendes de Oliveira Castro, do Instituto Osvaldo Cruz, Sr. Lejeune de Oliveira, do Instituto Osvaldo Cruz, brigadeiro Eduardo Gomes, diretor das Rotas Aéreas, Srs. Elzemann Magalhães Filho, técnico da Divisão de Caça e Pesca, Abelardo Marinho, técnico da Divisão de Caça e Pesca, Agnaldo do Vale Bentes, técnico da Divisão de Caça e Pesca, Sr. Tarcísio Magalhães, técnico da Divisão de Caça e Pesca, Sr. Luís Alves da Silva, industrial de Pesca, Sr. Pedro de Azevedo, tenente Antônio Hermano de Mendonça, Dr. Joaquim de Sampaio Ferraz.

★

#### LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS

Instituto de Estudos Portugueses

“O BRASIL E AS GUERRAS ANGOLANAS” — Realizou-se, no dia 23 de outubro último, no Instituto de Estudos Portugueses do Liceu Literário Português (Fundação José Gomes Lopes) a vigésima quarta lição deste ano, dada pelo Sr. Gustavo Barroso, sob o tema *O Brasil e as guerras angolanas*.

★

#### SOCIEDADE DOS AMIGOS DE OURO PRÊTO DO RIO DE JANEIRO

EXCURSÃO A OURO PRÊTO — Sob os auspícios da Sociedade dos Amigos de Ouro Prêto do Rio de Janeiro, será realizada, no próximo mês de novembro, uma excursão à histórica cidade de Ouro Prêto.

Serão também visitadas Mariana, e Congonhas do Campo onde se vêem preciosidades artísticas da lavra do grande mestre Aleijadinho.

É pensamento da Sociedade proceder à trasladação, para o Museu dos Inconfidentes, dos restos mortais do Aleijadinho e de Marília, que se encontram, ainda, na matriz de Antônio Dias, daquela cidade. Nesse sentido, vai a Sociedade entender-se com o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

— Para realizar os estudos necessários à fundação, em Ouro Prêto, de uma universidade, foi designada, na última reunião da Sociedade dos Amigos de Ouro Prêto a seguinte comissão, que, depois de concluir seu trabalho, se entenderá com o governo federal para obter a efetivação desse elevado objetivo: Srs. Fernando de Melo Viana, ministro Ataúlfo de Paiva, José Barbosa da Silva, José Mariano Filho e Sr. Antônio José Alves de Sousa.

— Dentro em breve, será levada a efeito, nesta capital, a Semana de Ouro Prêto, que abrangerá todos os aspectos daquela cidade, incluindo uma exposição completa de quadros de artistas nacionais e estrangeiros.

Será iniciada uma série de conferências sobre Ouro Prêto, estando a primeira a cargo do cônego Assis Memória. Tomarão parte, além de outras pessoas, os Srs. Melo Viana, Pôrto da Silveira e Campos Beremfield.

★

#### SOCIEDADE BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

“DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA EM 1920 E EM 1940” — O Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães, chefe da Secção de Estudos Geográficos do Conselho Nacional de Geografia, proferiu no dia 11 de outubro próximo passado, na Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, uma conferência sob o título *Distribuição da população brasileira em 1920 e em 1940*.

★

#### SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA INGLESA

“A MONARQUIA BRITÂNICA” — O embaixador britânico, nesta capital, Sir Donald St. Clair Gainer, especialmente convidado para falar na Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, pronunciou, no dia 13 de outubro último, uma conferência sob o tema *A Monarquia Britânica*, na qual analisou o curso de História através do qual lentamente foi evoluindo a monarquia britânica, desde a época dos normandos, em que essa monarquia era um símbolo da autocracia absoluta até os nossos dias. A íntegra da referida conferência será reproduzida na secção *Contribuição ao Ensino do número relativo a janeiro de 1945, deste Boletim*.

★

#### SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

EXTRATO DOS SEUS ESTATUTOS — O *Diário Oficial* de 16 de outubro último publicou um extrato dos Estatutos da Sociedade Brasileira de Estatística, criada nesta capital, a 5 de abril de 1940, em sucessão à entidade que,

sob o mesmo nome, foi fundada a 16 de dezembro de 1931, e de acordo com o artigo 19 do Decreto-lei n.º 24 609, de 6 de junho de 1934.

É o seguinte o texto do extrato divulgado pelo Sr. João de Mesquita Lara, 1.º secretário daquela Instituição:

A Sociedade Brasileira de Estatística tem sede no Rio de Janeiro, é de duração ilimitada, e os recursos financeiros, destinados à sua manutenção, são constituídos: a) — contribuições anuais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; b) — contribuições dos seus sócios; c) — subvenções e doações; d) — receitas diversas. São suas finalidades: desenvolver as relações entre os estatísticos brasileiros, com o objetivo de união de classe e de fomentar o espírito de solidariedade e cooperação; focalizar e discutir em comum as questões de estatística e de suas aplicações; promover o estudo da estatística geral e difundir a finalidade dos seus levantamentos; valorizar, no âmbito internacional, a obra da estatística e dos estatísticos brasileiros; promover a realização de conferências nacionais de estatística e de outros certames semelhantes, viagens e investigações, com o propósito de divulgar o aperfeiçoamento do método estatístico; organizar cursos de estatística e pleitear a inclusão do ensino elementar dessa matéria nos cursos primário, secundário e profissional do país; sugerir aos órgãos superiores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e ao Poder Público a adoção de medidas tendentes ao aperfeiçoamento da estatística nacional e à realização de suas finalidades; manter intercâmbio cultural com entidades congêneres de outros países. É administrada por uma diretoria composta de um presidente, dois vice-presidentes, um secretário-geral, dois secretários-adjuntos, um orador e dois tesoureiros, com mandato de dois anos. O presidente representará à Sociedade, ativa e passivamente, judicial e extra-judicialmente. Os seus estatutos são reformáveis, em qualquer caso, pela Assembléa Geral, mediante proposta da diretoria ou de um terço dos associados, depois de ouvida a Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística. Os seus sócios não

respondem, nem subsidiariamente, pelas obrigações sociais. A sua extinção só se verificará quando o número de sócios fôr inferior a sete, e, nesse caso, o seu patrimônio será incorporado ao do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**SERÃO PREMIADAS TRÊS OBRAS SOBRE ESTATÍSTICA** — Reuniu-se recentemente a Diretoria da Sociedade Brasileira de Estatística sob a presidência do Sr. Valentim Bouças. Nessa reunião foram aceitas 28 propostas de novos sócios e tomadas várias deliberações, de interesse para o desenvolvimento das atividades sociais. Ficou ainda deliberado que a sociedade lançará imediatamente um concurso para a concessão de três prêmios, no valor de Cr\$ 5 000,00 cada um, a autores de trabalhos estatísticos, segundo as especificações que serão divulgadas.

Foi aprovado ainda um plano de novos serviços a serem prestados aos sócios, inclusive a publicação de obras especializadas e o fornecimento de extratos de compêndio e cópias de artigos divulgados em revistas técnicas.

★

### SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO

**COMISSÃO DIRETORA DOS CONGRESSOS BRASILEIROS DE GEOGRAFIA** — Realizou-se, no dia 18 de outubro último, na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, a Assembléa Geral extraordinária convocada pelo Conselho Diretor da Sociedade em sua oitava sessão anual realizada em 5 do mesmo mês. Na Assembléa, que foi presidida pelo almirante Raúl Tavares, foram aprovadas várias resoluções, dentre as quais uma proposta do tenente-coronel Frederico Augusto Rondon sobre a nomeação de uma Comissão Diretora dos Congressos Brasileiros de Geografia. Foi unanimemente aprovada sendo nomeados os Srs. ministro J. S. Fonseca Hermes, Cristóvão Leite de Castro, Carlos Augusto Guimarães Domingues, Mário Rodrigues de Sousa e Murilo de Miranda Basto.

★

## Certames

### I CONGRESSO ECONÔMICO DO OESTE

**PALAVRAS DO GENERAL RONDON SOBRE O IMPORTANTE CONCLAVE** — O I Congresso Econômico do Oeste, projetado pelo governo estadual de Goiás com o apoio do Ministério da Agricultura e destinado a estudar e revelar as riquezas de nossas regiões de centro-oeste ainda quase inexplorado em grande parte e com imensas possibilidades de exploração e desenvolvimento imediato, tem despertado grande entusiasmo em todos os recantos do país.

A propósito de tão importante e significativo acontecimento, o general Cândido Mariano Rondon, velho desbravador de nossos sertões e o melhor conhecedor da hinterlândia brasileira, principalmente do Oeste, concedeu à imprensa desta capital, uma entrevista na qual abordou várias questões referentes aos nossos problemas do Oeste. Disse o general Rondon: "Confesso que ainda não tive tempo de estudar com cuidado, o programa do Congresso. Todavia, como conhecedor de todas as regiões interessadas na sua realização, não posso deixar de louvar os realizadores do certame, cuja repercussão na vida do Oeste brasileiro deverá ser extraordinária.

Goiás, um Estado riquíssimo, impõe-se, principalmente na pecuária. Mas possui também reservas minerais incalculáveis, de cristal de rocha, da melhor qualidade. No terreno agrícola, deve-se ressaltar a fertilidade de seu solo, capaz de produzir tudo. No "cerradão", na região do Planalto, as possibilidades de exploração da borracha de mangabeira são enormes".

Resumindo seu pensamento sobre o influxo que o próprio Congresso virá trazer à vida econômica do Oeste, assim falou o general Rondon:

— "Verificamos, pondo em apreciação somente os Estados de Goiás e Mato Grosso, que as riquezas existentes e ainda não exploradas no Brasil central são colossais, oferecendo larga margem para sua industrialização. O problema ali, como em toda parte, é o transporte. Mas o Congresso Econômico, que se pretende realizar, não só porá tais riquezas em evidência como oferecerá solução para os mais prementes problemas da região. Trata-se, pois, de um certame destinado a ter profunda repercussão na vida econômica do país".

**RACIONAL APROVEITAMENTO DOS PRODUTOS NATURAIS DE GOIÁS E MATO GROSSO** — Realizar-se-á, brevemente, em Goiânia o I Congresso Econômico do Oeste, cujo plano foi elaborado obedecendo ao critério de estudar os problemas no seu próprio meio geográfico e discutir objetivamente as medidas práticas visando o aproveitamento imediato dos grandes depósitos de matérias primas das zonas ocidentais do país. Esse conclave, o primeiro, no gênero, a ser efetuado no Brasil, enquadra-se perfeitamente nos princípios da política nacional, motivo por que desde já vem recebendo entusiásticas adesões de figuras as mais representativas na vida nacional, inclusive de interventores federais e técnicos de diferentes unidades federativas.

O plano geral do certame consiste na discussão de providências tendentes a intensificar um racional aproveitamento e exploração das matérias primas de Goiás e Mato Grosso. Estudar-se-ão também os fatores antropogeográficos, isto é, as condições de saúde, educação sanitária, costumes, assistência hospitalar, a questão dos latifúndios, os problemas do co-

operativismo, a lacolização de imigrantes em terras agricultáveis e fundação de patronatos espectralizados para menores abandonados.

Por outro lado, é tão grande a importância do I Congresso Econômico do Oeste que os temas do seu programa compreendem também outras discussões de caráter social. Uma delas é a que se refere à difusão do ensino rural no Brasil Central, objetivando a alfabetização das massas camponesas, através de um programa educativo racional.

Outros temas destinados a grande repercussão referem-se à abertura de novas vias de escoamento no Oeste brasileiro, para uma circulação mais intensa e franca da riqueza mineral da região para os mercados consumidores.

Como se vê, o conclave reúne, em virtude das questões objetivas que procurará solucionar, assuntos dos mais relevantes na vida econômica deste pedaço do continente americano, sendo, por isso mesmo, fadado a constituir um acontecimento dos mais momentosos de quantos, nos últimos tempos, já se levaram a efeito no Brasil.

★

## Unidades Federadas

### ALAGOAS

#### Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda

**ALAGOAS E SEUS MUNICÍPIOS** — O Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de Alagoas vem de editar interessante monografia — *Alagoas e seus municípios*.

Trata-se de uma bem elaborada exposição sobre a vida dos municípios, seus aspectos históricos e suas riquezas econômicas, trabalho de grande alcance no que diz respeito a um maior conhecimento dos problemas estaduais.

A referida monografia, que contém ainda preciosas informações geográficas e elementos estatísticos, representa uma contribuição do Departamento de Estatística de Alagoas para a II Reunião de Consulta sobre Geografia e Cartografia, recentemente realizada na capital da República e para o X Congresso Brasileiro de Geografia, também há pouco encerrado na metrópole do país.

Convém destacar que serviram de bases na elaboração deste precioso trabalho vários estudos levados a efeito pelos saudosos conterrâneos Tomás Espíndola, Moreira e Silva, Craiveiro Costa, Venceslau de Almeida, Pedro Paulino e particularmente de Joaquim Diégues, que justamente ao falecer em dezembro do ano p. p. estava fazendo a leitura crítica dos primitivos originais da parte referente aos aspectos históricos das comunas alagoanas.

★

### AMAZONAS

**A FUTURA SEDE DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMA — A COOPERAÇÃO DO AMAZONAS PARA SUA INSTALAÇÃO** — O interventor federal no Estado de Mato Grosso enviou ao Sr. Alvaro Maia, interventor federal no Amazonas, o seguinte telegrama:

“Cuiabá — 24 — Doutor Alvaro Maia — Interventor Federal — Manaus — Amazonas. N. de 1.153 de 23-8-44. — Havendo passado para Território Guaporé pelo Decreto-lei federal n.º

6 550 terras margem direita rio Machado onde se havia instalado sede município Ariquema vg acaba ser terminada transferência da mesma para margem rio Marmelos lugar denominado Parica que fica a montante paralelo 7 graus 48 minutos sul limite Estados vg conforme reconhecimento procedido pelo falecido engenheiro militar Emanuel Amarante para localização Serviço Proteção Índios pt Para ali se transportara prefeito e pessoal vg agente fiscal vg pelotão Força Policial vg que se encontra Angustura vg para estabelecerem núcleo inicial futura cidade vg fazendo esta comunicação solicito apoio Vossência sentido facilitar fundação sede referido município sugerindo organização de uma comissão mista para determinar ponto intersecção daquele rio com o paralelo divisor se Vossência julgar necessária essa demarcação pt Esperando continuação entre autoridades nossos Estados toda cordialidade fortalecendo cada vez mais nossa tradicional relação de boa vizinhança vg tenho satisfação apresentar Vossência meus atenciosos cumprimentos pt (a) *J. Ponce de Arruda*, interventor federal substituto.

Ainda a esse propósito o Sr. Agnelo Bitencourt enviou ao interventor Alvaro Maia o telegrama que se segue:

Conselho Nacional de Geografia — Diretorio Regional do Amazonas — Manaus, 26 de agosto de 1944 — Exmo. Sr. Interventor — Nesta — Tenho a honra de atender ao despacho de V. Excia no telegrama que lhe enviou o Sr. interventor federal em Mato Grosso, no qual solicita a nomeação de membros que integram uma Comissão Mista, para determinar o ponto de intersecção do paralelo de 8° 48' de lat. sul com o rio Marmelos, na linha de limites entre este e aquele Estado, ponto esse onde pretende localizar a sede do município de Ariquema. Examinando os mapas da região atravessada pelo referido paralelo, constante do levantamento realizado pela Comissão coronel Alcino Braga Cavalcante em 1909, não aparece o rio Marmelos na intersecção daquele paralelo. Ao contrário figura nascendo mais ao norte. No mapa do Amazonas organizado pelos engenheiros Lourival Alves Muniz e Antenor Rocha, o rio Marmelos também não é cortado pelo paralelo de

8º 48' lat. sul. Há dúvida sobre o ponto de sua nascente, tanto assim, que, na recente divisão territorial do Estado ao tratar dos limites entre Humaitá e Manicoré, no qual figura o rio Marmelos como linha divisória há a seguinte ponderação: "Caso tal nascente (a do Marmelos) seja ao norte deste paralelo (o de 8º 48' lat. sul), o meridiano da referida nascente, até o citado paralelo". Este Diretório não possui o levantamento desse rio, executado pelo saudoso engenheiro militar Emanuel Amarante, da Comissão Rondon, a que alude o Sr. interventor de Mato Grosso, no seu telegrama. Caso a linha geodésica, de 8º 48' corte o rio Marmelos, parece-me bem razoável a nomeação de um ou mais técnicos, componentes de uma Comissão Mista, por parte do Amazonas, afim de determinar a locação do ponto que se deseja conhecer e demarcar, naquele rio. Saudações atenciosas. (a) *Agnelo Bittencourt*, secretário.

O Sr. Alvaro Maia, interventor federal no Estado do Amazonas, enviou ao interventor J. Ponce Arruda o seguinte telegrama:

Interventor J. Ponce Arruda — Cuiabá — 15-9-42. Acusando despacho n.º 1 166 vg de 23 agosto vg tenho prazer colocar disposição Vossa Excelência todo nosso espírito cooperação para instalar novo município Ariqueama pt Congratulando Diretório Regional Instituto Brasileiro Geografia Estatística vg este manifestou opinião favorável vg adotada Interventoria Amazonas para nomeação um ou mais técnicos competentes Comissão Mista vg afim determinação locação ponto que se deseja conhecer e demarcar no rio Marmelos vg caso seja cortado linha geodésica a 8 graus 28 minutos pt Cordiais saudações — *Alvaro Maia*.

★

#### Instituto de Etnografia e Sociologia do Amazonas

HOMENAGEM AOS SRS. SAMUEL BENCHIMOL E OSVALDO VIEIRA — Realizou-se no Instituto de Etnografia e Sociologia do Amazonas, a sessão solene em homenagem ao Sr. Samuel Benchimol, que obteve medalha de prata no Congresso Brasileiro de Geografia do Rio de Janeiro, realizado recentemente na Capital Federal e ao Sr. Osvaldo Vieira, da Academia Paraense de Letras.

ADMITIDO COMO SÓCIO HONORÁRIO O SR. ALVARO MAIA — Em recente reunião do Instituto de Etnografia e Sociologia do Amazonas foi proposto e incluído, sob unânimes aplausos, o nome do interventor federal no Estado, Sr. Alvaro Maia, entre os de sócios honorários daquele Instituto. A deliberação foi comunicada verbalmente ao Sr. Alvaro Maia por uma comissão da diretoria daquela Instituição.

★

#### BAHIA

##### Centro de Instrução Técnico-Profissional da Força Policial

ENSINO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL — Em prosseguimento ao programa, organizado pela diretoria do Centro de Instrução Técnico-Profissional da Força Policial deste Estado, da realização de conferências fundamentadas no ensino de Geografia e História Militar do nosso país, foram levadas a efeito, ali, as seguintes, pelo tenente Ulisses da Rocha Pereira, representante do corpo docente daquela casa de ensino, o qual discorreu sobre os feitos épicos dos ingleses e brasileiros nas retiradas heróicas de Dunquerque e Laguna, respectivamente, fazendo ressaltar, principalmente

o espírito militar dos nossos maiores que tomaram parte na gloriosa retirada que imortalizou o bravo coronel Camisário; pelo tenente Claudionor Dória Lacerda, que mostrou a importância tático-estratégica do terreno nas operações bélicas.

★

#### Junta Executiva Regional de Estatística

REUNIÃO DA JUNTA — Contando com a maioria dos seus membros, reuniu-se a Junta Executiva Regional de Estatística, no dia 20 de outubro, sob a presidência do Sr. Filipe Neri, diretor geral do Departamento Estadual de Estatística, tendo sido tomadas, além de resoluções da ordem do dia, as seguintes deliberações: a) — voto de congratulações pelas recentes promoções dos Srs. Alexínio Bittencourt e Rubem da Silva Gueiros, o primeiro elevado ao posto de major do Exército e o segundo nomeado para o cargo de inspetor geral das Agências de Estatística no Brasil; b) — voto de congratulações ao Sr. Elísio de Carvalho Lisboa pelo muito que já fez em prol da estatística do Salvador e manifestar-lhe a confiança da J.E.R.E. no sentido de que continue a dispensar o seu valioso apoio à Diretoria Municipal de Estatística; c) — voto de congratulações ao vespertino *A Tarde* pelo transcurso do seu aniversário de fundação, ocorrido a 15 de outubro; d) — designação do Sr. José Nivaldo Aloni, diretor da Diretoria Municipal de Estatística, para substituir o Sr. Paulo Mesquita Lara na Comissão de Estudo da Nomenclatura de Indústria. Do expediente constou a leitura de Resoluções da J.E.C., Resoluções da J.E.R.E. do Maranhão, ofícios de agradecimentos do secretário geral do I.B.G.E. e do Sr. Roger Souvestre, presidente do Comitê da França Combatente na Bahia.

LEVANTAMENTO DA ZONA OESTE DO SÃO FRANCISCO — Em cooperação com o Conselho Nacional de Geografia, o governo do Estado da Bahia está fazendo o levantamento da zona oeste do rio São Francisco, entre este importante rio e a divisória com o Estado de Goiás. A tarefa foi dividida em duas etapas, a maior efetuada este ano.

Segundo comunicação do chefe da expedição, cujos serviços foram iniciados em julho, já foram percorridos cerca de 3 400 quilômetros de levantamentos e determinadas as coordenadas geográficas de 17 localidades, além de determinações altimétricas de grande número de pontos.

LEVANTAMENTO AERO-FOTOGRAFÉTRICO DE TODO O TRECHO MÉDIO DO RIO — Com o propósito de melhorar as condições de navegabilidade do São Francisco, no trecho médio entre Juazeiro e Pirapora, o governo federal empregará grandes verbas em obras de importância e há muito reclamadas. O plano para execução desses importantes melhoramentos está previsto para quatro anos, estando a cargo do 10.º Distrito de Fiscalização do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais.

Desejando fazer trabalho definitivo, ao contrário do que se há feito até aqui, o Departamento de Portos, Rios e Canais contratou, através daquele seu órgão na Bahia, e por sugestão do engenheiro Paulo Peltier de Queirós, chefe dos serviços, o levantamento aero-fotogramétrico, de todo o trecho onde vão ser executadas as ditas obras, com a companhia nacional de navegação aérea Cruzeiro do Sul.

Em outubro chegaram à Bahia para ultimarem as providências a fim de terem começo os levantamentos aerofotogramétricos, os enge-

nheiros Edison Cabral, chefe do Departamento de Aerofotogrametria da Cruzeiro do Sul e Placidino Machado, diretor de voo.

Falando à imprensa sobre os importantes serviços que dirigirá declarou o engenheiro Edison Cabral que aviões da carreira estão trazendo os materiais necessários à execução dos trabalhos, e que eles vão ter início imediatamente. Dois aparelhos serão empregados para os levantamentos aerofotogramétricos, sendo ambos devidamente adaptados para esse fim.

— Simultaneamente — adiantou — com a parte fotográfica, será procedido o serviço terrestre básico, compreendendo triangulação; medidas de base; poligonação; níveis, etc. Afim de atender todos esses serviços virão do Rio, inicialmente quinze engenheiros e topógrafos devendo esse número ser aumentado de acordo com o desenvolvimento dos mesmos serviços.

**LINHA AÉREA SALVADOR-PETROLINA** — E aqui faz o engenheiro Edison Cabral uma revelação: Em consequência e para facilidade de condução do pessoal que se encarregará desses serviços a Cruzeiro do Sul inaugurará dentro de poucos dias a nova linha Rio-Salvador-Petrolina utilizando para isso os aviões que demandam o Piauí. Informou, ainda, que esses aparelhos de transporte de passageiros e cargas da capital balana aquela cidade pernambucana, à margem do São Francisco, apresenta um grande melhoramento para a região san-franciscana.

**UM SERVIÇO DE NOTÁVEIS PROPORÇÕES** — Falando dos levantamentos aerofotogramétricos o engenheiro Edison Cabral disse que inicialmente será atacado o vôo fotográfico. Imediatamente depois de conseguidas as fotografias aéreas, será feito o serviço de restituição estéreo-fotogramétrico o qual se procederá na capital do país onde a companhia possui completas instalações para tal fim.

O estacionamento dos aparelhos para esses levantamentos se verificará em Petrolina durante cerca de quarenta dias, tempo necessário à execução da primeira etapa que compreende o trecho Juazeiro-Barra sendo os seguintes os pontos de abastecimento ou como eles chamam de apoio: Petrolina-Remanso-Xique-Xique e Barra.

O Chefe do Departamento de Aerofotogrametria espera concluir o trecho inicial do serviço dentro de uns quarenta dias de intenso trabalho. No próximo ano serão então reiniciados os levantamentos nos dois outros trechos, ou sejam: de Barra a Carinhanha e de Carinhanha a Pirapora.

Segundo declarou o engenheiro Edison Cabral, que se conheça, será esse o maior levantamento aerofotogramétrico que se faz no Brasil, abrangendo uma área continuada tão vasta como a do São Francisco.

**QUATRO ANOS** — Todo o serviço contratado com o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais consumirá quatro anos, adiantando o engenheiro Edison Cabral que à proporção que for sendo restituído, o serviço de levantamento aerofotogramétrico será entregue ao 10.º Distrito da Fiscalização porque ele orientará as grandes obras a executar no São Francisco.

A restituição, parte mais importante dos trabalhos será feito no escritório central da Cruzeiro do Sul que mantém uma equipe de cerca de cinquenta técnicos especializados em restituição e desenho cartográfico.

Os levantamentos aerofotogramétricos do São Francisco serão feitos na escala de 1:5 000 com curvas de nível de cinco em cinco metros.

Um oficial da FAB, já destacado para esse fim pelo comando da Base Aérea do Salvador, acompanhará todo o serviço aéreo.

★

## ESPIRITO SANTO

### Instituto Histórico e Geográfico

**VISITA DO SR. RODRIGO DE MELO FRANCO** — O Instituto Histórico e Geográfico do Estado recebeu no dia 19 de outubro último, a visita do Sr. Rodrigo de Melo Franco, diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Educação e Saúde. Durante a visita o Sr. Rodrigo de Melo Franco teve oportunidade de apreciar a pinacoteca, demorando-se no exame de cada uma das telas ali existentes, tendo elogiado o grande valor artístico e histórico das mesmas. Conduzido à sala de leitura teve também ocasião de apreciar alguns exemplares raros de curiosidades da coleção do Instituto.

Os presentes manifestaram ao ilustre visitante a sua gratidão pelo muito que vem fazendo pela restauração dos monumentos históricos do Estado. Fina a visita o presidente Araújo Primo ofereceu ao Sr. Rodrigo de Melo Franco exemplares dos últimos números da *Revista* do Instituto.

★

### Museu Capixaba

**SUA INSTALAÇÃO** — O Sr. ministro da Educação recebeu telegrama do Sr. Jonas dos Santos Neves, interventor federal no Espírito Santo, informando que, após alguns dias de exame do patrimônio histórico daquele Estado, regressou ao Rio o Sr. Rodrigo de Melo Franco de Andrade, diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ali deixando arroladas várias telas de pintores laureados e muitas imagens de notável valor escultural, principalmente dos antigos templos jesuítas e franciscanos.

Acrescentou o interventor espiritosantense que, apoiado pelo diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, foi resolvido fundar na velha capela de Santa Luzia, ultimamente restaurada pelo mesmo Serviço, um museu de arte religiosa.

Da mesma forma está sendo instalado no solar Monjardim, onde residiu Diogo Feijó, em Vitória, também restaurado, o Museu Capixaba.

★

**OBRAS DE HIDROGRAFIA NO LEITO DO RIO DOCE** — Das obras de hidrografia, iniciadas no leito do rio Doce, foram, já, efetuados trabalhos de desobstrução numa extensão de dez quilômetros, com drenagem e roçagem das margens, favorecendo o levantamento topográfico, concorrendo para o saneamento da região e para o desenvolvimento dos transportes fluviais.

★

## GOÍAS

**COLABORAÇÃO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA NA REALIZAÇÃO DO I CONGRESSO ECONÔMICO DO OESTE** — O chefe do Governo assinou, no dia 19 de outubro, o Decreto-lei n.º 6 974 autorizando o Ministério da Agricultura a colaborar com o Governo do Estado de Goiás na realização do I Congresso Econômico do Oeste, prestando-lhe assistência

por intermédio de seus técnicos, departamentos e serviços especializados. No mesmo decreto foi aberto àquele Ministério o crédito especial de cinqüenta mil cruzeiros (Cr\$ 50 000,00) para auxílio ao Estado de Goiás, destinado às despesas com a realização do referido Congresso.

★

### MATO GROSSO

**TAXAS "ESTATÍSTICAS" E "ITINERÁRIAS"** — A S. A. Frigorífico Anglo, em memorial dirigido ao Ministério do Trabalho em dezembro de 1942, reclamou contra a cobrança, por parte do Governo de Mato Grosso, das taxas "itinerárias" e "estatísticas". Incidia a primeira despesa-taxa, sobre o gado saído do Estado, recaindo a outra sobre produtos recebidos pelo comércio ou despachados para outros pontos do país ou para o exterior. Alegava a reclamante que os dispositivos legais em que se baseava o Estado ao exigir aquelas taxas eram manifestamente inconstitucionais e terminava pedindo providências, a fim de que cessasse a cobrança das mesmas. Submetido o assunto ao exame da Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais (CENE), opinou esta, por unanimidade de votos, fôsse ouvida a Interventoria de Mato Grosso, preliminarmente. Em julho do corrente ano, devolveu a Interventoria o expediente respectivo, acompanhado do parecer da Procuradoria Fiscal, que concluiu pela incompatibilidade das taxas com o art. 25 da Carta Constitucional. Informou mais a Interventoria haver sido abolida, pelo Decreto-lei n.º 568, de 5 daquele mês, a taxa de "estatística". Com os esclarecimentos da Interventoria, procedeu a CENE ao reexame da matéria, propondo, por maioria de votos, que se recomendasse ao Estado de Mato Grosso a revogação, também da taxa itinerária, como já o fez com relação à de estatística, pelo mesmo motivo — incompatibilidade constitucional. Depois de transcrever em sua exposição alguns trechos do parecer do relator da CENE, mostrando a inconstitucionalidade das taxas em apêreo, o ministro manifestou-se de acordo com a CENE, tendo o Presidente da República aprovado êsse parecer.

★

### MINAS GERAIS

#### Instituto Histórico e Geográfico

**ADMITIDO COMO SÓCIO HONORÁRIO O ARCEBISPO DE MARIANA — REPRESENTAÇÃO DO INSTITUTO NO X CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA** — Realizou-se, a 29 de setembro último, mais uma reunião dêsse sodalício, sob a presidência do Sr. Benedito Quintino dos Santos.

Foram aprovadas as atas das reuniões anteriores já publicadas e lido um volumoso expediente, onde se encontrava um trabalho do consócio Borja de Almeida sobre o senador Francisco Ferreira Alves, e um exemplar do relatório das atividades do Departamento Geográfico, de autoria do confrade Benedito Quintino dos Santos, apresentado à II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia.

No decurso dos trabalhos da sessão, foi apresentada uma relação dos novos sócios do Instituto.

Foram encaminhados à Comissão de Sócios diversos outros esclarecimentos, indicações e propostas recebidas sobre o quadro social.

Por proposta apresentada pelos consócios Geraldo Dutra de Moraes, Herculano Assunção, Benedito Quintino dos Santos, Joaquim Ribeiro

Costa e Copérnico Pinto Coelho, foi aclamado sócio honorário do Instituto o Exmo. e Rvmo D. Helvécio Gomes de Oliveira, arcebispo de Mariana, grande amigo do Instituto, ficando a diretoria incumbida dos entendimentos sobre a fixação da data em que S. Excia. será recebido e empossado.

A respeito do X Congresso Brasileiro de Geografia, realizado no Rio de Janeiro, de 7 a 16 de setembro próximo findo, o Sr. Quintino dos Santos fez longa exposição à casa, lembrando que o Instituto aderiu ao certame, referindo-se a diversos e importantes trabalhos realizados, teses apresentadas, providências sobre curso para profissionais de Geodésia, Topografia e Cartografia e ensino superior de Geografia. Referiu-se também ao trabalho que apresentou sobre conexão de redes geodésicas estaduais e federais.

Deu ainda informações sobre conferências, projeções cinematográficas e excursões geográficas realizadas durante o Congresso, cujo êxito foi completo.

O Sr. Joaquim Ribeiro Costa propôs um voto de congratulações ao representante do Estado, Sr. Benedito Quintino dos Santos, pela sua contribuição àquele importante conclave e êste, agradecendo, sugeriu que o Instituto se manifestasse junto ao Sr. governador do Estado, pelo valioso apoio dispensado e aos dirigentes do Congresso e pelos brilhantes resultados obtidos.

Aprovadas por unanimidade essas proposições, foi levantada a sessão.

**REPRESENTAÇÃO DO INSTITUTO NAS SOLENIDADES DO 50.º ANIVERSÁRIO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO** — Realizou-se no dia 26 de outubro último mais uma sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais sob a presidência do Cel. Herculano Assunção.

Lida e aprovada a ata da sessão anterior, passou-se ao expediente do qual constou além de vários ofícios, um do Sr. Christovam Leite de Castro, secretário geral do Conselho Nacional de Geografia, agradecendo a remessa dos Estatutos daquele Instituto e um telegrama do embaixador Macedo Soares agradecendo ao Instituto as felicitações enviadas pelo êxito do Congresso Brasileiro de Geografia.

Franqueada a palavra, o Sr. Copérnico Pinto Coelho comunicou à Casa estarem os Estatutos já devidamente inscritos no Registro Geral das Sociedades Cívis, passando em seguida à Mesa a competente certidão com o número do órgão oficial do Estado que fez a publicação.

O Sr. Geraldo Dutra de Moraes propõe, e é aprovado unanimemente, um voto de louvor ao tesoureiro por sua atuação em todos os encargos que lhe estão afetos, tendo o Sr. Copérnico Pinto Coelho agradecido essa manifestação da Casa.

Ainda com a palavra o Sr. Geraldo Dutra de Moraes encaminhou à Mesa uma proposta assinada também pelos Srs. Salomão de Vasconcelos, Herculano Assunção, Copérnico Pinto Coelho, Sílvio de Vasconcelos e Aristóteles J. F. Alvim, indicando para sócio correspondente em São Paulo o Prof. Tito Lívio Ferreira.

O Sr. Dutra de Moraes alegando estar o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo em preparativos para comemorar, a 1 de novembro, a passagem do 50.º aniversário de sua fundação, lembrou a conveniência da designação dos Srs. Aureliano Leite e José Bueno de Azevedo Filho, consócios daquela capital, para representar o Instituto naquela importante solenidade.

★

## Secretaria da Agricultura

**CRIADA A DIVISÃO DE CONSERVAÇÃO DE SOLOS, IRRIGAÇÃO E DRENAGEM** — O governador Benedito Valadares baixou em 27 de outubro, o Decreto-lei n.º 1.197, publicado no órgão oficial do Estado no dia seguinte, pelo qual foi criada na Secretaria da Agricultura, a Divisão de Conservação de Solos, Irrigação e Drenagem. Ao secretário da Agricultura foi atribuído, pelo mesmo ato legislativo, o encargo de organizar e regulamentar os serviços afetos à nova Divisão.

**CONCESSÃO AS PREFEITURAS** — Foi solicitada ao Departamento de Terras Devolutas da Secretaria da Agricultura a medição de vários patrimônios, para concessão às Prefeituras, em zonas ora em franca expansão.

★

## Sociedade Mineira de Geógrafos e Estatísticos

**5.ª SESSÃO ORDINÁRIA — X CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA** — Realizou-se no dia 21 de outubro último a 5.ª sessão ordinária da Sociedade Mineira de Geógrafos e Estatísticos, sob a presidência do Sr. Benedito Quintino dos Santos.

Foi lida e aprovada sem alterações a ata da reunião anterior, passando-se ao expediente do dia.

O Sr. Ribeiro Costa comunicou que foi feito o registro da sociedade, passando ao secretário a certidão do registro, juntamente com o recorte do *Minas Gerais* que publicou o extrato dos estatutos para esse mesmo fim, tendo ficado aprovado o expediente bem como autorizado a despesa havida. O presidente congratulou-se com os presentes pelo acontecimento que possibilita à sociedade os meios adequados à execução de seus *desiderata*. O Sr. Ribeiro Costa pediu a palavra e apresentou a circular que deseja enviar aos agentes municipais de estatística sobre a campanha de sócios entre os órgãos locais do Instituto. A medida foi aprovada. O Sr. Quintino dos Santos, ainda no expediente, comunica que representou o Estado e a sociedade junto ao X Congresso Brasileiro de Geografia, sob a presidência do embaixador Macedo Soares, onde se deliberou sobre assuntos da maior relevância, entre outras, que o próximo Congresso, que será o XI se realize em Belém do Pará, sendo ainda tomadas várias medidas no sentido do desenvolvimento de trabalhos geográficos no país. Comunica que apresentou trabalho a propósito da conexão das rédes geodésicas existentes no país, trabalho que foi encaminhado ao Conselho Nacional de Geografia. Comunica, ainda, que houve várias excursões e que foi honrado, pelo Sr. presidente do Congresso, com a designação para proferir o discurso na inauguração da Exposição de Cartografia. Participa, mais, que os trabalhos dos Departamentos de Estatística e Geográfico foram muito apreciados, salientando, assim, o desejo do Sr. governador de emprestar todo apoio ao X Congresso.

Na ordem do dia, o presidente põe em discussão o plano de instalação dos Departamentos do SOMGE. O Sr. Ribeiro Costa se refere ao regulamento já apresentado do Departamento de Assistência e Previdência que foi encaminhado ao Conselho, historiando o parecer do consócio Jaime Roscoe do Nascimento. Há troca de idéias, no momento, relatando, o Sr. presidente, o caso da filiação junto da União dos Empregados do Comércio, da Caixa de Pecúlios da Sociedade Mineira de Engenheiros, caso que poderia ser análogo ao da SOMGE. O Sr. Arinos Câmara opina pela criação da

Caixa de Pecúlios na própria sociedade, ainda que com pecúlios mais modestos. O Sr. Ribeiro Costa propõe que se leia, para orientar a discussão do assunto, novamente, o ante-projeto já apresentado, leitura feita pelo Sr. Leme Dias, ficando bem debatido, deliberando-se aguardar o pronunciamento do Conselho. O Sr. Quintino dos Santos, apresentando o ante-projeto do Departamento Técnico, esclarece que só o faz agora, devido às suas viagens de serviço, passando a fazer a leitura desse documento. Depois de lido, comentado e mandado encaminhar ao Conselho, o Sr. Quintino dos Santos lembra a conveniência de completar-se os entendimentos com o engenheiro e consócio Gil Lemos, sobre a reserva de um escritório do qual o mesmo dispõe, na avenida Afonso Pena e que deseja transferir, para a futura instalação do Departamento Técnico. A presidência ficou autorizada a obter seja reservado o referido escritório, desde que não haja ônus para a SOMGE, até que a sociedade possa tomá-lo para a instalação do Departamento Técnico. O Sr. Ribeiro Costa pede que se registre um voto de congratulações com o Sr. Benedito Quintino dos Santos, pela maneira auspiciosa com que representou a sociedade junto ao X Congresso Brasileiro de Geografia. Ainda com a palavra, o Sr. Ribeiro Costa lembra ao Sr. Valdemar Lobato sua velha promessa de obter uma estante para a biblioteca da sociedade, esclarecendo que já há livros que estão guardados, provisoriamente, em estante de uma das dependências do Departamento de Estatística. O Sr. Valdemar Lobato promete diligenciar a obtenção desse móvel e, continuando com a palavra, agradece aos companheiros a solidariedade de todos por ocasião do falecimento do seu progenitor, fato que muito tocou o seu sentimento e sua sensibilidade. O Sr. Ribeiro Costa, neste ensejo, propõe que a SOMGE mande rezar uma missa, como merecida homenagem espiritual que poderia ser marcada para 7 de novembro próximo, data da passagem do segundo mês do falecimento do venerando mineiro, ficando o Sr. Leme Dias incumbido de tratar do assunto. O Sr. Valdemar Lobato agradece mais essa prova de estima e passa a fazer a leitura do balancete do movimento da tesouraria até 30-VI-944. O Sr. presidente se congratula pela boa ordem dos trabalhos da tesouraria e passa a falar da colônia de férias que a SOMGE deve instalar, para repouso dos sócios não só da capital, como do Rio e do interior, assunto que é muito debatido, sendo apresentados vários alvitre. O Sr. Ribeiro Costa lembra que a sociedade deve promover uma reunião festiva, na primeira oportunidade, para conagraçamento e para maior união entre os obreiros da Geografia e da Estatística, proposta que é acolhida com agrado e que será considerada na ocasião oportuna.

Nada mais havendo a tratar o presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão.

★

## PARÁ

**INSTALADO O CONGRESSO DE PREFEITOS DO INTERIOR DO ESTADO** — Foi oficialmente instalado no dia 18 de outubro último, o Congresso de Prefeitos do Interior, no salão nobre da Escola Normal, com a presença de altas autoridades civis e militares. A sessão foi presidida pelo interventor Magalhães Barata que proferiu importante discurso sobre a vida dos municípios, encarando sob vários aspectos os seus problemas traçando os ritmos para uma política de recuperação, para o traçado de uma nova política econômica do Estado, com assento nas indústrias de beneficiamento dos produtos e industrialização de matérias primas.

Fêz-se ouvir, a seguir, o Sr. Arquibaldo Feio, diretor do Departamento das Municipalidades, abordando interessantes dados estatísticos, mostrando o crescimento da economia dos municípios e várias observações do Departamento, feitos à luz dos relatórios dos respectivos prefeitos.

Usou, ainda, da palavra, pelos seus colegas, o Sr. Davi Antônio José, prefeito de Moju. Deverão ser debatidos os assuntos e teses propostas ao Congresso pela Interventoria Federal pelo Departamento de Municipalidades e pela Comissão de Estudos dos Negócios Municipais, para traçar-se um plano de trabalho para cada município, atendidas as condições locais e as possibilidades de cada um. O Congresso, acen-tua-se, terá notável repercussão na vida administrativa do Estado, tendo sido, antes organizado, para cada município um *dossier* dos problemas relativos ao mesmo.

★

### PERNAMBUCO

Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio  
— Departamento Estadual de Estatística

ESTATÍSTICO À DISPOSIÇÃO DO I.B.G.E. — O interventor federal no Estado, tendo em vista a solicitação do presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares, por ato de 24 de outubro último, pôs à disposição daquele Instituto, sem ônus para o Estado, o Sr. Luis de Oliveira Periquito, estatístico-chefe do Departamento Estadual de Estatística, da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio.

★

### RIO GRANDE DO SUL

Secretaria da Agricultura

LEVANTAMENTO ESTATÍSTICO DA ZONA VINÍCOLA — A Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, procedeu ao levantamento estatístico da zona vinícola do Estado, abrangendo os municípios de Flores da Cunha, Antônio Prado e Vacaria.

Esse levantamento apresentou os seguintes resultados: 1 473 famílias se dedicam, na referida região, à viticultura, sendo 736 em Flores da Cunha, 465 em Antônio Prado e 272 em Vacaria.

Em 1944, a produção de uvas, em quilos, foi de 15 606 961, cabendo 12 614 774 a Flores da Cunha, 2 667 904 a Antônio Prado e 324 260 a Vacaria. A área total cultivada em parreiras é de 2 192 hectares, sendo 1 630 em Flores da Cunha, 357,5 em Antônio Prado e 204,5 em Vacaria. Nessa área estão plantados 369 353 pés de viníferas, sendo 124 887 de viníferas brancas e 244 266 de viníferas tintas, assim distribuídas: viníferas brancas em Flores da Cunha, 123 705; em Antônio Prado, 2 942; em Vacaria, 240. Viníferas tintas, em Flores da Cunha, 242 326; em Antônio Prado, 802; em Vacaria, 1 338.

★

### RIO DE JANEIRO

CRIADAS NOVAS CIRCUNSCRIÇÕES NOS MUNICÍPIOS FLUMINENSES — O interventor Amarel Peixoto assinou recentemente, um decreto-lei, criando vinte e seis novas circunscrições no Estado do Rio, nos municípios de Campos, Niterói, Nova Iguaçu, Rio das Flores, Três Rios e Vassouras.

★

## SANTA CATARINA

### Instituto Histórico e Geográfico

REPRESENTAÇÃO DO INSTITUTO NO X CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA — Realizou-se no dia 19 de outubro último mais uma reunião da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico, sob a presidência do Sr. Henrique Fontes.

Lido e despachado o expediente o Cel. Silvino Carneiro saudou o presidente, Sr. Henrique Fontes, em nome do Instituto pela sua atuação no Congresso de Geografia realizado recentemente no Rio de Janeiro. O Sr. presidente usou da palavra para dizer como desempenhou junto ao Congresso a missão de que fôra incumbido pelo Estado e Instituto Histórico e Geográfico, naquele certame. Disse haver tomado parte ativa nos trabalhos da 10.<sup>a</sup> Comissão. Designado, ainda pelo presidente do Congresso, Sr. embaixador Macedo Soares, percorreu parte da Baixada Fluminense, a grande obra de Saneamento do Distrito Federal.

Finalizando o 1.<sup>o</sup> vice-presidente agradeceu aos seus colegas de diretoria que lhe auxiliaram durante a ausência do Sr. presidente.

★

### SÃO PAULO

#### Departamento Estadual de Estatística

EXPOSIÇÃO DE ESTATÍSTICA E CARTOGRAFIA — Efetuou-se no dia 25 de outubro próximo passado na sede do Departamento Estadual de Estatística a solenidade inaugural da Exposição de Estatística e Cartografia, organizada por aquele Departamento, com o objetivo de mostrar, através de numerosos gráficos, mapas e boletins, o que São Paulo vem realizando por intermédio do importante órgão da administração estadual, nestes seis anos de atividade a propósito da vida social e econômica bandeirante.

Centenas de mapas, gráficos e outros documentos elucidativos se acham expostos e por eles os estudiosos podem aferir do notável progresso do Estado especialmente no tocante ao setor econômico.

Dando início ao ato inaugural, o Sr. Djalma Forjaz, diretor geral, com a palavra, explicou detalhadamente os finalidades da exposição. Lembrou, em seguida, o grande apoio que tem recebido do interventor Fernando Costa. Após fazer referências à importância da estatística como fonte de informação e orientação da opinião pública, o orador explicou as razões que têm impossibilitado a circulação do *Boletim do Departamento Estadual de Estatística*, desde o início do corrente ano. Fatores vários e principalmente a falta de papel influíram para que esse trabalho não fosse prosseguido, esperando porém que as dificuldades sejam removidas ainda neste ano.

★

### Instituto Histórico e Geográfico

10.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA — "O OURO NO BRASIL" — X CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA — PRÓXIMA ELEIÇÃO DA DIRETORIA — 150.<sup>o</sup> ANIVERSÁRIO DO NASCIMENTO DO BRIGADEIRO TOBIAS DE AGUIAR — Realizou-se no dia 5 de outubro último a décima sessão ordinária anual do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo sob a presidência do Sr. N. Duarte Silva. Após a posse dos novos sócios efetivos, Srs. Américo

R. Neto e Alfredo Gomes o Sr. presidente comunica que já está sendo impressa a *plaquette* comemorativa do cinquentenário do Instituto, assim como o 1.º volume da obra *Ouro do Brasil* do Sr. Alvaro de Sales Oliveira, sendo de esperar que o segundo volume fique pronto no próximo ano. Chama a atenção para o valor do trabalho, cujo aparecimento fica ligado à vida do Instituto.

Pelo 1.º secretário foi lida uma carta do Sr. Hélio Viana, em que o signatário dá conta dos trabalhos do X Congresso Brasileiro de Geografia, reunido, recentemente na capital do país e de outras atividades de interesse para o Instituto.

Lembra o Sr. presidente que no dia 25 do corrente far-se-á a eleição da nova diretoria do Instituto, chamando a atenção para o art. 54 dos Estatutos, segundo o qual só poderão votar os sócios presentes e em escrutínio secreto, o que implica a não aceitação de votos por procuração.

O Sr. presidente anuncia que o *Diário Oficial* da União publicou o decreto que concede ao Instituto, no corrente ano, uma subvenção federal de dez mil cruzeiros. Comunica ainda que pelo Governo do Estado foram aprovadas as contas apresentadas pelo Instituto em 1937 sobre as despesas com as comemorações do III Centenário de Ubatuba.

A fim de ser ouvido o orador inscrito, foi feita a inversão dos trabalhos, tendo ocupado a tribuna o Sr. Américo R. Neto que discorreu sobre a figura do brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, cujo centésimo quinquagésimo aniversário de nascimento transcorrerá no dia 4. O conferencista chama a atenção para a injustiça dos estudiosos em relação a essa figura notável do nosso Estado, que parece só haver passado para a história por dois fatos de importância secundária, como segundo marido da marquesa de Santos e como vencido da Revolução de 42. Discorre, a seguir, sobre a sua atividade múltipla e proficiente na administração do Estado, insistindo no valor de suas iniciativas, algumas das quais somente em nossos dias puderam ser concretizadas: o problema dos transportes, a criação da imprensa oficial, do denominado "Gabinete Topográfico", que pode ser considerado como o embrião da Escola Politécnica e da Diretoria de Viação e Obras Públicas, além do cuidado que lhe mereceram outros problemas de interesse magno para a vida da Província, como o das estatísticas e das barreiras inter-estaduais. Agradece, a seguir, as palavras do 1.º secretário, quando de sua saudação, e faz ressaltar a importância para a sua carreira o fato de entrar para o quadro social do Instituto.

Com a palavra, depois, o Sr. Alfredo Gomes, agradece a manifestação de carinho de que fôra alvo, ao ser recebido no Instituto e se congratula com a sua admissão para esse sodalício.

Depois de intervalo de alguns minutos, na segunda parte dos trabalhos foram postas em votação três novas propostas para sócios correspondentes, dos Srs. Enrique de Gandia, Ariosto Espinheira e Olavo Dantas, as quais foram aprovadas.

Ninguém mais havendo feito uso da palavra, foi encerrada a sessão.

**SESSÃO DE ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS SOCIAIS DE 1944 — ELEITA A NOVA DIRETORIA PARA O TRIÊNIO DE 1945-47** — O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou no dia 25 de outubro último a sessão de encerramento dos trabalhos sociais de 1944, sob a presidência do Sr. José Torres de Oliveira, presidente perpétuo daquele sodalício.

Depois de anunciar a finalidade da sessão, destinada a encerrar os trabalhos do corrente ano social e a eleger a nova diretoria para o triênio de 1945 a 1947, o Sr. presidente nomeia escrutinadores os Srs. Tenório de Brito e Amador Florence, os quais examinam a urna de votos e declaram encontrá-la em ordem, exibindo-a aos sócios presentes. Após um intervalo de dez minutos para organização de cédulas, foi feita pelo Sr. 1.º secretário a chamada nominal dos votantes, em número de 30, pela ordem das assinaturas do livro de presença. Recolhidos os votos foi aberta a urna e verificado que o número de cédulas existentes correspondia ao dos votantes.

Feita a leitura de cada cédula pelo Sr. presidente e contados os votos pelos escrutinadores, apurou-se o resultado seguinte: Sr. Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker, 1.º vice-presidente, com 26 votos; Sr. Frederico de Barros Brotero, 2.º vice-presidente, com 26 votos; Sr. Nicolau Duarte Silva, 3.º vice-presidente, com 27 votos; Prof. Tito Lívio Ferreira, 1.º secretário, com 27 votos; Sr. Carlos Alberto Nunes, 2.º secretário, com 27 votos; Sr. Alvaro da Veiga Coimbra e Sr. Ciro Tassara de Pádua, suplentes do 2.º secretário, com 29 e 28 votos, respectivamente; Prof. Dácio Pires Correia, tesoureiro, com 30 votos; e Prof. José Carlos de Ataliba Nogueira, orador oficial, com 27 votos. Feita a proclamação da nova diretoria pelo Sr. presidente, acolheu-a a assistência com uma salva de palmas. Em nome dos seus companheiros eleitos, o Prof. José Carlos de Ataliba Nogueira proferiu expressivo discurso, para agradecer a distinção da escolha e reiterar o propósito de todos no sentido de se esforçarem por honrar as tradições do Instituto.

Pede a palavra o Sr. Amador Florence e chama a atenção do auditório para o que dispõem os estatutos sociais a respeito das sessões ordinárias, assim consideradas somente as que se realizam no dia 5 de cada mês. Nestas condições, conclui o orador, a sessão de encerramento dos trabalhos, que estatutariamente deve realizar-se no dia 25 de outubro de cada ano, destina-se exclusivamente ao retrospecto do que se realizou nas sessões anteriores, e trienalmente, à eleição de nova diretoria. Trata-se, pois, de uma sessão implicitamente extraordinária, cuja significação especial não deve ser diminuída pela discussão de assuntos peculiares às assembleias comuns, tais como a mera leitura de expediente, a discussão e votação de propostas para novos sócios, etc. Rematando a sua argumentação, propõe o Sr. Amador Florence o encerramento da sessão.

Opinião discordante é manifestada pelos Srs. Francisco de Assis Iglésias e Cel. Tenório de Brito, que sucessivamente ocupam a tribuna, para defender o ponto de vista de que a eleição de novos sócios, especialmente quando o Instituto comemora a sua data cinquentenária, deve constituir motivo de júbilo geral, pois tal eleição revelaria o prestígio crescente do sodalício e serviria de estímulo a muitos estudiosos que ainda não pertencem ao quadro social.

Posta a votos a controvérsia, é a mesma dirimida pelo voto da maioria em favor da opinião do Sr. Amador Florence.

Em seguida, o Sr. Igor Dolgorukij pede a palavra e propõe, com geral aprovação, que se insira na ata dos trabalhos um voto de louvor à diretoria que acaba de terminar o seu mandato.

O Sr. Nicolau Duarte Silva pede à Mesa que se esclareça a finalidade das sessões de 25 de outubro, uma vez que as eleições de novas diretorias se realizam somente de três em três anos. Observa o orador que, quando tais eleições não se verificam, seria estranhável que o

fim da assembléa de 25 de outubro se limitasse ao simples encerramento dos trabalhos sociais, sem discussão de qualquer outro assunto.

O Sr. presidente pede ao Sr. Duarte Silva que reserve os seus argumentos para uma outra oportunidade, por não terem os mesmos aplicação no momento, estando a matéria vencida pelo voto da maioria.

Finalmente, o Sr. presidente anuncia que o cinqüentenário do Instituto será condignamente comemorado com a realização de várias sessões solenes, assim como com a edição duma *plaquette* e a publicação do trabalho *Moedas do Brasil*, obra em dois volumes de autoria do Sr. Álvaro de Sales Oliveira. E dá por encerrada a sessão, congratulando-se com a assembléa pela ordem observada durante os trabalhos.

★

### Instituto Geográfico e Geológico

**SOLICITAÇÃO DE UM DOS MEMBROS AO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA** — Na reunião de 17 de outubro último da Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais, sob a presidência do Sr. Adroaldo Junqueira Alves, foram apreciados vários assuntos dentre os quais o memorial de Evaristo de Paula Felicíssimo, engenheiro geógrafo, contratado como engenheiro auxiliar, no serviço de topografia do Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo, solicitando ao Sr. Presidente da República sua nomeação, em caráter interino, no cargo de assistente auxiliar daquele serviço e, ainda, outras vantagens (processo n.º 614-44). Foi aprovado unanimemente o parecer do relator que assim conclui:

“Examinando o assunto, verifica-se: a) que não se trata de recurso previsto pelo Decreto-lei n.º 1 202, de 1939, mas de requerimento ao Sr. Presidente da República; b) que, encaminhado o processo à Interventoria Federal para a consideração que merecesse, esta prestou informações; e c) que, assim, nenhuma outra providência cabe no caso, devendo ser proposto o arquivamento do processo. Nestas condições, sou porque seja efetivada a medida sugerida na alínea c do item anterior”.

**VISITA AO INTERVENTOR FEDERAL DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO I CONGRESSO DAS MUNICIPALIDADES** — O Sr. interventor Fernando Costa recebeu, no dia 10 de outubro último, a visita da comissão organizadora do I Congresso das Municipalidades do Estado de São Paulo, cujos componentes se achavam acompanhados pelo Sr. Gabriel Monteiro da Silva, diretor geral do Departamento das Municipalidades, que ali foram apresentar ao chefe do Governo paulista os resultados de seus trabalhos no sentido de elaborar o plano de organização daquele certame.

Durante a visita, os Srs. Isaac Pereira Garcês, presidente da comissão; Evaristo J. Garcia, secretário geral; José Virgílio Vita, secretário auxiliar; Antônio Gomide Ribeiro dos Santos, José de Carvalho Sobrinho, Osvaldo Pereira da Fonseca, Alberto de Zagottis e José Ávila Diniz Junqueira, membros da referida comissão fizeram a entrega ao Sr. Fernando Costa, de um pormenorizado relatório contendo um questionário, quadro demonstrativo da progressão da renda municipal, posição dos municípios pela ordem decrescente da receita, posição dos municípios pela progressão da sua receita no período de 1939 a 1944, enunciado das teses e o regimento do Congresso.

O relatório apresentado continha ainda, de acordo com desejo manifestado pelo Sr. interventor Fernando Costa, um modelo de si-

nopse estatística, que permitirá reunir certos dados interessantes das administrações locais, favorecendo uma visão clara e imediata das realizações, das deficiências e das possibilidades de cada município. Como modelo figurava o município de São Vicente, o mais antigo do Estado.

Após examinar o trabalho que lhe foi entregue, o chefe do Governo paulista resolveu mandar imprimi-lo a fim de serem distribuídos exemplares a todos os prefeitos do Estado, no mais curto espaço de tempo possível. Feita a distribuição, os prefeitos, dentro de um prazo de sessenta dias, enviarão os dados atinentes aos seus municípios, para organização da geografia econômica.

Os visitantes permaneceram, ainda, durante algum tempo, em palestra com o chefe do Governo, sendo ventilados alguns aspectos do futuro Congresso das Municipalidades, que deverá realizar-se possivelmente, em janeiro de 1945.

★

### SERGIPE

#### Departamento Estadual de Estatística

**EMPOSSADO O NOVO DIRETOR** — Foi empossado no dia 20 de outubro próximo passado, no cargo de diretor do Departamento Estadual de Estatística o Sr. José Hermenegildo da Cruz, antigo funcionário do mesmo Departamento, recentemente nomeado, em comissão, para aquela função.

Ao ato de posse estiveram presentes o Sr. João Maynard Barreto, representante do Sr. interventor federal, Sr. Oricio de Guimarães Fortes, secretário geral do Estado, em exercício, Sr. Manuel Cabral Machado e outras pessoas gradas.

Logo depois de empossado, usou da palavra o Sr. José Cruz que pronunciou um discurso de agradecimento e no qual teceu comentários sobre o valor da Estatística.

Usaram da palavra, ainda, os Srs. Anfilóquio Vale e Erotildes Carvalho, secretário do Departamento de Estatística que falou em nome dos seus companheiros de repartição.

★

#### Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda

**“SERGIPE E SEUS MUNICÍPIOS”** — Numa brochura de mais de 200 páginas, enfeixa o Departamento Estadual de Estatística dados completos acerca dos municípios sergipanos, ampliando, assim, um trabalho anterior, sucinto, distribuído por ocasião do “batismo cultural de Goiânia” com o nome de “Municípios de Sergipe”.

De cada município é apresentado o seguinte: resumo histórico — limites — área territorial — rios — ilhas — faróis — coordenadas geográficas da sede municipal — altitude — rumo em relação à capital do Estado — povoados — divisão judiciária — população — densidade demográfica — riquezas vegetais — produção agrícola — efetivo pecuário — parque industrial — rodovias e outros meios de comunicação — estabelecimentos públicos, comerciais e assistenciais — educação — diversões — religião — finanças — cultura. E ainda: número de ruas e avenidas — organizações sindicais e cooperativistas — hotéis e casas de pasto, etc.

Inclui também referências aos filhos ilustres do lugar e no início do livro, uma parte informativa sobre a administração pública, ins-

tuições culturais e órgãos de classe. Da apresentação, subscrita pelo Prof. João Carlos de Almeida, diretor do D.E.E., tiramos as palavras com que encerramos este registro. *Sergipe e seus Municipios* está recebendo, de certo "carinhosa acolhida não só nos meios culturais do país como por parte de todos aqueles que já se convenceram de que as providências governamentais beneficiarão o Estado e sua população na razão direta do conhecimento que a administração tiver das condições existenciais das comunas sob sua jurisdição. Os atos administrativos baseados nesse conhecimento hão de forçosamente ser oportunos e acertados".

RELATÓRIO APRESENTADO AO INTERVENTOR FEDERAL SOBRE O X CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA — O Sr. Félte Bezerra, um dos delegados do Estado de Sergipe junto ao X Congresso Brasileiro de Geografia, recentemente realizado na Capital Federal, apresentou o seguinte relatório ao Sr. interventor federal.

Exmo. Sr. Cel. Augusto Maynard Gomes, DD. Interventor Federal em Sergipe.

Vimos apresentar a V. Excia. um relatório de nossa atuação como delegado do Estado de Sergipe, junto ao X Congresso Brasileiro de Geografia, realizado no Rio de Janeiro, de 6 a 16 de setembro próximo passado.

Logo ao chegar, apresentamos ao Sr. cônsul Murilo de Miranda Bastos as credenciais devidas, e dele recebemos, com muita gentileza, tôdas as instruções a respeito do Congresso.

A 6 de setembro, no prédio do antigo Silogeu, realizou-se a sessão preparatória, para eleição de mesas e comissões técnicas. Ali também funcionaram as reuniões das comissões técnicas e as sessões plenárias. A sessão solene de instalação verificou-se na noite de 7 de setembro, no Palácio Tiradentes, e foi presidida pelo Exmo. Sr. ministro do Trabalho, em nome de Sua Excia. o Sr. Presidente da República. A sessão solene de encerramento verificou-se, também, no mesmo local.

Uma das sessões plenárias recebeu a honrosa visita do Exmo. Sr. ministro da Educação e Saúde, que teve ensejo de tecer longas considerações a respeito da geografia como ciência e sua vasta utilidade, bem assim como disciplina valiosa nos cursos primários, secundários e superior. Referiu-se, ainda, à próxima separação dos cursos de geografia e de história, como matérias das faculdades de filosofia.

Organizadas as comissões técnicas, fomos incluídos como membros da Comissão de Geografia Humana, segundo nos comunicara pessoalmente o cônsul Murilo Bastos, que também nos avisara que havíamos sido eleitos secretários da mesma Comissão. Todavia, porque a imprensa houvesse noticiado nosso nome como pertencente à Comissão de Geografia Física, neia é que figuramos, e desculpamo-nos perante o Sr. ministro Orlando Leite Ribeiro, presidente da Comissão de Geografia Humana, por não nos ser possível comparecer às sessões da sua Comissão.

A Comissão de Geografia Física, onde trabalhamos teve como presidente o preclaro mestre Prof. Everardo Backheuser, ilustre figura, sobejamente conhecida no país. Distribuídas as teses pelo presidente, coube-nos dar parecer sobre a memória *Origens do rio Amazonas*, da autoria do professor gaúcho Ildefonso Escobar. Nosso parecer, devidamente discutido e aprovado pela Comissão Técnica e em plenário, deveria ser publicado nos Anais do Congresso. Os trabalhos das oito comissões técnicas decorreram num ambiente de cordialidade, e as discussões das teses e respectivos pareceres eram amplamente estabelecidas, para elucidação dos assuntos em foco. O crescido número de traba-

lhos apresentados, alguns de real e notável importância, revelam claramente o largo interesse que despertou o grande certame.

Do programa constaram, especialmente, elevadas conferências, que tôdas foram magníficas, em nossa modesta apreciação: — A Geografia, uma ciência moderna a serviço do homem, pelo Prof. Jorge Zarur, um completo estudo sobre a bacia do São Francisco e seus complexos problemas, a serem resolvidos em proveito da Nação, segundo o norteamento científico indicado. — A cartografia antiga e os fundamentos pré-históricos da nação brasileira. Estudo profundo sobre as lendas em torno dos tesouros da ilha Brasilica, que deram aos nossos bandeirantes reais propósitos na conquista de nosso território. — Rio de Janeiro, cidade *sui generis*, pelo Prof. Everardo Backheuser, amplo estudo da capital brasileira, sob vários aspectos. — Geografia amazônica, pelo comandante Brás de Aguiar, relato das explorações e demarcações que corrigem dados para o traçado de muitos acidentes geográficos, feitas pela 2.<sup>a</sup> Comissão de limites do Brasil, da qual é presidente o conferencista.

Do programa constaram, ainda, as seguintes visitas: ao Exmo. Sr. Presidente da República, ao prefeito do Distrito Federal, ao Colégio Pedro II; excursão à Baixada Fluminense, para observação, *in loco*, dos grandes serviços de drenagem e aproveitamento da região; visita à sede do Instituto Brasileiro de Geografia, cujos diversos departamentos foram mostrados aos visitantes bem como ampla exposição, em que salientamos, entre muitas outras coisas, a carta do Brasil ao milionésimo.

Ao nosso ver, o Congresso esteve enriquecido com a presença de elementos de grande projeção nos meios geográficos e centrais brasileiros, grande número de professores e diplomatas, além das representações de todos os Estados e Territórios do país bem como as nações sul-americanas, Canadá, Estados Unidos, França, Bélgica, Portugal e outros. A presidência efetiva coube ao embaixador José Carlos de Macedo Soares. Citaremos, entre muitas, as honrosas presenças dos Srs. ministros João Severiano da Fonseca, Hermes Jr., Bernardino José de Sousa, Orlando Leite Ribeiro, Teixeira de Freitas; cônsul Murilo Bastos; professores Everardo Backheuser, Delgado de Carvalho, Veiga Cabral, Aroldo de Azevedo, João Dias da Silveira, Pierre Monbeig, José Veríssimo, Afonso Várzea, Jorge Zarur, Jaime Conceição, general Sousa Doca, Cel. Jaguaribe de Matos; comandante Brás de Aguiar e muitos outros.

A nossa impressão foi magnífica, e observamos que há, entre os geógrafos brasileiros mais eminentes, uma tendência absoluta para a especialização e o estudo da geografia regional. A contribuição individual e de sociedades culturais e científicas foi notável, pela excelência e profusão do material fornecido. O crescido número de teses e memórias concorrentes ao certame revela, indistarcavelmente, a excepcional importância do congresso.

Ao consignar nossos agradecimentos a V. Excia. pela confiança com que nos honrou, ao constituir-nos delegado do Estado de Sergipe junto ao X Congresso Brasileiro de Geografia, frisamos nosso esforço em corresponder à dignificante incumbência, e encarecemos a V. Excia. o propósito de dar constantemente seu valioso apoio de homem de governo a realizações desse gênero.

Queira V. Excia. aceitar as homenagens do patriótico admirador.

Aracaju, em 4 de outubro de 1944 — *Félte Bezerra*.

**TERRITÓRIO DE PONTA PORÁ****Associação Comercial**

**SUA RÉCENTE CRIAÇÃO** — O Sr. Altair Brandão, secretário da Associação Comercial de Ponta Porá, em sua recente visita ao Rio de Janeiro, concedeu à imprensa daquela capital, uma entrevista abordando as atividades da Associação, recentemente criada naquele Território.

Ponta Porá — declarou o Sr. Altair Brandão — não só o município, como todo o Território, atravessa uma fase renovadora. Vivemos um período de realizações, de trabalho honesto, construtivo, isento das influências personalísticas e facciosas, outrora imperantes. Concorrem para isso a firme determinação do povo pontaporense de zelar mais atentamente pelo seu destino e a administração do coronel Ramiro Noronha, que coloca a coletividade, a justiça e o direito acima de tudo.

— O Território de Ponta Porá é importante e rico. Dêle muito espera o Brasil. E o espírito que nos anima é o de corresponder aos anseios da Pátria.

— O comércio também está presente nesta fase de ressurgimento. Muito tem se desenvolvido. Futuramente, com as novas vias de comunicação, já pelo contacto mais direto com o bom vizinho, o Paraguai, será bem mais intenso. Possuímos desde há quase dois meses a nossa Associação Comercial. Ela foi ideada há uns três anos, mas só agora tornou-se uma realidade.

—Brevemente teremos sede própria. Apesar de tudo, estamos trabalhando. Uma das primeiras providências tomadas foi a indicação ao governador do Território dos problemas que nos afetam e das medidas capazes de solucioná-los. Eis, sem dúvida, uma prova de que emprestamos a nosso colaboração às autoridades territoriais.

Assim que a Associação esteja legalizada, a filiaremos à Federação das Associações Comerciais do Brasil, onde manteremos um representante. É pensamento da diretoria fundar um boletim informativo e estabelecer um intercâmbio cada vez maior com a Associação Comercial da capital do Paraguai.

★

**Municípios****ALEGRE — (Espírito Santo)****ARQUIVADO O PROCESSO SOBRE A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GETÚLIO VARGAS** —

Nilo Guimarães e outros, residentes no município de Alegre, Estado do Espírito Santo, solicitaram, em memorial dirigido ao Sr. Presidente da República a criação do município de Getúlio Vargas, que se formaria com os distritos de Gelina, Café e Carapaó, pertencentes ao mesmo município de Alegre.

Submetido o assunto à Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais, o relator opinou pelo encaminhamento do expediente ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e, em face da solicitação do Ministério, o aludido Instituto responde não ser possível a pretendida criação, pois a divisão administrativa das Unidades Federais, em virtude do que estatui o art. 16 da Lei n.º 311, de 2 de março de 1938, só poderia ser modificada por leis gerais quinquenais. Alvitrou, entretanto, fôsse o pedido enviado ao governo do Espírito Santo, para que este o considerasse na ocasião oportuna, isto é, ao fixar a sua divisão administrativa para o período 44 - 48. Concordando com a sugestão, o Ministério pelo aviso n.º 3 435, de 15 de setembro de 1941, remeteu o memorial ao Sr. interventor no Espírito Santo. Pelo Decreto n.º 15 177, de 11 de dezembro de 1943, foi estabelecida a divisão territorial para vigorar no quinquênio 44 - 48, não tendo sido criado o município de Getúlio Vargas. Voltaram, então, os interessados a insistir na sua pretensão, alegando não contrariar o pedido nenhum dispositivo legal e solicitando o enquadramento do caso no decreto de 2 de junho do corrente ano, que prorrogou para 1945, a revisão do quadro territorial.

Reexaminando a matéria em outubro último, a C. E. N. E. propôs, por unanimidade de votos, fôsse o processo arquivado, à vista do citado Decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938. Esse foi também o parecer do Sr. ministro da Justiça tendo o Sr. Presidente mandado arquivar o processo.

★

**CAMPO MAIOR — (Piauí)**

**PRODUÇÕES DO MUNICÍPIO** — O município de Campo Maior no Estado do Piauí, é o maior centro produtor de cera de carnaúba do país.

Segundo dados fornecidos ao Serviço de Documentação do Ministério da Agricultura pelo Sr. Ascendino Pinto, prefeito local, a produção dessa matéria prima, em 1943, elevou-se a 255 565 quilos.

Entre outros artigos de exportação apareceram, durante o ano passado, 5 108 quilos de crina animal, 2 716 de peles de cabras, 21 263 de ovelhas, 8 434 couros bovinos secos.

O rebanho bovino do município piauiense é calculado em 100 mil cabeças com cerca de meio milhão de caprinos e ovinos.

★

**CORUMBÁ — (Mato Grosso)**

**O PROGRAMA DAS OBRAS DE MELHORAMENTOS DO PORTO** — Em entrevista à imprensa em outubro último, o engenheiro Frederico César Burlamaqui, diretor do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, fez as seguintes declarações sobre as obras de melhoramentos do porto de Corumbá:

— A cidade de Corumbá está localizada numa posição privilegiada quanto ao tráfego fluvial no majestoso rio Paraguai, visto constituir a linha divisória entre a navegação de maior calado que ali atinge o seu ponto terminal e a de menores proporções que daí partindo, se dirige rio acima, em demanda do porto de São Luís de Cáceres e da cidade de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso. As atenções do Governo Federal foram por isso voltadas para o melhoramento de preferência do porto de Corumbá, pois, no percurso, a jusante, entre esta cidade e Montevidéu, encontra a navegação nove pequenos portos brasileiros, três paraguaios, um argentino e um uruguaio, o de Montevidéu. O melhoramento desse porto de longa data preocupa o Governo e por cir-

cunstâncias várias somente agora vai se tornar realidade, apesar de seu pequeno custo. Foram os seus primeiros estudos realizados em 1907. Em 1909 o projeto foi aprovado e por duas vezes pôsto em concorrência, sem resultado. Em 1920, com base na legislação vigente foi dado em concessão ao Estado de Mato Grosso, concessão essa rescindida em 1933. Nova concorrência foi aberta naquele ano e anulada por ter o Estado novamente pleiteado a sua concessão e não terem sido aceitáveis as duas propostas apresentadas.

**O TRATADO BRASILEIRO - BOLIVIANO DE LIGAÇÃO FERROVIÁRIA** — Esclarece o diretor de Portos: "a política internacional brasileira relativamente à Bolívia veio dar ao porto de Corumbá uma importância extraordinária, pois que éle constitui um complemento indispensável à grande obra da Estrada de Ferro Brasil-Bolívia, mormente por determinar o Tratado Brasileiro-Boliviano de ligação ferroviária, em seu art. 8.º, que os governos do Brasil e da Bolívia, "examinariam oportunamente a conveniência de reservar, no porto de Corumbá, parte das instalações destinadas a facilitar o trânsito de mercadorias de importação e de exportação, da Bolívia e para a Bolívia, median-te condições e garantias a serem estipuladas entre os dois países". Novo projeto foi então organizado em 1936 e em seguida revisto e ampliado em 1941, devido à resolução do governo de prolongar a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil até Corumbá, em virtude do tratado em vigor. A concorrência aberta foi novamente anulada.

**200 METROS DE CAIS — OUTRAS OBRAS** — Referindo-se ao projeto organizado pelos técnicos do Departamento e cujas obras vão ser agora iniciadas, esclareceu o engenheiro Burlamaqui: "Como resultado da última concorrência pública realizada por este Departamento vem de ser assinado, em 26 de setembro p. passado, contrato com uma firma nacional, para a execução das obras de melhoramento desse porto fluvial, com base no projeto e orçamento aprovados pelo Decreto n.º 15 369, de 13 de abril e custeados pelo crédito especial aberto para esse fim. As obras ora contratadas constam de 200 metros de cais marginal, com infraestrutura de tubulões e superestrutura de concreto armado, um armazém para depósito de mercadorias, calçamento a paralelepípedos, *bolards* de amarração, e escadas para passageiros e pessoal marítimo, tudo pela importância de Cr\$ 5 999 930,80 dentro das possibilidades do referido crédito especial. O cais, embora pudesse ser localizado para dar acostagem a embarcações de maior calado, teve a sua profundidade limitada a 2,50, nas maiores estíagens do rio Paraguai e isto porque, a jusante de Corumbá, a navegação é somente franca a navios calando até 5 pés ou 155 metros devido aos inúmeros "passos" existentes no trecho paraguaio entre Dalmacia e Porto Pinasio.

**ESTUDADOS E PROJETADOS OUTROS PORTOS BRASILEIROS NO RIO PARAGUAI** — E concluindo a entrevista, acentua: — "No contrato que agora vem de ser firmado, deixou-se de parte o aparelhamento para carga e descarga e transporte interno que será posteriormente adquirido, quando assim o permitir a situação mundial. Outros portos brasileiros no rio Paraguai estão estudados e projetados, como Porto Murtinho e Porto Esperança, devendo os me-

lhoramentos do primeiro, já com verba para esse fim, ser executados logo que apareça firma que se proponha executá-los, não tendo dado resultado a última concorrência realizada".

★

#### FORTALEZA — (Ceará)

**ALTERAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO** — O Presidente da República aprovou a exposição de motivos do Sr. ministro da Justiça, com o parecer da Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais, publicada no *Diário Oficial* de 24 de outubro último, encaminhando um projeto de decreto-lei do Sr. interventor federal no Ceará, que divide em duas zonas o território da comarca de Fortaleza.

★

#### GOIÂNIA — (Goiás)

**VIAGEM DE ESTUDOS À REGIÃO DO ARAGUAIA** — O Sr. Agenor Couto de Magalhães, sub-diretor da Divisão de Caça e Pesca da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, no seu trânsito por Goiânia, a caminho de Leopoldina, e que foi a Goiás coligir alguns dados sobre a flora, a fauna, e a etnografia do rio Araguaia, concedeu à imprensa daquela capital uma entrevista na qual abordou as finalidades de sua viagem. Declarou o Sr. Agenor Couto de Magalhães haver publicado em 1931 uma monografia brasileira de peixes fluviais, repositório de observações colhidas no Amazonas e no Pará, e que em 1939 iniciou o trabalho de confecção de *Encantos do Oeste*, álbum que enfeixará a descrição completa de sua viagem ao Araguaia, rio das Mortes e Chavantinho, com ampla documentação fotográfica. Prosseguindo em suas declarações disse que o arrasta ao sertão um pendor ancestral, que o faz sonhar desde a adolescência com expedições ao Amazonas, ao São Francisco, e ao Paraná.

Embarquei para o Amazonas, realizando assim, a 17 de agosto de 1927, a viagem com que sonhava há 28 anos. Meio ano passei no Pará e no Amazonas, escondido nos igarapés ou nos barracões ribeirinhos, vivendo uma existência tipicamente tropical em tôdas as suas manifestações. Estudei ali a riquíssima ictiologia de grande parte dos caudais que possui o norte brasileiro e, mais tarde, fiz outras excursões ao interior do Paraná e ao alto São Francisco".

Concluiu, o Sr. Couto de Magalhães:

"Vou agora terminar um trabalho no rio Araguaia, passando por Goiás e Leopoldina, onde espero encontrar elementos de ictiologia e botânica para documentar meu livro. Esse estudo focalizando as partes mais interessantes do Brasil apresentará mais de duzentas ilustrações em rotogravura, devendo ser, portanto, um vasto documentário sobre as riquezas naturais do Oeste brasileiro".

★

#### JOÃO PESSOA — (Paraíba)

**RECIFE E NATAL LIGADOS PELO TELEFONE** — Anuncia-se que a empresa telefônica de João Pessoa vai ser transferida à Companhia Ericsson do Brasil a qual tenciona desenvolver a rede para o interior do Estado, bem como estabelecer ligação entre Recife e Natal, articulando essa ligação com a rede da Paraíba.

★

## MANAUS — (Amazonas)

**REPARAÇÃO DE TÚMULOS** — O interventor federal no Estado, Sr. Alvaro Mala, enviou um telegrama ao Sr. prefeito municipal, autorizando a reparação dos túmulos de Maranhão Sobrinho e Ernesto Stradelli, cujas vidas se desenrolaram no culto da arte e da ciência, pela necessidade urgente de cuidados, especialmente na recolocação da lápide e da cruz.

★

## NATIVIDADE — (São Paulo)

**ASPECTO FLORÍSTICO DO MUNICÍPIO** — Segundo divulga o Ministério da Agricultura, a Diretoria de Publicidade Agrícola de São Paulo editou um trabalho, de autoria do Sr. Carlos Borges Schmidt, sobre o município de Natividade. De acordo com esse trabalho, a área, do citado município paulista é de 80 quilômetros quadrados, das quais 75 % são ainda cobertos de capoeiras e matas. Distantes de Taubaté 60 quilômetros e a cerca de 200 da capital do Estado, as matas de Natividade estão ainda, praticamente, intactas. Editando tais publicações, visa o governo do Estado um exato conhecimento das diversas regiões rurais sobre o ponto de vista de possibilidades, e desenvolvimento econômico, especialmente pela atenção de cuidados do seu programa de proteção aos remanescentes das ricas florestas do Estado.

★

## OLINDA — (Pernambuco)

**TERCEIRO CENTENÁRIO DA IGREJA DO AMPARO** — A confraria de Nossa Senhora do Amparo de Olinda, Pernambuco, com sede na igreja dessa invocação, vai solenizar no mês de novembro o terceiro centenário da restauração do templo que deu o nome a uma das ruas mais tradicionais daquela cidade — a rua do Amparo, bem conhecida, ainda, por se achar nela localizado o famoso "sobradinho" de balcão mourisco. A fim de condignamente solenizar essa efeméride, a mesa regedora da confraria, por seu tesoureiro, Sr. Francisco Pedro Advinçula Filho, dirigiu ao interventor federal um ofício, em que pede apoio e algum auxílio financeiro para a realização das festas projetadas.

**MONUMENTO HISTÓRICO DE OLINDA** — A igreja do Amparo é um dos monumentos históricos mais antigo de Olinda e sua irmandade uma instituição religiosa com uma história cheia de crônicas e fatos interessantes. Olinda, aliás, é fértil em assuntos dessa ordem, que longe estão de terem sido inteiramente esgotados pelos curiosos de história.

Este tricentenário da restauração da igreja do Amparo dá motivo para ressuscitar uma crônica interessantíssima, servindo-nos principalmente dos escritos do historiador Pereira da Costa.

**ANTERIOR AO INCÊNDIO DE OLINDA** — O templo do Amparo antecedeu ao incêndio de Olinda. Ele já existia em 1613, pois, segundo uma referência de Borges da Fonseca, em sua *Nobiliarquia Pernambucana*, Domingos do Vale e Maria Rodrigues casaram naquele ano na igreja de N. S. do Amparo de Olinda. Destruída pelo incêndio de 1631, ateadado pelos holandeses, foi reconstruída em 1644, segundo consta da inscrição com esta data, gravada na porta central da fachada. Começa nessa época a celebração dos atos religiosos, nos quais costu-

mava pregar frei Manuel dos Óculos, como era popularmente conhecido o autor de *Valeroso Lucideno*, padre frei Manuel Calado, que então residia na freguesia de Santo Antônio, no Recife, numa habitação que vem descrita na verba n.º 415, do inventário de 1654 e onde se lê, a respeito dessa casa: "em que se agasalhou o padre Fr. Manuel dos Óculos". A igreja, em 1654, tinha um capelão particular. No termo de aclamação de João Fernandes Vieira consta o nome do padre Manuel Machado, capelão de N. S. do Amparo.

**NA GUERRA HOLANDESA** — Durante o período da guerra contra os holandeses, o templo ficara em grande abandono e mesmo depois da restauração, durante muito tempo houve grande descuido em prejuízo de sua decência e conservação. A irmandade chegou a desaparecer e parecer mesmo que se erigiu outra em seu lugar, sob a invocação de Santa Cecília, a qual mantinha o culto religioso, com a colaboração dos moradores da rua. Frei Jaboatão, em sua descrição da cidade, de meados do século XVIII, refere-se ao Amparo dos músicos e moradores da rua.

Estêve, assim, a igreja entregue aos cuidados de corporações estranhas e dos moradores da rua, até que os remanescentes de sua irmandade resolveram reconstituí-la. A diretoria da irmandade, que já funcionava regularmente em 1779, dirigiu-se no ano seguinte à rainha Maria Primeira, pedindo-lhe que ordenasse ao prior do Convento do Carmo do Recife o envio de um religioso para missionar no templo, em substituição aos capuchinhos, que aliás se tinham desincumbido vantajosamente de sua missão. Antes, a irmandade tinha se dirigido ao papa Pio VI, de quem obtivera quinze Breves de graças e indulgências, para levantar o fervor religioso e obter meios para a reconstrução da igreja. Em 12 de junho de 1783, Dona Maria Primeira expediu uma provisão aprovando o compromisso da Irmandade de N. S. do Amparo, em resposta à consulta da Mesa da Consciência de Ordens de 20 de novembro de 1782. Esse compromisso veio substituir o primitivo, que se extraviara e, com o — "Cumpra-se" do governador da Província, entrou a vigorar em 2 de novembro de 1783.

Desde então, a igreja sofreu várias reformas e melhoramentos na capela-mor e em outras dependências.

**O COMPROMISSO DA IRMANDADE** — O compromisso da Irmandade contém coisas curiosas, afastando-se dos documentos congêneres no que diz respeito às solenidades de todos os seus atos, como as do consistório, eleição geral e posse da mesa administrativa. Uma nota tipicamente racista, entre as prescrições inerentes às condições de admissão dos irmãos, figuram estas: que não sejam pretos, judeus e mulatos até o terceiro grau. Não devem também ter ofícios vis nem ser pecadores públicos e escandalosos. É preciso acentuar, entretanto, que grande parte das formalidades e disposições compromissais desapareceram.

Entre os membros da administração figurava um cronista, destinado a fazer o histórico da irmandade. O primeiro cronista foi o Dr. João Lopes Cardoso Machado, médico distinto e culto, que, entre outros trabalhos, publicou o *Dicionário Médico-Prático*.

★

## OURO PRÉTO — (Minas Gerais)

68.º ANIVERSÁRIO DA ESCOLA DE MINAS DE OURO PRÉTO — Comemorou-se no dia 12 de outubro último, em Ouro Preto, o 68.º aniversário da fundação da Escola de Minas de Ouro Preto. A fundação desse estabelecimento deve-se a D. Pedro II, que encarregou o cientista francês Henri Gorceix de instalar no Brasil um estabelecimento de ensino superior para a formação de técnicos especializados na mineração. Gorceix escolheu Ouro Preto pela situação da cidade, encravada na zona mineralógica mais rica de Minas Gerais.

Realmente nesses 68 anos a Escola tem formado nomes ilustres na engenharia nacional, como Augusto Barbosa, Costa Sena, Eusébio de Oliveira, Pires do Rio Domingos Pôrto Gastão Gomes, Odorico de Albuquerque, Américo Gianetti, Saturnino de Brito Filho, Domingos Fleury da Rocha, Francisco de Paula Oliveira, Miguel Maurício, Lúcio dos Santos, Carlos Tomás de Magalhães Gomes e Fausto de Brito.

Desde sua fundação até hoje, a Escola já diplomou cerca de 692 técnicos.

No momento a Escola renova as suas instalações, amplia os seus laboratórios, para atender as exigências do Brasil, que se industrializa. Estão bem adiantadas as obras de construção do Parque Metalúrgico, destinado ao preparo de engenheiros metalúrgicos e de operários e contra-mestres especializados. Obra de vulto, e que conduzirá a Escola à eretivação das suas altas finalidades, o Parque Metalúrgico, anexo à Escola, vai concorrer para o desenvolvimento do grande problema nacional: a siderurgia. Comemorando a data, foram realizadas as seguintes cerimônias: conferência do coronel Edmundo de Macedo Soares, diretor da Cia. Siderúrgica Nacional, sobre o problema siderúrgico brasileiro; almoço oferecido pela Municipalidade; sessão solene, em que falou o Sr. Euvaldo Lodi, presidente da Confederação Nacional da Indústria.

★

## PIRIPIRI — (Piauí)

1.º CENTENÁRIO DA SUA FUNDAÇÃO — Comemorou-se com expressivas solenidades, no dia 16 de outubro último, em Piripiri, o 1.º centenário da fundação da cidade. A sessão cívica comemorativa foi presidida pelo interventor federal, Sr. Leônidas Melo, que se fez acompanhar de uma numerosa comitiva, contando com a presença do Sr. prefeito Néilson Resende e outras autoridades. Discursou, na qualidade de orador oficial da solenidade o prefeito Alvaro Ferreira, que dissertou sobre a história de Piripiri e ainda o Sr. João Martins do Régo, engenheiro chefe dos Serviços de Obras Contra as Secas, no Piauí. O Sr. Martins do Régo fez interessante exposição dos trabalhos executados pela Comissão de Obras Contra as Secas desde 1932 a 1944.

Encerrando a sessão, que marcou o término das comemorações cívicas do centenário da cidade, o Sr. interventor, em breves palavras, congratulou-se com os presentes, desejando a Piripiri franco progresso e constante prosperidade.

★

## PÓRTO ALEGRE — (Rio Grande do Sul)

## Sociedade dos Amigos da Cidade

ESCOLHA DO CONSELHO DIRETOR PROVISÓRIO — FINALIDADES DA NOVA ENTIDADE — Realizou-se no dia 27 de outubro último na Associação Comercial a sessão convocada pela comissão organizadora da Sociedade Amigos da Cidade, para escolha do Conselho Diretor provisório e exposição das finalidades da nova entidade. A solenidade compareceu o prefeito municipal, Sr. Antônio Brochado da Rocha, que, desde o primeiro momento manifestou satisfação pelo movimento organizador da Sociedade Amigos da Cidade e a confiança em que a nova instituição seria um benéfico instrumento de colaboração com os poderes públicos, através da sua atuação de debate, crítica e sugestão.

Iniciando a solenidade e depois de terem todos os presentes após sua assinatura no livro para esse fim destinado, foi constituída a mesa dirigente, cuja presidência foi ocupada pelo Sr. Adel Carvalho, o qual, depois de convidar para servirem como secretários os Srs. João Kessler Coelho de Sousa e Váiter Koch e para tomarem assento à mesa os Srs. Antônio Brochado da Rocha, João Pompílio de Almeida Filho, José Maria de Carvalho e Vitorino de Andrade Pinto, passou a direção dos trabalhos ao Sr. prefeito municipal.

Tomando a palavra, o Sr. Adal Moraes manifestou o entusiasmo pela expressiva manifestação de interesse das várias classes progressistas pela iniciativa da Sociedade Amigos da Cidade e entrou a referir as finalidades do empreendimento e os propósitos alevantados que a Sociedade se propõe realizar, em prol da cidade.

Passou-se, após, à discussão do nome da nova entidade, travando-se animados debates, em que intervieram os Srs. Hernane Estréla, João P. de Almeida Filho, Adel Carvalho, Altamiro Cardoso, Arquibaldo Severo, Carlos Moraes Velinho e outros.

Afinal, foi o assunto submetido a votação, triunfando a fórmula inicial — Sociedade Amigos da Cidade.

Elegeram-se, a seguir, por escrutínio secreto, a Comissão dos 21, incumbida de elaborar os estatutos e organizar os serviços da Sociedade, inclusive a constituição das sub-comissões sub-urbanas. Nomeados escrutinadores os Srs. Hernane Estréla e César Todeschini, foi feita a apuração da eleição, verificando-se terem sido eleitos, por maioria, os Srs. Adel Carvalho, Adal Moraes, A. J. Renner, Alvaro Coelho Broggs, André Serrano, Carlos Moraes Velinho, Darci Gross, Décio Martins Costa, Edgar Schneider, Egidio Hervé, Fausto Santana Henrique Desjardins, Hernane Estréla, Ismael Chaves Barcelos, Mário Totta, Paulo Martins Ribeiro, Raúl Pila, Renato Costa, Salatiel Soares de Barros, Tasso Correia e Vitorino de Andrade Pinto.

Antes do encerramento dos trabalhos, o coronel Gaston Hasslocker Mazon propôs fosse consignada em ata a homenagem dos "Amigos da Cidade" ao batalhador inolvidável do progresso pórtio-alegrense que foi o Sr. Otávio Rocha, cujo ímpeto realizador encontrava agora, no ilustre filho ali presente, um continuador dedicado. A assembléa votou, ainda, uma moção de satisfação pela presença do prefeito da cidade na reunião, tendo S. S. agradecido

a homenagem prestada a si e à memória de seu pai, dirigindo, nessa ocasião, palavras de incitamento à iniciativa que ali se concretizava e na qual via um crivo, para melhor conhecer a vontade do povo. Pedia apenas — e sabia que tal condição nunca faltaria à Sociedade — que os interesses esposados pela Sociedade Amigos da Cidade fôsse sempre os da coletividade. Acreditava poder contar, assim, com um pugilo de cooperadores capazes, idealistas e dedicados, mercê de cujo trabalho a sua tarefa de administrador seria certamente facilitada.

☆

**LIGAÇÃO POR LINHA DE ÔNIBUS COM MONTEVIDÉU** — Em outubro último teve lugar a inauguração da linha regular entre a cidade do Rio Grande e Montevidéu, a cargo da Empresa de Transporte Onda.

★

#### **RIO VERMELHO — (Minas Gerais)**

**INSTALADO O DISTRITO DE PEDRA MENINA** — O Sr. Bernardino Carvalhais, prefeito municipal de Rio Vermelho, enviou ao Sr. governador Valadares um telegrama comunicando ter sido solenemente instalado o distrito de Pedra Menina naquele município.

★

#### **SALVADOR — (Bahia)**

##### **O CENTRO DE ESTUDOS BAIANOS E O ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE —**

Aproximando-se o aniversário de fundação da cidade do Salvador, o Centro de Estudos Baianos planejou a realização de uma maquete da cidade, apresentando características de quatro períodos de transformações porque passou a nossa capital, destacando-se a do período de Tomé de Sousa e o atual.

Os estudos têm prosseguido e na última sessão, foi feita uma comunicação do associado Frederico Edelweiss, que após algumas pesquisas sobre o assunto, descobriu que não seria, então, a primeira vez que os contornos da Cidade do Salvador seriam modelados numa maquete.

A maquete em aprêço foi realizada sob os auspícios de Dom Pedro Antônio de Noronha, marquês de Angeja, no princípio do século XVIII e enviada para Portugal.

★

#### **SANTA TERESA — (Espírito Santo)**

**ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE** — Comemorou-se no dia 15 de outubro próximo passado, o aniversário da fundação do município de Santa Teresa. Das festividades constou também a inauguração da Exposição Permanente de Produtos do Município.



Envie os livros de sua autoria, ou os que se encontram em duplicata em seu poder, à Biblioteca Central do Conselho Nacional de Geografia, para maior benefício da cultura geográfica do Brasil.

# Bibliografia

## Registros e

## comentários bibliográficos

### Livros

BRÁS DIAS DE AGUIAR. *Nas Fronteiras da Venezuela e Guianas Britânica e Neerlandesa* — (Separatas dos "Anais" do IX Congresso Brasileiro de Geografia). Rio — 1943.

Um dos fatos geográficos que caracterizam melhor o progresso jurídico da humanidade — é a precisão cada vez maior da linha fronteira dos países. Aquela fronteira livre, vagamente contida em uma região ampla, despoçada, está cedendo lugar a uma linha viva, assinalada no terreno, marcando o encontro exato das áreas de soberania dos Estados que defrontam.

Com isto, pensamos, obtém-se a segurança de uma boa vizinhança, calcada na estima e no respeito recíprocos. Fica afastado para longe o perigo das guerras. Diplomatas, geógrafos, historiadores e juristas substituem os militares — no construtivo empenho de garantir a justa integridade territorial dos países.

No Brasil, grande tem sido o trabalho de demarcação das fronteiras, desde que a nossa carta geográfica estabilizou-se nos vastos contornos deste triângulo a um desses trabalhos é que nos referimos aqui.

Apresentado ao IX Congresso Brasileiro de Geografia, o trabalho do comandante Brás Dias de Aguiar oferece um interesse geográfico, no maior sentido da expressão. Suas 180 páginas constituem precioso manancial de informes sobre longínquas regiões do sêntrião brasileiro, contendo observações que podem ser classificadas no setor da antropologia, da etnografia, da história — e da geografia física, propriamente. Um trabalho valioso, sem dúvida.

Tenente-coronel EDMUNDO DE MACEDO SOARES E SILVA. *Sentido, Orientação e Desenvolvimento das Indústrias Pesadas* — Separata do "Boletim do Círculo de Técnicos Militares", ano 5, dezembro de 1943, — N.º 18.

Nesta conferência pronunciada no Departamento de Educação dos Serviços Hollerith, em setembro de 1943, o tenente-coronel Edmundo de Macedo Soares e Silva focaliza o tema atualíssimo — para os brasileiros — das indústrias pesadas.

Claro, conciso, substancioso, o autor encerra um pensamento fundamental nas duas primeiras linhas do trabalho: "Costuma-se repetir que a economia de um Estado moderno repousa no trinômio: ciência, técnica e indústria".

Adiante, lê-se: "Descuramos, durante muito tempo, do desenvolvimento das indústrias de base. Incrementamos, ao contrário, uma indústria de transformação que importa matérias primas, geralmente semi-manufaturadas. Houve várias razões para isso: em primeiro lugar, a exploração das matérias primas naturais e o seu preparo para as indústrias de transformação dos tipos das que adotamos, exigem um grande emprego de capital e uma técnica mais difícil; em segundo lugar, a indústria de transformação é mais lucrativa e cabe dentro do quadro de uma *empresa de família*, como ainda é um grande número das nossas; finalmente, o mercado para essa indústria sempre foi certo, não havendo necessidade de largo consumo, para absorver a sua produção".

A presente conferência\* — vinte páginas impressas — representa um valioso acervo de sugestões, baseadas na experiência e na competência de um técnico legítimo no assunto tratado. Numa democracia, concluímos é da opinião às vezes divergente dos entendidos, dos capazes, que nasce o roteiro certo das soluções — a chave segura dos problemas.

A.M.

★

TEIXEIRA DE OLIVEIRA. *Vida Maravilhosa e Burlesca do Café* — 2.<sup>a</sup> edição. — Companhia Editôra Americana. Rio — 1942.

Para os homens que cultivam o hábito do pensamento, o mundo é um espetáculo extraordinariamente rico, na pluralidade infinita e no pitoresco dos seus aspectos.

As coisas mais simples podem produzir as mais belas emoções cerebrais. Mora uma sugestão permanente em cada côr, em cada forma. A meditação é o esporte do espírito.

A vulgaridade passá pela experiência cotidiana, sem, absolutamente, *vivê-la*. É como o vento soprando no deserto. Os homens de um outro grupo, pelo contrário, assemelham-se aos moinhos. Recebem dêsse vento, o sentido do movimento e da força criadora. São seres sempre prontos a apreender a lição onipresente que a natureza nos faculta.

A muitos que tomem uma xícara de café, por exemplo, talvez não ocorra logo — vendo o líquido negro, fumegante — a longa crônica dessa bebida, seu roteiro histórico e geográfico, as aventuras, enfim, dêsse arbusto elegante, sôbre a face ampla da Terra.

Muitos, possivelmente, ignoram até a proveniência vegetal da bebida. Tôda variedade de ignorâncias deve ser admitida em se tratando do homem.

No entanto, o café possui a sua história. Uma longa história, cujas origens perdem-se na noite dos séculos. Seguir essa planta na viagem que empreendeu através de povos e países,

do mundo inteiro, é uma tarefa que encerra êsse encanto inerente a tôda investigação de caráter histórico.

Com isto não diremos que o livro do Sr. Teixeira de Oliveira seja um trabalho de História no sentido momseniano do termo. Há uma grande e uma pequena história, como bem observou o prefaciador do presente livro.

*Vida Maravilhosa e Burlesca do Café* não passa de uma esplêndida reportagem sôbre a bebida negra. Dir-se-ia que o autor, lápis na mão, alheio a tudo, acompanhara o café, nessa viagem fantástica através do tempo, desde a lenda das origens, até o seu papel na vida econômica e social do Brasil.

A título de curiosidade transcrevemos aqui uma das lendas mencionadas pelo autor, entre aquelas que pretendem explicar a origem do café:

“Kaldi era um dos mil pastôres da Etiópia. Desde antes do nascer do sol até a noitinha acompanhava as suas cabras pelos montes e vales. Nada mais sonhava que um bom pasto onde o seu rebanho encontrasse ramagens e capim tenros. Todos os seus cuidados eram para as cabras de que tirava o necessário para a manutenção da sua casinha. Por isso, nada mais natural que se dedicar a longas observações para encontrar o motivo por que algumas cabras eram mais irrequietas que as demais. Não era tão homogêneo o seu rebanho? Não era o mesmo o pasto a que as conduzia? Longas noites Kaldi passou às claras, atormentado com a questão. E quantas vezes, quando melhor era o sono, o nosso pastor acordava sobressaltado com o barulho feito pelas tais cabras no redil. A curiosidade crescia sempre e com ela a atenção de Kaldi. Um dia, em palestra com os monges do mosteiro vizinho, transmitiu-lhes os seus tormentos. O caso provocou a curiosidade dos servos do Senhor, que cedo desconfiaram da alimentação das cabras. Não estariam elas comendo algum ramo capaz de provocar aquela excitação?

Não demoraram os sábios monges em obter a comprovação das suas conjecturas. Na região em que Kaldi apascentava o seu rebanho, encontraram

um arbusto elegante, quase que completamente despido de folhagem, tal o apetite com que as cabras o investiam. Apanharam alguns frutos e ramos, com os quais prepararam uma infusão que, sorvida pelos mais corajosos, proporcionou-lhes um estado de euforia diferente do de todos os demais licores conhecidos. A agradável surpresa maior se tornou quando, à noite, os monges verificaram que a vigília, outrora tão penosa, se transformara num dever prazeroso. O sono importuno não os mortificava mais,

graças ao elixir divino que Deus colocara ao alcance das mãos dos seus humildes servidores.”

Conseguiu fazer um livro interessante. Um livro que pode integrar mesmo numa bibliografia geográfica, embora não fôsse obedecido na sua confecção, nenhum critério científico. Outrossim, contém uma boa indicação de fontes informativas sobre o café.

As 226 páginas do texto representam, em suma, uma leitura instrutiva e agradável. Algo como uma saborosa xícara de café — para o espírito.

Contribuição

bibliográfica especializada

# Achegas para uma bibliografia sôbre carvão nacional

## I

ADDUCI, Fúlvio.

*O carvão nacional* (excerpto de um discurso pronunciado na Câmara dos Deputados): Viação, V. II, n. VIII, ps. 30/33. Rio de Janeiro.

ALMEIDA, Gabriel Osório de.

*Carvão nacional*: Brasil, Comissão de Estudos das Minas de Carvão de Pedra, relatório final, ap. 1, ps. 248/257. (Em português e inglês, v. White, I. C.), Rio de Janeiro.

Comunicação feita sôbre a aplicação do carvão nacional a tração em estradas de ferro: Anuário, Rio G. do Sul, ps. 256/263, Pôrto Alegre.

ALMEIDA, José Américo de.

*O xisto betuminoso e o carvão*. Brasil, Depart. Nac. Ind. Com. Boletim, v. III, n.º 4, ps. 617/627, Rio de Janeiro.

B20-116 — ALVES PINTO, Estêvão.  
K 731

*Carvão de pedra*. (In Instituto Geográfico e Geológico. Boletim n.º 27, São Paulo, 1940, p. 257).

B — 600 — ALVES DE SOUSA, H. C.  
M 662

*Altos fornos brasileiros de carvão de madeira*. (In Mineração e Metalurgia, n.º 22, v. IV, nov.-dez., 1939. — Rio de Janeiro — Brasil, p. 195).

AMARAL, E. Gurgel do.

*O aproveitamento do carvão nacional*. Brasil, Depart. Nac. Ind. e Com. Boletim, v. III, n.º 12, p. 1047, Rio de Janeiro, 1933.

*O carvão nacional*. O Observador Econômico e Financeiro, ano I, n.º 2, ps. 48/51, Rio de Janeiro.

ANAIS DA ESCOLA DE MINAS DE OURO PRÊTO.

*Carvão* (In Anais, etc., etc), n.º 1, 1881, 2.ª ed., Ouro Prêto, Tipografia Medeiros, p. 160).

ARAÚJO DE, José Edmundo

*Análises de carvão n.º 2425*. (Subst. carbonosas). S. G. M. B. Rio de Janeiro, Rel. 1931, Secção de Química, 1932 (Proc. Faxina, Fazenda Santa Cruz, — São Paulo).

ARAÚJO OLIVEIRA, Ga- B — 110 — PAIVA, Glycon.  
 briel Mauro de.

*Métodos modernos de la-  
 vra de carvões betuminosos.*  
 Rio, 1944. (In Div. Fom.  
 Prod. 85 ps. ilus., 23 cm. Min.  
 bol. 58, ano 1944).

*Relatório da diretoria,*  
 1940. Rio de Janeiro, Serv.  
 Inf. Agric. (Divi. 95 ps., 1  
 mapa, 23 cm. (Div. Fom.  
 Prod. Min. bol. 57, ano 1943.  
 p. 40).

B — 650 — ARROJADO LISBOA.  
 L 681

*O problema do combusti-  
 vel nacional,* Rio de Janei-  
 ro, Of. Auto-Tip. da E. F.  
 Central do Brasil, 1916, 76  
 ps. ilus., 22 cm.

BARTON, C. A.

*Carbonizador metálico,  
 portátil e desmontável, para  
 carvão vegetal, usado em  
 gasogênios.* Rio de Janeiro,  
 Serv. Inf. Agric., 1941). 15  
 ps. ilus., 23 cm.

B — 110 — ARROJADO RIBEIRO LIS-  
 Es 89 BOA, Miguel.

*Bibliografia mineral e  
 geológica do Brasil.* (In  
 Anais da Escola de Minas  
 de Ouro Preto, n.º 9, 1907,  
 2.ª ed., Ouro Preto, Livra-  
 ria Mineira, p. 60).

BERRINI, L. C.

*Analisemos com impar-  
 cialidade o problema do  
 carvão nacional.* Inst. de  
 Engenharia São Paulo, vol.  
 V/ 22, n.º 119, ps. 160/164,  
 São Paulo.

B — 631 — BAILLY, Gustavo Adolfo.  
 B 158

*Carvão, coletânea de le-  
 gislação.* Serv. Inf. Agric.  
 Min. da Agric., 1943.

B — 116 — BETIM PAIS LEME, Luis.

*Carvão e ferro no Brasil,*  
 Rio de Janeiro, Tip. Gomes,  
 1919.

*Índice alfabético da legis-  
 lação brasileira sobre agri-  
 cultura, indústria e comér-  
 cio,* 2.ª ed. (aumentada) de  
 15 de nov. de 1889 a 31 de  
 dez. de 1928, Rio de Janei-  
 ro. Of. Industrial Gráfica,  
 1929. (In ps. 40 199).

B — 116 — BETIM PAIS LEME, Al-  
 L 542 berto.

*O carvão nacional; o que  
 já se fez, o que resta a fa-  
 zer,* São Paulo, 1920.

BARBOSA, F. B. Horta.

*O carvão nacional. A pro-  
 pósito da aplicação do car-  
 vão nacional à viação fér-  
 rea e à Marinha:* Gazetilha  
 do Jornal do Comércio de  
 28 de setembro de 1914. Rio  
 de Janeiro, 16 ps. Tip. Mar-  
 tins de Araújo & Cia., Rio  
 de Janeiro, 1914.

B — 110 —  
 L 542

*Evolução da estrutura da  
 Terra e geologia do Brasil  
 vistas através das coleções  
 do Museu Nacional,* pelo  
 Prof. Alberto Betim Pais  
 Leme. Rio de Janeiro, Im-  
 prensa Nacional, 1924, 368  
 ps. ilus., 25 cm. (in p. 91).

BARBOSA Otávio.

*Carvão mineral. Produ-  
 ção brasileira de carvão por  
 meses. Produção brasileira  
 de carvão por Estados pro-  
 dutores.* (In Relatório da  
 Dir., 1939, Bol. n.º 46, Rio  
 de Janeiro. Serv. de Inf.  
 Agric., Div. Fomento da  
 Prod. Min. ps. 23-72-74-80-  
 81-82-83-118-119).

B — 600 — BITTENCOURT COTRIM  
 M 662 Ernane.

*A produção e o beneficia-  
 mento do carvão de Santa  
 Catarina* (In Mineração e  
 Metalurgia, n.º 43, v. VIII,  
 abril-junho de 1944, Rio de  
 Janeiro — Brasil, p. 37).

B — 650 — BRAGA, Valério.  
B 73

*O problema da energia*  
dirigida, por Valério Braga.  
São Paulo, 1942, 208 ps., 23  
cm, p. 67.

B — 600 — BRASIL. Depart. Nac. da  
B 736 Ind. e Com.

*Riquezas do Brasil*, Rio de  
Janeiro, 1935, p. 72.

B — 110 —  
B 736

*Código de Minas, Dec.-lei*  
*n.º 1985, de 29-1-40*, av. 46,  
ano 1941, Rio de Janeiro,  
Serv. Inf. Agric., p. 86.

B — 630 — BRASIL. Diretoria de Es-  
B 736 tatística.

*Estatística da produção*  
*brasileira*, Rio de Janeiro,  
Diretoria de Estatística da  
Produção, 1918, 17 ps., 27  
cm.

B — 731 —  
B 736

*Recenseamento do Bra-  
sil, realizado em 1.º de se-  
tembre de 1920*. v. 1, Intro-  
dução. Aspecto físico do  
Brasil — Geologia — Flora  
e Fauna — Evolução do  
povo brasileiro. Histórico  
dos inquéritos demográficos.  
Rio de Janeiro, Tipog-  
rafia Estatística, 1922, 27  
cm., ps. 39/83.

B — 110 — BRASIL. Divisão de Fo-  
B 736 mento da Produção Mineral.

*Relat. da Dir. 1938*, por  
Avelino Inácio de Oliveira  
e Otávio Barbosa, b. 41, Rio  
de Janeiro, Of. Gráf. Serv.  
Publ. Agric., ps. 77-151-179,  
28 cm.

B — 110 —  
B 736

*Rel. Dir.* por Avelino Iná-  
cio de Oliveira, 1937, b. 31,  
ano 1938, Rio de Janeiro,  
Dir. Est. da Prod., ps. 22-179  
(-193), 28 cm.

B — 110 — BRASIL. Divisão de Fo-  
B 736 mento da Produção Mineral  
*Rel. da Dir.*, por Avelino  
Inácio de Oliveira, 1934-  
1935, b. 18, 1937, Rio de Ja-  
neiro, ps. 100-165-182, 28  
cm.

B — 110 —  
B 736

*Rel. da Dir.* por Avelino  
Inácio de Oliveira, 1936, b.  
29, 1938, Rio de Janeiro, Dir.  
de Est. da Prod., ps. 57-107-  
138, 28 cm.

*Carvão mineral de Barra*  
*e Carvãozinho*. (Estado do  
Paraná), Rio de Janeiro,  
Serv. Inf. Agric. 144 ps.  
ilus., 23 cm.

B — 110 — BRASIL. Serv. Geol. e Mi-  
B 736 neralógico.

*Rel. An. do Dir.*, ano 1932,  
Rio de Janeiro, Tipografia  
da Agricultura, 1934, ps. 7-  
27-60, 28 cm.

B — 110 —  
B 736

*Rel. An. do Dir.*, ano 1931,  
Rio de Janeiro, Tip. do Min.  
da Agric., 1932, ps. 11-64-89-  
143, 28 cm.

B — 110 —  
B 736

*Rel. An. do Dir.*, ano 1930,  
Rio de Janeiro, Tip. do Min.  
da Agric. 1931, p. 76, 28 cm.

B — 110 —  
B 736

*Tabela demonstrativa do*  
*consumo do carvão nacio-  
nal de São Jerônimo*. (In  
*Rel. An. do Dir.*, ano 1929,  
Rio de Janeiro, Papelaria  
Brasil, 1930, p. última do  
Relatório, 28 cm.

B — 110 —  
B 736

*Estatística da exportação*  
*de carvão nos anos de 1927*  
*e 1928*. Rio de Janeiro, Pa-  
pelaria Brasil, 1929, p. 203,  
28 cm.

B—110 — BRASIL. Serviço Geol. e  
B 736 Mineralógico  
*Rel. An. do Dir., ano 1927*,  
Rio de Janeiro, Tip. do  
Serv. de Inf. do Min. da  
Agric., 1929, ps. 141-168-170,  
28 cm.

B—110 —  
B 736

*Rel. An. do Dir., ano 1926*,  
Rio de Janeiro, Imprensa  
Nacional, 1928, ps. 5/24, 28  
cm.

B—110 —  
B 736

*Rel. An. do Dir., ano 1925*,  
Rio, Mendonça Machado &  
Cia., 1927, ps. 10-14-79, 28  
cm.

B—110 —  
B 736

*Rel. An. do Dir., ano 1924*,  
Rio de Janeiro, Tip. Rev. dos  
Tribunais, 1925, ps. 5-16-19-  
45-59-83-111-115, 28 cm.

B—110 —  
B 736

*Rel. do Serv. Geol., ano  
de 1923*, Rio de Janeiro, Im-  
prensa Nacional, 1925, ps. 3-  
5 - 11 - 49 - 53 - 109 - 137 -  
184 - 190 - 196 - 215, 28 cm.

B—110 — BRANNER, John Casper.  
B 735

*Resumo da geologia do  
Brasil para acompanhar o  
mapa geológico do Brasil*,  
por John Casper Branner,  
Washington, D. C. Press of  
Judd & Detweiler, Inc., 1920,  
152 ps. illus., 25 cm. (In ps.  
22/142).

BRAZILIAN BUSINESS.  
(Rev.).

*The Carboniferous basin  
of the Amazon*, v. I, n.º 2,  
ps. 48/50, Rio de Janeiro,  
1902.

B—000 — BRAZIL TODAY, nov. 1940,  
B 739 v. I, n. 3, p. 16.

B—000 — BRAZIL TODAY, jan. 1941,  
B 739 v. I, n. 5, p. 10.

B—650 — EL BRASIL INDUSTRIAL  
B 736 EN 1940, Rio de Janeiro, p.  
64.

B 000 — LE BRÉSIL.  
B 754

*Caracteristiques geogra-  
ficas, economicas, histo-  
ricas, sociales, politicas et  
intellectuelles*, Rio de Ja-  
neiro, 1937, 78 ps. 23 cm.,  
p. 15.

BRITO, F. S. Rodrigues.

*O carvão, a siderurgia, as  
quedas d'água e o álcool*;  
Inst. Eng. Boletim, v. 4, n.º  
14, ps. 43/48, São Paulo.

BURLAMAQUE, C. F. L.

*Carvão de pedra; análise  
dos combustíveis encontra-  
dos entre os rios Capivari,  
Tieté, Pederneiras e Onça*.  
Rio de Janeiro, 1885. (In  
Dic. Geogr. Minas do Bra-  
sil de Francisco Inácio Fer-  
reira).

BURTON, Richard F.

*Genaires uber die neuen-  
deckten Kohlenflotze Bra-  
siliens*; Ausland XXXIX, n.  
35, p. 840, Augsburg.

CALDERWOOD, W.

*(Coal at Taubaté, São  
Paulo)*. — *Chemiker Zei-  
tung*, XVIII, 89, Gothen,  
1894, 120 — Extrato Journal  
of the iron and Steel Insti-  
tuto, XIV, 451/2, London,  
1894).

CAMBOIM, R.

*Brasil. Sintesis de sus re-  
cursos economicos*. Nueva  
edición aumentada, Madrid,  
Imprenta de Juan Pueyo,  
1928, 312 ps. illus., 21 cm.,  
(in p. 268).

CAMARGO, JÚNIOR.

*Um problema econômico:  
ferro, carvão e petróleo*;  
Brasil Mineral, ano I, n. 1,  
ps. 28/29, Rio de Janeiro,  
1940.

- CAMPOS, César de. B — 600 — CARVÃO. (In Min. e Met.,  
M 662 n. 8, v. II, julho-agosto,  
1937, p. 119).  
*O carvão e a turfa nacionais*, Rio de Janeiro, Clube de Eng., 42 ps. illus., Rio de Janeiro.
- CAMPOS, Luis Gonzaga. —————. (In Min. e  
Met., n.º 17, v. III, janeiro-  
fevereiro, 1939, ps. 308/318).
- Minas de carvão do Turbarão*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1890. B — 600 — —————. (In Min. e Met.,  
M 662 n. 40, v. VII, setembro-outubro de 1943, ps. 210-228).
- Carvão no Amazonas* (Serv. Miner. Geol., agosto, 1914). B — 600 — CARVÃO DE PEDRA. (In  
B 662 Min. e Met., n. 14, v. III, julho-agosto, 1938, p. 66).
- CARDOSO, Graco. B — 600 — CARVÃO. (In Min. e Met.,  
M 662 n. 3, v. 1, setembro-outubro, 1936, p. 92).
- Através do carvão nacional*. (Relatório) Cultura e Trabalho, ano I, n.º 5, ano II, n.º 8, ps. 9/10, Rio de Janeiro. B — 600 — CARVÃO DE PEDRA NO  
M 662 BRASIL (In Mineração e Metalurgia, n. 10, v. II, novembro-dezembro, 1937, p. 231).
- CARNEIRO, Artur. B — 600 — CARVÃO. (In Mineração e  
M 662 Metalurgia, n. 21, v. IV, setembro-outubro, 1939, Rio de Janeiro, ps. 162-167).
- Ferro e carvão*, VII, 136 ps., Imp. Naval, Rio de Janeiro. B — 600 — —————. (In Mineração e  
M 662 Metalurgia, n. 27, v. V, setembro-outubro, 1940, Rio de Janeiro, ps. 128-135).
- B — 600 — CARNEIRO DE MENDONÇA, M. T. *Considerações sobre o carvão nacional*. (In Mineração e Metalurgia, n.º 15, V. III, set.-out., 1938, Rio de Janeiro, p. 188). B — 600 — CARVÃO MINERAL DO PARANÁ. (In Mineração e Metalurgia, n. 16, v. III, nov.-dez., 1938, p. 220).
- B — 600 — —————. (In Mineração e Metalurgia, n. 16, v. III, nov.-dez., 1938, p. 220).
- B — 600 — CARVÃO MINERAL DO PARANÁ. (In Mineração e Metalurgia, n. 16, v. III, nov.-dez., 1938, p. 220).
- M 662 CATAO, Álvaro Monteiro de Barros.
- A grande siderurgia e o carvão nacional*, (In Mineração e Metalurgia, n.º 20, v. IV, julho-agosto, 1939, Rio de Janeiro, p. 84).
- Situação atual da indústria carbonífera do sul do Estado de Santa Catarina*. (In Mineração e Metalurgia, n.º 4, v. 1, nov.-dez., 1936, p. 155).
- CARVALHO, F. V. de Miranda. B — 600 — CENTRO INDUSTRIAL DO  
B 736 BRASIL.
- O carvão nacional*: Rev. Bras. Engenharia, ano VIII, t. XIV, n.º 4/5, ps. 133/187, 231/237, Rio de Janeiro, — 1927. Separata: 37 ps. 3 pls., Rio de Janeiro, 1927. *O Brasil. Suas riquezas naturais. Suas indústrias*, v. I, Introdução — Indústria extrativa, Rio de Janeiro, M. Orosco & C., 1907, 552 ps. 0,27 cm. (in p. 505).

CLUBE DE ENGENHARIA  
DO RIO DE JANEIRO.

*Relatório da Comissão de Estudos do Carvão de Pedra*, 172 ps., Tip. do Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 1916.

- B — 650 — CONGRESSO BRASILEIRO  
C 76 DE CARVÃO E OUTROS  
COMBUSTÍVEIS NACIONAIS, 1.º R. S., 1922.

*Conclusão do primeiro congresso realizado no Rio de Janeiro, de 22/10 a 8/11 de 1922*. Rio de Janeiro, Revista dos Tribunais, 1922, 24 ps., 23 cm.

CORREIA FILHO, José.

*Brasil econômico e sua marinha mercante*, Rio de Janeiro, 1938, 311 ps. ilus., 27 cm. (in ps. 66/71).

COSTA, Nei Crisóstomo da.

*Analisemos com imparcialidade o problema do carvão nacional*. (Discurso): Soc. Eng. R. G. do Sul, Boletim, n.º 15, ps. 96/97, Pôrto Alegre.

COSTA, Odir Dias da.

*O aproveitamento do carvão nacional*: Inst. Eng. de São Paulo, Boletim, v. 14, n.º 71, ps. 197/200 — São Paulo.

CREMER, M. A.

*The Coal Industry in Brazil*: Brazilian Business, v. 3, n. 2, ps. 10/11, Rio de Janeiro.

- B — 600 — CRESPO, Jorge B.  
C 864

*Geografia Econômica del Brasil*. Buenos Aires. Talleres Gráficos del Instituto Geográfico Militar, 1919 — 387 ps. ilus., 23 cm. (in p 310. La indústria del Carbón).

DERBY, Orville A.

*O aproveitamento do carvão nacional*, Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 19 de maio de 1912.

*O aproveitamento do carvão brasileiro*, Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 24 de abril de 1912.

DJALMA GUIMARÃES.

*A indústria carbonífera no sul do Brasil*, (In *Mineiração e Metalurgia*, julho e agosto de 1936).

- B — 600 — DUARTE, Dioclécio D.  
B 736

*Brasil compra e vende*. Manual de Economia Brasileira, ps. 37/38.

- B — 110 — DUPRÉ, Leonardo.  
Es 18

*Carvão*. (In *Anais da Escola de Minas de Ouro Preto*, n.º 4, 1885, 2.ª ed., Minas Gerais, Tip. d'O Terminal, p. 46).

- B — 000 — ELLIOTT, L. E.  
El 58

*Brazil today and tomorrow*, by L. E. Elliott. Illustrated. New York. The Mac Millian Company, 1922, 327 ps. ilus., 20 cm. (in p. 146: Coal, used; mining, 263).

- B — 600 — EXPORTAÇÃO DE CARVÃO DO PERU. (In *Min. e Met.*, n.º 43, v. VIII, abril-junho de 1944, Rio de Janeiro, Brasil, p. 40).

FAULHABER, Ulrich.

*Eisen und kohle in Brasilien unter den Auswirkungen des Krieges*: Stahl und Eisen, Jg. 60, H. 45. ps. 1017-1020. Dusseldorf, 1940.

- B — 116 — FERRAZ, Luis Caetano.  
F 413

*Compêndio dos minerais do Brasil em forma de dicionário*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1929, 642 ps. ilus. (in ps. 58-75-402-442).

B19-631 — FIÚSA DA ROCHA, José.  
R 582

*Carvão de pedra no sul do Estado de Santa Catarina.* Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil. Boletim n.º 35, Rio de Janeiro, Tip. do Serv. de Inf. do Min. da Agric., 1928.

FLEMING, Thiers.

*Carvão, munições e navios*, 266 ps., Pimenta de Melo & Cia., Rio de Janeiro.

B — 116 — FLEURY DA ROCHA, Domingos.  
R 582

*Carvão nacional.* Estudos e experiências efetuadas na Europa no período de 1920-1922. Monografia n.º V, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1927. (ver álbum de estampas da monografia, n.º V).

*Utilização do carvão nacional na fabricação do coque metalúrgico:* (Com. apres. ao Cong. Bras. de Carvão, etc., 1.º de out. de 1922): Ouro Preto, Escola de Minas Gerais, n.º 19, ps. 37/68. ilus., Ouro Preto.

B19-116 — FONSECA COSTA, E. L.  
C 823

*Possibilidades econômicas do carvão de Santa Catarina*, Rio de Janeiro, 1928. 67 ps. ilus., 23,5 cm.

FONTENELLE, A. Paranhos.

*Técnica especializada do carvão nacional*, Rev. Bras. de Eng., ano XVIII, t. XXXV, n.º 6, ps. 179/186, Rio de Janeiro, 1938.

*O traçado incerto das minas de carvão do norte do Paraná:* Rev. Ferroviária, jul. 1940, ps. 188/189, ilus., Rio de Janeiro, 1940.

B18-116 — FRANCO DE CARVALHO, Paulino.  
C 253

*Recursos minerais do Estado do Rio Grande do Sul*, Rio de Janeiro, Pap. Mendes, 1937, 38 ps. 27 cm. (In Serv. Geol. Min. do Brasil. b. 72, p. 8.

B — 631 — FRASER, Thomas — PAIVA  
F 857 ABREU, Álvaro de.

*Lavabilidade de carvões do Brasil* (In Bol. n.º 13. Dep. Nac. da Prod. Min. Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1943).

FREISE, Friedrich W.

*Problemas novos para a indústria do carvão*, Rev. Bras. de Eng. Ano I, t. II, n.º 5, ps. 230-233, Rio de Janeiro, 1921.

B — 600 — FRÓIS ABREU, Sílvio.  
M 662

*Problemas de combustíveis no Brasil.* (In Min. e Met., n.º 36, v. VI, 1.º de jan. de 1943, p. 277).

*Especificações para coleta de amostras de carvão mineral:* Rev. Bras. Eng., ano XIV, t. XXVII, n.º 2, ps. 45/48, Rio de Janeiro, 1934.

FURIA, Antônio.

*A siderurgia no Brasil. O carvão nacional e sua vantagem na redução de minérios:* Rev. Bras. de Química, v. VII, n.º 39, ps. 101,

São Paulo, 1939.

*Coletânea de análises químicas executadas no período de 1889-1935*, São Paulo, 1939. (In Instituto Geográfico e Geológico. Boletim n.º 24, ps. 21/22).

(Continua no próximo número)



Retrospecto geográfico

e cartográfico

## Revista Marítima Brasileira

Relação, por autor, dos trabalhos de caráter geográfico, publicados  
na Revista Marítima Brasileira

[1881 a 1943]

I

(LETRAS A - C)

- A. L. — 1.º Tenente — A defesa do alto Uruguai, pág. 94, v. 3, 2.º sem., 1882.
- ALBERTO, Alvaro, 1.º Tenente — Estudos hidrográficos na embocadura oriental do rio Amazonas — (junho-julho, 1914), p. 875, v. 65, 2.º sem., 1914.
- ALENCAR, Alexandrino Faria de, Capitão de mar e guerra — Extratos do relatório apresentado ao Sr. almirante chefe do Estado Maior General da Armada, pelo capitão de mar e guerra Alexandrino Faria de Alencar, comandante da Divisão de Torpedeiros, p. 3, v. 41, 2.º sem., 1902.
- ALVES CÂMARA, Antônio, 1.º Tenente — A baía de Todos os Santos, com relação aos melhoramentos de seu porto, ps. 149 e 329, I - II, v. 7, 2.º sem., 1884.
- ALVES CÂMARA, Antônio, 1.º Tenente — A baía de Todos os Santos, com relação aos melhoramentos de seu porto, III, v. 9, 2.º sem., 1885.
- ALVES CÂMARA, Antônio, Capitão-tenente — A baía de Todos os Santos com relação aos melhoramentos de seu porto, ps. 61-131, v. 18, 1.º sem., 1890.
- ALVES CÂMARA, Antônio, Capitão-tenente, Comte. — Uma viagem da canhoneira Braconnot — Recife a Bahia, p. 6, v. 23, 2.º sem. 1892.
- ALVES NOGUEIRA, J. A., Capitão de fragata — Uma viagem da corveta *Baiana*, 1872, p. 415, v. 4, 1.º sem., 1883.
- A. R. — *Revista de Revistas*: Um mapa de Colombo, p. 478. A questão do Sarre, p. 685, v. 107, 2.º sem., 1935.
- A. R. — *Revista de Revistas*: A Antártida, p. 780, v. 108, 1.º sem., 1936.
- A. R. — *Revista de Revistas*: A cosmo-gesfera, p. 895, v. 110, 1.º sem., 1937.
- A. R. — *Revista de Revistas*: O valor da China do Norte, p. 1205, v. 112, 1.º sem., 1938.
- A. R. — *Revista de Revistas*: Desconcertantes mistérios dos mares, p. 538, v. 115, 2.º sem., 1939.
- A. R. — *Revista de Revistas*: O levantamento hidrográfico e aéreo no mar das Antilhas, p. 772; A nova expedição antártica do almirante Byrd, p. 997. Os estudos meteorológicos da expedição Byrd no Antártico *in Jornal do Comércio*. — 20/3/940. A soberania da Groenlândia, p. 1275 *in Jornal do Comércio*, 3/5/940, v. 116, 1.º sem., 1940.
- A. R. — *Revista de Revistas*: As Índias Holandesas e a Indo China diante do expansionismo nipônico, p. 1739, v. 117, 2.º sem., 1940.
- A. R. — A viagem do Sr. ministro da Marinha ao norte do país, p. 2527, v. 118, 1.º sem., 1941.

- A. R. — *Revista de Revistas*: Portos do Brasil — (Características gerais em 31/12/938 p. 2335. O Peru pretende comemorar o 4.º centenário do descobrimento do rio Amazonas, p. 2578; O valor estratégico da Groenlândia, p. 2824, v. 118, 1.º sem., 1941).
- A. R. — Expedição de Duguay-Trouin (Carta) p. 3281, v. 119, 2.º sem., 1941.
- A. R. *Revista de Revistas*: A quem pertence o canal de Suez? p. 3063; A defesa do Alasca, p. 3312; Murmansk, p. 3551, v. 119, 2.º sem., 1941.
- A. R. — *Revista de Revistas*: A ilha de Marajó, p. 399; Comércio marítimo com a América do Norte, p. 670; A estrada de Burma, p. 671, v. 120, 1.º sem., 1942.
- A. R. — *Revista de Revistas*: As colônias européias nas Américas, p. 157 — Pode o Brasil produzir mais borracha?, p. 162, v. 121, 2.º sem., 1942.
- A. R. — *Revista de Revistas*: As principais ilhas do Distrito Federal (nome, localização e superfície em metros quadrados), p. 1137, v. 122, 1.º sem., 1943.
- A. R. — *Revista de Revistas*: Principais rios navegáveis do Brasil, p. 147; Excepcional viagem de circunavegação, p. 153, v. 123, 2.º sem., 1943.
- A. R. — *Revista de Revistas*: Antártica, p. 129, v. 93, 2.º sem., 1928.
- A. V. — Ilhas flutuantes, p. 267, v. 2.º sem., 1928.
- A. V. — Talassocracia, p. 351, v. 93, 2.º sem., 1928.
- BAIARDINO, Evandro Santos e Renato — Leitura de uma das modernas cartas, publicada pela Diretoria de Navegação, p. 547, v. 113, 2.º sem., 1938.
- BAIARDINO, Renato, Capitão de fragata — Diagramas de luar e novas côres nas cartas norte-americanas (Carta) p. 703, v. 121, 2.º sem., 1942.
- BALTASAR DA SILVEIRA, Carlos, Contra-almirante — Viagem do encouraçado *Aquidabã* e cruzador *Guanabara* p. 58, v. 21, 2.º sem., 1891; E. U. da América do Norte, v. 21, 2.º sem., 1891.
- BARBOSA LIMA, Oscar, 1.º Tenente — Ligeiras notas de cosmografia, p. 511, v. 70, 1.º sem., 1917.
- BARROCA, Carlos, 1.º Tenente — Da dupla semi-diurna maré do Rio de Janeiro, p. 51, v. 15, 2.º sem., 1888.
- BARROS, Lima, 1.º Tenente. *Revista de Revistas*: (Crônica marítima) Trabalhos geográficos e hidrográficos do Congo e do Tonkin — p. 51, v. 12, 1.º sem., 1887; Expedições hidrográficas na Turquia, p. 291, v. 12, 1.º sem., 1887.
- Aviso aos navegantes — Novos bancos de coral nos Abrolhos, p. 252, v. 13, 2.º sem., 1887.
- BARROS, Lima, 1.º Tenente. *Revista de Revistas* (Crônica marítima) — Iluminações e balizamento do canal de Suez, p. 353, v. 13, 2.º sem., 1887; Exploração à Patagônia, p. 381, v. 13, 2.º sem., 1887.
- BARROS, Lima, 1.º Tenente. — *Revista de Revistas* (Crônica marítima) — O pôrto de Sebastopol, p. 351, v. 14, 1.º sem., 1888.
- BARROS, Garcês Palha e Lima 1.º Tenentes. — *Notícias várias* — Divisão de evoluções (itinerário) p. 462, v. 4, 1.º sem., 1883. O mar Vermelho, p. 523, v. 4, 1.º sem., 1883.
- BARROS, Garcês Palha e Lima, 1.º Tenentes. *Notícias várias*: A grande erupção vulgânica do estreito de Sonda, p. 194, v. 6, 1.º sem., 1884 — Canal marítimo de Cronstadt a São Petersburgo, p. 282, v. 6, 1.º sem., 1884.
- BARROS, A. J. Vitorino de — Catástrofe da corveta *D. Isabel*, p. 985, v. 110, 1.º sem., 1937.
- BARROS, A. J. Vitorino de — Catástrofe da corveta *D. Isabel* — p. 21 (Conclusão), v. III, 2.º sem., 1937.
- BATISTA, Ernesto de Melo, Capitão-tenente — Noções de cartografia, p. 383, v. 109, 2.º sem., 1936.
- BOITEUX, Henrique, Capitão de corveta. Segundo Congresso Brasileiro de Geografia, p. 721, v. 57, 2.º sem., 1910.

- BOITEUX, Henrique**, Capitão de mar e guerra — Notas geográficas para a navegação da lagoa-Mirim, p. 1521, v. 66, 1.º sem., 1915.
- BOITEUX, Henrique**, Almirante. — O naufrágio do cruzador *Almirante Barroso* — (21 de maio de 1893), p. 903, v. 84, 1.º sem., 1924.
- BOITEUX, Lucas A.**, Capitão de mar e guerra — A topomástica da costa catarinense no século XVI, p. 1043, (Cartas) v. 110, 1.º sem., 1937.
- BORGES FORTES, D.**, Capitão-tenente *Revista de Revistas*: Emprego da aviação para levantamentos hidrográficos, (Trad.) p. 652, v. 91, 2.º sem., 1927.
- B. P.** — *Noticiário Marítimo* — Bóias iluminativas, p. 1328, v. 51, 1.º sem., 1908, Canal de São Roque, p. 1329, v. 51, 1.º sem., 1908.
- BRANDÃO, Prudêncio** — O *Bélgica* no Pólo Sul, p. 1299, v. 44, 1.º sem., 1904.
- BRITO, Xavier de** — Ilha da Trindade, Posição geográfica. Extensão e Topografia, p. 349, v. 69, 2.º sem., 1916.
- CALHEIROS DA GRAÇA, Francisco**, Capitão-tenente — Estudos sobre a barra da Laguna, p. 143, v. 3, 2.º sem., 1882.
- CALHEIROS DA GRAÇA, F.** Capitão de mar e guerra — Pôrto de Tamandaré, p. 381, Rio, 14/5/1895, v. 26, 1.º sem., 1895.
- CÂMARA JUNIOR, Alves** Capitão-tenente. — Determinação das posições geográficas de vários pontos da costa sul brasileira, p. 1719, v. 86, 1.º sem., 1925.
- CANTUÁRIA GUIMARÃES, Antônio Sabino**, 1.º Tenente. — Comissão à Ilha da Trindade, p. 1435, v. 66, 1.º sem., 1915.
- CARVALHO, Álvaro Nunes de**, 1.º Tenente. — *Hidrografia* — Considerações sobre a medida de uma base e processo enviado no levantamento da planta da baía do Rio de Janeiro, set. 1904, p. 755, v. 45, 2.º sem., 1904.
- CASTRO, Dário Pais Leme de**, Capitão de mar e guerra — O litoral do Brasil (Academia Brasileira de Ciências), ps. 313 e 577, v. 103, 2.º sem., 1933.
- CERQUEIRA LIMA, P. B.** — Capitão-tenente. — Faróis da ilha do Arvoredo; do cabo de Santo Agostinho, ps. 366 e 367, v. 4, 1.º sem., 1883.
- CHEVALIER, Ramayana de (Dr.)** — Ensaio de uma para-psicologia da Amazônia — (Conferência), p. 2927, v. 119, 2.º sem., 1941.
- CONCEIÇÃO, José Maria da**, — Capitão-tenente honorário. — O baixio das Rocas, ps. 60 a 63, v. I, 2.º sem., 1881.
- CORREIA, Viriato** — *Respiga*: A antiguidade de Fernando de Noronha, p. 129, *Jornal do Brasil*, Rio 9/6/1933, v. 103, 2.º sem., 1933.
- CORREIA FILHO, Virgílio** — O pôrto de Corumbá, p. 504, v. 109, 2.º sem., 1936.
- CORREIA FILHO, Virgílio** — *Respiga*: Exploração do rio Madeira, p. 2615, in *Jornal do Comércio*, Rio, 15 e 29/12/1940, v. 118, 1.º sem., 1941.
- COSTA, Veríssimo José da**, Capitão-tenente. — Perigos do mar, p. 195, v. 47, 2.º sem., 1905.
- COSTA, Veríssimo José da**, Capitão de corveta. — Viagens pelos rios navegáveis do Estado do Espírito Santo (Viagem ao rio Doce) ps. 77, 229, v. 49, 2.º sem., 1906.
- COSTA, H. A. Thedim**, Capitão de mar e guerra. — Relatório da viagem do couraçado *Minas-Gerais* aos Estados Unidos da América do Norte, ps. 1625, 1821, 1987, v. 64, 1.º sem., 1914.
- COSTA, Dídio** — O litoral e a riba do Paraná, p. 523, v. 103, 2.º sem., 1933.
- COSTA, Mário** — *Respiga*: O Paraná em trabalho, p. 1510 "O Dia", Curitiba 16/5/934, v. 104, 1.º sem., 1934.

- COSTA, Abel Fontoura da, Comandante — *Respiga*: — A arrojada viagem de Pedralvares Cabral e de sua armada (1500-1501) Conferência — Sociedade Geográfica de Lisboa, p. 581 (Carta), v. III, 2.º sem., 1937 — Anais do Clube Militar Naval, Lisboa, janeiro a junho de 1937.
- COSTA, Dídio, Capitão de fragata. — Ilha da Trindade (Extrato do Livro "Nas águas da Gasconha") p. 467, v. 113, 2.º sem., 1938.
- COSTA, Dídio — Circunavegações brasileiras, p. 694, v. 114, 1.º sem., 1939.
- COSTA, Dídio, Capitão de mar e guerra — O mar e o Brasil (Conferência realizada na sede da União Pan-Americana em Washington, julho de 1941), p. 3187, v. 119, 2.º sem., 1941.
- COSTA, Dídio I. A. da, Capitão de mar e guerra — História marítima do Rio de Janeiro (II), p. 9, v. 121, 2.º sem., 1942.
- COSTA, Dídio I. A. da, Capitão de mar e guerra — História marítima do Rio de Janeiro (III) Distrito Federal (Cartas e Roteiros) p. 269, v. 121 2.º sem., 1942.
- COSTA, Dídio I. A. da, Capitão de mar e guerra — O eclipse total do sol em 1858; A baía de Paranaguá — Existência da terceira atmosfera solar (Em Liais) Trad. e notas, p. 559, v. 121, 2.º sem., 1942.
- COSTA, Dídio I. A. da, Capitão de mar e guerra — *Respiga*: A Transparanaense — (Uma ferrovia estratégica) p. 483, (Da revista Rumo) Rio agosto de 1942, v. 121, 2.º sem., 1942.
- COSTA, Dídio I. A. da, Capitão de mar e guerra — Quarto centenário do descobrimento do Amazonas, p. 9, v. 1.º sem., 1942.
- COSTA, Dídio, I. A. da, Capitão de mar e guerra — História marítima do Rio de Janeiro (I) Distrito Federal, p. 525, v. 120, 1.º sem., 1942.
- COSTA, Dídio I. A. da, Capitão de mar e guerra — História marítima do Rio de Janeiro (Distrito Federal) IV — Baía e Pôrto do Rio de Janeiro, p. 9, v. 123, 2.º sem., 1943.
- COUDREAU, Henrique. — O litígio franco-brasileiro (histórico sobre os limites da Guiana francesa com o Brasil, p. 14, v. 20, 1.º sem., 1891).
- COUTINHO Olavo, Capitão de corveta — A meteorologia, p. 1465, v. 92, 1.º sem., 1928.
- COUTINHO, Gago, Almirante. — Penedo de São Pedro, p. 1567, v. 94, 1.º sem., 1929.
- COUTINHO, Gago, Almirante — *Respiga*: As rochas do Penedo de São Pedro (Colhidas pelo almirante Gago Coutinho) — Comunicação feita à Academia de Ciências de Lisboa em 2/4/1925, p. 115, v. 109, 2.º sem., 1936.
- CUNHA, E. Brito e, 1.º Tenente — O Barroso no Chile — (Maio de 1903), p. 1093, v. 43, 2.º sem., 1903.
- CUNHA, E. Brito e, 1.º Tenente. — O Barroso no Chile (cont.) p. 1365, nov. 1903, v. 44, 1.º sem., 1904.

(Continua no próximo número)

# Leis e Resoluções

## Legislação federal

### Ementário dos decretos-leis publicados no mês de outubro de 1944

\* Decreto-lei n.º 6 865, de 11 de setembro de 1944  
— Redefine a competência do Serviço de Assistência a Menores, cria e transforma funções gratificadas, e dá outras providências.

“Diário Oficial” de 3-10-944 — (Reproduz-se por ter saído com incorreções em 13-9-944).

\* Decreto-lei n.º 6 883, de 20 de setembro de 1944  
— Retificando o publicado em “Diário Oficial” de 22-9-944 - “Diário Oficial” de 2-10-944.

\* Decreto-lei n.º 6 909, de 27 de setembro de 1944  
— Dispõe sobre a matéria do Decreto-lei n.º 5 893, de 19 de outubro de 1943 — Alterado pelo de n.º 6 274, de 14 de fevereiro de 1944.

“Diário Oficial” de 6-10-944.

\* Decreto-lei n.º 6 887, de 21 de setembro de 1944  
— Dispõe sobre a organização da Justiça dos Territórios.

“Diário Oficial” de 14-10-944.

\* Decreto-lei n.º 6 912, de 29 de setembro de 1944  
— Reorganiza o Serviço Florestal do Ministério da Agricultura e dá outras providências.

“Diário Oficial” de 2-10-944.

\* Decreto-lei n.º 6 913, de 29 de setembro de 1944  
— Cria funções gratificadas no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde.

“Diário Oficial” de 2-10-944.

\* Decreto-lei n.º 6 914, de 29 de setembro de 1944  
— Transforma o Serviço de Informações Agrícolas do Ministério da Agricultura em Serviço de Documentação.

“Diário Oficial” de 2-10-944.

\* Decreto-lei n.º 6 915, de 2 de outubro de 1944  
— Manda incorporar ao Patrimônio Nacional, patentes de invenção, modelos de utilidade, desenhos ou modelos industriais, marcas de indústrias e de comércio, títulos de estabelecimento, insígnias e frases de pro-

paganda pertencentes a súditos de países inimigos, domiciliados no estrangeiro.

“Diário Oficial” de 4-10-944.

Decreto-lei n.º 6 916, de 2 de outubro de 1944  
— Modifica o artigo 46 da Lei das Contravenções Penais.

“Diário Oficial” de 4-10-944.

Decreto-lei n.º 6 917, de 2 de outubro de 1944  
— Autoriza o prefeito do Distrito Federal a isentar as Faculdades Católicas do pagamento do imposto que menciona.

“Diário Oficial” de 4-10-944.

Decreto-lei n.º 6 918, de 2 de outubro de 1944  
— Concede pensão especial a Virgílio Luz, pai de João Luz, assassinado em serviço.

“Diário Oficial” de 4-10-944.

Decreto-lei n.º 6 919, de 3 de outubro de 1944  
— Dispõe sobre o pessoal do Instituto Nacional do Sal e dá outras providências.

“Diário Oficial” de 5-10-944.

Decreto-lei n.º 6 920, de 3 de outubro de 1944  
— Dispõe sobre o pessoal do Instituto Nacional do Pinho.

“Diário Oficial” de 7-10-944.

Decreto-lei n.º 6 921, de 4 de outubro de 1944  
— Cria funções gratificadas no Quadro I — Parte Permanente do Ministério da Viação e Obras Públicas.

“Diário Oficial” de 6-10-944.

Decreto-lei n.º 6 922, de 4 de outubro de 1944  
— Dispõe sobre a identificação do gado bovino vacinado contra o aborto infeccioso, e dá outras providências.

“Diário Oficial” de 6-10-944.

Decreto-lei n.º 6 923, de 4 de outubro de 1944  
— Concede pensão especial à viúva e aos filhos menores de Marcial Mozart, vítima de acidente em serviço.

“Diário Oficial” de 6-10-944.

Decreto-lei n.º 6 924, de 4 de outubro de 1944  
— Concede pensão especial à viúva e aos filhos menores de Aldano de Araújo, vítima de acidente em serviço.

“Diário Oficial” de 6-10-944.

NOTA:— Decretos-leis datados de setembro e publicados em outubro.

Reproduzido em “Diário Oficial” de 25-10-944 por ter saído com incorreções em 4-10-944.

- Decreto-lei n.º 6 925, de 4 de outubro de 1944**  
— Altera as carreiras de Biologista e Tecnologista dos Quadros Permanente e Único dos Ministérios de Educação e Saúde e do Trabalho, Indústria e Comércio e dá outras providências.  
“Diário Oficial” de 6-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 926, de 5 de outubro de 1944**  
— Cria Unidades de Aviação e dá outras providências.  
“Diário Oficial” de 7-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 927, de 5 de outubro de 1944**  
— Altera a redação do art. 1.º do Decreto-lei n.º 2 115, de 5 de abril de 1940.  
“Diário Oficial” de 7-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 928, de 5 de outubro de 1944.**  
— Altera a redação do art. 8.º da Lei n.º 129, de 17 de maio de 1936.  
“Diário Oficial” de 7-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 929, de 5 de outubro de 1944.**  
— Modifica a redação do item VII do art. 97 do Decreto-lei n.º 1 713, de 28 de outubro de 1944.  
“Diário Oficial” de 7-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 930, de 5 de outubro de 1944.**  
— Altera a redação dos arts. 1.º e 3.º do Decreto-lei n.º 3 939, de 16 de dezembro de 1941, e dá outras providências.  
“Diário Oficial” de 7-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 931, de 5 de outubro de 1944.**  
— Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 9 063 083,20 para pagamento de notas de papel moeda.  
“Diário Oficial” de 7-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 932, de 5 de outubro de 1944.**  
— Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ ..... 6 403 167,20 para prosseguimento da construção do ramal de Treviso da E. F. Dona Teresa Cristina.  
“Diário Oficial” de 7-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 933, de 6 de outubro de 1944.**  
— Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ .... 50 000,00 à verba que especifica.  
“Diário Oficial” de 9-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 934, de 6 de outubro de 1944.**  
— Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 50 000,00 para despesas decorrentes de doação proposta à Embaixada do Brasil em Lisboa.  
“Diário Oficial” de 9-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 935, de 6 de outubro de 1944.**  
— Abre crédito especial de Cr\$ 60 000,00 para prêmio ao maestro Francisco Braga.  
“Diário Oficial” de 9-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 936, de 6 de outubro de 1944.**  
— Estende a diplomados pela Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo as regalias aos licenciados em educação física e desportos.  
“Diário Oficial” de 9-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 937, de 6 de outubro de 1944.**  
— Reorganiza o Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política e dá outras providências.  
“Diário Oficial” de 9-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 938, de 7 de outubro de 1944.**  
— Dispõe sobre o financiamento da safra de algodão de 1944-45 e dá outras providências.  
“Diário Oficial” de 9-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 939, de 7 de outubro de 1944.**  
— Modifica a incidência da quota especial sobre o algodão em pluma e dá outras providências.  
“Diário Oficial” de 9-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 940, de 9 de outubro de 1944.**  
— Isenta as viaturas automóveis — tipo militar — pertencentes ao Exército — do emplacamento municipal.  
“Diário Oficial” de 11-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 941, de 9 de outubro de 1944.**  
— Dispõe sobre a aposentadoria de Raimundo Costa.  
“Diário Oficial” de 11-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 942, de 10 de outubro de 1944.**  
— Cria no Quadro Permanente do Distrito Federal um cargo de Procurador da Prefeitura.  
“Diário Oficial” de 12-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 943, de 10 de outubro de 1944.**  
— Dispõe sobre o registro da despesa relativa a pensões civis e militares e dá outras providências.  
“Diário Oficial” de 12-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 944, de 10 de outubro de 1944.**  
— Altera, sem aumento de despesa o Orçamento Geral da República.  
“Diário Oficial” de 12-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 945, de 10 de outubro de 1944.**  
— Dispõe sobre o provimento de cargos das classes J e K da carreira de Engenheiro dos Quadros VI, VII e IX — Parte Permanente do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências.  
“Diário Oficial” de 12-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 946, de 10 de outubro de 1944.**  
— Altera a carreira de Oficial Administrativo do Quadro IV do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências.  
“Diário Oficial” de 12-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 947, de 10 de outubro de 1944.**  
— Cria no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura o cargo em Comissão de Administrador da Colônia Agrícola Nacional do Piauí e abre créditos ao mesmo Ministério.  
“Diário Oficial” de 12-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 948, de 11 de outubro de 1944.**  
— Altera as carreiras de Serventes do Quadro Suplementar e da Parte Suplementar do Quadro da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências.  
“Diário Oficial” de 13-10-1944.

**Decreto-lei n.º 6 949, de 11 de outubro de 1944.**  
— Extingue o Conselho de Assistência e Proteção a Menores.

"Diário Oficial" de 13-10-944.

**Decreto-lei n.º 6 950, de 11 de outubro de 1944.**  
— Cria funções gratificadas para o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 13-10-944.

**Decreto-lei n.º 6 951, de 11 de outubro de 1944.**  
— Altera a carreira de Químico Agrícola do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 13-10-944.

**Decreto-lei n.º 6 952, de 11 de outubro de 1944.**  
— Abre ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2 025,80 para pagamento de gratificação do magistério.

"Diário Oficial" de 13-10-944.

**Decreto-lei n.º 6 953, de 12 de outubro de 1944.**  
— Autoriza o Estado de Minas Gerais a desapropriar as ações do Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 12-10-944.

**Decreto-lei n.º 6 954, de 12 de outubro de 1944.**  
— Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de Cr\$ 400 000,00 para despesas da Comissão Executiva Têxtil.

"Diário Oficial" de 14-10-944.

**Decreto-lei n.º 6 955, de 12 de outubro de 1944.**  
— Autoriza o prefeito do Distrito Federal a isentar o Centro Paulista do pagamento do imposto predial na forma que menciona.

"Diário Oficial" de 14-10-944.

**Decreto-lei n.º 6 956, de 12 de outubro de 1944.**  
— Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 270 000,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 14-10-944.

**Decreto-lei n.º 6 957, de 12 de outubro de 1944.**  
— Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito suplementar de Cr\$ 120 000,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 14-10-944.

**Decreto-lei n.º 6 958, de 13 de outubro de 1944.**  
— Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito suplementar de Cr\$ 2 000 000,00 para trabalhos de pequenas hidrografias, polícia de focos e serviços complementares.

"Diário Oficial" de 14-10-944.

**Decreto-lei n.º 6 959, de 13 de outubro de 1944.**  
— Abre crédito suplementar ao Ministério da Educação e Saúde.

"Diário Oficial" de 11-10-944.

**Decreto-lei n.º 6 960, de 13 de outubro de 1944.**  
— Abre crédito suplementar ao Ministério da Educação e Saúde.

"Diário Oficial" de 11-10-944.

**Decreto-lei n.º 6 961, de 16 de outubro de 1944.**  
— Dispõe sobre o pagamento de juros de títulos da Dívida Pública ao portador e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 18-10-944.

**Decreto-lei n.º 6 962, de 16 de outubro de 1944.**  
— Autoriza a aquisição de um terreno em Salvador, Estado da Bahia, para os serviços do comando naval de leste.

"Diário Oficial" de 18-10-944.

**Decreto-lei n.º 6 963, de 17 de outubro de 1944.**  
— Abre crédito suplementar à verba Pessoal do Ministério da Viação e Obras Públicas.

"Diário Oficial" de 19-10-944.

**Decreto-lei n.º 6 964, de 17 de outubro de 1944.**  
— Dispõe sobre o recolhimento ao Tesouro Nacional — pelo Instituto dos Resseguros do Brasil, das contribuições previstas no art. 109 dos seus Estatutos.

"Diário Oficial" de 19-10-944.

**Decreto-lei n.º 6 965, de 17 de outubro de 1944.**  
— Altera disposições dos Decretos-leis ns. 1 190 e 1 212, de 4 e 17 de abril de 1939.

"Diário Oficial" de 19-10-944.

**Decreto-lei n.º 6 966, de 17 de outubro de 1944.**  
— Amplia para um ano, o prazo concedido pelo art. 3.º do Decreto-lei n.º 5 766, de 20 de agosto de 1943, para que os moinhos de trigo importadores iniciem a construção de silos.

"Diário Oficial" de 19-10-944.

**Decreto-lei n.º 6 967, de 17 de outubro de 1944.**  
— Altera sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da República.

"Diário Oficial" de 19-10-944.

**Decreto-lei n.º 6 968, de 18 de outubro de 1944.**  
— Abre ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 400 000,00 para o fim que especifica.

"Diário Oficial" de 20-10-944.

**Decreto-lei n.º 6 969, de 19 de outubro de 1944.**  
— Dispõe sobre os fornecedores de cana que lavram terra alheia e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 21-10-944.

**Decreto-lei n.º 6 970, de 19 de outubro de 1944.**  
— Dispõe sobre o preço do carvão nacional à usina termo-elétrica administrada pela Prefeitura Municipal de Rio Grande. Estado do Rio Grande do Sul.

"Diário Oficial" de 21-10-944.

- Decreto-lei n.º 6 971, de 19 de outubro de 1944.**  
— Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 250 000,00 para despesas com a representação do Brasil na posse do presidente da República de Cuba.  
“Diário Oficial” de 21-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 972, de 19 de outubro de 1944.**  
— Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr\$ 670 000,00 à verba que especifica.  
“Diário Oficial” de 21-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 973, de 19 de outubro de 1944.**  
— Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr\$ 150 000,00 à verba que especifica  
“Diário Oficial” de 21-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 974, de 19 de outubro de 1944.**  
— Autoriza o Ministério da Agricultura a colaborar com o Governo do Estado de Goiás na realização do 1.º Congresso Econômico do Oeste e dá outras providências.  
“Diário Oficial” de 21-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 975, de 19 de outubro de 1944.**  
— Transfere gratuitamente à Associação Comercial de São Paulo o terreno que menciona.  
“Diário Oficial” de 21-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 976, de 23 de outubro de 1944.**  
— Dispõe sobre o pessoal da Caixa Econômica Federal de São Paulo.  
“Diário Oficial” de 25-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 977, de 23 de outubro de 1944.**  
— Estende às Obrigações de Guerra as disposições do Decreto-lei n.º 3 033, de 7 de fevereiro de 1944.  
“Diário Oficial” de 25-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 978, de 23 de outubro de 1944.**  
— Modifica disposições do Decreto-lei n.º 4 789, de 5 de outubro de 1944. — Abre crédito suplementar ao Ministério da Educação e Saúde.  
“Diário Oficial” de 26-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 979, de 24 de outubro de 1944.**  
— Altera o parágrafo único do art. 3.º do Decreto-lei n.º 6 939, de 7 de outubro de 1944.  
“Diário Oficial” de 26-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 980, de 24 de outubro de 1944.**  
— Abre crédito suplementar ao Ministério da Educação e Saúde.  
“Diário Oficial” de 26-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 981, de 24 de outubro de 1944.**  
— Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito suplementar de Cr\$ 150 000,00 à verba que especifica.  
“Diário Oficial” de 26-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 982, de 24 de outubro de 1944.**  
— Dispõe sobre o pessoal da Comissão Executiva dos Produtos de Mandioca.  
“Diário Oficial” de 26-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 983, de 24 de outubro de 1944.**  
— Dispõe sobre o exercício nas repartições centrais do pessoal extranumerário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.  
“Diário Oficial” de 26-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 984, de 24 de outubro de 1944.**  
— Abre, sem aumento de despesa créditos suplementares aos Ministérios da Agricultura, da Educação e Saúde, da Fazenda, da Justiça e Negócios Interiores e do Trabalho, Indústria e Comércio.  
“Diário Oficial” de 26-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 985, de 25 de outubro de 1944.**  
— Restaura a vigência do art. 473 da Consolidação Consular aprovada pelo Decreto-lei n.º 360, de 3 de outubro de 1935.  
“Diário Oficial” de 27-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 986, de 25 de outubro de 1944.**  
— Torna sem aplicação dotação orçamentária de Cr\$ 70 000,00 do Ministério da Educação e Saúde e abre crédito suplementar de idêntica importância.  
“Diário Oficial” de 27-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 987, de 25 de outubro de 1944.**  
— Aprova o Acórdo entre o Governo brasileiro e a Administração de Assistência e Reabilitação das Nações Unidas (*United Nations Relief and Rehabilitation Administration — U.N.R.R.A.*) para a constituição, no Rio de Janeiro, de uma Comissão Mista de Aquisição da *U.N.R.R.A.* no Brasil, firmado no Rio de Janeiro, a 12 de outubro de 1944.  
“Diário Oficial” de 27-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 988, de 26 de outubro de 1944.**  
— Abre ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 9 000 000,00 para atender às despesas de incorporação de imóveis, operada em virtude do Decreto-lei n.º 6 426, de 14 de abril de 1944.  
“Diário Oficial” de 28-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 989, de 26 de outubro de 1944.**  
— Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ ..... 4 800 000,00, para pagamento a concessionários de portos.  
“Diário Oficial” de 28-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 990, de 26 de outubro de 1944.**  
— Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de Cr\$ 728 410,00 para instalação da Biblioteca.  
“Diário Oficial” de 28-10-1944.
- Decreto-lei n.º 6 991, de 26 de outubro de 1944.**  
— Autoriza o prefeito do Distrito Federal a isentar o Liceu Literário Português do pagamento do imposto territorial que menciona.  
“Diário Oficial” de 28-10-1944.

**Decreto-lei n.º 6 992, de 26 de outubro de 1944.**

— Autoriza o prefeito do Distrito Federal a isentar o Conservatório Brasileiro de Música do pagamento de 50% (cinquenta por cento) do imposto de transmissão na forma que menciona.

“Diário Oficial” de 28-10-944.

**Decreto-lei n.º 6 993, de 27 de outubro de 1944.**

— Reorganiza o Serviço de Estatística Econômica e Financeira, do Ministério da Fazenda e dá outras providências.

“Diário Oficial” de 30-10-944.

**Decreto-lei n.º 6 994, de 27 de outubro de 1944.**

— Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 3 000 000,00 para despesas decorrentes da subscrição compulsória das Obrigações de Guerra.

“Diário Oficial” de 30-10-944.

**Decreto-lei n.º 6 995, de 27 de outubro de 1944.**

— Cria o Serviço de Documentação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. e dá outras providências.

“Diário Oficial” de 30-10-944.

**Decreto-lei n.º 6 996, de 27 de outubro de 1944.**

— Dispõe sobre a transferência ao Estado do Rio Grande do Sul do preventório para crianças débeis, construído pela União em Ipanema, município de Pôrto Alegre.

“Diário Oficial” de 30-10-944.

**Decreto-lei n.º 6 997, de 27 de outubro de 1944.**

— Dá nova organização às Companhias Regionais do Corpo de Fuzileiros Navais.

“Diário Oficial” de 30-10-944.

# Íntegra da legislação de interêsse geográfico

## Decretos-leis

Decreto-lei n.º 6 983, de 24 de outubro de 1944.

*Dispõe sobre o exercicio, nas repartições centrais, do pessoal extranumerário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição.

Decreta:

Art. 1.º — O pessoal admitido para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e pago pela Verba 3 — Serviços e Encargos — não poderá, sem prejuízo dessa situação, servir nas repartições centrais do sistema estatístico nacional.

Art. 2.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETULIO VARGAS.  
*Alexandre Marcondes Filho.*

(D. O. 26-10-944).

★

Decreto-lei n.º 6 987, de 25 de outubro de 1944

*Aprava o acôrdo entre o Governo brasileiro e a Administração de Assistência e Reabilitação das Nações Unidas. (United Nations Relief and Rehabilitation Administration — UNRRA), para a constituição no Rio de Janeiro, de uma Comissão Mista de Aquisições da UNRRA no Brasil, firmado no Rio de Janeiro, a 12 de outubro de 1944.*

O Presidente da República, nos termos do art. 180 da Constituição:

Resolve aprovar o acôrdo entre o Governo do Brasil e a Administração de Assistência e Reabilitação das Nações Unidas (United Nations Relief and Rehabilitation Administration UNRRA), para a constituição no Rio de Janeiro, de uma Comissão Mista de Aquisições da UNRRA no Brasil, firmado no Rio de Janeiro, a 12 de outubro de 1944.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETULIO VARGAS.  
*P. Leão Veloso.*

(D. O. 27-10-944).

★

Decreto-lei n.º 6 993, de 27 de outubro de 1944.

*Reorganiza o Serviço de Estatística Econômica e Financeira, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição.

Decreta:

Art. 1.º — O Serviço de Estatística Econômica e Financeira (S.E.E.F.) do Ministério da Fazenda, subordinado administrativamente ao diretor geral da Fazenda Nacional e obediente à orientação técnica do Conselho Nacional de Estatística constitui um dos órgãos executivos centrais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (I.B.G.E.) e tem por finalidade levantar as estatísticas referentes a impostos, taxas e contribuições, comércio exterior e interior, movimento marítimo e fluvial e movimento bancário do país, bem como promover, em publicações próprias ou por intermédio do I.B.G.E., a divulgação dessas estatísticas.

Art. 2.º — O S.E.E.F. compreende:

Secção de Exportação (S.E.);  
Secção de Importação (S.I);  
Secção Econômico-Financeira (S.E.F.);  
Secção do Comércio Interno (S.C.I.);  
Secção de Estudos e Análises (S.E.A.);  
Secção de Administração (S.A.);  
Secção de Mecanização (S.M.).

Art. 3.º — O S.E.E.F. terá os pormenores de sua organização e as normas para o seu funcionamento estabelecidos em regimento.

Art. 4.º — O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETULIO VARGAS.  
*A. de Sousa Costa.*

(D. O. 30-10-944).

★

Decreto-lei n.º 6 995, de 27 de outubro de 1944.

*Cria o Serviço de Documentação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição.

Decreta:

Art. 1.º — Fica criado, no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, diretamente subordinado ao ministro de Estado, o Serviço de Documentação (S.D.T.), que terá por finalidade a coleta, guarda, coordenação e divulgação de textos, relativos, dados estatísticos e outros elementos relativos à atividade do Ministério.

Art. 2.º — Fica transferida para o S. D. T. a Biblioteca do Departamento de Administração, a que se refere o Regimento aprovado pelo Decreto n.º 6 736, de 22 de janeiro de 1941.

Art. 3.º — Ficam criados, no Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, um cargo isolado, de provimento em comissão, de Diretor (S.D.T.), padrão N, do Serviço de Documentação e uma função gratificada de Secretário do Diretor (S.D.T.) com Cr\$ 4 200,00 anuais.

Art. 4.º — Fica aberto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, anexo n.º 21 do Orçamento Geral da República para 1944, o cré-

dito de Cr\$ 11 550,00 (onze mil quinhentos e cinquenta cruzeiros) suplementar às seguintes dotações:

#### VERBA 1 — PESSOAL

##### Consignação I — Pessoal Permanente

Subconsignação 01 — Pessoal Permanente . . . . . Cr\$ 10 500,00

##### Consignação III — Vantagens

Subconsignação 09 — Funções gratificadas . . . . . Cr\$ 1 050,00

Art. 5.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.  
*Alexandre Marcondes Filho.*  
*A. de Sousa Costa.*

(D. O. 30-10-944).

★

## Decretos

Decreto n.º 16 683, de 29 de setembro de 1944.

*Aprova o Regimento da Comissão de Planejamento Econômico*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74, letra a, da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — Fica aprovado o Regimento da Comissão de Planejamento Econômico (C.P.E.), assinado pelo secretário geral do Conselho de Segurança Nacional e que acompanha o presente decreto.

Art. 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.  
*A. de Sousa Costa.*

(O Regimento a que se refere o decreto supra foi publicado na mesma edição do D. O.).  
(D. O. 3-10-944).

★

Decreto n.º 16 742, de 6 de outubro de 1944.

*Aprova o regimento do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74, letra a, da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — Fica aprovado o regimento do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, que, assinado pelo respectivo ministro de Estado, com este baixa.

Art. 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1944, 123.º da Independência e 66.º da República.

GETÚLIO VARGAS.  
*Alexandre Marcondes Filho.*

"Diário Oficial" de 9-10-944.

☆

## REGIMENTO DO SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DEMOGRÁFICA MORAL E POLÍTICA

### CAPÍTULO I

#### Da finalidade

Art. 1.º — O Serviço de Estatística Demográfica Moral e Política (S.E.D.M.P.), subordinado administrativamente ao ministro da Justiça e Negócios Interiores e obediente à orientação técnica do Conselho Nacional de Estatística, constitui um dos órgãos executivos centrais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (I.B.G.E.) e tem por finalidade levantar as estatísticas referentes às atividades demográficas, morais, administrativas e políticas, bem como promover, em publicações próprias ou por intermédio do Serviço de Documentação e do I.B.G.E., a divulgação destas estatísticas.

### CAPÍTULO II

#### Da organização

Art. 2.º O S.E.D.M.P. compreende:

Secção Demográfica (S.D.)  
Secção Moral e Política (S.M.P.)  
Secção Judiciária (S.P.J.)  
Secção de Estudos e Análises (S.E.A.)  
Secção de Administração (S.A.)  
Secção de Mecanização (S.M.).

Art. 3.º — As secções terão chefes designados na forma deste regimento.

Art. 4.º — O diretor terá um secretário escolhido dentre funcionários públicos.

Art. 5.º — Os órgãos que integram o S. E. D. M. P. funcionarão perfeitamente coordenados, em regime de mútua colaboração, sob a orientação do diretor.

### CAPÍTULO III

#### *Da competência dos órgãos*

Art. 6.º — Compete à S. D. proceder à coleta de dados e efetuar a crítica dos mesmos, com o fim de apurar e elaborar as estatísticas referentes aos seguintes assuntos:

I — estimativa, localização e característica da população nacional;

II — densidade demográfica: urbana e rural;

III — natalidade: legítima e ilegítima;

IV — mortalidade;

V — nupcialidade;

VI — desquites;

VII — biometria: — vida média e vida provável.

Parágrafo único. — A S. D. compete ainda, realizar pesquisas estatísticas relativas aos demais fatos concernentes à demografia, respeitadas, porém, as atribuições das outras secções do S. E. D. M. P. e das demais repartições centrais do sistema estatístico federal.

Art. 7.º — Compete à S. M. P. proceder à coleta de dados e efetuar a crítica dos mesmos, com o fim de apurar e elaborar as estatísticas referentes a:

I — movimento espiritual, compreendendo as organizações, corporações e missões religiosas, bem como as atividades ligadas aos respectivos cultos;

II — catequese indígena e núcleos de colonização;

III — asilos e recolhimentos;

IV — naturalizações;

V — extradições;

VI — expulsões;

VII — eleitorado;

VIII — segurança pública: — efetivo e material de serviço de que dispõem os corpos de polícia militarizada e os bombeiros, a guarda-civil e a fiscalização de veículos.

Parágrafo único. — À S. M. P. compete, ainda, realizar pesquisas estatísticas relativas aos demais fatos concernentes à moral e à política, respeitadas, porém, as atribuições das outras secções do S. E. D. M. P. e das demais repartições centrais do sistema estatístico federal.

Art. 8.º — Compete à S. P. J. proceder à coleta de dados e efetuar a crítica dos mesmos, com o fim de apurar e elaborar as estatísticas referentes aos seguintes assuntos:

I — crimes e contravenções;

II — prisões efetuadas;

III — movimento carcerário;

IV — acidentes;

V — incêndios;

VI — suicídios e tentativas de suicídio;

VII — movimento geral de assistência policial;

VIII — movimento geral do serviço de identificação civil e criminal;

IX — movimento geral de segurança político-social.

Parágrafo único. — À S. P. J. compete, ainda, realizar pesquisas estatísticas relativas aos demais fatos concernentes às atividades policiais e criminais, respeitadas, porém, as atribuições das outras secções do S. E. D. M. P., e das demais repartições centrais do sistema estatístico federal.

Art. 9.º — Compete à S. E. A.:

I — proceder à análise dos trabalhos estatísticos realizados pelas outras secções;

II — elaborar trabalhos expositivos ou analíticos sobre as estatísticas a cargo do Serviço;

III — preparar trabalhos cartográficos para atender a determinações recebidas ou a solicitações da Secretaria Geral do I. B. G. E., bem como estudar e executar trabalhos destinados a repartições do Ministério e outras da Administração federal, desde que os assuntos se enquadrem nas atribuições do S. E. D. M. P., e não haja prejuízo para os seus serviços normais;

IV — elaborar trabalhos para atender a consultas que exijam apurações especiais de elementos de que disponha o S. E. D. M. P., ou que possam ser encontrados em qualquer outra fonte;

V — planejar e executar desenhos, pinturas e trabalhos de caligrafia e cartografia, que se relacionem com as atividades do Serviço;

VI — preparar as publicações técnicas do Serviço destinadas à divulgação estatística, no país e no estrangeiro, ou à documentação privativa da repartição;

VII — preparar a contribuição do Serviço às publicações próprias do I. B. G. E.;

VIII — organizar e executar trabalhos gráficos destinados a figurar em feiras, exposições e outros certames, nacionais ou internacionais, a que o Serviço deva comparecer;

IX — organizar ou rever os planos necessários aos trabalhos técnicos do Serviço, de acordo com as instruções especiais do diretor;

X — realizar inquéritos ou pesquisas especiais que não sejam da competência das outras secções;

XI — organizar, registrar e conservar a documentação gráfica do Serviço;

XII — organizar e manter em dia a documentação informativa, doutrinária, técnica ou científica e coleccionar cópias dos trabalhos elaborados pelo Serviço, recortes de jornais, publicações e quaisquer informações necessárias aos interesses da repartição;

Art. 10. — Compete à S. A.:

I — receber, registrar, distribuir, arquivar e expedir a correspondência oficial relativa às atividades do S. E. D. M. P.;

II — preparar, e, quando fôr o caso, encaminhar aos respectivos órgãos do Departamento de Administração (D. A.) do Ministério, o expediente relativo a pessoal, material, orçamento, ou qualquer outro pertinente ao S. E. D. M. P. e que se refira a atividades compreendidas no campo de ação daquele Departamento;

III — manter atualizada a relação das instituições nacionais e estrangeiras, para remessa e intercâmbio de publicações.

Parágrafo único. — A S. A. deverá funcionar perfeitamente articulada com o D. A. do Ministério, observando as normas e métodos de trabalho prescritos pelo mesmo.

Art. 11. — Compete à S. M. executar os serviços mecânicos relativos aos dados coletados pelas secções do Serviço.

## CAPÍTULO IV

*Das atribuições do pessoal*

Art. 12. — Ao diretor incumbe:

I — orientar e coordenar as atividades do Serviço;

II — despachar, pessoalmente, com o ministro de Estado;

III — baixar portarias, instruções e ordens de serviço;

IV — comunicar-se diretamente, sempre que o interesse do serviço o exigir, com quaisquer autoridades públicas, exceto com os ministros de Estado, caso em que deverá fazê-lo por intermédio do ministro da Justiça e Negócios Interiores;

V — assegurar estreita colaboração entre o S.E.D.M.P. e as repartições centrais e regionais do sistema estatístico brasileiro;

VI — executar e fazer executar as Resoluções do Conselho Nacional de Estatística;

VII — submeter, anualmente ao ministro de Estado, o plano de trabalho do Serviço;

VIII — apresentar, anualmente, ao ministro de Estado, o relatório sobre as atividades do Serviço;

IX — propor ao ministro de Estado as providências necessárias ao aperfeiçoamento do serviço;

X — reunir periódicamente, os chefes das seções para discutir e assentar providências relativas ao serviço, e comparecer às reuniões para as quais seja convocado pelo ministro de Estado;

XI — aprovar planos de trabalhos, pesquisas e estudos sobre assuntos estatísticos;

XII — opinar em todos os assuntos relativos às atividades da repartição, dependentes de solução de autoridades superiores, e resolver os demais, ouvidos os órgãos que compõem o Serviço;

XIII — organizar, conforme as necessidades do serviço, turmas de trabalho com horário especial;

XIV — determinar ou autorizar a execução de serviço externo;

XV — fazer publicar os trabalhos elaborados pelo serviço;

XVI — admitir e dispensar, na forma da legislação, o pessoal extranumerário;

XVII — designar e dispensar, os ocupantes de funções gratificadas e seus substitutos eventuais;

XVIII — movimentar, de acordo com a conveniência do Serviço, o pessoal lotado;

XIX — expedir boletins de merecimento dos funcionários que lhe forem diretamente subordinados;

XX — organizar e alterar a escala de férias do pessoal que lhe for diretamente subordinado e aprovar a dos demais servidores;

XXI — elogiar e aplicar penas disciplinares, inclusive a de suspensão até 30 dias, aos servidores lotados no Serviço e propor ao ministro de Estado a aplicação de penalidade que exceder de sua alçada;

XXII — determinar a instauração de processo administrativo;

XIII — antecipar, ou prorrogar, o período normal de trabalho;

Art. 13 — Aos chefes de seção incumbe.

I — dirigir e fiscalizar os trabalhos da respectiva seção;

II — distribuir os trabalhos ao pessoal que lhes for subordinado;

III — orientar a execução dos trabalhos e manter a coordenação entre os elementos componentes da respectiva seção, determinando as normas e métodos que se fizerem aconselháveis;

IV — despachar, pessoalmente, com o diretor.

V — apresentar mensalmente ao diretor um boletim dos trabalhos da seção, e, anualmente um relatório dos trabalhos realizados, em andamento e planejados;

VI — propor ao diretor medidas convenientes à boa execução dos trabalhos;

VII — responder às consultas que lhes forem feitas por intermédio do diretor, sobre assuntos que se relacionem com as suas atribuições;

VIII — distribuir o pessoal, de acordo com a conveniência do serviço;

IX — expedir boletins de merecimento dos funcionários que lhes forem diretamente subordinados;

X — organizar e submeter à aprovação do diretor a escala de férias do pessoal que lhes for subordinado, bem como as alterações subsequentes;

XI — aplicar penas disciplinares, inclusive a de suspensão até 15 dias aos seus subordinados, e propor ao diretor a aplicação de penalidades que escape à sua alçada;

XII — velar pela disciplina e manutenção do silêncio nos recintos de trabalho.

Art. 14. — Aos chefes das S.D., S.M.P., S.P.J. e S.E.A. incumbe, além do enumerado no artigo anterior:

I — organizar, anualmente, o plano de trabalho da seção e submetê-lo à aprovação do diretor;

II — organizar projetos ou pareceres sobre os assuntos da seção, que tenham de ser encaminhados ao estudo do Conselho Nacional de Estatística (C.N.E.);

III — contribuir para as publicações relativas às atividades do S.E.D.M.P., com monografias ou memórias, que expressem os resultados das pesquisas estatísticas da seção;

IV — elaborar, segundo a competência atribuída à respectiva seção, trabalhos especiais destinados aos órgãos técnicos do Ministério, a instituições nacionais ou estrangeiras — públicas ou particulares — e sugerir ao diretor o expediente necessário à entrega ou remessa dos mesmos;

V — organizar os originais da série especial de tabelas sistemáticas destinadas ao *Anuário Estatístico do Brasil*, às sinopses regionais e a quaisquer outras publicações para as quais contribuam o S.E.D.M.P. e o I.B.G.E.;

VI — propor ao diretor os servidores que poderão ser designados para executar, fora da repartição, serviços de coleta e outros de interesse da seção.

Art. 15. — Ao secretário do diretor incumbe:

I — atender às pessoas que desejarem comunicar-se com o diretor, encaminhando-as, ou dando a este conhecimento do assunto a tratar;

II — representar o diretor, quando para isso for designado;

III — redigir a correspondência pessoal do diretor.

Art. 16. — Aos demais servidores, sem funções especificadas neste regimento, incumbe executar os trabalhos que lhes forem determinados pelos seus superiores imediatos.

## CAPÍTULO V

*Da lotação*

Art. 17. — O Serviço terá a lotação aprovada em decreto.

Parágrafo único. — Além dos funcionários constantes da lotação, o Serviço poderá ter pessoal extranumerário.

## CAPÍTULO VI

*Do horário*

Art. 18. — O horário normal de trabalho será fixado pelo diretor, respeitado o número de horas semanais ou mensais estabelecido para o Serviço Público Civil.

Art. 19. — O horário do pessoal designado para serviço externo será estabelecido de acordo com as exigências dos trabalhos, observado o mínimo de horas semanais ou mensais estabelecido para o Serviço Público Civil, sendo a frequência apurada por meio de boletins diários de produção.

Art. 20. — O diretor não fica sujeito a ponto, devendo, porém, observar o horário fixado.

## CAPÍTULO VII

*Das substituições*

Art. 21. — Serão substituídos, automaticamente, em suas faltas e impedimentos eventuais, até 30 dias:

I — o diretor, por um dos chefes de seção de sua indicação e designado pelo ministro de Estado;

II — os chefes de seção, por servidores designados pelo diretor, mediante indicação do respectivo chefe.

Parágrafo único. — Haverá, sempre, servidores previamente designados para as substituições de que trata este artigo.

## CAPÍTULO VIII

*Disposições gerais*

Art. 22. — Mediante instruções de serviço do respectivo chefe, as seções poderão desdobrar-se em turmas.

Art. 23. — Nenhum servidor poderá fazer publicações e conferências ou dar entrevistas sobre assuntos que se relacionem com a organização e as atividades do Serviço, sem prévia autorização escrita do diretor.

Art. 24. — Os trabalhos realizados no S.E.D.M.P. poderão ser publicados, desde que para isso haja autorização do diretor, em revistas científicas nacionais ou estrangeiras, constando, porém, como único subtítulo a expressão "Trabalho do Serviço de Estatística Demográfica Moral e Política".

Art. 25. — A juízo do diretor, poderão ser incluídos, em publicações do S.E.D.M.P., trabalhos relevantes de técnicos estrangeiros ao mesmo, quando se referirem a assuntos relacionados com as suas atividades.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1944. —  
*Alexandre Marcondes Filho.*

(D. O. 9-10-944.)

★

## ATOS DIVERSOS

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO  
SERVIÇO PÚBLICO*Exposição de Motivos*

N.º 3 029 — Em 20-10-44 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República — Dentro da fórmula de cooperação interadministrativa que preside às atividades do sistema estatístico nacional, de acordo com o Decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística presta auxílio, em pessoal e material, aos órgãos centrais de estatística da União, bem como aos das Unidades Federadas, de modo a possibilitar-lhes a execução dos trabalhos que lhes são atribuídos pelo Conselho Nacional de Estatística.

2. À vista disso, os órgãos centrais federais, em número de cinco, denominados Serviços de Estatística da Produção, da Educação e Saúde, Econômica e Financeira, Demográfica, Moral e Política e da Previdência e Trabalho, respectivamente dos Ministérios da Agricultura, da Educação e Saúde, da Fazenda, da Justiça e Negócios Interiores e do Trabalho, Indústria e Comércio, têm, a seus serviços, pessoal cujo custeio está a cargo do I.B.G.E.

3. Acontece, todavia, que esse pessoal vem sendo pago pela Verba 3 — Serviços e Encargos. A classificação imprópria das despesas com esse pessoal cria para o mesmo uma situação anômala, excluindo-o da categoria de servidores públicos, apesar de as funções exer-

cidas serem da mesma natureza das que se atribuem aos extranumerários da União.

4. Nestas condições, é conveniente o enquadramento desse pessoal na modalidade própria de extranumerário, procedendo-se à sua distribuição pelas repartições a que serve.

5. Nesse sentido, este Departamento articulou-se com os aludidos Serviços de Estatística, a fim de obter os elementos necessários a esse enquadramento.

6. Em face dos dados então colhidos, chegou-se à conclusão de que devem ser criadas, nas Tabelas Numéricas Ordinárias de Extranumerário-mensalista dos referidos Serviços de Estatística, funções de auxiliar de escritório, de estatístico e de servente, em número e referências de salário que correspondam aos das funções exercidas, nos respectivos Serviços, pelo pessoal do I.B.G.E., a ser aproveitado naquelas novas funções.

7. As funções de estatístico, cujas referências de salário excedem ao nível superior da série funcional correspondente de extranumerário-mensalista da União, devem à vista disso, ser incluídas nas Tabelas Numéricas Suplementares dos respectivos Serviços de Estatística.

8. Com a adoção dessa medida, torna-se necessário abrir créditos suplementares aos Ministérios da Agricultura, da Educação e Saúde, da Fazenda, da Justiça e Negócios Interiores e do Trabalho, Indústria e Comércio, Anexos ns. 14, 15, 16, 18 e 21 do Orçamento Geral da

República para 1944, em reforço às respectivas Verbas 1 — Pessoal, Consignação II — Pessoal Extranumerário, Subconsignação 05 — Mensalistas.

9. Por outro lado, a fim de solucionar definitivamente o problema, este Departamento julga que, doravante, o pessoal admitido para o I.B.G.E. e pago pela Verba 3 — Serviços e Encargos não deverá, sem prejuízo dessa situação, servir nas repartições centrais do sistema estatístico nacional.

10. Julga, ainda, este Departamento que deve ser tornada sem aplicação a importância de Cr\$ 178 400,00 — relativa à despesa com o pessoal referido, no período de 1 de novembro a 31 de dezembro do corrente ano — da Verba 3 — Serviços e Encargos, Consignação I — Diversos, Subconsignação 06 — Auxílios, Contribuições e Subvenções, 01 — Auxílios, a) Auxílio a ser concedido na forma do Decreto n.º 24 609, de 6-7-34, a) Ao Conselho Nacional de Estatística, Secretaria Geral do Instituto e respectivo Serviço Gráfico, Anexo número 5 — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do Orçamento Geral da República para 1944.

11. Consubstanciando todas essas providências, elaborou este Departamento os anexos projetos de decretos e decretos-leis, os quais tem a honra de submeter à apreciação e assinatura de V. Excia.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Excia. os protestos do meu mais profundo respeito. — *Luis Simões Lopes*, Presidente. — *Sim. G. Vargas*.

(Assinados Decretos-leis ns. 6 983 e 6 984 e Decretos ns. 16 942 a 16 946, em 24 de outubro de 1944).

(D.O. — 26-10-1944).

★

## INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

P.SE-3 183 — Sr. Presidente da República. O ministro das Relações Exteriores transmitiu ao Instituto uma nota da Embaixada dos Estados Unidos da América, que contém o oferecimento, feito pelo Governo americano, de uma bolsa de estudos para aperfeiçoamento, naquele país e no setor das estatísticas demográficas, de um funcionário brasileiro.

2. Esse convite enquadra-se em um plano de cooperação técnica e profissional do maior alcance para os serviços estatísticos das diferentes nações americanas, os quais só poderão beneficiar-se com a designação de elementos dos seus quadros para esse estágio de aperfeiçoamento.

3. Obedientemente à orientação seguida pela Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, foram consultadas as repartições federais mais diretamente interessadas nos levantamentos das estatísticas demográficas.

4. Foi finalmente indicado o Estatístico classe K, do quadro do Instituto, Raimundo Nonato Pais Barreto, ora à disposição do Serviço Nacional de Recenseamento.

5. Essa escolha atende plenamente às condições estabelecidas, uma vez que se trata de elemento possuidor de reconhecida capacidade técnica, versado em assuntos de metodologia estatística e dedicado a estudos de estatística demográfica. Sua participação, por conseguinte nos cursos projetados pelo United States Bu-

reau of the Census, seria sobremodo vantajosa não só para o referido Serviço como ainda para o próprio Instituto.

6. Submetendo, pois, a indicação em causa à aprovação de Vossa Excelência, tenho a honra de solicitar se digne autorizar o funcionário escolhido a ausentar-se do país, na forma da lei.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente.

Autorizado. Em 3 de agosto de 1944. — G. VARGAS.

(D.O. — 11-8-1944).

★

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

### Exposição de Motivos

GS-1 778 — Em 20 de setembro de 1944. Senhor Presidente:

Os Estados de Minas Gerais e Goiás celebraram um convênio fixando a respectiva linha divisória, e esse acôrdo foi homologado pelo Decreto-lei federal n.º 3 320, de 29 de maio de 1941.

2. Agora, ainda em obediência ao mesmo convênio, pretendem os Governos dos referidos Estados baixar simultaneamente, decretos-leis estaduais fixando a aludida linha divisória, de acôrdo com o estabelecido na lei federal já citada. O projeto do Governo de Minas Gerais estabelece, ainda, a concessão de anistia fiscal aos moradores e proprietários da zona fronteira, até a data da promulgação da lei, em relação aos impostos que deixaram de pagar em consequência da incerteza da jurisdição a que pertenciam.

3. A maioria da Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais, porém, contra o voto dos Srs. Clodomir Cardoso e Junqueira Aires, adotou o parecer do Sr. Oto Prazeres que considerou o acôrdo feito pelos dois Estados, contrário ao disposto no art. 184 da Constituição Federal.

4. O exame que fiz do assunto, porém, convenceu-me de que não há incompatibilidade apontada entre o acôrdo em apreço e o citado artigo da Constituição, porque contém, apenas, uma norma, destinada a evitar os litígios e a pôr termo, compulsoriamente, às dúvidas surgidas sobre limites interestaduais, e que não restringe a faculdade conferida aos Estados pelo art. 5.º da mesma Constituição, que reza:

“Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para anexar-se a outros, ou formar novos Estados, mediante a aquiescência das respectivas Assembléias Legislativas, em duas sessões anuais consecutivas, e aprovação do Parlamento Nacional”.

5. Nestas condições, tenho a honra de opinar, como opino, pela aprovação dos citados projetos de decreto-lei, que deverão ser baixados simultaneamente pelos Estados de Minas Gerais e Goiás.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — *Alexandre Marcondes Filho*.

(D.O. — 20-10-1944).

★

**COMISSÃO DE ESTUDOS DOS NEGÓCIOS ESTADUAIS**

Circular aos governadores dos Territórios de Amapá, Iguaçú, Ponta Porá, Rio Branco e Guaporé).

CENE-795-44-Circular-33 — em 20 de julho de 1944.

Sr. Governador:

Os ante-projetos de organização administrativa dos Territórios Federais, apresentados por força do art. 17 do Decreto-lei n.º 5 839, de 21 de setembro de 1943, estão sendo objeto de cuidadoso exame por parte da Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais, deste Ministério.

2. Dada a natureza de amplitude e complexidade da matéria contida em tais ante-projetos, impõe-se a audiência de técnicos que se manifestem sobre os seus vários aspectos, de modo que a estrutura administrativa dos Governos territoriais se adapte, tanto quanto possível, aos problemas e necessidades locais.

3. Por outro lado, a existência de uma Comissão incumbida, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, de colaborar com os Governos de Ponta Porá e Iguaçú, na elaboração de um plano de organização administrativa dos respectivos territórios, aconselha que se aguarde a conclusão dos trabalhos da mencionada Comissão, a fim de que o tratamento a ser dado, pelo Governo Federal, ao problema da administração territorial, se revista da necessária unidade de orientação, através da ação coordenada dos diversos setores que com o mesmo, entrem em contacto.

4. Até que se ultime, porém, a apuração dos ante-projetos já apresentados, na conformidade do exposto, é de toda conveniência que, nesse lapso de tempo, sejam expedidas certas

instruções, a que ora faço, no uso das atribuições que me confere o art. 24, do Decreto-lei n.º 5 839, citado.

5. Quanto ao art. 4.º do supra mencionado decreto-lei, cumpre observar o seguinte:

a) a organização a que se refere o item V deve ter um caráter provisório, até que seja aprovado o projeto previsto no art. 17 do decreto-lei em apreço;

b) os decretos a que se refere o item VII, desde que se relacionem com a matéria especificada no art. 32 do Decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, modificado pelo Decreto-lei n.º 5 511, de 23 de maio de 1943, deverão ser submetidos à apreciação prévia do Sr. Presidente da República;

c) a guarda territorial deverá ser de natureza civil, em observância ao disposto no item X; os ante-projetos que acaso lhe hajam assinalado o caráter de polícia militar deverão ser revistos, na conformidade do exposto; e

d) enquanto não fôr criado o órgão competente para o estudo das questões municipais, o governador incumbirá um setor da organização existente, ou um funcionário especialmente designado, do estudo prévio dos decretos-leis a serem baixados pelos prefeitos, de maneira a ser estritamente observado o disposto no art. 32 e seus itens do Decreto-lei n.º 1 202, acima citado.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Excia. os protestos da minha alta estima e mais distinta consideração. — *Alexandre Marcundes Filho*.

A S. Excia. o Sr. Capitão Janari Gentil Nunes, Governador do Território Federal do Amapá.

(D.O. — 9-10-944).

# Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico

## AMAZONAS

### Interventoria

Decreto-lei n.º 1 295, de 8 de setembro de 1944.

*Considera de utilidade pública o Instituto de Etnografia e Sociologia do Amazonas*

O Interventor Federal no Estado do Amazonas, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Fica considerado de utilidade pública, o Instituto de Etnografia e Sociologia do Amazonas, com sede nesta capital.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Rio Branco, em Manaus, 8 de setembro de 1944. — *Alvaro Botelho Maia*.

(D.O. Amazonas — 9-8-944).

★

### Parecer n.º 176/44

(Apresentado e lido na sessão de 31 de agosto de 1944)

Com o ofício n.º S.SE-127, de 10 do expirante, remete-nos a Secretaria Geral do Estado, de ordem do senhor Interventor Federal, o projeto de decreto-lei que fixa a divisão administrativa e judiciária do Estado, a vigorar, sem alteração, no quinquênio de 1944 a 1948, e dá outras providências.

2. O ato é baixado na conformidade do Decreto-lei federal n.º 6 550, de 31 de maio último, que alterou os limites dos Territórios Federais criados pelo Decreto-lei n.º 5 812, de 13 de setembro de 1943, resultando dessa alteração, resolvida pelo Senhor Presidente da República, a modificação do quadro territorial do Amazonas, estabelecido pelo Decreto-lei estadual n.º 1 186, de 31 de dezembro do ano passado, para o período de 1944-1948, e em obediência ao preceito contido na alínea a, do § 1.º, do art. 2.º, do mencionado Decreto-lei n.º 1 186.

3. A Comissão nomeada para rever o quadro da divisão territorial do Estado, apresentou à Interventoria Federal, aos 8 deste mês que finda, o relatório respectivo e que, por cópia, acompanha o processo em análise.

E' um trabalho minucioso e que elucida perfeitamente o projeto que nos foi submetido.

4. Oito municípios amazonenses sofreram modificações nos seus limites e na sua divisão territorial, em consequência das novas linhas

lindeiras dos Territórios do Rio Branco e do Guaporé. O primeiro limita-se a oeste com o município de Uaupés, separado pelo rio Paduari, desde a sua nascente na serra de Tapirapecó, até à sua foz no rio Negro. Esses limites avançaram para leste e passaram a ser pelo paralelo da nascente do rio Paduari, no ponto do divisor de águas Catrimani-Demini, até alcançar a nascente do rio Jufari. Por este rio, até à sua foz, no rio Negro. Ao município de Barcelos, seu primitivo ocupante, deverá retornar toda a região, compreendida entre a primeira e a segunda linha lindeiras, que passara ao Território do Rio Branco. Pelo oriente, o Território do Rio Branco limita-se com o município de Manaus, separado pelo rio Branco, desde a sua foz até ao seu afluente Anauá, seguindo por este até sua nascente na Guiana Inglesa. Estenderam-se tais limites para leste, passando a ser pelo rio Jauaperi, desde sua foz, no rio Negro, até seu tributário Alalaú, seguindo por este até alcançar o paralelo da nascente do rio Nhamundá. Toda a zona compreendida entre esses dois limites, que era primitivamente de Moura, está agora incorporada ao Território do Rio Branco.

Manaus e Barcelos tiveram, o primeiro um aumento, e o segundo uma diminuição de área.

5. Da bacia do Madeira à do Purus, abrangendo uma grande parte do município de Lábrea, estendia-se o Território do Guaporé. O município e a comarca de Lábrea foram extintos visto como a região, incluindo a sede, passaram ao novo Território Federal; entretanto, entre as duas bacias referidas não havia comunicação direta, o que, na ordem administrativa, tinha contra si o determinismo geográfico. Recuaram, pois, as linhas do Guaporé por esse lado. Do rio Ituxi, desde a linha Cunha Gomes, até sua foz no Purus, neste rio, até a foz do Mucuiim; uma linha, da foz do Mucuiim à nascente do Igarapé Cunã, tributário do Madeira, para divisor de águas Ituxi-Madeira, desde Cunha Gomes até à nascente do rio Paraná Pixuna, e, depois, este rio, até ao paralelo da foz do Igarapé Maici, no Madeira. Volta aos municípios de Lábrea e de Canutama toda a faixa de terras que se encontrava entre esses limites e que lhes pertencia. Por essa reivindicação territorial devem voltar a Lábrea os antigos predicamentos, de comarca e de município, sendo-lhe restituídas as zonas que foram repartidas por força do Decreto-lei federal n.º 5 812, de 13 de setembro de 1943, entre Bôca do Acre e Canutama. E' igualmente de modificar-se, alvitra a ilustrada comissão revisora, a fronteira do município de Eirunepé com o de Lábrea, na parte que tinham passado ao de Canutama, em virtude do Decreto-lei estadual n.º 1 186, de 31 de dezembro de 1943. O Território do Guaporé, cujos limites, pelo norte, atingiam a foz do Giparaná ou Machado, no paralelo que por aí passa, subiu ainda até ao paralelo da foz do Igarapé Maici, abrangendo

uma parte do município de Humaitá, que perdeu desse modo, uma porção do seu distrito de Calama, inclusive, a vila desse nome.

Em resumo, conclui a comissão:

a) que o município de Manaus perdeu, em favor do Território do Rio Branco, o subdistrito de Jauperi;

b) que Barcelos adquiriu, do mesmo Território, o subdistrito de Floresta;

c) que o município e a comarca de Lábrea deverão integrar o quadro da Divisão Territorial do Estado, sendo-lhe restituídas as regiões que estavam a figurar no Território do Guaporé e nos municípios de Canutama e Bóca do Acre;

d) que os municípios de Bóca do Acre e de Canutama readquiriram seus antigos limites, do quinquênio de 1939-1943;

e) que o Estado, diante do exposto, deverá conter: 17 comarcas, 25 termos, 25 municípios, 57 distritos e 286 subdistritos.

6. Cumprindo o Decreto-lei federal número 6 550, de 31 de maio último, que retificou os limites e a divisão administrativa dos Territórios Federais criados pelo Decreto-lei n.º 5 812, de 13 de setembro de 1943, a Interventoria no Amazonas dá perfeita execução ao que lhe é atribuído pelo que submeto ao voto do plenário o subsseqüente

#### Projeto de Resolução n.º 161-44

O Conselho Administrativo do Estado do Amazonas, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Resolve:

Opinar favoravelmente ao projeto de decreto-lei, da Interventoria Federal, que fixa a Divisão Administrativa e Judiciária do Estado, a vigorar sem alteração no quinquênio de 1944-1948, e dá outras providências, submetendo-o ao elevado julgamento do senhor Presidente da República, *ex-vi* do n.º XIX, do art. 32, do Decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, com as alterações e retificações constantes do Decreto-lei n.º 5 511, de 21 de maio de 1943.

S. S. do Conselho Administrativo do Estado do Amazonas, em Manaus, 31 de agosto de 1944. — *Julio José da Silva Néri*, relator.

(D.O. — Amazonas 2-9-944).

★

#### Departamento Estadual de Estatística

##### Portaria n.º 74

Julio Benevides Uchoa, diretor geral do Departamento Estadual de Estatística, usando de suas atribuições, e tendo em vista necessidades de serviço,

Resolve:

Art. 1.º — A 1.ª Carteira da Secção de Estatística Militar fica desdobrada nos setores A e B.

Art. 2.º — Compreende o setor A: — Estatística agrícola, custo da vida e inquéritos aos mesmos referentes; pesca, produção avícola, pecuária e agrícola; estoques, preços do comércio varejista e atacadista e atualização dos fichários em uso. Os trabalhos do setor ficarão a cargo dos funcionários Emerenciano Cordeiro Monso e Cremyld Machado Soares Braga.

Art. 3.º — Abrange o setor B: — Importação e exportação geral do Estado, inclusive via terrestre e aérea e respectivos fichários. Ficam

classificados neste setor, os funcionários Linda Dau, José Lima de Albuquerque, Orlando de Almeida Cruz, Maria Fausta Coutinho dos Santos, Rute Benafon Coelho e Maria Luisa Fonseca.

Art. 4.º — A 2.ª Carteira constitui o setor C, correndo pelo mesmo, os cadernos agrícola, industrial, comercial, profissional, de contribuintes do imposto de indústrias e profissões, instalação e alojamento, hotéis, pensões e casas de cômodos, meios de transportes e comunicações, compreendidos nestes os inquéritos a que se referem as letras a e b e ns. 1 a 15 do art. 10 do Decreto-lei n.º 788, de 15 de abril de 1942, inclusive a atualização de todos os fichários que se relacionem com os referidos trabalhos. O setor ficará a cargo dos funcionários Georgette Dau, Maria Conceição Santos, Zinomar Freire Cavalcante e estagiária Guilhermina Vieira de Araújo Lima.

Art. 5.º — Fica o estatístico-chefe, em exercício, autorizado a tomar quaisquer medidas que julgar acertadas para perfeita execução da presente portaria.

Departamento Estadual de Estatística, em Manaus, 23 de outubro de 1944. — *Julio Benevides Uchoa*, Diretor Geral.

(D.O. de Amazonas, 25-10-944).

★

#### GOIÁS

#### Departamento Estadual de Estatística

##### Resolução n.º 55, de 20 de julho de 1944.

*Approva as contas de aplicação da 1.ª quota do auxílio financeiro de 1944*

A Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística, no Estado de Goiás, usando de suas atribuições e

Considerando haverem sido devidamente examinadas e consideradas exatas e legais pela comissão incumbida de sua verificação as contas referentes à aplicação da primeira quota do auxílio financeiro, no corrente ano, ao Departamento Estadual de Estatística pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

Resolve:

Artigo único — Ficam aprovadas as contas referentes à aplicação da primeira quota do auxílio financeiro concedido ao Departamento Estadual de Estatística, no corrente ano, na importância de dezenove mil cento e onze cruzeiros (Cr\$ 19 111,00), inclusive dois mil setecentos e cinquenta e oito cruzeiros e noventa centavos (Cr\$ 2 758,90) de saldo, que passa para o segundo semestre, de acordo com a demonstração e parecer anexos.

Sala das Sessões, da Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística, em Goiânia 20 de julho de 1944, 9.º do Instituto. — Conferido e numerado. *F. Braga Sobrinho*, Secretário. — Publique-se. *Fredrico de Medeiros*, Presidente.

*Parecer*

Examinando a prestação de contas na importância de dezenove mil cento e onze cruzeiros (Cr\$ 19 111,00), correspondente à primeira quota do auxílio financeiro concedido, no corrente ano, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ao Departamento Estadual de Estatística de Goiás e aplicada de acordo com a Resolução n.º 54, de 28-1-944, da Junta

Executiva Regional a Comissão para esse fim designada é de parecer que sejam aprovados a demonstração e os documentos apresentados pelo diretor do Departamento Estadual de Estatística, por se encontrarem exatos e legais. Goiânia, 18 de julho de 1944. A Comissão: *Vasco dos Reis Gonçalves, F. Braga Sobrinho*

★

#### Resolução n.º 56, de 20 de julho de 1944

*Dispõe sobre a aplicação da 2.ª quota do auxílio financeiro do corrente ano*

A Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística, no Estado de Goiás, usando de suas atribuições e

Considerando que lhe compete dispor sobre a aplicação do auxílio financeiro anual consignado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ao Departamento Estadual de Estatística;

Considerando que, do auxílio referente ao corrente ano, na importância de trinta e oito mil duzentos e vinte dois cruzeiros (Cr\$ 38 222,00), já foi aplicada a primeira quota, cujas contas foram aprovadas por esta Junta;

Considerando que da aplicação da primeira quota do auxílio do corrente exercício resultou um saldo de dois mil setecentos e cinquenta e oito cruzeiros e noventa centavos ..... (Cr\$ 2 758,90);

Resolve:

Art. 1.º — Fica o diretor do Departamento Estadual de Estatística autorizado a receber do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a importância de dezenove mil cento e onze cruzeiros (Cr\$ 19 111,00) integrante da segunda quota do auxílio do corrente ano.

Art. 2.º — A essa importância será incorporada a constante do saldo vindo do primeiro semestre, perfazendo um total de vinte e um mil oitocentos e sessenta e nove cruzeiros e noventa centavos (Cr\$ 21 869,90), a ser despendido pelo diretor do Departamento Estadual de Estatística da seguinte maneira:

#### VERBA A — PESSOAL

1. Pessoal mensalista ..... Cr\$ 12 240,00

#### VERBA B — MATERIAL

1. Material de consumo ..... Cr\$ 2 260,00  
2. Material permanente ..... Cr\$ 500,00

#### VERBA C — DIVERSOS

1. Publicações ..... Cr\$ 3 600,00  
2. Eventuais ..... Cr\$ 3 269,90

Soma ..... Cr\$ 21 869,90

Art. 3.º — O pessoal a ser pago pela verba consignada nesta resolução é o já existente no Departamento Estadual de Estatística, sendo que qualquer substituição só se fará mediante um estágio de pelo menos quinze dias do candidato, junto ao D.E.E., findo o qual se submeterá o mesmo a uma prova de eficiência, a critério do respectivo diretor, devendo a escolha recair em elemento do sexo feminino, conforme determinação da Secretaria Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Sala das Sessões da Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística, em Goiânia, aos 20 de julho de 1944, 9.º do Instituto. — Conferido e numerado. *F. Braga Sobrinho*, Secretário. — Publique-se. *Frederico de Medeiros*, Presidente.

★

#### Resolução n.º 57, de 20 de julho de 1944.

*Expressa reconhecimento ao Governo estadual pelo constante amparo à Organização Estatística de Goiás*

A Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística, no Estado de Goiás, usando de suas atribuições e

Considerando que o governo goiano jamais se afastara dos solenes compromissos assumidos para com a União e as demais Unidades Federadas da República, no tocante à execução, no Estado, de todos os levantamentos estatísticos, por intermédio de uma condigna organização regional perfeitamente entrosada no grande sistema estatístico nacional, liderado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

Considerando que a Organização Estatística de Goiás, integrada pelo Departamento Estadual e Agências Municipais de Estatística, é fruto exclusivo do governo esclarecido do Sr. Interventor Pedro Ludovico Teixeira, que a criou por intermédio dos Decretos-leis ns. 1 151, de 8 de outubro de 1938, e 2 335, de 7 de agosto de 1939;

Considerando que assume proporções consideráveis, em quantidade e importância, o ementário legislativo relacionado com o desenvolvimento da estatística regional, durante o seu governo;

Considerando que esse ementário vem de ser enriquecido com a lavratura dos Decretos-leis ns. 85, 86 e 87, do corrente mês, que encerram medidas do mais elevado alcance para o maior desenvolvimento e eficiência do Departamento Estadual de Estatística, como sejam — dotação para nove cargos até então vagos na carreira de estatístico e restauração do cargo de assistente-técnico; vedação de acesso dentro da carreira aos funcionários que não se habilitarem em concurso e não sejam portadores do certificado do Curso de Aperfeiçoamento, instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; centralização dos serviços estatísticos do Estado, com a transferência do Serviço de Estatística Policial e Judiciária-Criminal da Chefatura de Polícia para o Departamento Estadual de Estatística e a determinação de que nenhum funcionário integrante da carreira poderá ser lotado em outro Departamento ou Serviço que não seja o D.E.E..

Resolve:

Artigo único — A Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística, no Estado de Goiás, expressa a sua excelência o Sr. Interventor Federal no Estado, Dr. Pedro Ludovico Teixeira, o seu mais profundo reconhecimento pelos inúmeros favores que de seu patriótico governo há recebido a Organização Estatística de Goiás desde sua fundação até a presente data.

Sala das Sessões da Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística, em Goiânia, aos 20 de julho de 1944, 9.º do Instituto.

Conferido e numerado. *F. Braga Sobrinho*, Secretário. — Publique-se. *Frederico de Medeiros*, Presidente.

★

*Demonstração das despesas efetuadas pelo Departamento Estadual de Estatística, na aplicação da primeira quota do auxílio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, referente ao corrente ano de 1944, feita de acôrdo com a Resolução n.º 54, de 28 de janeiro de 1944*

## VERBA A — PESSOAL

## 1. Pessoal mensalista:

Dotação .....			Cr\$ 14 200,00
A deduzir:			
Fôlha de pagamento relativa ao mês de janeiro, doc. n.º 1 .....	Cr\$ 1 950,00		
Idem, idem, referente a fevereiro, doc. n.º 2 .....	Cr\$ 1 950,00		
Idem, idem, referente a março, doc. n.º 3 .....	Cr\$ 1 938,30		
Idem, idem, referente a abril, doc. n.º 4 .....	Cr\$ 2 450,00		
Idem, idem, referente a maio, doc. n.º 5 .....	Cr\$ 2 450,00		
Idem, idem, referente a junho, doc. n.º 6 .....	Cr\$ 2 366,80		
			Cr\$ 13 105,10
SALDO .....			Cr\$ 1 094,90

## VERBA B — MATERIAL

## 1. Material de consumo e expediente:

Dotação .....			Cr\$ 2 200,00
A deduzir:			
Pago à <i>A Vanguarda</i> , pela aquisição de 120 registradores rápidos, doc. n.º 7 .....	Cr\$ 360,00		
Pago a Álvares & Machado, pela aquisição do material especificado no doc. n.º 8 .....	Cr\$ 729,00		
Pago a Alencastro Veiga & Irmãos, pela aquisição do material especificado no doc. n.º 9 .....	Cr\$ 64,00		
Pago a Álvares & Machado, pela aquisição do material especificado no doc. n.º 10 .....	Cr\$ 1 000,00		
Pago a Alencastro Veiga & Irmãos, pela aquisição do material referido no doc. n.º 11 .....	Cr\$ 39,00		
			Cr\$ 2 192,00
SALDO .....			Cr\$ 8,00

## VERBA C — DIVERSOS

## 1. Publicações:

Dotação .....			Cr\$ 1 500,00
Nada a deduzir .....			
Saldo .....			Cr\$ 1 500,00

## 2. Diversos:

Dotação .....			Cr\$ 1 211,00
A deduzir:			
Pago a Luís Freitas, proveniente de carroto de móveis, doc. n.º 12 .....	Cr\$ 10,00		
Pago a Válder Parente, proveniente de reforma de móveis, doc. n.º 13 .....	Cr\$ 130,00		
Pago a Filipe Pereira, proveniente de carroto de móvel, doc. n.º 14 .....	Cr\$ 5,00		
Pago a Homero Jorge Luís, proveniente de conserto de máquinas, doc. n.º 15 .....	Cr\$ 240,00		
Pago a Válder Parente, proveniente da confecção e colocação de um biombo de madeira na repartição, doc. n.º 16 .....	Cr\$ 450,00		
Pago à Imprensa Oficial, proveniente da impressão de 300 rótulos para caixas, doc. n.º 17 .....	Cr\$ 30,00		
Pago à Rádio Luz, proveniente da aquisição do serviço de que trata o doc. n.º 18 .....	Cr\$ 140,00		
Pago com remessa de numerário .....	Cr\$ 50,00		
			Cr\$ 1 055,00
SALDO .....			Cr\$ 156,00

## RESUMO

VERBAS	Dotação	Despesas	Saldo
<i>Verba A — Pessoal</i>			
1. Pessoal mensalista .....	Cr\$ 14 200,00	Cr\$ 13 105,10	Cr\$ 1 094,90
<i>Verba B — Material</i>			
1. Material de consumo e expediente .....	Cr\$ 2 200,00	Cr\$ 2 192,00	Cr\$ 8,00
<i>Verba C — Diversos</i>			
1. Publicação .....	Cr\$ 1 500,00	—	Cr\$ 1 500,00
2. Diversos .....	Cr\$ 1 211,00	Cr\$ 1 055,00	Cr\$ 156,00
SOMAS .....	Cr\$ 19 111,00	Cr\$ 16 352,10	Cr\$ 2 758,90

Departamento Estadual de Estatística, em Goiânia, 4 de julho de 1944. — *Frederico de Medeiros*, Diretor.

## Portaria n.º 21

O Diretor do Departamento Estadual de Estatística, usando das atribuições de seu cargo, resolve designar o Sr. Benedito Lourenço Dias, estatístico da classe M, para chefiar o Serviço de Estatística Policial e Judiciária-Criminal, deste Departamento, a partir desta data.

Cumpra-se.

Gabinete do Departamento Estadual de Estatística, em Goiânia, 24 de julho de 1944. — *Frederico de Medeiros*, Diretor.

★

## Portaria n.º 22

O Diretor do Departamento Estadual de Estatística, usando das atribuições de seu cargo, resolve determinar que o Sr. Benedito Lourenço Dias, estatístico-chefe do Serviço de Estatística-Policial e Judiciária-Criminal, deste Departamento, se transporte às cidades de Anápolis, Pirenópolis e Peixe a fim de organizar e pôr em andamento os serviços das respectivas Agências de Estatística, ficando concedidas ao funcionário em questão as vantagens da legislação sobre o assunto.

Cumpra-se.

Gabinete do Departamento Estadual de Estatística, em Goiânia, 24 de julho de 1944. — *Frederico de Medeiros*, Diretor.

(D. O. de Goiás, 1-8-944).

★

## Portaria n.º 23

O Diretor do Departamento Estadual de Estatística, usando das atribuições de seu cargo e de acordo com o que dispõe o parágrafo único do art. 2.º, do Decreto-lei n.º 86, de 17 do corrente mês, resolve designar o estatístico classe H, Newton Paranhos, para servir de elemento de ligação entre este Departamento e a Chefatura de Polícia, com a obrigação de coletar diariamente naquela repartição os dados estatísticos policiais-criminais de que tem necessidade o Serviço de Estatística Policial e Judiciária-Criminal, presentemente em funcionamento neste Departamento.

São as seguintes, especificadamente, as obrigações a que fica sujeito o funcionário em referência:

I — Coletar, na parte própria da Delegacia Auxiliar, dos relatórios das Delegacias Policiais do interior, todos os dados sobre cada ocorrência municipal, a fim de que seja verificada no fichário do S.E.P.J.C. a existência ou não do boletim individual respectivo.

II — Fiscalizar a escrituração dos controles estatísticos do movimento de hospedagem da capital, a cargo dos investigadores policiais, entregando esses controles diretamente ao S.E.P.J.C., neste Departamento, e as fichas do movimento à Delegacia Auxiliar para até o dia 5 de cada mês, procurá-los novamente e recolhê-los ao Serviço para a devida apuração.

III — Tomar as providências necessárias a que todos os boletins de coleta, a serem preenchidos nas Delegacias Auxiliar e Especial, sejam remetidos a tempo ao S.E.P.J.C., não deixando jamais que os mesmos se acumulem.

Cumpra-se.

Gabinete do Departamento Estadual de Estatística, em Goiânia, 24 de julho de 1944 — *Frederico de Medeiros*, Diretor.

★

## MINAS GERAIS

Decreto-lei n.º 1 108, de 10 de julho de 1944.

*Autoriza a revisão dos lançamentos dos impostos predial e territorial e o levantamento do cadastro imobiliário do município de São Lourenço.*

O Governador do Estado de Minas Gerais, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n.º II, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Fica a Prefeitura de São Lourenço autorizada a fazer a revisão dos valores básicos do lançamento do imposto predial e do territorial urbano bem como o levantamento do cadastro imobiliário.

Art. 2.º — A revisão será feita por meio de declaração escrita do proprietário, possuidor ou, a qualquer título, ocupante de terras particulares e de prédios urbanos ou suburbanos, situados dentro do município. Consideram-se prédios, para os efeitos deste decreto-lei, todas as edificações que possam servir para morada ou para outro uso.

§ 1.º — A declaração referida, exarada em modelo fornecido pela Prefeitura, conterá, além de outros, os seguintes elementos:

1) Quanto aos prédios:

a) o nome do proprietário, a descrição do lote com a respectiva área em metros quadrados, mencionada a parte edificada, o quarteirão e a secção (onde houver) ou local;

b) o número de ordem dos prédios, construídos ou em construção, se são alugados e para que fim ou habitats pelo próprio dono e estado de conservação;

c) o preço de aquisição e o valor locativo anual;

d) a espécie da construção, se de alvenaria, concreto armado ou outros materiais;

e) o número de pavimentos e sua descrição;

f) área do prédio;

g) a descrição de dependências e barracões, servidos ou não de água, luz e telefone;

h) a localização, se em rua ou praça servida de rédes de água, esgotos e iluminação e se há coleta de lixo;

i) o nome do transmissente, o cartório onde se lavraram as escrituras, as cartas de arrematação, adjudicação ou remissão, os formais de partilha, mencionados os valores, datas, livros, números e demais características dos registros e transmissões.

2) Quanto aos terrenos vagos:

a) o nome do proprietário, o número do lote com a respectiva área em metros quadrados, quarteirão, secção (onde houver), ou local em que estiver situado, mencionado o comprimento da testada e a denominação da rua ou praça;

b) o valor venal;

c) a declaração da existência de muro, passeio, meio-fio, sargeta, e de ligação de água e esgotos;

d) a indicação de ser a área loteada e de existirem condôminos;

e) a localização, se em rua ou praça servida de rédes de iluminação, água e esgotos e do serviço de coleta de lixo;

f) o nome do transmissente, o cartório onde se lavraram as escrituras, as cartas de arrematação, e adjudicação e remissão, os formais de

partilha, mencionados os valores, datas, livros, números e demais característicos dos registros e transmissões.

§ 2.º — A declaração conterá ainda tudo quanto possa contribuir para a perfeição do cadastro.

Art. 3.º — A revisão tem por fim:

- a) corrigir as falhas dos lançamentos anteriores;
- b) reajustar o valor das propriedades;
- c) receber e julgar as reclamações dos contribuintes contra lançamentos;
- d) possibilitar o levantamento completo do cadastro territorial e predial do município, para fins fiscais e estatísticos.

Art. 4.º — Fica sujeito à multa de Cr\$ 50,00 a Cr\$ 200,00 o contribuinte que:

- a) sonegar valor ou área da propriedade, nos atos sujeitos a impostos ou taxas;
- b) subtrair ao fisco municipal o conhecimento de atos ou contratos pelos quais deva pagar imposto ou taxa;
- c) falsificar ou adulterar conhecimentos, guias ou outros documentos relativos ao serviço fiscal do município;
- d) iludir ou tentar iludir o fisco, em proveito próprio ou de outrem, com falsa declaração.

Art. 5.º — A revisão prevista neste decreto-lei será feita por funcionários municipais designados pelo prefeito.

Art. 6.º — Em cada declaração será mencionada uma só propriedade (área de terrenos ou prédio) com os respectivos característicos. Os contribuintes que possuírem mais de um imóvel, deverão fazer tantas declarações quantas forem as áreas ou prédios.

Art. 7.º — Quando parte do imóvel estiver situada dentro do perímetro urbano e parte fora dela, far-se-á a necessária discriminação.

Art. 8.º — São obrigados a assinar a declaração e fornecer os elementos necessários:

- a) o proprietário do imóvel;
- b) o enfiteuta;
- c) o ocupante, a qualquer título, de terras ou prédio particulares;
- d) o condômino;
- e) o representante legal do contribuinte.

Parágrafo único — O contribuinte, que não souber ou não puder redigir declaração, poderá ditá-la ao representante fiscal, presentes três testemunhas idôneas, uma das quais assinará, a seu rôgo, o instrumento.

Art. 9.º — A comissão revisora, de posse de todos os elementos esclarecedores, dará aos imóveis o valor real.

Parágrafo único — Para os efeitos deste artigo serão considerados, na determinação do valor, entre outros, os seguintes elementos:

- a) as últimas avaliações judiciais de terrenos ou prédios situados no local ou nas proximidades;
- b) as transmissões efetuadas ao tempo do lançamento ou da revisão;
- c) a média do valor das transmissões realizadas nos dois últimos exercícios;
- d) os alugueres vigorantes em 31 de dezembro de 1941, enquanto perdurar a vigência dos Decretos-leis federais ns. 4 598, de 20 de agosto de 1942 e 5 169, de 4 de janeiro de 1943.

Art. 10 — A declaração referida no art. 2.º deve ser apresentada dentro de 10 dias, na cidade, e de 20 dias, nas vilas e povoados, con-

tendo o prazo da data da entrega do modelo de declaração, comprovada mediante recibo.

§ 1.º — O serviço de Fazenda da Prefeitura fornecerá aos interessados os impressos necessários.

§ 2.º — A revisão e o lançamento serão feitos *ex-officio*.

- a) quando o contribuinte deixar de apresentar a declaração no prazo previsto neste artigo;
- b) nos casos de propriedade comum ou indivisa, quanto ao condômino que não apresentar a declaração.

Art. 11 — Dos atos dos agentes do fisco municipal, a que se refere este decreto-lei, cabe recurso para o prefeito, nos termos da legislação em vigor.

Art. 12 — Revogadas as disposições em contrário, entrará este decreto-lei em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, 10 de julho de 1944. — *Benedito Valadares Ribeiro*. — *Ovidio Xavier de Abreu*.

(D. O. de Minas Gerais, 11-7-944).

★

Decreto-lei n.º 1 110, de 10 de julho de 1944.

*Autoriza a revisão dos lançamentos dos impostos predial e territorial e o levantamento do cadastro imobiliário de Cambuquira.*

O Governador do Estado de Minas Gerais, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n.º II, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939.

Decreta:

Art. 1.º — Fica a Prefeitura Municipal de Cambuquira autorizada a fazer a revisão dos valores básicos do lançamento do imposto predial e do territorial urbano bem como o levantamento do cadastro imobiliário.

Art. 2.º — A revisão será feita por meio de declaração escrita do proprietário, possuidor ou, a qualquer título, ocupante de terras particulares e prédios urbanos ou suburbanos, situados dentro do município. Consideram-se prédios, para os efeitos deste decreto-lei, todas as edificações que possam servir para morada ou para outro uso.

§ 1.º — A declaração referida, exarada em modelo fornecido pela Prefeitura, conterá, além de outros, os seguintes elementos:

- 1) Quanto aos prédios:
  - a) o nome do proprietário, a descrição do lote com a respectiva área em metros quadrados, mencionada a parte edificada, o quarteirão e a secção (onde houver) ou local;
  - b) o número de ordem dos prédios construídos ou em construção, se são alugados e para que fim ou habitados pelo próprio dono, e estado de conservação;
  - c) o preço da aquisição e o valor locativo anual;
  - d) a espécie da construção, se de alvenaria, concreto ou outros materiais;
  - e) número de pavimentos e sua descrição;
  - f) área dos prédios;
  - g) a descrição de dependências e barracões, servidos ou não de água, luz e telefone;
  - h) a localização, se em rua ou praça servida de redes de água, esgotos e iluminação e se há coleta de lixo;

f) o nome do transmitente, o cartório onde se lavraram as escrituras, as cartas de arrematação, adjudicação ou remissão, os formais de partilha, mencionados os valores, datas, livros, números e demais característicos dos registros e transmissões.

2) Quanto aos terrenos vagos:

a) o nome do proprietário, o número do lote com a respectiva área em metros quadrados, quarteirões, secção (onde houver) ou local em que estiver situado, mencionado o cumprimento da testada e a denominação da rua ou praça;

b) o valor venal;

c) a declaração da existência de muro, passeio, meio-fio, sargeta e de ligação de água e esgotos;

d) a indicação de ser a área loteada e de existirem condôminos;

e) a localização, se em rua ou praça servida de rédes de iluminação, água e esgotos e do serviço de coleta de lixo;

f) o nome do transmitente, o cartório onde se lavraram as escrituras, as cartas de arrematação, adjudicação e remissão, os formais de partilha, mencionados os valores, datas, livros, números e demais característicos dos registros e transcrições.

§ 2.º — A declaração conterá ainda tudo quanto possa contribuir para a perfeição do cadastro.

Art. 3.º — A revisão tem por fim:

a) corrigir falhas dos lançamentos anteriores;

b) reajustar o valor das propriedades;

c) receber e julgar as reclamações dos contribuintes contra lançamentos;

d) possibilitar o levantamento completo do cadastro territorial e predial do município, para fins fiscais e estatísticos.

Art. 4.º — Fica sujeito à multa de Cr\$ 50,00 a Cr\$ 200,00 o contribuinte que:

a) sonegar valor ou área da propriedade, nos atos sujeitos a impostos ou taxas;

b) subtrair ao fisco municipal o conhecimento de atos ou contratos pelos quais deva pagar imposto ou taxa;

c) falsificar ou alterar conhecimentos, guias ou outros documentos relativos ao serviço fiscal do município;

d) iludir ou tentar iludir o fisco, em proveito próprio ou de outrem, com falsa declaração.

Art. 5.º — A revisão prevista neste decreto-lei será feita por funcionários municipais designados pelo prefeito.

Art. 6.º — Em cada declaração será mencionada uma só propriedade (área de terrenos ou prédio) com os respectivos característicos. Os contribuintes que possuírem mais de um imóvel, deverão fazer tantas declarações quantas forem as áreas ou prédios.

Art. 7.º — Quando parte do imóvel estiver situada dentro do perímetro urbano e parte fora dele, far-se-á a necessária discriminação.

Art. 8.º — São obrigados a assinar a declaração e fornecer os elementos necessários:

a) o proprietário do imóvel;

b) o enfiteuta;

c) o ocupante, a qualquer título, de terras ou prédios particulares;

d) o condômino;

e) o representante legal do contribuinte.

Parágrafo único — O contribuinte, que não souber ou não puder redigir a declaração, poderá ditá-la ao representante fiscal, presentes três testemunhas idôneas, uma das quais assinará, a seu rôgo, o instrumento.

Art. 9.º — A comissão revisora, de posse de todos os elementos esclarecedores, dará aos imóveis o valor real.

Parágrafo único — Para os efeitos deste artigo serão considerados na determinação do valor, entre outros os seguintes elementos:

a) as últimas avaliações judiciais de terrenos ou prédios situados no local ou nas proximidades;

b) as transmissões efetuadas ao tempo do lançamento ou da revisão;

c) a média do valor das transmissões realizadas nos dois últimos exercícios;

d) os alugueres vigorantes em 31 de dezembro de 1941, enquanto perdurar a vigência dos Decretos-leis federais ns. 4 598, de 20 de agosto de 1942, e 5 169, de 4 de janeiro de 1943.

Art. 10. — A declaração referida no artigo 2.º deve ser apresentada dentro de 10 dias, na cidade, e de 20 dias, nas vilas e povoados, contando o prazo da data da entrega do modelo e declaração, comprovado mediante recibo.

§ 1. — O serviço de Fazenda da Prefeitura fornecerá aos interessados os impressos necessários.

§ 2.º — A revisão e o lançamento serão feitos *ex-officio*:

a) quando o contribuinte deixar de apresentar a declaração no prazo previsto neste artigo;

b) nos casos de propriedade comum ou indivisa, quanto ao condômino que não apresentar a declaração.

Art. 11 — Dos atos dos agentes do fisco municipal, a que se refere este decreto-lei, cabe recurso para o prefeito, nos termos da legislação em vigor.

Art. 12. — Revogadas as disposições em contrário, entrará este decreto-lei em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, Belo Horizonte, 10 de julho de 1944. — *Benedito Valadares Ribetro*. — *Ovidio Xavier de Abreu*.

(D. O. — Minas Gerais 11-7-944).

★

Decreto-lei n.º 1 997, de 27 de outubro de 1944.

*Cria, na Secretaria da Agricultura, a Divisão de Conservação de Solos, Irrigação e Drenagem e dá outras providências.*

O Governador do Estado de Minas Gerais, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Fica criada a Divisão de Conservação de Solos, Irrigação e Drenagem, do Departamento de Produção Vegetal da Secretaria da Agricultura.

Art. 2.º — Fica instituída, no mesmo Departamento, mais uma função gratificada de chefe de Divisão, que será exercida, em comissão, por funcionário designado pelo secretário da Agricultura, mediante a gratificação mensal de quinhentos cruzeiros (Cr\$ 500,00).

Art. 3.º — Para instalação e funcionamento, no corrente ano, da Divisão criada por este decreto-lei fica aberto à Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho o crédito especial de trezentos mil cruzeiros (Cr\$ 300.000,00), sendo:

Cr\$ 88 000,00 para pagamento de pessoal contratado e assalariado, e,

Cr\$ 212.000,00 para despesas com material e eventuais.

Art. 4.<sup>o</sup> — O secretário da Agricultura dará organização e regulamentará os serviços afetos à Divisão a que se refere este decreto-lei.

Art. 5.<sup>o</sup> — Revogam-se as disposições em contrário, entrando este em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, Belo Horizonte, 27 de outubro de 1944. — *Benedito Valadares Ribeiro*. — *Lucas Lopes*. — *Edison Alvares da Silva*.

(D. O. — Minas Gerais 28-10-944).

★

### PARÁ

Decreto n.º 149, de 17 de agosto de 1944.

*Cria uma Comissão para representar o Pará no X Congresso Brasileiro de Geografia.*

O Interventor Federal, usando das atribuições que lhe confere o art. 7.<sup>o</sup>, n.º 1, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, alterado pelo art. 5.<sup>o</sup>, n.º 1, do Decreto-lei federal n.º 5 511, de 21 de maio de 1943,

Decreta:

Art. 1.<sup>o</sup> — Fica criada uma comissão composta do comandante Brás Dias de Aguiar, doutores Alvaro Adolfo da Silveira, Artur César Ferreira Reis, Inocêncio Bentes, José da Rocha Ribas e Luís de Sousa Martins, o terceiro, como secretário geral, para sob a presidência do interventor federal representar o Pará no X Congresso Brasileiro de Geografia, a realizar-se no dia 7 de setembro do corrente ano no Rio de Janeiro.

Art. 2.<sup>o</sup> — Servirá de secretária a Srta. Maria da Silva Santos Jovita, funcionária da Comissão Demarcadora de Limites, 1.<sup>a</sup> Divisão.

Art. 3.<sup>o</sup> — As despesas com a representação a que se refere o presente decreto correrão pelo crédito já aberto pelo Decreto-lei n.º 4 594, de 13 de junho do corrente ano.

Art. 4.<sup>o</sup> — Revogam-se as disposições em contrário.

O secretário geral do Estado assim o faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de agosto de 1944. — *Joaquim de Magalhães Cardoso Barata*, Interventor federal. — *João Guilherme Lameira Bittencourt*, Secretário Geral.

★

### PARANÁ

Parecer n.º 4 051

Despachos: A imprimir no D. O. Em 8-8-944. — *Roberto Glasser*. — Aprovado. Em 17-8-944. — *Roberto Glasser*.

A Prefeitura Municipal de Ponta Grossa solicita ao Conselho Administrativo aprovação do projeto de decreto-lei, que oficializa a 6.<sup>a</sup> Exposição Filatélica Regional a ser inaugurada no dia 26 de julho (já o devia ter sido), porquanto a organização dêsse certame alcançou repercussão em diversos Estados brasileiros e constitui, certamente, para maior conhecimento e, consequentemente, propagação das possibilidades reais da cidade princesina.

O Departamento das Municipalidades apresentou substitutivo, que deve ser aprovado. Simultaneamente, a Prefeitura resolveu abrir o crédito especial de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5 000,00), para atender às despesas da Exposição Filatélica e apresenta para lastro financeiro o saldo disponível de Cr\$ 254 927,70.

O projeto está em condições de ser aprovado.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1944. — *Flávio Guimarães*. — Confere com o original. *João Pedro Gebran*, Secretário.

(D. O. — Paraná 11-10-944).

★

Parecer n.º 4 232

Despacho: A imprimir no D. O. Em 10-10-944. — *Roberto Glasser*.

A Interventoria Federal do Paraná envia ao Conselho Administrativo, para o devido estudo, o projeto de decreto-lei que objetiva a transferência para o distrito de Congoinhas, da sede atual do município de Araiporanga, o qual terá nova denominação de Congoinhas e o atual distrito onde se acha a vida governamental do município conservará o nome de Araiporanga.

A comarca atualmente em Araiporanga passará a ter a sede em Açaí, e cuja jurisdição se estenderá não só neste município como também, no de Congoinhas a cujo local se pede a transferência de Araiporanga, que conservará o mesmo nome, como distrito pertencente àquele município com nova sede.

A Prefeitura Municipal de Araiporanga em justificativa à Interventoria argumenta que a expansão da atual sede centralizadora dos serviços públicos da comunidade, não pode alargar-se, nem progredir, porque está situada em terras pertencentes aos índios e por essa razão não se constrói uma casa nem indústria alguma pode alicerçar-se.

As terras pertencentes aos índios não permitem, efetivamente, a colonização e o desenvolvimento da vida agrícola.

Existem, apenas, dizia a justificativa prefetural, 60 casas velhas, muitas em ruínas, outras condenadas e não existe "um só poço d'água na cidade".

A água que existe vem do rio Tigre que atravessa diversos mangueiros de suínos ao contrário do local a que se pede a transferência, onde existe água potável e pode ser canalizada a distância de um quilômetro, cujo manancial é de primeira ordem e poderá vir por gravidade, assim como a luz elétrica seria produzida por pequena queda do rio Congoinhas e ter-se-iam "dois elementos vitais para o grande desenvolvimento de uma cidade".

A Prefeitura Municipal de Açaí elaborou a primeira previsão orçamentária para 1944, calculada em trezentos mil cruzeiros e, em cinco meses, a arrecadação superou a quantia de quinhentos mil cruzeiros.

E para justificar a transferência da comarca para Açaí, a Prefeitura forneceu os seguintes argumentos: A cidade tem trzentas casas, 1 hospital, 1 banco, 2 hotéis, 8 pensões, 44 casas comerciais, 21 bares e cafés, 15 açougues, 4 salões de bilhar, 4 farmácias, 3 médicos, 3 dentistas, 3 fotógrafos, 7 barbearias, 80 veículos motorizados, água encanada e luz elétrica, além de máquinas de beneficiar algodão, café e arroz. E, também, a Cooperativa Agrícola Três Barras, cujas transações ultrapassam a Cr\$ 70 000,00. Por outro lado, no município de Araiporanga existem, apenas, 54 casas, 5 casas comerciais, 1 bar, 1 farmácia, 1 barbearia, 2 hotéis, 2 veículos a motor e completa ausência de indústrias.

Açaí é centro muito denso de agrupamentos japoneses e o senhor Interventor Federal diz que com a mudança da sede da comarca para Açaí será mantida "severa vigilância sobre todos os elementos de origem estrangeira, que ali residem, como, aliás, assim determina o interesse da segurança nacional".

O projeto está em condições de ser aprovado, mas fica dependendo da ratificação do Sr. Presidente da República, por força do art. 32, n.º XIX, assim redigido: "Terão a sua vigência condicionada à aprovação do Presidente da República os decretos-leis que dispuserem, no todo ou em parte, sobre: XIX — divisão administrativa e organização judiciária: XIX — Organização dos municípios.

Sala de Sessões em 10 de outubro de 1944.

Flávio Guimarães. — Confere com o original. — João Pedro Gebran, secretário.

(D.O. — Paraná 11-10-944).

★

## PIAUI

**Decreto-lei n.º 754, sancionado em 30 de dezembro de 1943**

*Fixa a divisão administrativa e judiciária do Estado, que vigorará, sem alteração, de 1.º de janeiro de 1944 a 31 de dezembro de 1948, e dá outras providências.*

O interventor federal no Estado do Piauí, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n.º IX, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, e devidamente autorizado pelo Presidente da República.

Decreta:

Art. 1.º — A divisão territorial do Estado, que vigorará de 1.º de janeiro de 1944 a 31 de dezembro de 1948. é fixada nesta lei.

Art. 2.º — A referida divisão, dentro do mencionado prazo de cinco anos, não sofrerá qualquer modificação, não se entendendo como tal, porém, os atos interpretativos de linhas divisórias intermunicipais e interestaduais, que vierem a se tornar necessárias para melhor e mais fiel caracterização dessas linhas, à luz da documentação geográfica ou cartográfica mais perfeita, desde que da interpretação não resulte um deslocamento da divisória tal que uma qualquer cidade ou vila saia do seu âmbito municipal ou distrital.

§ 1.º — Constituem as únicas exceções à inalterabilidade da divisão territorial ora fixada:

- as alterações que o governo da União houver por bem promulgar;

- a anexação de um município a outro, motivada pelo fato da respectiva Prefeitura não apresentar o mapa do território municipal, até 31 de dezembro de 1944, desde que o âmbito territorial correspondente tenha sofrido modificação, por força da presente lei.

- a recomendação de uma circunscrição à situação anterior, devido ao fato de não haver nela sido preenchidos os requisitos legais indispensáveis à sua instalação a 1.º de janeiro vindouro.

§ 2.º — A anexação ou a recondução, prevista no § anterior, serão objeto de ato do governo do Estado, que, além de determinar uma ou outras das providências, fixará a data e as formalidades para a sua efetivação.

Art. 3.º — A divisão administrativa e judiciária do Estado, para o período quinquenal citado, compreende 37 comarcas, 47 distritos judiciários, 47 municípios e 47 distritos municipais, estes com a categoria única de circunscrições primárias do território estadual para todos os fins da administração pública e da organização judiciária.

§ 1.º — No anexo n.º 1, parte integrante deste decreto, consta a relação apresentando, sistemática e ordenadamente, os nomes de todas as circunscrições administrativas e judiciárias, bem como a categoria das respectivas séries, todas com a mesma denominação da própria circunscrição.

§ 2.º — Como cumprimento ao disposto no § 1.º do art. 10 da Lei Nacional n. 311 e de acordo com as instruções gerais baixadas pelo Conselho Nacional de Geografia, é mantida a descrição sistemática dos limites circunscricionais do Decreto-lei n.º 147, de 15 de dezembro de 1938, onde se define, para cada município, o, perímetro municipal.

Art. 4.º — As autoridades municipais competentes, sob pena de responsabilidade, tomarão as medidas administrativas apropriadas para que, em cada cidade (sede municipal), no dia 1.º de janeiro de 1944, em ato público solene se declare efetivamente em vigor o quadro territorial fixado nesta lei, no que concernir, não só às circunscrições (distrito, município, distrito e comarca) que tiverem na mesma cidade, como também aos demais distritos que integrem o, respectivo município.

§ 1.º — A solenidade prevista neste artigo será presidida:

- sendo a cidade sede de comarca, pelo juiz de Direito;

- sendo a cidade apenas sede de distrito, pelo juiz respectivo;

§ 2.º — No caso de impedimento eventual das autoridades referidas, a substituição delas se fará automaticamente na seguinte ordem:

- a do juiz de Direito pelo juiz do distrito;

- a do juiz do distrito pelo prefeito municipal;

- a do prefeito municipal, pelo secretário da Prefeitura Municipal, cabendo a substituição deste, se também impedido, à mais alta autoridade que se encontrar na cidade.

§ 3.º — A solenidade inaugural do novo quadro territorial, na parte que interessar a cada cidade do Estado, obedecerá ao ritual sugerido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e aprovado pelo Conselho Nacional de Geografia, passando a ter, pela sua simultaneidade e conformidade com as solenidades congêneres realizadas nas demais cidades brasileiras, a integral significação histórico-cívico-nacionalista decorrente dos princípios fixados na Lei Orgânica Federal n.º 311, de 2 de março de 1938.

§ 4.º — Da ata da solenidade realizada em cada sede municipal a respectiva Prefeitura enviará duas cópias autenticadas ao Diretório Regional de Geografia, na capital do Estado, destinando-se uma a figurar em arquivo próprio e a outra a ser enviada ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no Rio de Janeiro, cabendo ainda ao Diretório Regional a obrigação de providenciar para a publicação de todas as atas no órgão oficial do Estado.

Art. 5.º — Das disposições da legislação estadual que regularem as modificações do quadro territorial continuarão em vigor as que nem diretamente nem indiretamente colidirem com as normas deste decreto-lei.

Art. 6.º — O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O secretário geral do Estado assim o faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Piauí, em Teresina, 30 de outubro de 1943, 55.º da República. — Leônidas de Castro Melo. — Oto Tito de Oliveira.

★

ANEXO N.º 1 AO DECRETO N.º 754, DE 30 DE OUTUBRO DE 1943

Divisão territorial administrativa e judiciária do Estado do Piauí para o quinquênio de 1944-48

CIRCUNSCRIÇÕES EXCLUSIVAMENTE JUDICIÁRIAS				CIRCUNSCRIÇÕES EXCLUSIVAMENTE ADMINISTRATIVAS		CIRCUNSCRIÇÕES SIMULTÂNEAMENTE ADMINISTRATIVAS E JUDICIÁRIAS		SEDE DAS CIRCUNSCRIÇÕES		
A — Comarcas		B — Distritos		C — Municípios		D — Distritos				
N.º de ordem	Nomes	N.º de ordem	Nomes	N.º de ordem	Nomes	N.º de ordem	Nomes	N.º de ordem	Nomes	Categoria
1	Altos	1	Altos	1	Altos	1	Altos	1	Altos	Cidade
		2	Beneditinos	2	Beneditinos (ex-São Benedito)	2	Beneditinos	2	Beneditinos	»
2	Amarante	3	Amarante	3	Amarante	3	Amarante	3	Amarante	»
		4	Regeneração	4	Regeneração	4	Regeneração	4	Regeneração	»
3	Barras	5	Barras	5	Barras	5	Barras	5	Barras	»
		6	Esperantina	6	Esperantina (ex-Boa Esperança)	6	Esperantina	6	Esperantina	»
4	Berlengas	7	Berlengas	7	Berlengas (ex-Valença)	7	Berlengas	7	Berlengas	»
5	Bertolinia	8	Bertolinia	8	Bertolinia (ex-Aparecida)	8	Bertolinia	8	Bertolinia	»
6	Bom Jesus	9	Bom Jesus	9	Bom Jesus	9	Bom Jesus	9	Bom Jesus	»
7	Buriti dos Lopes	10	Buriti dos Lopes	10	Buriti dos Lopes	10	Buriti dos Lopes	10	Buriti dos Lopes	»
8	Campo Maior	11	Campo Maior	11	Campo Maior	11	Campo Maior	11	Campo Maior	»
		12	Alto Longá	12	Alto Longá	12	Alto Longá	12	Alto Longá	»
9	Canto do Buriti	13	Canto do Buriti	13	Canto do Buriti	13	Canto do Buriti	13	Canto do Buriti	»
10	Corrente	14	Corrente	14	Corrente	14	Corrente	14	Corrente	»
11	Floriano	15	Floriano	15	Floriano	15	Floriano	15	Floriano	»
12	Gilbués	16	Gilbués	16	Gilbués	16	Gilbués	16	Gilbués	»
13	Jaicós	17	Jaicós	17	Jaicós	17	Jaicós	17	Jaicós	»
14	Jerumenha	18	Jerumenha	18	Jerumenha	18	Jerumenha	18	Jerumenha	»
		19	Guadalupe	19	Guadalupe (ex-Pôrto Seguro)	19	Guadalupe	19	Guadalupe	»
15	José de Freitas	20	José de Freitas	20	José de Freitas	20	José de Freitas	20	José de Freitas	»
16	Luzilândia	21	Luzilândia	21	Luzilândia (ex-Pôrto Alegre)	21	Luzilândia	21	Luzilândia	»
17	Marvão	22	Marvão	22	Marvão (ex-Castelo)	22	Marvão	22	Marvão	»
18	Miguel Alves	23	Miguel Alves	23	Miguel Alves	23	Miguel Alves	23	Miguel Alves	»
		24	Pôrto	24	Pôrto (ex-João Pessoa)	24	Pôrto	24	Pôrto	»
19	Oeiras	25	Oeiras	25	Oeiras	25	Oeiras	25	Oeiras	»
20	Palmeirais	26	Palmeirais	26	Palmeirais (ex-Belém)	26	Palmeirais	26	Palmeirais	»
21	Parnaguá	27	Parnaguá	27	Parnaguá	27	Parnaguá	27	Parnaguá	»
22	Parnaíba	28	Parnaíba	28	Parnaíba	28	Parnaíba	28	Parnaíba	»
		29	Luis Correia	29	Luis Correia	29	Luis Correia	29	Luis Correia	»
23	Paulistana	30	Paulistana	30	Paulistana (ex-Paulista)	30	Paulistana	30	Paulistana	»
24	Pedro II	31	Pedro II	31	Pedro II	31	Pedro II	31	Pedro II	»
25	Piriperi	32	Piriperi	32	Piriperi	32	Piriperi	32	Piriperi	»
26	Petrolândia	33	Petrolândia	33	Petrolândia (ex-São Pedro)	33	Petrolândia	33	Petrolândia	»
27	Picos	34	Picos	34	Picos	34	Picos	34	Picos	»
28	Pio IX	35	Pio IX	35	Pio IX (ex-Patrocinio)	35	Pio IX	35	Pio IX	»
		36	Fronteiras	36	Fronteiras (ex-Socorro)	36	Fronteiras	36	Fronteiras	»
29	Piracuruca	37	Piracuruca	37	Piracuruca	37	Piracuruca	37	Piracuruca	»
		38	Batalha	38	Batalha	38	Batalha	38	Batalha	»
30	Santa Filomena	39	Santa Filomena	39	Santa Filomena	39	Santa Filomena	39	Santa Filomena	»
31	São João do Piauí	40	São João do Piauí	40	São João do Piauí	40	São João do Piauí	40	São João do Piauí	»
32	São Miguel do Tapuio	41	São Miguel do Tapuio	41	São Miguel do Tapuio	41	São Miguel do Tapuio	41	São Miguel do Tapuio	»
33	São Raimundo Nonato	42	São Raimundo Nonato	42	São Raimundo Nonato	42	São Raimundo Nonato	42	São Raimundo Nonato	»
		43	Simplicio Mendes	43	Simplicio Mendes	43	Simplicio Mendes	43	Simplicio Mendes	»
34	Simplicio Mendes	44	Teresina (capital)	44	Teresina (capital)	44	Teresina (capital)	44	Teresina (capital)	»
35	Teresina (Capital)	45	União	45	União	45	União	45	União	»
36	União	46	Urucuí	46	Urucuí	46	Urucuí	46	Urucuí	»
37	Urucuí	47	Ribeiro Gonçalves	47	Ribeiro Gonçalves	47	Ribeiro Gonçalves	47	Ribeiro Gonçalves	»

# Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico

## ACAÍ (Paraná)

### Decreto-lei n.º 8

O prefeito municipal de Açaí, Estado do Paraná, usando da atribuição que lhe confere o art. 12, n.º 1 do Decreto-lei federal n.º 1 202,

Decreta:

Art. 1.º — A área urbana da cidade de Açaí fica delimitada pelas quadras compreendidas entre as ruas: Estados Unidos, ao norte; Uruguai, ao sul; Niterói, a oeste e Salgado Filho, Washington e Lisboa a leste.

Art. 2.º — A área suburbana fica delimitada de um lado pelas ruas que enquadram a área urbana, e do outro lado pela linha divisória constante da planta do patrimônio.

Art. 3.º — É a seguinte a nomenclatura das ruas e praças da cidade: ao centro, como eixo da rodovia do Cerne, a avenida Rio de Janeiro; paralelamente e a leste as ruas Manuel Ribas, Salgado Filho, Washington, Petrópolis, Lisboa e Madri; paralelamente e a oeste as ruas Dr. Getúlio Vargas, Niterói e São Paulo; transversalmente, de norte para sul, as ruas Estados Unidos, México, Panamá, Colômbia, Venezuela, Guiana, Brasil, Equador, Peru, Bolívia, Palmital, Chile, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Parágrafo único — As praças terão as seguintes denominações: praça Barão do Rio Branco a atual praça da Igreja; praça 28 de Janeiro a atual praça do Grupo Escolar; praça Duque de Caxias a atual praça de Esportes e praça São José a atual praça do Hospital.

Art. 4.º — Fica considerada 1.ª zona a área compreendida entre as ruas Dr. Getúlio Vargas, Manuel Ribas, Estados Unidos e Chile, e 2.ª zona a área compreendida entre a 1.ª zona e os limites do quadro urbano.

Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Açaí, em 3 de outubro de 1944. — *José Scheleder*, Prefeito Municipal — *Domingos Julião*, Secretário.

"D. O." de 25-10-944.

★

## FLORIANÓPOLIS (Santa Catarina)

### Resolução n.º 2

O prefeito municipal de Florianópolis, no uso de suas atribuições, e na qualidade de executor das resoluções baixadas pela Comissão de Abastecimento do Estado, tendo em vista as instruções constantes da Resolução n.º 1, de 1.º do corrente.

Resolve:

1.º — Convocar os habitantes das diversas zonas de abastecimento, para comparecerem no dia, hora e local abaixo indicados, a fim de prestarem as informações necessárias ao levantamento cadastral desta capital.

2.º — Designar os funcionários Aldo Linhares Sobrinho, Manuel Dias, Daniel João Marcelino, João Millen e Daniel Pinheiro para, sob a chefia do primeiro, se encarregarem do referido levantamento, percebendo as gratificações que, por lei, fizerem jus pelas horas extraordinárias de serviço.

3.º — Estabelecer a parte do Mercado Público Municipal, onde funcionam as feiras semanais, como ponto de concentração, devendo o serviço funcionar dentro dos seguintes horários:

das 8 às 11,45 horas e das 14 às 18 horas e nos seguintes dias:

- 1.ª zona: dias 11, 12 e 14 do corrente;
- 2.ª zona: dias 16, 17 e 18 do corrente;
- 3.ª zona: dias 19, 24 e 25 do corrente;
- 4.ª zona: dias 26, 28 e 29 do corrente;
- 5.ª zona: dias 2, 3 e 4 de março;
- 6.ª zona: dias 6, 7 e 9 de março;
- 7.ª zona: dias 10, 11 e 13 de março;
- 8.ª zona: dias 14, 16 e 17 de março.

4.º — As 9.ª, 10.ª e 11.ª zonas, compreendendo os sub-distritos de Estreito, Saco dos Limões e Trindade, serão convocadas em suas respectivas sedes, e em dias, hora e local que serão oportunamente designados.

5.º — Os habitantes das zonas que não comparecerem por motivos imperiosos, nos dias acima designados, só poderão fazê-lo após concluída a chamada, depois do dia 17 de março, em dias que serão previamente fixados.

A chefia do Serviço fará afixar na entrada principal do local da concentração uma cópia desta resolução, bem como a relação especificada das zonas com designação dos respectivos dias de sua convocação, para melhor conhecimento dos interessados, aos quais se recomenda a leitura da Resolução n.º 1, publicada na página 3 do "Diário Oficial do Estado", edição do dia 1.º do corrente, também transcrita nos jornais locais dos dias 1.º e 2.º do andante.

A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, devendo a chefia do Serviço providenciar o necessário para a instalação, funcionamento e policiamento do Serviço.

Florianópolis, 9 de fevereiro de 1944. — *Rogério Vieira*, Prefeito Municipal.

"Diário da Tarde", Florianópolis 10-2-944.

★

## SALVADOR — (Bahia)

Decreto-lei n.º 347, de 6 de outubro de 1944.

*Estabelece normas para a extinção das habitações conhecidas pelas denominações de mocambo, cortiço ou casebre, e dá outras providências*

O prefeito do município do Salvador, Estado da Bahia, usando da atribuição que lhe confere o art. 12, n.º I), do Decreto-lei n.º 1202, de 8 de abril de 1939:

Decreta:

Art. 1.º — São condenadas e ficam sujeitas a demolição as habitações construídas sem a devida licença da Prefeitura e conhecidas pelas denominações de mocambo, cortiço ou casebre.

§ 1.º — As construções de que trata este artigo serão demolidas pelos proprietários, mediante intimação da Prefeitura, na qual será fixado prazo.

§ 2.º — Quando o proprietário se negar demolir a construção, dentro no prazo que lhe fôr concedido para tal fim, tornar-se-á passível da multa de Cr\$ 100,00 a Cr\$ 500,00 sem prejuízo da Prefeitura proceder à demolição, pelos meios ordinários.

§ 3.º — Para os efeitos deste artigo, presume-se a construção pertencente ao proprietário do terreno, salvo prova em contrário.

Art. 2.º — A Prefeitura estabelecerá um plano geral para a localização, em cada zona e em situação apropriada, das construções tipo proletário, para onde poderão ser transferidos os moradores dos mocambos, cortiços ou casebres.

Parágrafo único — Para a transferência aludida neste artigo, a Prefeitura concederá ao morador do mocambo, cortiço ou casebre, o auxílio que ela julgar necessário.

Art. 3.º — A Prefeitura, se não preferir, ela própria, construir, poderá, na forma da lei, ceder terrenos de sua propriedade ou do seu domínio útil sob o regime de concessões de serviço de utilidade pública, para construção de habitações tipo proletário destinadas a locação por baixo preço, mediante as seguintes condições essenciais, que deverão constar, expressamente, do termo do contrato respectivo:

a) aprovação prévia do plano geral do empreendimento, assim no que se refere às suas estruturas, como ao funcionamento de suas instalações de uso privativo e coletivo.

b) fixação dos alugueres, considerando a amortização integral, no prazo da concessão do capital investido nas construções com os respectivos juros, e os encargos de conservação assumidos pelos concessionários;

c) condicionamento das habitações e das instalações de uso coletivo à classe ou categoria econômica da população que se tenha em vista localizar;

d) direito de preferência, na locação das habitações, para o candidato que exerça suas atividades na circunsvizinhança, com uma renda global de família correspondência à categoria econômica contemplada;

e) reversão das construções e benfeitorias à Municipalidade, findo o prazo da concessão.

Art. 4.º — Os mocambos, cortiços ou casebres que, acaso, venham a ser construídos depois da vigência do presente decreto-lei, além de ficarem sujeitos a demolição, na forma prevista nos artigos anteriores, os seus proprietários serão passíveis de multa de Cr\$ 500,00 a Cr\$ 5 000,00 em cada caso.

Art. 5.º — Fica o prefeito autorizado a baixar, quando julgar oportuno, o regulamento deste decreto-lei.

Art. 6.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeitura Municipal do Salvador, em 6 de outubro de 1944. — *Elisio de Carvalho*, Prefeito — *José Alves de Sousa*, Secretário.

“Diário Oficial”, Salvador — Bahia - 7-10-944

★

## TERESINA — (Piauí)

Decreto-lei n.º 177, sancionado em 12 de outubro de 1944.

*Fixa os limites das zonas urbana e suburbana da sede do município, para o quinquênio 1944-1948.*

O prefeito municipal da cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí, na conformidade do disposto no art. 12, n.º I, do Decreto-lei federal n.º 1202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — São fixados, no presente decreto-lei, os limites das zonas urbana e suburbana da sede do município, para o quinquênio 1944 - 1948.

a) ZONA URBANA (Perímetro) A zona urbana fica compreendida no interior da poligonal que se origina à margem do rio Parnaíba, no cruzamento do eixo da avenida Maranhão com o da rua Lucídio Freitas, seguindo pelo eixo desta rua até encontrar o alinhamento da linha da Estrada de Ferro São Luis Teresina, seguindo por este até alcançar o eixo da avenida Miguel Rosa, que daí em diante servirá como limite, até encontrar o prolongamento e eixo da mencionada rua, seguindo, seguirá até a margem do rio Parnaíba, continuando pela faixa marginal a este rio e eixo da avenida Maranhão, até alcançar o eixo da rua Lucídio Freitas, ponto inicial do polígono.

b) ZONA SUBURBANA (Perímetro) A zona suburbana ficará limitada da seguinte forma: pela avenida Miguel Rosa e o rio Poti e por linhas paralelas às ruas Lucídio Freitas, ao norte, e do Sul, ao sul, afastados dessas ruas limítrofes da zona urbana dois quilômetros.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Teresina, 12 de outubro de 1944. — *Lindolfo do Rêgo Monteiro*, Prefeito Municipal — *Acésio do Rêgo Monteiro*, Secretário.

“Diário Oficial”, Piauí, 26-10-944.

## Resoluções do Instituto Brasileiro

### de Geografia e Estatística

# Conselho Nacional de Estatística Junta Executiva Central

## Íntegra das Resoluções de interesse geográfico aprovadas em 1941

Resolução n.º 108, de 20 de março de 1941.

*Louva um parecer da Secção de Estudos Geográficos do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica sobre a divisão regional do Brasil e encaminha a solução definitiva do assunto*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando que a Resolução n.º 75, da Assembléa Geral do Conselho, ao fixar disposições normativas para a apresentação tabular da estatística brasileira, estabeleceu, em seu anexo n.º 3, o critério a ser adotado na regionalização dos respectivos dados, pelo agrupamento em cinco zonas geográficas das diversas Unidades Federadas;

Considerando, porém, que, com evidente prejuízo para os interesses da administração, em geral, e da estatística, em particular, prevalecem, entre os órgãos técnicos e administrativos do país, critérios os mais divergentes, quanto à nossa divisão regional impondo-se, por isso mesmo, a necessidade de uma uniformização que previna as graves confusões ora verificadas, em virtude da multiplicidade das divisões ocorrentes;

Considerando que o assunto está amplamente estudado, quer em seus fundamentos teóricos, quer do ponto de vista prático, no parecer apresentado pelo chefe da Secção de Estudos Geográficos do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, Eng.º Fábão de Macedo Soares Guimarães, sobre a divisão do Brasil, — trabalho êsse em que são examinados, à base de completa documentação, os diversos critérios prevalentes, e fixado aquêlê que mais corresponde aos fatos da nossa Geografia Física;

Considerando que, pela sua relevância e o interesse que oferece para as diversas Unidades Federadas, a matéria deve ser objeto de exame por parte não desta Junta, mas da própria Assembléa Geral do Conselho, na qual estão representados todos os governos regionais, convindo, ainda, que, ao ensejo de novo pronunciamento a respeito, seja devidamente revisto, nos termos das conclusões oferecidas pelos órgãos regionais do Instituto, o critério previsto na citada Resolução n.º 75 e até agora adotado nas publicações estatísticas, relativamente à divisão das mesmas Unidades Federadas segundo as respectivas zonas fisiográficas;

Decreta:

Art. 1.º — Ficam consignados na presente Resolução os louvores e aplausos do Conselho Nacional de Estatística ao brilhante parecer apresentado ao Conselho Nacional de Geografia pelo chefe da Secção de Estudos Geográficos do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, a propósito da divisão regional do Brasil.

Art. 2.º — É dirigido encarecido apêlo ao Conselho Nacional de Geografia, no sentido de que, pelos órgãos dos seus Diretórios Regionais, em cooperação com as Juntas Regionais do Conselho de Estatística, promova o estudo da atual divisão das Unidades Federadas, de modo que sobre o assunto possam deliberar, solidariamente, quando da próxima sessão de suas Assembléas Gerais, os dois Conselhos dirigentes do Instituto, assentando em Resoluções o critério a prevalecer não somente quanto à divisão do país pelo agrupamento das suas Unidades Políticas em grandes regiões fisiográficas, senão também no que respeita ao zoneamento de cada Unidade, segundo as peculiaridades geográficas dos seus diversos municípios.

Rio de Janeiro, em 20 de março de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Alberto Martins*, Diretor da Secretaria do Instituto. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 109, de 20 de março de 1941

*Formula um pronunciamento sobre a monografia "O Município de Niterói"*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando o que dispôs, na Resolução n.º 57, de 17 de julho de 1937, a Assembléa Geral do Conselho, visando encaminhar, segundo o plano geral estabelecido, a elaboração de monografias estatístico-descritivas municipais;

Considerando a importância de que se reveste, para o programa de ação do Instituto, o perfeito conhecimento das condições existenciais dos municípios brasileiros, consideradas tanto em seus aspectos estáticos, como nos dinâmicos;

Considerando, por isso mesmo, o apêço que merecem da direção central do Instituto tôdas

as iniciativas oficiais ou particulares que importem numa contribuição à tarefa pela mesma empreendida, no sentido da coordenação sistemática de notícias estatístico-descritivas da vida comunal do país;

Considerando que, entre os vários trabalhos dessa natureza, é de justiça ressaltar, por isso que elaborada, tanto quanto possível, segundo as diretrizes do sumário-padrão oferecido na citada Resolução n.º 57, — a interessante monografia *O Município de Niterói*, apresentada ao IX Congresso Brasileiro de Geografia pelo ilustre historiador José Matoso Maia Forte e recentemente editada;

Considerando que, pela valiosa documentação corográfica, histórica e estatística nela condensada, constitui essa memória um modelo a recomendar às demais municipalidades brasileiras;

Resolve:

Art. 1.º — É expresso o louvor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística à monografia *O Município de Niterói*, manifestando-se, por essa forma, ao seu autor os aplausos a que faz jus o admirável trabalho realizado.

Art. 2.º — Fica autorizada a presidência do Instituto a fazer adquirir cinquenta exemplares da aludida memória, para distribuição aos órgãos deliberativos e executivos do sistema estatístico brasileiro, com a encarecida recomendação de que intensifiquem os seus esforços no sentido de serem tomadas providências pelos Governos municipais das respectivas Unidades Federadas quanto ao preparo das monografias de que cogitou a Resolução n.º 57, da Assembléa Geral do Conselho.

Rio de Janeiro, em 20 de março de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Alberto Martins*, Diretor da Secretaria do Instituto. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 111, de 20 de março de 1941

*Formula um apêlo ao Conselho Nacional de Geografia*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando que o Decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938, que sistematizou, em moldes racionais, a divisão territorial do país, estabeleceu, no seu artigo 16, § 3.º, que a nova definição do quadro territorial, uma vez em vigor, só poderia ser alterada "por leis gerais quinquenais", como tanto convinha aos estudos geográficos e aos serviços estatísticos;

Considerando que, entretanto, em virtude de execução do novo Código de Processo Civil, alguns Estados promoveram modificações objetivando reajustamento na respectiva divisão judiciária, considerados necessários ao cumprimento daquele Código;

Considerando, porém, que é de fundamental importância para os elevados fins que teve em vista a "Lei Geográfica do Estado Novo", que se estabeleça o preavalcimento integral dos princípios racionalizadores nela contidos;

Considerando, desse modo, que, cessados os motivos que deram lugar àquelas alterações, se

faz mister assegurar de novo a estrita inalterabilidade da atual divisão administrativa e judiciária até o fim do prazo fixado para a respectiva vigência;

Resolve:

Artigo único — É formulado um apêlo ao Conselho Nacional de Geografia no sentido de que estudados os casos, já verificados, de alteração da divisão territorial em algumas Unidades Federadas, afim de promover o ajustamento dos mesmos às normas do Decreto-lei Nacional n.º 311, de 2 de março de 1938, proponha também ao Governo da República medidas que assegurem de novo a estrita observância das normas sistematizadoras contidas no referido decreto-lei.

Rio de Janeiro, em 20 de março de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Alberto Martins*, Diretor da Secretaria do Instituto. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 114, de 30 de maio de 1941

*Orça as despesas do Instituto para o exercício de 1942.*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando que, no intervalo das sessões da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística, cumpre a esta Junta deliberar sobre o andamento e eficiência dos serviços e trabalhos atribuídos ao Instituto;

Considerando que, de acordo com as normas instituídas pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, a proposta orçamentária para manutenção de todos os colégios dirigentes do Instituto no exercício de 1942 deve ser encaminhada à Comissão de Orçamento do Ministério da Fazenda até 31 do corrente mês;

Considerando que a Assembléa Geral do referido Conselho somente depois de 1.º de julho deste ano, a quando da sua instalação, poderia deliberar sobre a proposta em causa;

Considerando, por isso mesmo, a impossibilidade de o mencionado órgão deliberativo se pronunciar, a priori, sobre o orçamento geral do Instituto para aquele exercício;

Considerando que o prazo prefixado para sua apresentação não pode, nem deve, ser ultrapassado, por imperiosos e justificáveis motivos de ordem administrativa;

Considerando que os serviços executados pelos três colégios dirigentes do Instituto — o estatístico, o geográfico e o censitário, — exigem, ainda, no exercício de 1942, uma continuidade de ação e certa soma de recursos financeiros que não podem sofrer qualquer restrição sem prejuízo dos trabalhos já realizados ou sacrifício de um programa mínimo de atividades essenciais à vida do Instituto;

Considerando, finalmente, que as Resoluções dos órgãos deliberativos das três alas do Instituto, ao fixarem os seus quantitativos orçamentários para o exercício de 1942, esclarecem e fundamentam as flutuações verificadas nas várias verbas;

Resolve:

Art. 1.º — O orçamento geral dos serviços e atividades do Instituto, nos termos da legislação específica dos seus três órgãos colegiais, é fixado, para o exercício de 1942, na quantia global de vinte e um mil cento e vinte e oito centos e seiscentos mil réis (21 128:600), assim distribuída:

I — Sob a rubrica "Conselho Nacional de Estatística", abrangendo o custeio da Secretaria Geral com os seus serviços técnicos criados em consequência das disposições do Decreto-lei n.º 1 360, de 20 de junho de 1939, manutenção das oficinas gráficas, anexadas em virtude do estatuído no Decreto-lei n.º 237, de 2 de fevereiro de 1933, e apuração do comércio interestadual por via terrestre .....	2 228:600\$0
II — Sob a rubrica "Conselho Nacional de Geografia", para custeio da respectiva Secretaria, do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, dos trabalhos preparatórios e publicação da Carta do Brasil ao milionésimo, e levantamento das altitudes dos pontos mais característicos do território nacional .....	3 300:000\$0
III — Sob a rubrica "Serviço Nacional de Recenseamento", compreendendo Comissão Censitária Nacional, Direção Central, serviço de apuração dos questionários bem como divulgação parcial dos respectivos resultados, contrato de monografias e auxílios aos órgãos permanentes do Instituto pelos trabalhos correlatos à operação censitária .....	15 600:000\$0

Art. 2.º — A presidência do Instituto, na conformidade do disposto no art. 24, n.º I, do Decreto-lei n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, solicitará ao Governo Federal que a Consignação a ser-lhe atribuída na lei orçamentária para 1942 se faça com o título e o explicativo já constante do orçamento do corrente exercício e contenha as três seguintes sub-consignações, que são especificadas, em tôdas as suas indicações, obedientemente à legislação em vigor:

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA  
E ESTATÍSTICA

(A ser entregue como "auxílio", na forma do art. 24, n.º I, do Decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934)

I — Conselho Nacional de Estatística, Secretaria Geral do Instituto e respectivo Serviço Gráfico .....	2 228:600\$0
II — Conselho Nacional de Geografia e Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica .....	3 300:000\$0
III — Serviço Nacional de Recenseamento .....	15 600:000\$0
TOTAL .....	21 128:600\$0

Rio de Janeiro, em 30 de maio de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado *Alberto Martins*, Diretor da Secretaria do Instituto. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 120, de 19 de setembro de 1941

*Institui os Diretórios Regionais de Geografia entre os beneficiários do acervo do S.N.R.*

A Junta Executiva do Conselho Nacional de Estatística usando de suas atribuições, e

Considerando o que lhe foi exposto, em representação, pelo secretário geral do Conselho Nacional de Geografia;

Considerando que os Diretórios Regionais de Geografia são órgãos filiados ao Instituto e que quaisquer benefícios a eles concedidos reverterão, obviamente, em proveito da própria instituição;

Resolve:

Art. 1.º — Ficam os Diretórios Regionais de Geografia compreendidos entre os beneficiários do acervo do Serviço Nacional de Recenseamento sobre que dispõe a Resolução n.º 116, desta Junta.

Art. 2.º — Mediante autorização da Secretaria Geral do Instituto, os órgãos centrais regionais de estatística cederão às entidades a que se refere o artigo anterior o material de que necessitarem para os seus serviços de escritório, observando, porém, o que preceitua o § 3.º — *in fine* do art. 1.º da citada Resolução n.º 116.

Rio de Janeiro, em 19 de setembro de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Alberto Martins*, Diretor da Secretaria do Instituto. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

# Conselho Nacional de Geografia

## Diretório Central

Íntegra das Resoluções n.ºs 136 a 140

Resolução n.º 136, de 5 de julho de 1943

*Dispõe sobre a participação da repartição central do Conselho no estudo regional do vale do São Francisco*

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições; Considerando a necessidade de se conhecerem e de se difundirem os modernos métodos de pesquisa geográfica;

Considerando que cumpre ao Conselho, na medida das suas possibilidades, estimular e auxiliar as iniciativas de estudo geográfico no país;

Resolve:

Art. 1.º — É autorizado o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica a participar dos estudos de geografia regional a serem realizados pelo Prof. Jorge Zarur, membro deste Diretório, para isso contratado pela National Planning Association (E.E.UU.), no vale do rio São Francisco, usando o moderno método de pesquisa geográfica que apreendeu em recente curso de especialização na Universidade de Wisconsin, dos Estados Unidos da América do Norte.

Art. 2.º — Acompanhará o Prof. Jorge Zarur na referida expedição científica, o secretário-assistente, Prof. Orlando Valverde, com o intuito de auxiliar os trabalhos e conhecer a nova técnica de pesquisa geográfica.

Art. 3.º — As secções técnicas do Serviço colaborarão no preparo do *dossier* sobre o vale, bem como na elaboração duma nova carta geral do vale, dentro do plano da Carta do Brasil ao milionésimo.

Art. 4.º — Com base na experiência dessa expedição, será estudada a implantação da "análise regional" nos serviços da repartição central do Conselho, para estudo *in loco* das zonas fisiográficas ou unidades geográficas do plano regional nela preestabelecido.

Art. 5.º — Correrão por conta da verba própria do orçamento do Conselho somente as despesas da viagem do secretário-assistente, e aquelas outras que se enquadrarem nas atribuições normais da repartição central do Conselho.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 1943, ano VIII do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente do Conselho. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 137, de 19 de julho de 1943

*Aprova a participação do Conselho no X Congresso Científico Chileno*

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando o alto significado do intercâmbio cultural dos países sul americanos;

Considerando o convite formulado pela Comissão Organizadora do X Congresso Científico General Chileno (con extension inter-americana)";

Resolve:

Art. 1.º — O Conselho adere ao X Congresso Científico Chileno que organiza, a Sociedad Científica de Chile, para setembro vindouro, em Santiago, ao ensejo do cinquentenário da sua fundação.

Art. 2.º — A adesão é como "Miembro Activo", mediante a quota de cinquenta dólares (US \$50,0).

Art. 3.º — Na impossibilidade do envio de delegado ao Congresso, a Presidência do Insti-

tuto representará ao Ministério das Relações Exteriores para que se examine a possibilidade do comparecimento ao certame de representante brasileiro, do corpo diplomático ou consular naquela nação.

Art. 4.º — A Secretaria providenciará para que seja presente à Secção de Geografia do Congresso uma coleção completa das publicações do Conselho, bem como de trabalhos brasileiros especializados, que permitam aos congressistas se aperceberem do progresso da cultura geográfica no Brasil.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1943, ano VIII do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente do Conselho. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

**Resolução n.º 138, de 4 de agosto de 1943**

*Dispõe sobre a utilização de disponibilidades orçamentárias e dá outras providências*

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que, pelo Decreto-lei n.º 5635, de 30 de junho último, ficou determinada a não realização no corrente ano da sessão ordinária da Assembléa Geral do Conselho;

Considerando que o X Congresso Brasileiro de Geografia, por acôrdo do Governô do Estado do Pará com a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, promotora, também teve sua realização adiada para 7 de setembro do ano vindouro;

Considerando as conveniências do serviço;

Resolve:

Art. 1.º — Fica autorizada a utilização dos saldos e disponibilidades das verbas do orçamento vigente do Conselho, referentes à realização da sessão ordinária da Assembléa Geral, bem como daquelas atinentes à participação do Conselho em certames, no pagamento de des-

pesas correspondentes a outras verbas do orçamento, que se tornem deficientes para encargos indispensáveis à boa marcha dos serviços.

Art. 2.º — A utilização ora aprovada se processará mediante empenho, que a Secretaria expedirá em cada caso, com autorização prévia em portaria do presidente do Instituto, com os necessários esclarecimentos para que se façam os lançamentos adequados no Serviço de Contabilidade do Instituto.

Art. 3.º — Considera-se extensiva às publicações do Conselho a aplicação da verba do orçamento vigente, relativa à impressão de fôlhas da carta geográfica.

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1943, ano VIII do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente do Conselho. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

**Resolução n.º 139, de 4 de agosto de 1943**

*Delibera que se não realize o Curso de Cartografia de 1943 para os funcionários das repartições regionais*

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que a revisão do quadro territorial brasileiro em estudos, por compreender contribuição cartográfica indispensável e de monta, exige a presença durante o corrente ano, nos Estados, dos desenhistas e cartógrafos;

Considerando que as condições de transporte no momento, além de muito dificultarem a reunião a tempo dos cartógrafos regionais na capital do país, acarretariam despesas de vulto superior ao previsto para a realização do Curso de Cartografia de 1943;

Resolve:

Art. 1.º — No corrente ano, não haverá o Curso anual de Cartografia, previsto para os meses de agosto e setembro pela Resolução n.º 92, de 23 de julho de 1941, da Assembléa Geral e destinado ao aperfeiçoamento dos desenhistas e cartógrafos das repartições regionais de Geografia.

Art. 2.º — A Secretaria distribuirá aos Diretórios Regionais para conhecimento e uso dos cartógrafos regionais, um *dossier* sobre Cartografia, compreendendo aulas mimeografadas do Curso de 1942, e outros elementos ilustrativos que conseguir.

Art. 3.º — Providenciará ainda a Secretaria para a publicação na *Biblioteca Geográfica Brasileira* de uma obra sobre Cartografia, destinada aos técnicos brasileiros.

Art. 4.º — Caberá à Comissão Executiva da Carta ao millionésimo orientar o plano da obra em apêço.

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1943, ano VIII do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente do Conselho. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

**Resolução n.º 140, de 18 de agosto de 1943**

*Aprova o quadro de Consultores Técnicos, assessorados ao Diretório Regional do Conselho no Estado de São Paulo*

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Resolve:

Artigo único — Fica aprovado o quadro de Consultores Técnicos, proposto pelo Diretório Regional do Conselho, no Estado de São Paulo,

com a sua Resolução n.º 24, de 24 de março último.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1943, ano VIII do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente do Conselho. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

# Diretórios Regionais

## PARAÍBA

### Integra das Resoluções de n.ºs 1 a 5

#### Resolução n.º 1, de 19 de abril de 1938

*Solicita do Conselho Nacional de Geografia os requisitos mínimos para a delimitação dos municípios e distritos, bem assim para o levantamento da carta corográfica de cada circunscrição*

O Diretório do Conselho Nacional de Geografia, no Estado da Paraíba, usando das suas atribuições;

Considerando ser urgente e de extrema necessidade o conhecimento completo do Decreto Nacional n.º 311, de 2 de março de 1938, que dispõe sobre a divisão territorial do país;

Considerando que lhe compete, de acordo com o art. 16 e seus parágrafos, do citado decreto, oferecer indicações a fim de orientar a descrição da divisão sistemática dos distritos e municípios deste Estado;

Considerando que essa descrição deve estar concluída dentro do prazo de 60 dias, a partir de 30 de março último, devendo os respectivos mapas municipais ser entregues até o dia 2 de março de 1939, a este Diretório Regional, em 2 vias, devidamente autenticadas;

Resolve:

Art. 1.º — Solicitar do Conselho Nacional de Geografia, com a máxima urgência, sejam enviados a este Diretório, as instruções necessárias para se proceder à descrição dos limites intermunicipais e interdistritais, como também os requisitos mínimos exigíveis para o levantamento dos mapas municipais.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1938, ano 3.º do Instituto. — Conferido e rubricado *J. de Avila Lins*, Secretário. — Publique-se. *Lauro Montenegro*.

★

#### Resolução n.º 2, de 26 de abril de 1938

*Formula um apêlo ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano no sentido de se filiar ao Conselho Brasileiro de Geografia.*

O Conselho Regional de Geografia no uso de suas atribuições,

Considerando que um dos altos objetivos do Conselho Nacional de Geografia é coordenar e sistematizar os estudos geográficos brasileiros;

Considerando que, para efetivar aqueles objetivos se faz preciso promover a filiação de todas as organizações que se proponham desenvolver estudos geográficos e das ciências co-irmãs da geografia;

Considerando, finalmente, que o nosso Instituto Histórico e Geográfico é uma instituição perfeitamente enquadrada nos objetivos do C.N.G.

Resolve:

Art. 1.º — Formula um apêlo ao Instituto Histórico e Geográfico para se filiar ao C.N.G.

Art. 2.º — Para facilitar o processo de filiação essa Diretoria deve enviar ao I.H.G.P. a cópia da Resolução n.º 9 do Conselho Nacional de Geografia.

Art. 3.º — Em virtude da fase de organização por que passa o Brasil, nessa quadra de elevados objetivos para a divulgação de estudos sobre as suas características fisiodemográficas e sociográficas, não comportar dispersão de valores, esse Conselho deve enviar meios no sentido de conseguir a maior presteza no ato de filiação aqui solicitado.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1938, ano 3.º do Instituto. — Conferido e numerado. *J. de Avila Lins*, Secretário. — Visto e rubricado. *Lauro Montenegro*, Presidente.

★

#### Resolução n.º 3, de 18 de maio de 1938

O Conselho Regional de Geografia, no uso de suas atribuições,

Considerando que o município de Mamanguape, pela sua posição geográfica e multiplicidade de ancoradouro que possui, permitindo a entrada nos mesmos de embarcações embora de pequeno calado, mas que viajam de barra a fora;

Considerando que, apesar do município ser um dos maiores do Estado, cerca de dois terços de sua superfície pertencem aos proprietários da fábrica Rio Tinto, grande empório industrial com portos e estradas particulares quase que para seu uso exclusivo mantendo através dos mesmos intercâmbio com outros portos nacionais e estrangeiros;

Considerando ainda que uma grande parte das matas e dos mangues ribeirinhos do município têm sofrido uma grande devastação para fornecimento de lenha, à dita fábrica, abalando profundamente uma parte de nossa riqueza florestal, exigindo em face do nosso Código Florestal, o replantio imediato das áreas devastadas;

E considerando, afinal que, por circunstâncias de ordem econômica de interesse do fisco, e da própria segurança nacional, a carta geográfica desse município, além dos requisitos mínimos exigidos pelas Resoluções ns. 2 e 3 do Conselho Nacional de Geografia, deve encerrar indicações particulares mais detalhadas;

Resolve:

Art. 1.º — A carta geográfica do município de Mamanguape como dos demais, cujo território cheguem ao oceano deve ter detalhadamente todos os acidentes da costa especial-

mente os recôncavos e vias com indicações, quanto aos rios, na parte navegável, das cotas de profundidade em tôda extensão navegável, referidas à beira-mar.

Art. 2.º — Tôda estrada carroçável, mesmo particular, que fôr ter ao oceano ou aos Estados limítrofes deve figurar na carta do município, bem assim as zonas ainda cobertas de matas, capoeiras e tabuleiros, se possível.

Art. 3.º — O Conselho, no levantamento da carta geográfica do município, por intermédio de técnicos de sua confiança, de preferência com exercício em qualquer função pública, acompanhará tôdas as operações de campo ou mediante prévia exploração, indicará, para verificar depois, o método e amplitude dos serviços com referências, as mais minudentes para satisfação dos requisitos impostos pelos artigos anteriores.

Art. 4.º — Na planta cadastral dos distritos, para atender à expansão futura dos núcleos para o estabelecimento de planos urbanistas devem figurar não só os arruamentos mas as casas e armazéns isolados.

Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1938, ano 3.º do Instituto. — A Comissão Técnica,

★

#### Resolução n.º 4, de — de maio de 1938

*Aprova a nova nomenclatura das circunscrições municipais e distritais do Estado, em cumprimento ao Decreto-lei Nacional 311, de 2 de março de 1938 e muda a denominação de Estado da Paraíba para Estado do Paraíba*

O Diretório do Conselho Regional de Geografia, no Estado da Paraíba, usando das suas atribuições;

Considerando a necessidade de proceder a uma revisão completa e racional nas denominações das circunscrições municipais e distritais do Estado;

Considerando que, o instrumento convencional de 11 de agosto de 1936 prescreve em sua cláusula 14, a sistematização da nomenclatura das localidades brasileiras;

Considerando o estabelecido no art. 10 do Decreto-lei Nacional 311, de 2 de março de 1938, que dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências;

Considerando que deverá entrar em vigor, a partir de 1 de julho próximo, o novo quadro territorial do Estado, acompanhado da descrição sistemática dos limites intermunicipais e interdistritais, conforme decreto a ser baixado pelo Governo do Estado;

E, atendendo, afinal, ao disposto da Resolução n.º 2, de 28 de março de 1938 do Conselho Nacional de Geografia, que estabelece as instruções gerais previstas no art. 16, do citado decreto-lei, recomenda:

a) evitar as designações muito extensas para as circunscrições e respectivas sedes, sendo absolutamente vedada a existência de mais de uma cidade ou vila com a mesma denominação, no mesmo Estado;

b) o uso preferencial dos topônimos locais dos acidentes e o emprego de uma terminologia correta;

Resolve:

Art. 1.º — Fica aprovada a nomenclatura, constante da tabela anexa, organizada de acôrdo com o parecer definitivo da Comissão para êsse fim designada por êste Conselho Regional de Geografia, dentro do espírito e letra do Decreto-lei Nacional n.º 311, de 2 de março de 1938, e respeitadas, tanto quanto possível, a tradição e a origem das denominações.

Art. 2.º — A denominação "Estado da Paraíba" deverá ser corrigida para "Estado do Paraíba", visto ter sido o rio o determinante do nome da região.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em .. de junho de 1938, ano 3.º do Instituto. — Conferido e rubricado, J. de Avila Lins. — Publique-se. Lauro Montenegro, Presidente.

★

#### Resolução n.º 5, de 16 de novembro de 1938

*Faz um apêlo aos prefeitos municipais no sentido de ser antecipada a entrega dos mapas, estabelece a escala em que os mesmos devem ser desenhados e solicita do Governo a realização de um congresso de prefeitos*

O Conselho Regional de Geografia do Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições;

Considerando que no plano de serviço já estabelecido e aprovado por êste Conselho para a execução do Decreto-lei 311, no que diz respeito aos mapas municipais, ficou compreendida a organização, por parte da Secção de Cartografia de um mapa geral, em que se ajustam todos os mapas municipais;

Considerando que sômente depois dêsse ajustamento é que as cartas geográficas municipais poderão ser desenhadas em definitivo nas escalas impostas pela Resolução n.º 3, do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia (art. 4.º, alínea 3.ª) dentro das dimensões estabelecidas pela fôlha-padrão;

Considerando que êsse trabalho de ajustamento e extração das cartas definitivas reclama muito tempo para se poder alcançar o mínimo de erros sistemáticos, e o máximo de perfeição gráfica;

Considerando ainda que é de interêsse do Conselho Nacional de Geografia que se faça uma prévia exposição de todos os trabalhos geográficos apresentados, conforme dispõe o art. 2.º da Resolução n.º 3;

Considerando, finalmente, ser de extrema necessidade convocar todos os prefeitos municipais para assentar, além de outras providências, um plano de conjunto para a execução do Censo de 1940, podendo nessa ocasião ser inaugurada a exposição de que trata o citado art. 2.º da Resolução n.º 3, no intuito de demonstrar, de modo prático, tudo quanto temos realizado de cooperação com os poderes municipais do Estado;

Resolve:

Art. 1.º — Faz um apêlo aos prefeitos municipais no sentido de ser entregue antes do fim de dezembro próximo, os mapas dos municípios e as cartas das cidades e vilas, tudo acompanhado do Relatório de que trata a Resolução n.º 3.